

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

TESE DE DOUTORADO

**TRADUÇÕES E BRICOLAGENS:
MEDIAÇÕES EM OCUPAÇÕES DE TERRA NO NORDESTE MINEIRO
NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990**

ARNALDO JOSÉ ZANGELMI

2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE - CPDA**

**TRADUÇÕES E BRICOLAGENS:
MEDIAÇÕES EM OCUPAÇÕES DE TERRA NO NORDESTE MINEIRO
NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990**

ARNALDO JOSÉ ZANGELMI

*Sob a orientação da Professora
Leonilde Servolo Medeiros*

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Doutor em
Ciências**, ao Programa de Pós-
Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, da Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro
(CPDA/UFRRJ)

Rio de Janeiro, RJ
Maio de 2014

333.3108151	Zangelmi, Arnaldo José.
Z29t	Traduções e bricolagens: mediações em ocupações
T	de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e
	1990 / Arnaldo José Zangelmi, 2014.
	256 f.
	Orientador: Leonilde Servolo Medeiros
	Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural
	do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e
	Sociais.
	Bibliografia: f. 232-239.
	1. Mediações - Teses. 2. Ocupações de terra - Teses. 3. Minas Gerais - Teses. I. Medeiros, Leonilde Servolo. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

ARNALDO JOSÉ ZANGELMI

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências**, no
Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

TESE APROVADA EM 21/05/2014

Dra. Leonilde Servolo de Medeiros - CPDA/UFRRJ
(Orientadora)

Dra. Débora Franco Lerrer - CPDA/UFRRJ

Dra. Delma Pessanha Neves - UFF

Dr. Marcelo Hernandez Macedo - UERJ

Dr. João Cleps Júnior - UFU

Dedico essa tese ao meu avô José Roque Zanelmi, que acreditou no meu sonho de fazer uma graduação e tornou possível essa empreitada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente à professora e orientadora Leonilde Medeiros pela enorme dedicação a essa pesquisa, assim como pelo seu intenso comprometimento com a construção de uma universidade pública de qualidade. Esses quatro anos de convivência me ensinaram muito mais do que fazer uma tese, lições valiosas que levarei por toda minha vida profissional.

Aos professores John Comerford, Fátima Portilho, Regina Bruno, Andrey Cordeiro Ferreira e Renato Maluf, que, em suas disciplinas no CPDA, trouxeram informações que enriqueceram as reflexões aqui apresentadas, assim como contribuíram para minha formação. Agradeço também aos professores Débora Lerrer, Delma Neves, Marcelo Macedo e João Cleps Júnior, que muito contribuíram com suas reflexões nos momentos de qualificação e defesa deste estudo.

Aos meus colegas do CPDA, especialmente aos amigos Ana Paula Campos, Valdemar Wess Júnior, Marcelo Castañeda, Sérgio Barcellos, Daniel, Lea Reis, Juliano Palm, Josi Wedig, João Andrade Neto, Iby Montenegro, Ana Isabel Pérez, Flávia Galindo e Sandra Kitakawa. Seu companheirismo tornou essa jornada muito mais enriquecedora, instigante e divertida.

Aos funcionários que trabalham no CPDA - especialmente ao Henrique, ao Marcos, à Teresa e ao Alan - pelo apoio necessário para o bom andamento desta tese. Agradeço também ao CNPq pela bolsa de doutorado concedida, o que viabilizou a realização da pesquisa.

Aos entrevistados, que abriram sua intimidade e dividiram comigo suas lembranças, muitas delas dolorosas. Agradeço também às pessoas que, por vários caminhos, contribuíram para que as fontes utilizadas nesta tese fossem disponibilizadas, especialmente Franciele Ribeiro Couto (CPT), Maria do Carmo Silva (CPT), Daniel Fleming (INCRA), Marcos Nunes (FETAEMG), Geraldo (FETAEMG), Dênis (APM), Vilma Carvalho de Souza (Biblioteca Fafich/UFMG), Cláudio (Biblioteca Fafich/UFMG), Luiz Domingos e a toda equipe do CEDEFES.

Aos amigos Alexandra, Reinaldo, Renata e Fabrício, pelo apoio e estímulo em todo esse percurso. Agradeço ao Reinaldo Schiavo também pela produção dos mapas dispostos ao longo dessa tese, ajuda fundamental que supriu minha grande ignorância e falta de habilidade no assunto.

A longa e intensa participação de Fabrício Oliveira extrapola em muito os limites desse doutorado, sendo um amigo que contribui há muitos anos para minha vida profissional e pessoal. Sua ajuda tem sido decisiva para meu ingresso e desenvolvimento tanto na pós-graduação quanto na docência no ensino superior, assim como em inúmeras questões familiares, que os limites desses agradecimentos não me permitem sequer elencar.

Aos amigos Leandro Braga de Andrade e Chico Samarino, que - além da amizade e companheirismo desde os tempos da República Complexo - contribuíram na coleta de informações para esta tese, inclusive realizando reflexões reveladoras sobre o material.

À família, especialmente ao Alexandre, Mário Lúcio, Lourdes, Júnior - assim como aos amigos Renato Taruga e Luís Cláudio - por terem compreendido minha ausência em Monte Sião por tanto tempo dedicado ao doutorado. Agradeço também aos familiares Léa, José Augusto, Samya, Barroso, Camila, Carlos Henrique, Ana Flávia, Wanderson e Tia Nina, pelo apoio e carinho durante toda essa jornada.

Agradeço com todo amor à minha filha Lívia e à minha esposa Izabella. Agradeço à Lívia pelos momentos de silêncio, carinho e brincadeiras revigorantes, que me fortaleceram para continuar nessa empreitada. Agradeço especialmente à Izabella pelo companheirismo, compreensão e dedicação, que me ajudaram a superar os momentos mais difíceis da construção desse trabalho. Seu apoio e carinho foram fundamentais para que fosse possível conciliar trabalho, estudo e família nesses anos de transformações tão intensas em nossas vidas.

ZANGELMI, A.J. Traduções e Bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990. 2014. 256 p. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

Resumo

O principal objetivo dessa tese é compreender as ações de mediação - desenvolvidas entre militantes de movimentos sociais, organizações, trabalhadores rurais e seus adversários - direcionadas para a realização de ocupações de terra nos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce (MG), a partir de meados da década de 1980 até meados da década de 1990. Diante desse intento, foram realizadas entrevistas junto a alguns dos principais atores que participaram desse processo, assim como analisado amplo material escrito produzido por várias organizações nesse período. A atenção está voltada para as articulações entre algumas significações produzidas pelos diversos grupos em relação, assim como para as dinâmicas de construção, desconstrução e reconstrução de relações de representação dos trabalhadores rurais nessas mobilizações. Destacam-se as relações de aliança e disputa entre os principais grupos que estiveram à frente das ocupações - assim como as fortes reações de seus adversários - interações que influíram decisivamente no desenrolar do processo estudado.

Palavras-chave: Mediações, ocupações de terra, Minas Gerais

Abstract

The main objective of this study is to understand the actions of mediation - developed between activists of social movements, organizations , rural workers and their opponents - directed to the achievement of land occupations in Jequitinhonha , Mucuri and Rio Doce regions (Brazil / Minas Gerais), from mid -1980s to mid -1990s . Given this purpose, interviews were conducted with some of the key actors who participated in this process, as well as extensive analysis of written documents produced by various organizations during this period. The focus is on the connections between some meanings of this various groups, as well as the dynamics of construction, deconstruction and reconstruction the representation relations of the rural workers in these mobilizations. We highlight the relationships of alliance and competition between major groups that were ahead of occupations - as well as the strong reactions of his opponents - interactions that influenced decisively in the proceedings studied.

Keywords: Mediations, land occupations, Minas Gerais

LISTA DE SIGLAS

AC - Ação Católica
AI5 - Ato Institucional nº 5
AP - Ação Popular
APML - Ação Popular Marxista Leninista
CAT - Cursos de Aprofundamento Teológico
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CEDEFES - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
CEDEM - Centro de Documentação e Memória da UNESP
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DEOESP - Departamento Estadual de Operações Especiais
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FETAEMG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FETAPE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IEF - Instituto Estadual de Florestas
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JAC - Juventude Agrária Católica
JEC - Juventude Estudantil Católica
JIC - Juventude Independente Católica
JOC - Juventude Operária Católica
JUC - Juventude Universitária Católica
MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra
MEB - Movimento de Educação de Base
MIRAD - Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MOBON - Movimento da Boa Nova
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MSTR - Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais
ONG - Organização Não Governamental
PA - Projeto de Assentamento
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PRRA/MG - Plano Regional de Reforma Agrária de Minas Gerais
PRS - Partido da Renovação Social
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
RENAP – Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UDR - União Democrática Ruralista

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1: Mesorregiões de Minas Gerais.....	2
Figura 2: Panfletos em Nanuque – 1955.....	48
Figura 3: Pelego.....	92
Figura 4: Enraizamento do novo modelo sindical.....	93
Figura 5: Crítica à Nova República.....	94
Figura 6: Bispados de Minas Gerais.....	101
Figura 7: Fundação de Sindicatos.....	103
Figura 8: O Regador.....	104
Figura 9: Basta!.....	105
Figura 10: Exploração e expulsão dos trabalhadores rurais.....	106
Figura 11: Foto de placa sobre doação de lotes pela UDR – Nanuque.....	110
Figura 12: Principais municípios com trabalho de base para as ocupações iniciais.....	115
Figura 13: CUT e MST.....	117
Figura 14: Foto do bloqueio policial em Aruega.....	142
Figura 15: Unidos somos fortes.....	146
Figura 16: Fotos do conflito em Bela Vista.....	169
Figura 17: Principais municípios com trabalho de base para a ocupação da Fazenda do Ministério.....	202
Figura 18: Municípios com ocupações, acampamentos e assentamentos.....	212
Figura 19: Fluxograma com percursos dos grupos mobilizados.....	214
Quadro: Ocupações e tentativas de assentamento decorrentes das mobilizações discutidas no presente trabalho.....	213

Anexos

Figura A: Telegrama sobre invasões de terras – Teófilo Otoni – 1953.....	245
Figura B: Cursos de Aprofundamento Teológico.....	246
Figura C: Panfleto contra Caiado - UDR – Uberlândia.....	247
Figura D: Carta de D. Enzo, bispo de Araçuaí.....	248
Figura E: Fotos de Caraí.....	249
Figura F: Fotos de Lajinha.....	251
Figura G: Fotos da prisão em Unaí.....	253
Figura H: Carta de Padre Antônio.....	256

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
I- APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A LUTA PELA TERRA.....	26
1.1- Luta pela terra no Brasil.....	26
1.2- Trabalhadores rurais do Nordeste Mineiro.....	37
1.3- Luta pela terra em Minas Gerais; da década de 1940 ao golpe de 1964.....	44
II- REPRESSÃO, RESISTÊNCIA E REVIGORAMENTO DA LUTA PELA TERRA EM MINAS GERAIS.....	66
2.1 - Retração e resistência na luta pela terra.....	66
2.2 – Redemocratização e revigoramento das mobilizações.....	78
2.3 – Ocupações de terra em Minas Gerais.....	89
III- EMERGÊNCIA DAS NOVAS MOBILIZAÇÕES: ABRINDO CAMINHOS PARA AS OCUPAÇÕES DE TERRA.....	112
3.1-Intensificação das mobilizações num contexto adverso.....	112
3.2- Religiosidade e política.....	125
3.3- Ocupação, reação e resistência.....	133
3.4- Sentimentos de união, força e ligação com o espaço institucional.....	146
IV- DISPUTAS, CONFLITOS E IMPASSES: REPRESENTAÇÕES E MEDIAÇÕES DESARTICULADAS.....	153
4.1- Ocupação, discordâncias e despejo em Sapezinho.....	153
4.2- Disputas e conflitos de mediações.....	160
4.3- Violência e desarticulação nas mobilizações.....	167
4.4- Representações e alianças enfraquecidas.....	176
4.5- Incursões frustradas noutras regiões.....	186
V- REFLORESCIMENTO DAS MOBILIZAÇÕES EM DIREÇÃO AO VALE DO RIO DOCE.....	193
5.1- Retomando a força numa nova região.....	193
5.2- Rearticulação das ações de mediação.....	215
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	227
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	232
APÊNDICES.....	240
ANEXOS.....	245

INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte de um esforço de compreensão sobre alguns contornos das mudanças sociais e políticas na atualidade. Os processos de transformação - especialmente aqueles relacionados às buscas organizadas pelo redimensionamento das relações de poder na sociedade - chamam cada vez mais atenção e colocam desafios interessantes para as Ciências Sociais.

Diante desse desafio, o questionamento sobre os efeitos das ações de alguns grupos mobilizados - com suas várias utopias, valores, práticas, relações sociais e políticas - é fundamental para a compreensão dos processos em curso, suas potencialidades, limites e alternativas. Nesse sentido, cresce a necessidade de estudar as ações de grupos comumente denominados como organizações e movimentos sociais, buscando analisar em que medida essas ações acontecem, obtêm adesão, atingem seus objetivos e direcionam os processos sociais, culturais e políticos.

Parte dessas discussões foi desenvolvida anteriormente, em pesquisa na qual estudei as mobilizações que deram origem ao Assentamento Aruega (Novo Cruzeiro/MG) e as identidades dos trabalhadores rurais nele assentados¹. Na oportunidade, discuti a formação de novas identidades nas mobilizações e suas consequências para a organização social, econômica, política e cultural dos assentados, demonstrando como, a partir dessas ações, foram constituídas novas relações entre utopias políticas e valores tradicionais, resultados que serão mais bem explicitados quando for apresentada a problemática da presente tese.

Os desdobramentos daquele trabalho trouxeram novas questões que motivaram a pesquisa aqui apresentada, principalmente no que se refere ao questionamento sobre os componentes das mobilizações, naquele contexto, que poderiam ser considerados como os principais motivadores do processo estudado.

Assim, diante da multiplicidade de fenômenos que envolvem as ações de organizações e movimentos sociais, instigou-me colocar em questão quais seriam os possíveis elementos que incitariam a mobilização, as ações de enfrentamento e a formação de novos atores políticos.

A atenção está aqui direcionada para a noção de *mediação* (NEVES, 2008) enquanto ação específica fundamental para as mobilizações sociais e políticas. Diante da pergunta “Por que e como os movimentos sociais acontecem?”, questionar as ações de mediação pareceu, a princípio, ter potencial explicativo, pois entendo que essas ações podem ter caráter catalisador para a realização das mobilizações sociais.

Diante dessas reflexões, formulei a proposta de pesquisar as ações de mediação, entendidas em seu caráter múltiplo, processual e relacional – desenvolvidas entre militantes de movimentos sociais, organizações, trabalhadores rurais e seus adversários - direcionadas para a realização de ocupações de terra nos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce (MG), a partir de meados da década de 1980 até meados da década de 1990.

Nessa região (Figura 1) ocorreram intensos conflitos pela terra - principalmente a partir da década de 1940 - e, na década de 1980, como parte do processo de redemocratização do Brasil, houve forte atuação de organizações e movimentos sociais, que redimensionaram as formas típicas de mobilização utilizadas até então. No Nordeste Mineiro, nesse período, foram realizadas algumas das primeiras ocupações de terra massivas na *forma acampamento* (SIGAUD, 2000) em Minas Gerais, o que transformou significativamente a luta pela terra na

¹ Refiro-me à pesquisa que desenvolvi no mestrado em Extensão Rural, na Universidade Federal de Viçosa, entre os anos de 2005 e 2007, sob orientação da professora France Maria Gontijo Coelho. Ver Zanglmi (2007).

região, seus principais atores e estratégias. Nesse contexto, as ocupações de terra e formação de acampamentos adquiriram significado central na criação de canais de interação entre sociedade civil e política institucional, em torno da bandeira de luta pela reforma agrária.

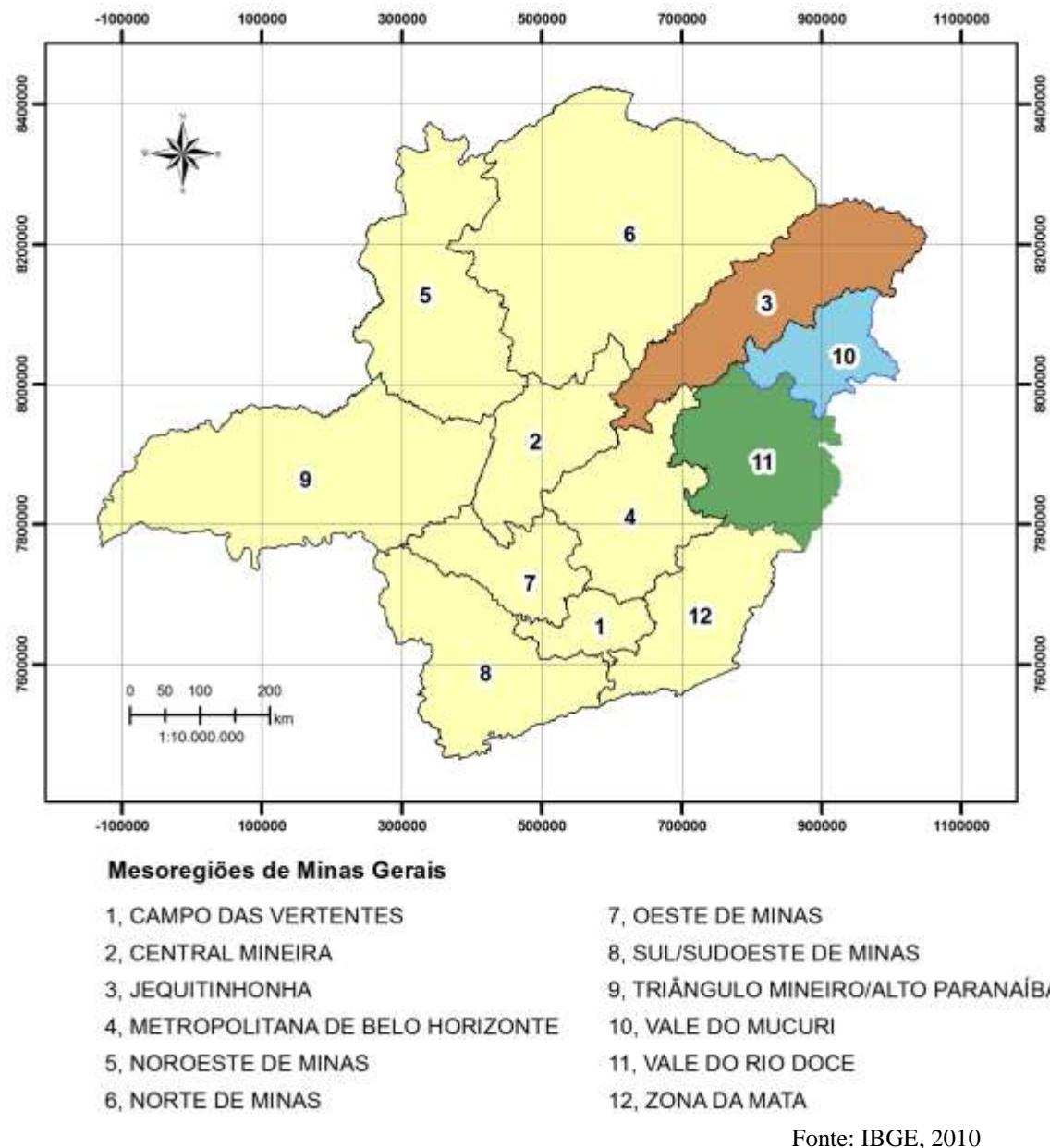


Figura 1: Mesorregiões de Minas Gerais

A proposta de investigação direciona-se a compreender quais foram as principais forças envolvidas (trabalhadores rurais, MST, CPT, STRs, partidos políticos, Estado, latifundiários, Igreja, poder local etc.) e em que medida suas expectativas - no processo de mediação - influíram na construção e desconstrução de relações de representação (BOURDIEU, 1989) em ligação com as referidas ocupações.

Quase não contamos com estudos sobre os processos de ocupação de terra em Minas Gerais, existindo apenas poucas análises² sobre a realidade - social, política, econômica etc. - de alguns assentamentos, não lançando um olhar mais amplo sobre as mobilizações desses atores ao longo do tempo. Assim, nosso esforço passou também pela reconstrução histórica dos antecedentes, desenvolvimento e desdobramentos desse processo mais amplo de mobilização.

Problemática

Pretendi entender se (e como) foram constituídas, na bricolagem entre os vários universos de significação (NEVES, 2008), novas significações e, assim, foram direcionados esforços coletivos para as referidas ocupações de terra. Nesse sentido, questionei como se deu o encontro entre as várias visões de mundo, utopias e projetos políticos, tanto em parceria quanto em disputa pelo direcionamento das ações de ocupação, resistência e enfrentamento de adversários.

Esse processo envolveu relações entre vários atores, principalmente entre grupos de trabalhadores rurais de comunidades da região, agentes estatais, fazendeiros, poderes locais e militantes de movimentos sociais e organizações - como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Partido dos Trabalhadores (PT) e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs).

As lideranças, ao buscarem sistematizar um projeto coletivo, têm como condição de sua eficácia³ a adequação, em diferentes graus, de suas formulações aos anseios e representações daqueles que pretendem guiar, que não podem ser tratados como passivos nessas ações. Tanto militantes quanto as pessoas por eles mobilizadas são atores nesse processo, cabendo a ambos - em diferentes e variáveis graus - construir ações conjuntas através da sistematização, num mesmo arranjo, de elementos políticos e culturais antes dispersos (NEVES, 2008). Nesses processos, pode ocorrer criação de novas significações, modificando as perspectivas dos vários atores em relação.

Assim, busquei evitar a substancialização das ações de mediação como atributos de certos atores, pois considero que os grupos mobilizados - em graus diferentes em cada contexto - também adquirem poder, capacidades de sistematização, capital político, legitimidade de representação (BOURDIEU, 1989) e são corresponsáveis pelas ações de mediação nessas relações. Dessa forma, é preciso atentar para os diferentes níveis de mediação em cada contexto.

Essas relações - tanto entre grupos de militantes quanto entre estes e as comunidades mobilizadas - são inevitavelmente tensas, cheias de descompassos e desigualdades de poder. No entanto, existem também espaços de comunicação e de construção de objetivos em comum, o que permite o direcionamento de esforços conjuntos.

Assim, coube esclarecer como as ações em torno das ocupações se tornaram possíveis nas *figurações* (ELIAS & SCOTSON, 2000) em questão nesse estudo, ou seja, nas interações específicas entre atores e suas respectivas perspectivas nesse conjunto de relações em contexto.

O momento inicial do recorte temporal da pesquisa se refere à inserção de militantes do MST nas ações de luta pela terra na região, o que se deu em meados da década de 1980.

² Refiro-me a Moreira (2008), Fernandes (2008), Zangelmi (2007) e Carvalho (2000).

³ Entende-se por eficácia, nesse contexto, o envolvimento e mobilização desses grupos nas ações propostas, principalmente no que se refere às ocupações de terra e enfrentamento conjunto dos adversários.

Esses atores, ao buscarem trazer nesse momento suas experiências do sul do Brasil, introduziram elementos para o desenvolvimento de formas de luta pela terra até então pouco comuns em Minas Gerais, o que convergiu para a formação de massivas e intensas mobilizações na região.

Essas ações de mediação se tornaram mais frequentes, ao longo do tempo, em outras regiões de Minas Gerais, como o Norte e Triângulo Mineiro. A mudança e o desenlace dos acontecimentos em questão me levaram a demarcar meados da década de 1990 como referencial para o término do recorte temporal da pesquisa. Assim, considero que as mobilizações ocorridas entre meados da década de 1980 e meados da década de 1990 representam um processo específico, momento no qual as ocupações estiveram centradas no Nordeste Mineiro.

Outros fatores contribuíram para a melhor elaboração desse recorte ao longo da pesquisa. A maior parte das famílias de trabalhadores rurais mobilizadas inicialmente nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri foi assentada em meados da década de 1990, no Vale do Rio Doce, desfecho que encerra um ciclo de mobilizações. Também as principais lideranças, formadas no início desse processo, são assentadas nesse período e local, muitas delas se afastando das ações mais intensas de luta pela terra.

Esse momento marca também o maior distanciamento, em Minas Gerais, entre as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e da Comissão Pastoral da Terra, sua principal aliada nas primeiras ocupações de terra no estado. Dessa forma, esse período é tido por vários atores como momento de maior autonomia do MST.

O processo de ocupação (1994) e assentamento (1997) na Fazenda do Ministério (Governador Valadares), hoje assentamento Oziel Alves Pereira, é a principal referência nesse sentido, pois praticamente não contou com a participação da CPT. Essa ocupação marca também o fechamento de um longo processo de enfrentamento em Minas Gerais, sendo que a Fazenda foi objeto de luta histórica na região, cujos desdobramentos estão relacionados com o golpe civil-militar de 1964.

Diante da multiplicidade de ações de mediação, cabe ressaltar que interessou a este trabalho principalmente aquelas voltadas para a criação de condições para a concretização das referidas ocupações de terra, resistência e enfrentamento de adversários no decorrer do processo de conquista da terra. Para tanto, discutir a possibilidade de formação de representações políticas (BOURDIEU, 1989), entendidas em seu caráter relacional e processual, foi elemento fundamental para o entendimento de como se tornaram possíveis as ações em questão.

Entendo que a formação de novas significações é um dos elementos centrais das ações de mediação em grande parte dos movimentos sociais na atualidade, sendo fator essencial para o envolvimento das pessoas nas ações conjuntas e projetos políticos propostos. Para obter sucesso nas mobilizações - principalmente naquelas que questionam as relações de poder - é fundamental romper com parte das concepções vigentes, rearticulá-las em novos caminhos.

No mesmo sentido, considero que as capacidades relacionadas às atividades de mediação são, entre outros fatores, fundamentais para a legitimidade das representações políticas, pois a autoridade de falar em nome do grupo está relacionada à capacidade de articular significados críveis, que potencializem as ações conjuntas propostas. Mediação e representação política não são unívocos, porém por várias vezes caminham de forma integrada nas ações de movimentos sociais.

A partir dessas discussões, pretendi refletir, de forma mais ampla e profunda, sobre os processos de formação e desenvolvimento das representações políticas (BOURDIEU, 1989) e

o direcionamento dessas forças para a construção de ações conjuntas nos movimentos sociais, em específico para a realização das ocupações em questão.

Como salientado anteriormente, o objetivo central dessa pesquisa é compreender as ações de mediação desenvolvidas entre integrantes de movimentos sociais, organizações, trabalhadores rurais e seus adversários – voltadas para as mobilizações em torno das ocupações de terra nos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce (MG), a partir de meados da década de 1980 até meados da década de 1990.

Em vista da escassez de informações sobre o processo analisado, foi necessário conhecer, em perspectiva histórica, parte dos acontecimentos que marcaram o processo de luta pela terra no Nordeste Mineiro, principalmente de meados da década de 1980 até meados da década de 1990, em especial os contornos das ocupações de terra e formação de acampamentos.

Também foi necessário atentar para as relações entre as ações de mediação e a dinâmica das representações políticas ao longo do processo estudado, buscando compreender construções, desconstruções e reconstruções da legitimidade de falar em nome dos grupos e direcionar as ações conjuntas.

Outro ponto que mereceu atenção especial foi a necessidade de compreender as relações de parceria, disputa e conflito entre os principais grupos envolvidos, fortemente marcadas pela interdependência e transformação ao longo do tempo. Dada a complexidade e o dinamismo dessas relações, foi importante reconstruir suas teias nos vários contextos que marcaram o processo estudado.

Por fim, buscamos discutir as relações entre as mediações e criação de canais de interação entre sociedade civil e Estado nesse processo, procurando trazer à tona elementos que possam contribuir para compreender as formas de trânsito entre as mobilizações de organizações e movimentos sociais e as instituições públicas.

A problemática de pesquisa foi construída, em grande medida, com base nas noções de *movimento social, mediação, representação política, figuração social, sociedade civil e sociedade política*, inicialmente destacadas para os objetivos da presente pesquisa.

As discussões conceituais aqui apresentadas são pensadas como instrumentos que podem ajudar a colocar alguns questionamentos e aprofundar as análises, mas não como modelos rígidos que submetam os indícios às teorias previamente definidas. Assim, consideramos fundamental uma relação crítica com a teoria, de forma que ela possa ser tensionada e reavaliada continuamente.

A ideia de *movimento social* está geralmente ligada às ações desencadeadas por grupos que têm o objetivo de mudar a distribuição de poder, formas de interação e ideais culturais vigentes na sociedade (ALEXANDER, 1998). Essa ideia também está comumente relacionada com a sistematização e publicização de determinados projetos de sociedade, de determinadas causas, o que em muitas análises passa pela delimitação de um ou mais adversários e pela formação de redes de mobilização (NEVEU, 2005).

Descrições e análises sobre processos sociais com essas características foram feitos por estudiosos de várias áreas do conhecimento e através de várias abordagens e objetos, cada qual chamando atenção para aspectos diferentes dessas ações, porém com certas convergências e complementaridades que vale a pena relacionar para os objetivos da pesquisa aqui proposta.

Inicialmente, considero a categoria *mediação* fundamental para a compreensão dessas ações. Algumas discussões e pesquisas sobre processos de mediações nos movimentos sociais e organizações políticas podem ajudar a compreender melhor as possíveis conexões entre as reflexões teóricas e o processo aqui apresentado.

Novaes (1994) aponta caminhos interessantes, chamando inicialmente a atenção para os riscos do uso do termo *mediação* de forma naturalizada, sem cuidado teórico, o que estaria levando muitos estudos a uma “economia de reflexão” (NOVAES, 1994, p. 177). Muitos, também equivocadamente, estariam usando esse termo como um eufemismo, escondendo antigas perspectivas sobre certos atores, antes caracterizados como “vanguarda, direção, intelectuais orgânicos” (NOVAES, 1994, p. 183), perdendo assim a visão sobre a natureza social específica de cada tipo de mediação.

A autora demonstra como as raízes do uso dessa noção estão ligadas aos estudos antropológicos sobre as chamadas sociedades primitivas, enfatizando a variedade de atores muitas vezes identificados como mediadores, como o próprio antropólogo, o professor, o padre, o coronel⁴ etc.:

o isolamento, a assimetria, a dominação política e econômica têm universalmente produzido necessidades de mediação para o “bem” ou para o “mal”. Isto é, para a reprodução ou para o questionamento da dominação. Antropólogos, coronéis, mestres, padres, diferentes entre si contribuíram para as submissões e rebeldias camponesas. Mas, em todas as formas, todos se propõem a ser ponte, a estar *entre*, fazer meio de campo. Fazer mediação é traduzir, e/ou introduzir, falas, linguagens... (NOVAES, 1994, p. 178).

Segundo a autora, o termo *mediação* entra no discurso dos estudiosos do campo brasileiro a partir dos anos de 1970, em face, principalmente, da acentuada concentração de terra e poder decorrente do modelo de desenvolvimento capitalista delineado nesse período. A perspectiva de estudiosos do meio rural sobre a exclusão dos trabalhadores nesse processo e as alternativas de enfrentamento desse quadro impulsionaram o uso dessa categoria em seus trabalhos.

Novaes comenta as ideias de mediador *externo, de cima e de dentro*, utilizados em vários trabalhos. Os *externos* seriam “portadores de recursos humanos e materiais para os movimentos” (NOVAES, 1994, p. 179). Assim, esses recursos - sob a posse de igrejas, universidades, Estado, ONGs - seriam fundamentais para “quebrar o isolamento e para a estruturação dos movimentos” (NOVAES, 1994, p. 179).

Os *mediadores externos* trariam também recursos simbólicos, muitas vezes ligados aos valores dos grupos que pretendem mobilizar, o que leva a “questionar o caráter e os graus de externalidade” (NOVAES, 1994, p. 180) dessas ações de mediação. A autora salienta como esses limites são tênues, variáveis, pois muitas vezes os supostos *externos* falam *de dentro*, assumem a causa dos movimentos como sua, permeando e sendo permeados pelos movimentos.

Os *mediadores de dentro* seriam grupos de representação e organização dos trabalhadores, como sindicatos, MST, etc., formados a partir de suas bases. Novamente a autora salienta que “as fronteiras são tênues” (NOVAES, 1994, p. 181), necessitando que se definam os contornos dessas relações em cada caso específico.

Por fim, descarta o uso de modelos prévios que possam enrijecer a análise, pois considera que se deve perceber:

⁴ A autora também salienta que geralmente, no Brasil, “reserva-se a designação [de mediador] apenas para os que são considerados comprometidos com os interesses dos trabalhadores” (NOVAES, 1994, p. 181), o que para Novaes seria um equívoco. O trabalho de Wolf (2003) sobre clientelismo e patronagem demonstra as mediações de patrões e comerciantes como formas de dominação. Esse ponto é especialmente significativo para a pesquisa proposta aqui e será retomado mais adiante, especialmente para discutir as ações que envolveram o despejo das famílias que ocuparam a fazenda Sapezinho.

os múltiplos efeitos da ação dos mediadores [...], porque eles estão inseridos em um campo de forças, são condicionadores mas também são condicionados. Se é verdade que socialmente “inventam movimentos”, fazem-no sob as determinações de fatores econômicos de forças políticas em presença e, também, em disputa com os outros mediadores. Essa concorrência entre mediadores/aliados, por vezes, ajuda a explicar por que certos caminhos foram escolhidos, por que certas alianças foram feitas e outras desprezadas (NOVAES, 1994, p. 182-183).

Medeiros & Esterci (1994), em conformidade com grande parte dessas ideias, afirmam que “as mediações podem ser pensadas como ações que tiram movimentos e grupos de sua dimensão local e particular e os relacionam a outras instâncias e grupos sociais” (MEDEIROS & ESTERCI, 1994, p. 19). Nesse sentido:

sob a forma de organismos e pessoal do Estado, entidades de apoio e de representação, elas estão presentes na conformação da luta pela terra, na constituição de novas identidades que se gestam nesse processo, na produção de visibilidade de movimentos, na busca de alianças, na estruturação de demandas, na organização econômica, social e política dos assentados (MEDEIROS & ESTERCI, 1994, p. 19).

Segundo as autoras, as mediações aparecem também na direção política, nas tentativas de certos atores de se estabelecer como representação dos grupos em luta, dando margem ao surgimento de novas formas de representação e controle, rompendo os monopólios tradicionais. No entanto, “se a dominação se faz presente, não há passividade frente a ela, constituindo-se nos assentamentos uma relação tensa entre os trabalhadores e as mediações, uma vez que muitas das regras fixadas aparecem como estranhas ao grupo” (MEDEIROS & ESTERCI, 1994, p. 21).

Assim, fica evidente a necessidade de se atentar para a multiplicidade de expectativas e estratégias nos processos de formação política na luta pela terra, em complexas teias de relações. Como enfatizam Medeiros & Esterci, pensar dessa forma é entender que as tensões e os conflitos são parte integrante das relações sociais.

Cabe salientar que a metáfora de mediação enquanto “ponte” (NOVAES, 1994) requer certas ressalvas, pois essa expressão pode passar a ideia de que mediar seria apenas ligar dois pontos. As ações de mediação não apenas levam significados de um lado para outro, mas principalmente os transformam, compondo novos arranjos. Aqueles que fazem a mediação não são neutros, mas sim elementos da relação, transformando-a continuamente. Assim, torna-se profícua a aproximação do papel de mediador com a de tradutor ou a de *bricoleur*, como caracterizou Neves (2008). A autora considera que *mediação*, desenvolvida por atores políticos especializados (do Estado, ONGs, movimentos etc.), é uma intervenção promotora de interação entre *universos de significação*. Os mediadores agem a partir da orientação simbólica de seu grupo (organização, instituição etc.) de origem, ou seja, são atores concretos, imersos em posições sociais e políticas que conformam suas perspectivas sobre a realidade, estruturam suas possibilidades e limites de ação.

Segundo a autora, eles têm a função de sistematizar demandas, fazendo uma bricolagem com os fragmentos de significados recolhidos junto aos vários contextos e agentes envolvidos, criando novos significados. Assim, o trabalho de mediação liga projetos políticos diversos, cada um portador de uma ideia de desenvolvimento social própria, específica, ligada

às diferentes sociedades idealizadas. Nesse sentido, os mediadores desencadeiam processos de interação e negociação entre perspectivas de mundo, transformando os grupos envolvidos nesse processo comunicativo (NEVES, 2008). Para Neves, cada grupo, cercado de diferenciações,

depende assim de alianças com outros agentes que se apresentam como portadores de intenções de construção de comunhão de interesses, que se apresentam como capazes de formular sistematicamente as demandas e como porta-vozes da crença na eficácia e na legitimidade da proposição (NEVES, 2008, p. 36).

Para a autora, essa concepção não nega a existência de desequilíbrios de poder, porém salienta que os grupos mobilizados também são ativos nessa interação, reordenando os objetivos de acordo com suas experiências e expectativas:

Mesmo aceitando o engajamento em processos de mudanças intencionais, os reivindicados beneficiários não podem ser pensados sob a metáfora da esponja na água. Eles tentam reordenar os objetivos, reconhecidos conforme seus interesses e saberes mais imediatos. Integram-se para tornar suas expectativas, valores e pontos de vista factíveis e objetiváveis, para além de tornar seus os objetivos apresentados no contexto dos processos de mudança (NEVES, 2008, p. 36).

Os mediadores também são transformados nessa interação, fazem parte dela, o que dá contornos específicos para cada processo de mediação pelos diferentes contextos de interação, encontros comunicativos, numa multiplicidade de atores potencialmente envolvidos e capazes de alterar os rumos das ações almejadas. Neves afirma que nos processos de mediação:

os desdobramentos não são dados a priori, sua dinâmica é relativamente indefinível. Há desdobramentos inesperados e múltiplas formas de reapropriação dos objetivos e intenções, demonstrando que atos de mediação também são procedimentos para transformação (NEVES, 2008, p. 38).

Dessa forma, como pensa Neves (2008), mediação envolve criação de canais para troca de saberes, experiências, em nome da construção, sempre imprevisível, de um projeto em comum e do direcionamento de esforços no sentido da realização desse projeto. Os mediadores unem os diferentes significados, num novo arranjo, valendo-se de estratégias de interação, de convergências nas diferentes concepções e da possibilidade de entendimento mútuo.

Assim, uma multiplicidade de aspectos culturais está presente nessas ações, diante do desafio de reunir significações diferentes⁵ em torno de projetos e mobilizações em comum. A mediação traz, assim, o potencial de transformação. Como afirma a autora, “a análise das relações instituídas e instituintes da interconexão entre mediadores e mediados coloca em

⁵ Neves não nega que os grupos envolvidos compartilham, à priori, vários aspectos culturais – principalmente em se tratando da globalizada sociedade atual - porém salienta que as ações de mediação se deparam com desafios culturais, ou seja, têm que colocar em interação grupos que, a princípio, não possuem um diálogo cultural fluente.

relevo os espaços sociais nos quais, a despeito de todos os constrangimentos, os agentes criam as condições de mudança social" (NEVES, 2008, p. 39).⁶

Acrescente-se que, além da transformação, as ações de mediação podem servir também para a manutenção das relações de poder, como apontei anteriormente, a partir dos trabalhos de Novaes (1994) e irei retomar mais adiante no que se refere ao processo em questão na presente pesquisa. Assim, em relação às ações de mediação em defesa do *status quo*, foi extremamente profícuo lançar mão das ideias de Novaes para compreender a atuação de fazendeiros, policiais, prefeitos etc. no sentido da desarticulação das mobilizações em torno das ocupações de terra e manutenção das relações tradicionais que sustentavam seu poder.

Também é importante salientar que as ações de mediação não devem ser substancializadas em certos atores, delimitando rigidamente certos grupos como mediadores e outros como mediados. Essas relações são fluidas, graduais e dinâmicas, podendo variar consideravelmente nos vários processos de mobilização. Dessa forma, as ações de mediação não são inerentes a indivíduos determinados. Elas são construídas e desconstruídas continuamente, podendo ser desenvolvidas por uma multiplicidade de atores envolvidos nas diversas relações em processos variados.

Essas discussões sobre mediação puderam contribuir, nessa pesquisa, tanto para a compreensão das formas como organizações e movimentos sociais buscaram mobilizar pessoas para o questionamento e enfrentamento das relações de poder - unindo suas utopias e os valores dos trabalhadores rurais envolvidos, formando novos arranjos – quanto, por outro lado, para esclarecer as mediações que buscaram enfraquecer essas lutas, reatando e/ou reafirmando antigos laços.

Note-se que as ações de mediação são elementos centrais na formação e desenvolvimento da representação política⁷, pois legitimam que certos atores, em graus diferentes e variáveis, assumam proeminência na construção de demandas e projetos conjuntos, falem em nome do grupo e estabeleçam relações com outros grupos. Por outro lado, aqueles que dispõem de legitimidade política adquirem o direito de atuar como mediadores em determinadas situações.

Assim, considero pertinente lançar mão de algumas análises sobre alguns atributos da representação política. Bourdieu (1989), buscando elementos para entender o campo político, discute a construção da representação política, entre mandantes (representados) e mandatários (representantes), enfatizando que as diferentes possibilidades de acesso aos instrumentos de produção política são definidores para a delimitação desses papéis.

O autor salienta que o campo político é espaço de lutas, de concorrência entre agentes especializados, em que se acumula um poder específico, embora outras formas de poder - como os capitais econômico e simbólico – também influenciem fortemente nas possibilidades de participação política. Assim, é preciso condições de acesso a certa forma de conhecimento, pois, "a intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais

⁶ Minha atenção está mais direcionada para as ações de mediação do que para os indivíduos geralmente reconhecidos como mediadores. Por outro lado, considero também serem válidos estudos focados na análise sobre trajetórias e atuação dessas pessoas, buscando conhecer os contextos e influências sobre a formação das capacidades e interesse por essa posição. No entanto – em vista de alguns estudos que consideram que o ambiente metropolitano é o *lócus privilegiado* (VELHO & KUSCHNIR, 2001. MOURA, 2001. CASTRO, 2001) para a formação de mediadores – quero salientar a necessidade de se acrescentar outras variáveis tão ou mais significativas, como a inserção na lógica dos movimentos sociais.

⁷ É importante ressaltar que mediação e representação política, apesar das convergências apontadas, não são ações idênticas e nem sempre ocorrem de forma conjunta e/ou interligada, ou seja, pode existir mediação sem representação e vice-versa, variando os contornos dessas relações em cada contexto específico.

precisamente, do universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece em dado momento" (BOURDIEU, 1989, p. 165).

A ação política depende de um "corpus de saberes específicos" (BOURDIEU, 1989, p. 169). Uma das competências, citadas por Bourdieu, necessárias para a concentração dos meios de produção política, é o domínio da linguagem específica desse campo, seus códigos, sua retórica, em que se permite argumentar, ser ouvido e respeitado.

Ele também enfatiza a importância de se passar por uma iniciação, um rito de passagem, em que se aceitam certas regras, valores e hierarquias, ou seja, parte do processo de aceitar uma normalização, demonstrar estar de acordo com a lógica de funcionamento do campo, considerar legítimas as regras do jogo e os papéis na estrutura interna de poder.

Segundo Bourdieu, esses profissionais têm o controle dos instrumentos políticos, tendo os representados que aderir por antecipação aos programas pré-formados. Quanto mais afastados das condições de produção política, mais as pessoas têm que "delegar", ou seja, estão tanto mais:

condenados à fidelidade indiscutida às marcas conhecidas e à delegação incondicional nos seus representantes, quanto mais desprovidos estão da competência social para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou atos políticos; o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem (BOURDIEU, 1989, p. 166).

Nesse sentido, os mandantes confiam nas organizações políticas de sua escolha, atribuindo poder, monopólio dos profissionais políticos que permite que eles representem a vontade dos mandantes.

No entanto - apesar dessa adesão prévia e controle político - cabe salientar que os graus de acesso aos instrumentos de poder são variados e variáveis, sendo construídos e desconstruídos em processos concretos de interação em cada situação específica. Assim, esse monopólio não é absoluto ou irrevogável, sendo a divisão entre representantes e representados passível de transformação constante.

Segundo Bourdieu, cada grupo político faz um "jogo duplo", por um lado buscando a adesão de mandantes e, por outro, lutando contra seus adversários, as outras organizações, no interior do campo político. Nesse sentido, por um lado, lutam pela conservação ou transformação do mundo social através do enfrentamento simbólico para influir nas visões de mundo, nas classificações em vigor, ou seja, nos critérios de *di-visão legítima do mundo social* e, assim, mobilizar os grupos, e por outro, lutam pelos instrumentos objetivados na administração pública (direito, exército, finanças públicas etc.). Como argumenta Bourdieu, os partidos⁸, agentes por excelência dessa luta, tentam:

elaborar e impor uma representação do mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos e, por outro lado, conquistar postos (de poder ou não) capazes de assegurar um poder sobre seus tributários. Assim, a produção de ideias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada de fato à lógica da conquista do poder, que é a da mobilização do maior número (BOURDIEU, 1989, p. 174-175).

⁸ Apesar de nossa pesquisa não se concentrar principalmente na representação partidária, consideramos que as reflexões de Bourdieu contribuem para o esclarecimento das formas de representação constituídas no processo de mobilização que propomos estudar, mais ligadas as ações de movimentos e organizações sociais e políticas na luta pela terra.

Para Bourdieu, a relação de concorrência entre os mandatários acaba direcionando a relação destes com seus mandantes. O autor afirma que

a relação que os vendedores profissionais dos serviços políticos (homens políticos, jornalistas políticos, etc.) mantém com os seus clientes é sempre mediatizada, e determinada de modo mais ou menos completo, pela relação que eles mantém com os seus concorrentes. Eles servem os interesses de seus clientes na medida em que (e só nessa medida) se servem também ao servi-los (BOURDIEU, 1989, p. 177).

Assim, percebe-se que as organizações têm uma existência relacional própria no campo político, exterior às experiências dos mandantes, os cidadãos comuns, que não percebem as razões de seu distanciamento. Um exemplo discutido por Bourdieu é a delimitação entre direita e esquerda, própria do campo político, que, mesmo com transformações, permuta de papéis etc., se mantém como oposição na estrutura do jogo político.

No entanto - diferentemente dos campos científico e artístico - a eficácia na concorrência entre os profissionais depende da sua interação com os representados, sendo condicionada pelo seu reconhecimento, ou seja:

a tendência para a autonomização e divisão indefinida em minúscula seitas antagonistas (...), na constituição de corpos de especialistas dotados de interesses específicos e colocados em concorrência pelo poder no campo político (...), é contrabalançada em diferentes graus pelo fato de o desfecho das lutas internas depender da força que os agentes e as instituições envolvidos nessa luta podem mobilizar fora do campo (BOURDIEU, 1989, p. 183).

Assim, as estratégias na lógica interna do campo só podem se desenvolver satisfatoriamente em ligação com a capacidade de convencer, de mobilizar, conquistar a adesão daqueles que estão fora do campo. Nesse sentido, é fundamental “fazer crer”, ser reconhecido, mobilizar, para usufruir dos recursos de poder objetivados. O poder político vem do poder de verdade das proposições, do acúmulo de crédito, da confiança e, assim, da obediência que pode proporcionar.

Esse acúmulo de poder se dá pela construção de um “nome”, da notoriedade, que é concentrada nos profissionais e na organização, sempre podendo ser transferido mutuamente entre eles. Esse capital político se institucionaliza, se converte em cargos, postos, fontes mais estáveis de influência na administração pública.

Nesse sentido, coube questionar quais formas de representação foram criadas, questionadas e recriadas nas mobilizações para as ocupações em questão, atentando para o fato de que a autoridade da representação, nesses contextos, está fortemente ligada à capacidade de mediar, de unir perspectivas, traduzir, conectar representações, possibilitando o direcionamento de ações conjuntas entre os vários grupos envolvidos.

A legitimidade de parte dos militantes que pretendem mobilizar os trabalhadores rurais foi, em certa medida, construída, desconstruída e reconstruída, demonstrando variações significativas que influenciaram fortemente nos desfechos dos processos analisados.

Vale salientar também que as relações políticas - assim como outras dimensões da sociedade - estão passando por transformações de forma mais ampla, que influem nas dinâmicas de representação e mediação política. Para Giddens (1991), acentua-se atualmente

o desencaixe da atividade social em relação aos seus antigos referenciais concretos, baseados nos contextos locais de presença física que estruturavam a vida social, guiavam as condutas. Dessa forma, desenvolve-se uma nova *reflexividade* na qual as pessoas monitoram constantemente suas condutas, examinam e reformulam suas práticas com base nas informações crescentes que dispõem.

Nesse contexto, nossa relação com a tradição se modifica consideravelmente, pois “os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes” (GIDDENS, 1991, p. 14). Segundo Giddens & Pierson:

a modernidade do mundo, o que é ser moderno, é precisamente a constituição social da sociedade contemporânea em um mundo que superou seu passado, em uma sociedade não mais sujeita às tradições, costumes, hábitos, rotinas, expectativas e crenças que caracterizaram sua história (GIDDENS & PIERSON, 2000, p. 19).

Porém, isso não significa que as tradições deixaram de existir, mas sim que nossa relação com as tradições se modificou. As tradições passaram a ser encaradas como “contextos alternativos de tomada de decisões e como fontes alternativas de conhecimento, valor e moralidade” (GIDDENS & PIERSON, 2000, p.20). Elas se tornaram “recursos adaptáveis, flexíveis e ‘plásticos’, num mundo globalizado e cosmopolita de culturas e estilos de vida entrecruzados” (GIDDENS & PIERSON, 2000, p. 20).

Assim, as influências do passado passam a ser limitadas, objetos de escolhas, diante dos numerosos *cenários* com os quais as pessoas passam a se deparar. Nesse sentido, “as condições em que vivemos são mais o resultado de nossas próprias ações e, inversamente, nossas ações visam, cada vez mais, administrar ou enfrentar os riscos e oportunidades que nós mesmos criamos” (GIDDENS & PIERSON, 2000, p. 20).

Apesar do pensamento de Giddens ser fortemente embasado em processos amplos - principalmente as transformações de ordem global - considero sua aproximação com o processo aqui discutido pertinente, em face da forte presença de mobilizações de organizações e movimentos sociais, que dinamizam os contextos locais, desencaixando-os e ligando-os a uma multiplicidade de atores em contextos diversos.

Assim, acredito que - através de algumas ações de mediação, entre outros fatores - parte dos movimentos sociais tem caminhado para a tentativa de construir reflexivamente novas significações que os impulsionem para o enfrentamento contra grupos que estão em posição favorável nas relações de poder estabelecidas. O processo que será apresentado com mais detalhes nos capítulos III, IV e V poderá esclarecer melhor esse argumento.

A intenção foi discutir se e como as mobilizações em torno das ocupações de terra analisadas constituíram significados capazes de direcionar esforços para o estabelecimento de algumas alianças e enfrentamento contra atores antes não percebidos, ou pouco percebidos, como adversários.

Nesse sentido, considero pertinente a aproximação entre as noções de *mediação* e *reflexividade*. Creio ser coerente argumentar que as ações de mediação são, em grande medida, expressões da postura reflexiva acima descrita, pois se trata da construção ativa de novos arranjos de significados em face da busca por transformações individuais e coletivas.

Também é importante salientar que as construções de representações e mediações discutidas até aqui se dão num conjunto de relações sociais. A noção de *figuração* desenvolvida por Elias (2001) muito contribui para a compreensão sobre os contornos e

implicações dessas relações, na medida em que lança luz sobre seu caráter processual e dinâmico.

O autor entende *figuração* como uma formação social específica, constituída por dependências recíprocas, num equilíbrio móvel de tensões. Nessa abordagem, o poder é pensado como elemento disposto nas relações, o que vai de encontro à ideia de que o poder pode estar concentrado estaticamente em um só ator ou grupo de atores. A concentração de poder, que não é absoluta, é pensada pelo autor como fruto de um processo de interações - que se transformam ao longo do tempo - podendo ser modificada (ELIAS & SCOTSON, 2000).

Nesse sentido, Elias traz grande contribuição no fato de pensar os elementos sociais de forma relacional (CHARTIER, 2001), constituídos pelo contraste e interação com os outros, o que deu centralidade aos seus conceitos de *interdependência* e *equilíbrio*. Assim, as dependências mútuas, os conflitos, as tensões entre poderes, em perspectiva diacrônica, são considerados constitutivos da sociedade. Como afirma:

Por configuração entendemos o padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores – não só pelos seus intelectos, mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrâncio flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários (ELIAS, 2005, p. 142).

Assim como num “jogo de xadrez”, os atores sociais têm como referência para suas ações os papéis e ações dos outros, indissociáveis, interdependentes, o que impossibilita ações totalmente isoladas, estáticas e autônomas. Segundo Elias:

é isto que expressa o conceito de interdependência: como em um jogo de xadrez, cada ação decidida de maneira relativamente independente por um indivíduo representa um movimento no tabuleiro social, jogada que por sua vez acarreta um movimento de outro indivíduo – ou, na realidade, de muitos outros indivíduos -, limitando a autonomia do primeiro e demonstrando sua dependência (ELIAS, 2001, 157).

Ao mostrar essas relações na dinâmica histórica, o pensamento de Elias remete à necessidade de se tentar precisar, em cada contexto, como se dão esses arranjos, essas teias de interdependências e como essas relações influem nos rumos dos acontecimentos, nas escolhas e vicissitudes de processos sem sentido previamente definido. Nesse sentido, coube descobrir quais as relações entre grupos – como CPT, MST, STRs, agentes estatais, poder local, fazendeiros, partidos políticos etc. – nas figurações construídas nos processos de mobilização para as ocupações no Nordeste Mineiro, nas décadas de 1980 e 1990. Dessa forma, o foco esteve direcionado para as tensões, conflitos, interdependências e estratégias desses diversos atores e para os desdobramentos concretos advindos dessas relações.

Outra reflexão que me parece importante refere-se às relações entre as mobilizações e suas possíveis conexões com o espaço público. Nesse sentido, estudos sobre as relações entre sociedade civil e política, suas formas de trânsito e transformações, adquiriram relevância para os propósitos da pesquisa aqui proposta.

Cohen & Arato (2000) discutem como a cultura - enquanto tradições constituídas pelas relações interpessoais cotidianas - interage com a esfera institucional, o que traz riscos de burocratização. Eles discutem como os movimentos sociais penetram nas instituições, se

racionalizam, numa relação crítica com os costumes e representações, na busca de direitos fundamentais, de democratização nas relações.

Assim, os autores consideram que as instituições modernas colonizam parte do *mundo da vida*, mas também trazem autoreflexividade para os atores, emancipam, protegem direitos, democratizam relações, problematizam valores etc. Nesse sentido, os movimentos sociais são ações dinâmicas que reanimam a esfera pública, abastecendo-a com novas e criativas forças sociais.

Analizando os principais paradigmas teóricos sobre movimentos sociais - o da *mobilización de recursos*, que prioriza as estratégias racionais dos atores; e dos *novos movimentos sociais*, que enfatiza a cultura, valores sociais e construção de identidades – eles pretendem demonstrar que essas perspectivas indicam, cada uma ao seu modo, aspectos diferentes dos movimentos sociais. Como afirmam:

Los paradigmas en competencia del estudio de los movimientos sociales nos dejan así con una elección insatisfactoria: o uno interpreta a los movimientos en términos de la lógica estratégica de la organización – supuesta en la presión sobre las “grandes estructuras” del Estado y de la economía –, o uno opta por poner énfasis en los modelos de identidad, de normas y de cultura, y en las formas asociativas articuladas por los propios actores más innovadores, cuyo blanco son las instituciones de la sociedad civil. Lo que necesitamos es una estructura teórica que pueda dar cabida a ambos enfoques y explicar la lógica dual de los movimientos contemporáneos.

Empezamos afirmando que los nuevos movimientos sociales consideran los modelos culturales, las normas y las instituciones de la sociedad civil como los principales elementos en juego en el conflicto social. Claramente, los esfuerzos por influir en las estructuras económicas y en la política de Estado también tienen un importante papel en estos movimientos (COHEN & ARATO, 2000, p. 585).

Os autores afirmam que os movimentos sociais têm uma lógica dual, sendo, por um lado, *defensiva* e, por outro, *ofensiva*. No âmbito defensivo, situa-se a formação de identidades, de base, locais, que agem sobre a consciência e a cultura dos grupos. Já em seu aspecto ofensivo, estão as estratégias no jogo de poder entre atores externos, visando se incluir institucionalmente no sistema político e intervir nas políticas públicas.

Nuestro enfoque nos permite ver que los movimientos operan a ambos lados de la división sistema/mundo de la vida, y así podemos tener en cuenta las contribuciones de ambos paradigmas de la acción colectiva. Nuestra estructura también nos ofrece una interpretación más sintética del significado de la acción colectiva “defensiva” y “ofensiva” de la que es posible encontrar en cualquiera de los enfoques discutidos antes (COHEN & ARATO, 2000, p. 592-593).

Apesar dos movimentos não seguirem essa lógica de forma linear em seu desenvolvimento, o que faria com que o lado defensivo fosse necessariamente uma etapa a ser suprimida pelo lado ofensivo, Cohen e Arato (2000) atribuem precedência à formação local de identidades e consideram que a força dos movimentos sociais depende da interação fluente entre essas duas esferas, a defensiva e a ofensiva. Assim, mesmo a relação entre atores da base e representantes na política sendo fundamental, não se pretende afirmar que a institucionalização destrói ou é finalidade última dos movimentos sociais.

Essas reflexões contribuíram para compreender a inserção das mobilizações para as ocupações no espaço público, as formas de interação com outras instâncias de poder, no âmbito institucional. Assim, busquei questionar como as buscas pela delimitação de novos significados e representações políticas estiveram ligadas às dinâmicas de interação com atores da burocracia estatal e com as ações do Executivo, Legislativo e Judiciário.

Metodologia

A pesquisa baseou-se na realização de entrevistas⁹ com alguns indivíduos pertencentes aos principais grupos envolvidos nesse processo de relações. Com base na análise das entrevistas preliminares junto a integrantes do Assentamento Aruega¹⁰, pude buscar indícios de quais atores tiveram proeminência nas ações de mediação¹¹ que se pretendeu estudar e, assim, fiz os primeiros contatos.

Diante da nova problemática que foi delimitada no doutorado, esses depoimentos apresentaram também informações que naquela oportunidade me passaram despercebidas e que me parecem relevantes para a atual pesquisa. Várias narrativas e interpretações desses assentados se apresentaram, agora, como elucidativas sobre as ações de mediação que a presente pesquisa tem como foco.

A partir desse trabalho, pude constituir critérios de seleção de entrevistados de forma mais coerente, de acordo com os desdobramentos da pesquisa. Entrevistei integrantes dos vários movimentos, organizações e comunidades rurais que participaram do processo em questão, buscando conhecer suas participações, perspectivas e as ações de mediação que vivenciaram. Infelizmente, não foi possível localizar um número considerável de membros de cada um dos grupos envolvidos. Um exemplo são os integrantes da Comissão Pastoral da Terra que participaram do processo estudado, muitos deles estão fora do Brasil, faleceram ou não pude descobrir onde estão vivendo. Diante dessas dificuldades, procurei entrevistar outros atores que compartilham da perspectiva desse grupo, assim como documentação na qual sua visão foi expressa.

Foi fundamental a análise de material escrito - como jornais, revistas, livros, cartilhas, relatórios, ofícios, boletins, investigações, cartas etc. - disponível em centros de documentação, arquivos de organizações, sites da internet, arquivos públicos etc. Essas informações - ao serem relacionadas com os depoimentos, observações e registros realizados por ocasião das entrevistas - puderam contribuir na construção de uma compreensão mais clara sobre as diversas perspectivas e poderes em jogo no contexto que se pretende estudar, entre outros aspectos do processo em questão.

Por outro lado, a análise prévia dessa documentação pôde contribuir na formulação de questões para as entrevistas, possibilitando que temas antes considerados irrelevantes fossem levantados e problematizados nos depoimentos, potencializando sua significação para a pesquisa.

⁹ Ver quadro de entrevistas no apêndice, no qual há uma breve indicação do perfil dos entrevistados. Os nomes dos entrevistados foram substituídos por pseudônimos, visando protegê-los de possíveis constrangimentos.

¹⁰ Refere-se aqui às entrevistas realizadas por ocasião da pesquisa de mestrado em Extensão Rural (UFV), entre os anos de 2005 e 2007.

¹¹ Pode-se observar nesses depoimentos que algumas pessoas são reconhecidas pelos depoentes como tendo uma participação diferenciada nos processos de mobilização, proeminência essa marcada pela suposta maior capacidade de comunicação, sistematização de demandas, síntese entre universos de significação, construção de projetos coletivos, direcionamento para ações transformadoras, delimitação de adversários, maior acesso aos instrumentos de poder, articulação de redes com outros movimentos e poder público, desencadeamento de processos de reflexão, questionamento e revisão das classificações vigentes, etc.

Realizei uma ampla consulta ao *Jornal Sem Terra* - de sua criação até o ano de 1997, cujas edições estão disponíveis no CEDEM, podendo ser acessadas também pela internet. Essa análise foi muito proveitosa, pois foram encontradas várias informações não disponíveis e contrastantes com os depoimentos realizados. Também, nesse percurso, consultei algumas edições do *Jornal Estado de Minas*¹² - entre os anos de 1984 e 1997 - no intuito de compreender como esse meio noticiou os acontecimentos que marcaram uma inflexão nas formas de luta pela terra em Minas Gerais, pela inserção de novos atores e estratégias. A análise desses dois jornais - entre outros de forma mais esporádica - propiciaram o levantamento de um grande número de informações e a realização de comparações entre as diferentes formas de noticiar esses acontecimentos. Esse material, relacionado com o conteúdo das entrevistas, enriqueceu as possibilidades de análise sobre grande parte do processo aqui tratado.

Consultei também a documentação da Comissão Pastoral da Terra (CPT-MG), Arquivo Público Mineiro (especificamente do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS/MG), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), além de material variado disponível em sites da internet. Uma relação de parte do material citado encontra-se no final da tese, assim como alguns documentos que considerei que valeria a pena disponibilizar integralmente, devido à sua importância para o aprofundamento sobre algumas questões tratadas. Essas fontes estão nos anexos e foram referidas, em nota de rodapé, ao longo da tese.

Ao disponibilizar parte dessa documentação para o leitor, acredito que - além de permitir uma compreensão mais clara sobre o processo aqui tratado - sejam possíveis outros olhares sobre essas fontes, que captem elementos não percebidos pelo pesquisador, enriquecendo a compreensão sobre o objeto discutido e estimulando novas pesquisas sobre essas e outras temáticas.

Certas observações sobre alguns dos arquivos consultados também podem ajudar a esclarecer o trabalho realizado e contribuir para futuras pesquisas. As referências da documentação do CEDEFES podem ser buscadas no site da organização, através de palavras-chave, o que facilita muito a pesquisa. Trata-se de um material que reúne informações sobre vários movimentos sociais de Minas Gerais, principalmente rurais.

Encontrei pouco material na FETAEMG. Essa organização não dispõe de um espaço específico e aberto ao público para pesquisa, sendo necessário solicitar esse material individualmente para alguns de seus membros, restrição que dificultou o acesso a um volume maior de documentos. Porém, através de outros arquivos - como CPT e APM/DOPS - pude encontrar parte significativa dos documentos produzidos pela Federação.

O material disponibilizado pela Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais foi surpreendente, devido ao seu volume e variedade, apresentando um potencial imenso para pesquisa. A consulta a essas fontes tão ricas demandou um grande tempo, devido à ausência de instrumentos de busca e uma classificação mais elaborada para a documentação, o que também impossibilitou que fossem disponibilizadas referências mais precisas para a documentação consultada. Por outro lado, vagar por esse material trouxe a possibilidade de encontrar informações imprevistas, que enriqueceram – por vezes, subverteram – as análises propostas inicialmente.

¹² As edições consultadas encontram-se na Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e na Gerência de documentação do Jornal Estado de Minas, na cidade de Belo Horizonte.

Utilizei nessa pesquisa algumas ferramentas da *micro-história*, que, por ser fortemente influenciada por algumas correntes da Antropologia – como nas importantes contribuições de Barth (2000) –, assume uma postura experimental frente à realidade a ser pesquisada, valorizando a descoberta de informações que contribuam na compreensão das especificidades de cada contexto e conjuntos de significados não previamente supostos.

Essa postura, ao acompanhar parte do pensamento de Geertz¹³ (1978), aparece como alternativa relevante para a construção de um conhecimento válido – tanto por se posicionar contra a submissão prévia dos dados aos grandes modelos teóricos, quanto por não cair na tendência relativista radical, que prega o desprezo pela metodologia diante de uma suposta impossibilidade em se chegar a qualquer resultado válido, reduzindo todos os trabalhos a puros discursos (LEVI, 1992).

Essa abordagem pretende - através da redução da escala de observação, da análise densa das fontes e da investigação indutiva - demonstrar as especificidades de seus objetos e o valor dessas especificidades para uma compreensão mais ampla. Sendo assim, o foco se direciona para casos concretos, processos vividos *ao rés do chão* (REVEL, 2000), e para a abertura frente categorias imprevistas, muitas vezes construídas pelos próprios atores sociais.

Segundo Levi (1992), essa postura pode trazer a perspectiva ideal para compreender a racionalidade, as estratégias dos atores sociais diante de seu universo de possibilidades, percebendo assim a tensão específica entre pressão social e liberdade do ator em cada caso concreto.

Acompanhando o pensamento de Ginzburg, pretendi buscar a interpretação de indícios, por vezes residuais e marginais, que passariam despercebidos em análises mais amplas (GINZBURG, 1989). Através de sinais, da descrição e análise densa dos enredos, significados e discursos nos processos sociais, tentei compreender as teias de relações específicas em questão nesse estudo.

Em conformidade com essa postura metodológica, como salientei anteriormente, as abordagens teóricas que dão base para a construção da problemática de pesquisa são pensadas como instrumentos que podem ajudar a colocar alguns questionamentos, delimitar um universo de pesquisa, aprofundar as análises, enriquecer as abordagens, mas não como modelos rígidos que submetam os indícios às teorias previamente definidas.

Assim, entendo que a teoria funciona como “lente” que, dependendo de sua utilização, pode tanto permitir uma visualização mais clara do objeto quanto trazer uma imagem distorcida deste. Busquei, então, uma relação crítica com a teoria, que, ao ser contrastada com os indícios específicos no contexto de pesquisa, pode ser tensionada e reavaliada continuamente.

A micro-história contribuiu, então, para a pesquisa aqui apresentada, ao pautar uma busca indutiva por conhecer o processo de mediação e mobilização para as ocupações em suas especificidades, permitindo investigações sobre os significados atribuídos pelos vários atores envolvidos, suas estratégias dispostas em teias de relações imprevistas. Nesse sentido, ela

¹³ Segundo Levi (1992), a micro-história acompanha o pensamento de Geertz em sua reação aos grandes modelos teóricos, buscando descrições densas sobre os significados atribuídos pelos atores às suas condutas, reduzindo a escala de observação como estratégia metodológica para compreender as especificidades de seus objetos. Por outro lado, Levi considera que a micro-história vai além da descrição de significados ao buscar compreender as diferentes racionalidades e seus limites em cada contexto, as estratégias e conflitos presentes na vida social e as relações de poder que influenciam fortemente na construção processual dos significados. Nesse sentido, Levi também enfatiza a importância da perspectiva comparativa e da reconceitualização para melhor compreender a realidade social.

permitiu conhecer densamente os processos de relações entre os trabalhadores rurais mobilizados, organizações, movimentos, partidos, agentes estatais etc..

Outra estratégia metodológica utilizada foi a comumente denominada História Oral, que contribuiu com parâmetros para a realização e análise das entrevistas. Nessas entrevistas, busquei abordar tanto a modalidade da *história de vida* quanto questões de ordem *temática*, procurando, assim, relacionar as trajetórias individuais com suas inserções nos grupos sociais, dinâmicas de relações e representações sobre o processo em questão nessa pesquisa.

A *história de vida* - que se refere à “narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa” (MEIHY, 1998, p 45) - pôde contribuir para situar a biografia nos seus conjuntos de interações, elucidando processos amplos de relações sociais. Já a *história temática*, por “partir de um assunto específico e preestabelecido, [...] se compromete com o esclarecimento ou opinião do entrevistado sobre algum evento definido” (p 51), o que contribui para entender quais significados cada ator atribui, de forma mais clara, aos processos que vivenciou e às realidades que observou.

A opção pela fonte oral permitiu trazer à tona uma gama de elementos fundamentais para o estudo, pois ela estimula, de forma intensa, referências subjetivas relevantes para que se entendam as visões de mundo em relação nos diversos contextos. Esse potencial fica mais evidente quando se percebe que a História Oral visualiza bem as articulações políticas - as tensões, dúvidas e estratégias - elementos fortemente ligados à memória e à identidade (HALBWACHS, 1990. POLLAK, 1992), que parte das fontes escritas não captam com tanta riqueza.

Fiz a opção - diante das interpretações correntes da História Oral como técnica, metodologia ou disciplina - de utilizar esse aparato como orientam Amado & Ferreira (2002), que consideram que a História Oral é uma metodologia, ou seja, um conjunto de procedimentos e reflexões capazes de suscitar questões, mas nunca de resolvê-las por si só. Como afirmam:

Em nosso entender, a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho – funcionando como ponte entre teoria e prática (AMADO & FERREIRA, 2002, p. xvi).

Também foi fundamental refletir sobre a relação com os entrevistados, para que os depoimentos não fossem submetidos à vontade e expectativa do pesquisador, mas sim que se compreendesse melhor a subjetividade, sempre existente, com base no conhecimento sobre os contornos específicos de cada relação pesquisador-ator. Discutir como se deu a relação entre pesquisador e pesquisados no processo de pesquisa foi fundamental para uma compreensão clara das influências mútuas em questão. Assim, busquei refletir sobre como se deram os encontros, as construções das imagens mútuas, as aproximações, descompassos e choques culturais, com o intuito de situar as informações obtidas nos contextos em que foram coletadas, compreendendo melhor seus significados, potencialidades e limites.

A História Oral contribuiu para captar os silêncios, as memórias ocultas e as subalternidades, articulados dinamicamente e com lógica própria. Enquanto muitos consideraram que os “silêncios” não podem ser compreendidos pelo trabalho de pesquisa, Portelli (2002), valendo-se da História Oral, considera que não se deve desistir, pois o

“indizível é dito”. Nesse sentido, ele sugere o procedimento de se relacionar os fatos e constituições narrativas com as articulações específicas da forma de lembrar em cada grupo.

Sem dúvida são necessários vários cuidados. Como coloca Santana (2000), os silêncios apresentam dificuldades metodológicas que exigem reflexões específicas sobre a situação de pesquisa. Entrevistas com pessoas que passaram por experiências-limite - marcadas pela violência, por traumas – são mais tensas, delicadas, principalmente quando os entrevistados passaram por interrogatórios no passado, momentos que podem ser “reavivados” pelos questionamentos nas entrevistas.

Nesse sentido, além da necessidade de compreender os motivos sociais do silêncio, é preciso compreender as especificidades do silêncio de cada entrevistado. Essas particularidades guardam fortes motivações pessoais que, agrupadas no coletivo, formam um pacto selado entre os agentes (SANTANA, 2000). Esse acordo, subentendido entre os agentes, se apresenta como grande desafio para a compreensão do pesquisador, um observador externo e supostamente perigoso para esse conhecimento tácito.

Diante dessas reflexões, fica mais evidente como a história oral pôde contribuir para compreender as várias utopias em jogo, as várias articulações subjacentes nas mobilizações e os silêncios constituídos num processo conflituoso e polêmico como foi o das ocupações aqui tratadas.

Vale salientar que - embora inevitavelmente tenha tido sempre em mente o objeto de pesquisa, com as questões que instigam o pesquisador – foi importante manter certo olhar “flutuante”, vago, aberto ao imprevisto durante o trabalho de campo. Como afirma Pétonnet, referindo-se ao método da “observação flutuante”:

Ele consiste em permanecer vago e disponível em toda a circunstância, em não mobilizar a atenção sobre um objeto preciso, mas em deixá-la “flutuar” de modo que as informações o penetrem sem filtro, sem a priori, até o momento em que pontos de referência, de convergências, apareçam e nós chegamos, então, a descobrir as regras subjacentes (PÉTONNET, 2008, p. 102).

Essa atitude do pesquisador, convergente com alguns princípios da micro-história, contribui para que não haja um direcionamento excessivo da atenção para a autoafirmação dos pressupostos, para que o trabalho de campo não seja submetido às teorias que, voluntaria ou involuntariamente, constituíram o olhar do pesquisador sobre seu objeto.

Procurei atentar também para o procedimento que Hammersley & Atkinson (1994) denominam como “entrevista etnográfica” (HAMMERSLEY & ATKINSON, 1994, p. 128). Partindo de uma discussão sobre o papel da subjetividade - tanto do pesquisador quanto das pessoas cujas ações são foco do estudo – esses autores, em convergência com os pressupostos da pesquisa aqui apresentada, enfatizam que os supostos “objetos” das pesquisas em Ciências Sociais são sujeitos que também interpretam seu mundo, tentam influir na pesquisa, nas interpretações do investigador, construindo relatos solicitados ou não. Assim, cabe tentar entender como se deram as influências mútuas no trabalho de campo, situando as informações obtidas em seu contexto de produção:

Si entendemos cómo influye la presencia del investigador en la información obtenida, seremos capaces de interpretar los datos de acuerdo con esto, y ganaremos importantes elementos que nos permitirán desarrollar y probar nuestra teoría (HAMMERSLEY & ATKINSON, 1994, p. 128).

Os autores também propõem que não se deve dividir as entrevistas de questionários e as etnográficas pelo grau de estruturação, sendo as primeiras mais e as segundas menos estruturadas. Na verdade, todas são estruturadas, sendo que as de questionário são mais *padronizadas* e as etnográficas mais *reflexivas*.

Assim, as entrevistas etnográficas seriam baseadas em perguntas menos rígidas, de caráter menos direto, com várias maneiras de se perguntar sobre temas amplos, sobre os quais os entrevistados podem falar de forma mais livre. Nesse sentido, “una pregunta que defina rigidamente un determinado tema de discusion seguramente supondrá una perdida de información que tú, entrevistador, no tienes ni idea de que existe” (HAMMERSLEY & ATKINSON, 1994, p. 129).

Essas questões são, então, mais abertas, receptivas ao imprevisto, o que não supõe que o entrevistador esteja numa posição passiva na relação, pois ele escuta ativamente, está presente, e suas expectativas influem no depoimento ali construído. Também é importante frisar que existe sempre alguma estruturação, hierarquias do que é mais ou menos importante e certo direcionamento da conversa para a problemática proposta pelo investigador.

No entanto, Hammersley & Atkinson (1994) salientam que, vez por outra, colocar algumas questões de forma mais direta pode contribuir também para testar algumas hipóteses, confrontar informações, adentrar em novas possibilidades analíticas. Assim, ao longo das entrevistas de caráter reflexivo, também é importante em alguns momentos interpelar o entrevistado, colocando a necessidade de informações mais objetivas sobre alguns pontos chave.

Os momentos das entrevistas são também importantes por permitir que se observe e participe de uma série de circunstâncias em seu entorno, ou seja, por ocasião das entrevistas, se descobre muitas coisas para além do que é dito. Essa perspectiva é condizente com a visão sobre a etnografia dos autores aqui discutidos, que não se limitam a observar e participar, mas também a “someter a la gente a estímulos verbales diferentes de los que prevalecen en los ambientes a los que estan acostumbrados” (HAMMERSLEY & ATKINSON, 1994, p. 143). Para os autores, os momentos de entrevista são aqueles nos quais o etnógrafo pode “jugar un papel más dominante que el normal, y debe sacarse ventaja de esto” (HAMMERSLEY & ATKINSON, 1994, p. 141).

Esses autores salientam também que, diante dessas relações na pesquisa, os relatos não devem ser considerados como fantasias ideológicas ou, inversamente, como verdades em seus próprios termos, devem sim ser sempre objeto de reflexão, ou seja, “La información conseguida en la entrevista, como cualquier otra, debe ser interpretada de acuerdo con el contexto en el que ha sido producida” (HAMMERSLEY & ATKINSON, 1994, p. 141).

O mesmo ocorre no que se refere às análises de documentos escritos. Hammersley & Atkinson (1994) argumentam que materiais escritos – tanto formais quanto informais - podem ser importantes para o trabalho de campo, principalmente no que se refere às sociedades mais burocratizadas que encontram na escrita grande parte de sua produção e fixação de significados.

Naturalmente que, como qualquer outra fonte, esse material deve ser criticado, submetido à análise de seus contextos de produção e uso, o que, no entanto, não pode significar sua exclusão pura e simples do trabalho de pesquisa. A crítica àqueles que se valeram das fontes escritas como validadas em si, e não como produto social, não devem tirar toda e qualquer possibilidade de reflexão válida sobre essas fontes. Como afirmam, “nuestro argumento es que, en vez de verlos apenas como fuentes de información (más o menos sesgada), los documentos y estadísticas oficiales deberían tratarse como productos sociales;

debem ser analizados y no meramente como recursos" (HAMMERSLEY & ATKINSON, 1994, p. 153).

Diante dessas reflexões sobre as várias fontes e abordagens, pode-se concluir que "una etnografía reflexiva debe ser consciente de que todo tipo de información tiene sus propios problemas, y que ninguna puede ser considerada como detentora de representaciones de la realidad incuestionablemente validas" (HAMMERSLEY & ATKINSON, 1994, p. 154).

Por fim, considerei relevante discutir as questões éticas, principalmente quando fiz a opção por um grau tão alto de envolvimento do pesquisador com aqueles que pretendo compreender. Ao longo da pesquisa com seres humanos sempre se deve ter em mente que o sucesso científico pode ter custos morais na relação entre pesquisador e pesquisado. O direito da ciência em conhecer muitas vezes se choca com o direito dos participantes em manter sua privacidade, dignidade e liberdade de escolha (COOK, 1987).

Deve-se ter em mente os riscos éticos de algumas práticas questionáveis por parte do pesquisador, como envolver as pessoas na pesquisa sem consentimento ou conhecimento do que se trata, pressionar para participarem, invadir sua privacidade, expor participantes a constrangimentos, conflitos ou julgamentos morais etc.

Geertz (2001) fornece boas referências sobre as dimensões éticas do trabalho de campo. Valendo-se do exemplo de suas pesquisas, salienta que a pesquisa social tem apontado muitos problemas, porém poucas alternativas de solução viáveis para as populações que estuda. Ou seja, o conhecimento acadêmico pouco tem servido para resolver os problemas das pessoas estudadas, apesar de muitas vezes precisar da ajuda dessas pessoas para realizar seu trabalho. Outro aspecto apontado por Geertz é o fato do pesquisador e dos participantes pertencerem a *universos morais distintos*, o que gera equívocos sobre o que é a situação em que estão envolvidos. Muitas vezes o pesquisador é visto como exemplificação das oportunidades que eles logo terão na vida, o que dificilmente se realiza. Isso é que dá o tom irônico ao trabalho de campo. Como afirma Geertz, o "antropólogo é um mostruário de bens que não estão disponíveis no mercado interno" (GEERTZ, 2001, p. 38). Além disso, para Geertz, essa situação é ainda mais irônica e preocupante porque o pesquisador - essencialmente irrelevante para as extremas carências dos participantes - depende da ajuda dessas pessoas para realizar a pesquisa, e geralmente obtém essa ajuda. Mas a ilusão não está apenas do lado dos informantes. O pesquisador, muitas vezes, se reconfirma nessa situação por acreditar ser pessoalmente valioso para os participantes na interação intercultural.

Segundo Geertz (2001), a situação do trabalho de campo causa essa pressão para que tanto pesquisadores quanto pesquisados acreditem nessas ficções que, apesar de não impossíveis de se realizarem, são improváveis. Essa situação, como salienta o autor, tem o poder de unir essas duas pessoas de universos culturais distintos em uma ficção de um mesmo universo cultural. Essa é uma grande contradição, pois se essa ficção, mais ou menos percebida, for quebrada, a relação pode ser eliminada¹⁴.

Diante dessas advertências, não publiquei os seus nomes verdadeiros, buscando evitar futuros constrangimentos e julgamentos pessoais. Também foi fundamental evitar que os informantes fossem pressionados a participar, mantendo sempre um teor de convite, que pode ser recusado sem traumas e que se deixe a cargo do informante uma parte da iniciativa para participar e abrir sua intimidade, o que suponho que tenha diminuído o caráter invasivo da pesquisa. Busquei, inclusive, construir uma relação o mais sincera possível com os

¹⁴ Apesar de grande parte dos entrevistados de nossa pesquisa não estar propriamente em universos culturais distintos do pesquisador, considero essas reflexões de Geertz relevantes para refletir sobre as diferentes significações e referenciais culturais em interação no trabalho de campo em questão.

informantes, esclarecendo desde o princípio os objetivos da pesquisa e seu processo de construção.

Pretendo, também, buscar formas de devolução (retorno) da pesquisa para os informantes, seja através de publicações - que tem potencial de trazer à tona maiores esclarecimentos para que preconceitos sejam reavaliados – seja na construção de um debate acadêmico mais focado em suas carências.

Considero interessante criar também espaços de diálogo entre os pesquisadores e os atores, nos quais o desenvolvimento e os resultados da pesquisa possam ser apresentados e discutidos. Assim, por um lado, se podem desencadear novos processos de reflexão nos grupos estudados e, por outro, construir pesquisas que compreendam melhor as interpretações dos atores sobre suas vivências e condutas nessas e em outras ações.

Cabe, por fim, ressaltar que, apesar dessas intenções, as possibilidades de construir ações dessa natureza são extremamente limitadas e imprevisíveis, dependendo de uma multiplicidade de fatores que fogem ao controle do pesquisador. Dessa forma, essas são diretrizes que podem contribuir para relações mais éticas entre pesquisador e seus informantes.

Diante do trabalho de campo realizado - com entrevistas junto a assentados e indivíduos dispersos por vários municípios de Minas Gerais - acredito serem profícias algumas reflexões sobre as relações entre pesquisador e entrevistados, visando uma melhor compreensão sobre os depoimentos disponibilizados nesse trabalho e do processo em si.

Primeiramente, me chamou atenção a dificuldade em identificar e encontrar as principais lideranças no processo estudado. Essas pessoas - muitas delas afastadas da militância há muitos anos, estão espalhadas por vários municípios de Minas Gerais, principalmente nas regiões dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, existindo informações desencontradas sobre seu paradeiro.

Para encontrar essas pessoas, realizei um levantamento através das entrevistas que eu havia realizado com os Assentados de Aruega para a pesquisa de mestrado. A partir desses nomes e suas possíveis moradias e locais de trabalho, passei a realizar ligações telefônicas para sindicatos, prefeituras, associações etc., perseguindo a trajetória desses indivíduos até sua localização atual.

Foi possível encontrar a maior parte dessas pessoas, muitas delas inicialmente se surpreendendo com o fato de terem sido encontrados e com o convite para as entrevistas, pois, com o afastamento da militância, muitos deles estavam desacostumados a terem seus nomes relacionados às mobilizações de luta pela terra.

Frente a isso, meu esforço inicial foi para demonstrar quem era eu - um estudante de doutorado que, apesar de apoiar as mobilizações pela reforma agrária, não pertencia a nenhuma organização ou movimento social. Em seguida, descrevi os caminhos que segui para encontrá-los e como seus depoimentos eram importantes para o esclarecimento do objeto da pesquisa.

Essa apresentação inicial, assim como as perguntas e observações que fui realizando nas conversas e entrevistas, foram fundamentais para estabelecer certa confiança, pois acredito que os informantes perceberam que meu objetivo era fazer uso científico das informações coletadas, que eu tinha uma preocupação ética e um ponto de vista favorável à luta pela terra.

A forma aberta como coloquei as questões também contribuiu, pois acredito que perceberam que eu evitava julgamentos precipitados, estava disposto a ouvi-los e

compreender seus pontos de vista, para depois formar uma avaliação sobre o processo estudado.

Quanto aos assentados, a localização dos quatro assentamentos visitados (Aruega, Santa Rosa, 1º de Junho e Oziel) não foi difícil, sendo mais complicado o estabelecimento dos contatos para a realização das entrevistas com alguns grupos que, geralmente, não estão habituados a receber pesquisadores.

Esses contatos foram estabelecidos principalmente através dos sindicatos dos municípios nos quais estão os assentamentos, onde me foi informado quais eram as principais lideranças nos assentamentos e seus telefones. Dessa forma, realizei alguns telefonemas visando agendar uma visita. Em algumas situações - tanto com assentados, militantes, ex-militantes, etc. - encontrei certa resistência aos convites para as entrevistas, muitas vezes por esses atores estarem habituados ao sigilo em relação ao processo que vivenciaram, atitude fundamental para a preservação das mobilizações e, atualmente, para se preservarem em relação aos estigmas em relação aos movimentos sociais.

Nesse ponto, pesou o fato de eu ser um desconhecido, não ser militante de nenhum dos movimentos e organizações envolvidas. Essa relativa distância em relação a esses atores foi uma dificuldade prévia para o estabelecimento de relações de confiança que permitissem uma maior abertura dos entrevistados, sendo algumas questões mais delicadas nas entrevistas, como os conflitos internos, estratégias das lideranças, etc.

No entanto, acredito que essa confiança foi, pelo menos em parte, construída ao longo da pesquisa, processo no qual esses atores puderam perceber melhor minhas intenções e percepções sobre as mobilizações. Assim, acredito que as questões colocadas nas entrevistas foram tratadas com profundidade e sinceridade nos depoimentos, permitindo um conhecimento válido sobre o processo discutido.

Outro ponto delicado é o fato de que muitas das lembranças sobre esse processo se articulam como *silêncio* (PORTELLI, 2000. SANTANA, 2002. POLLAK, 1989), em face de traumas vividos em situações como despejos violentos, equívocos cometidos por lideranças, conflitos internos, etc. Gradualmente, busquei trazer esses silêncios à tona, colocá-los como objeto de reflexão dos entrevistados, o que em várias situações levou a um “nó na garganta” e/ou olhos marejados, tanto por parte dos entrevistados quanto pelo pesquisador. Apesar dessas situações causarem desconcerto e desconforto mútuo, acredito que foram indícios de que algumas questões fundamentais haviam sido tocadas.

Em face das questões éticas que nortearam minha conduta na pesquisa, vivi ao longo do trabalho de campo vários dilemas sobre até onde insistir nos convites para as entrevistas e, quando esses foram aceitos, até que ponto colocar as questões mais delicadas. Assim, tive que buscar continuamente um equilíbrio entre, por um lado, o direito de privacidade e silêncio dos entrevistados, e, por outro, a busca por um conhecimento que pudesse contribuir para um melhor entendimento sobre os movimentos sociais.

As entrevistas com lideranças e com pessoas que não assumiram essa posição foram bem diferentes. As lideranças tenderam a ter um discurso pré-concebido, mais pronto, provavelmente já articulado noutras situações. Assim, a dificuldade foi de, gradualmente, colocar questões imprevistas.

Já aqueles que não ocuparam posição de liderança nas mobilizações tinham discursos mais espontâneos, porém muitas vezes pouco centrados nas ações de mediação, o que me levou a pedir descrições mais detalhadas sobre como foram os trabalhos de base, as relações com as lideranças, as decisões sobre os rumos do processo, seus sentimentos sobre as ocupações, etc. Assim, acredito ter alcançado parte de suas percepções sobre essas questões.

Entre os assentados, também encontrei algumas ex-lideranças, relativamente afastadas da militância por vários anos. Parte dessas pessoas foi resistente a dar entrevista, muitas se sentindo constrangidas por não estarem mais contribuindo nas mobilizações atuais. Assim, várias pessoas se esforçaram para justificar suas saídas dos movimentos, suas necessidades de trabalho, pessoais e familiares.

Em todos esses casos, algo que contribuiu muito para a proficiência das entrevistas foi a flexibilidade com que coloquei as questões, sempre deixando uma boa margem para que os entrevistados não se sentissem pressionados, podendo levar a conversa para outros aspectos. Acredito que, por meio de perguntas aparentemente mais vagas - logicamente, sem perder o foco - os entrevistados foram se sentindo mais à vontade para falar, no seu ritmo, inclusive tratando das questões mais delicadas.

Nas entrevistas, partir da história de vida para, posteriormente, colocar as questões de ordem temática também ajudou muito. Assim, foi “quebrado o gelo” com questões mais simples e construída uma conversa que trouxe alguma confiança, permitindo que certas questões interpretativas fossem colocadas. Isso também favoreceu que a biografia do entrevistado fosse articulada com sua inserção nos grupos e organizações que participou e, finalmente, no processo estudado.

Evidentemente, os diferentes atores dos diversos grupos em relação tiveram perspectivas diferentes sobre o processo estudado, principalmente em relação às questões mais polêmicas e desavenças. No entanto, o contraste entre os vários discursos - assim como o acesso às outras fontes - possibilitou um conhecimento válido sobre o processo tratado. Não se trata de defender a absoluta objetividade no acesso aos fatos relatados, mas sim buscar pontos de apoio factuais que permitiram que o processo seja melhor compreendido.

Inclusive, para esse conhecimento, a subjetividade dos diversos atores em relação foi fundamental, na medida em que trouxe à tona os discursos e significações em jogo, assim como informações relevantes sobre os fatos ocorridos. Assim, a subjetividade não foi tratada como obstáculo, mas sim em seu potencial para, através das várias interpretações disponíveis, conhecer a realidade de forma complexa.

Outro ponto relevante é o fato de que os vários entrevistados vivenciaram momentos diferentes das mobilizações, poucos tendo passado pelo processo como um todo. Assim, geralmente eram relatadas impressões fragmentadas sobre as ações, muitas vezes com informações equivocadas sobre ações conhecidas através de terceiros. Por exemplo, os assentados em Aruega participaram pouco das mobilizações seguintes, tendo perspectivas diferentes do que aqueles que as vivenciaram de forma mais concreta. Por outro lado, grande parte dos assentados no Oziel Alves Pereira - muitos que não estiveram em Aruega - não tiveram uma compreensão profunda dos fatos ocorridos no início das mobilizações.

Destacam-se os poucos que passaram por praticamente todo o processo, tendo uma visão mais panorâmica, trazendo em seus discursos um teor interpretativo e reflexivo mais amadurecido sobre o conjunto das ações. Essas pessoas, geralmente lideranças assentadas no Vale do Rio Doce, realizaram análises que contribuíram substancialmente para as interpretações realizadas nessa pesquisa.

Logicamente, isso não significa a reprodução, pura e simples, da interpretação dos atores no trabalho de pesquisa, mas sim a valorização desses discursos como instrumentos - a serem refletidos e reinterpretados - para a construção de uma interpretação do pesquisador, com base noutro conjunto de conhecimentos.

A tese está dividida da seguinte forma: no primeiro capítulo realizamos alguns apontamentos históricos sobre as trajetórias da questão agrária e da luta pela terra no Brasil,

em Minas Gerais e, em específico, no Nordeste Mineiro, que ajudaram a situar a pesquisa num processo mais amplo que, em certa medida, elucida vários aspectos do contexto em questão. No que se refere à luta pela terra em Minas Gerais, esse capítulo se atreve aos acontecimentos anteriores ao golpe de 1964, momento de ascendência das mobilizações dos trabalhadores rurais.

No segundo capítulo tratamos do processo de luta pela terra em Minas Gerais após 1964, quando há uma forte retração das mobilizações em face da violenta repressão da ditadura civil-militar. Abordamos também algumas mobilizações que, mesmo nesse contexto adverso, buscaram dar continuidade à luta pela terra. Por fim, buscamos demonstrar como – no período de redemocratização política – as ocupações de terra foram emergindo no cenário das mobilizações em Minas Gerais, ganhando espaço como estratégias legítimas de interlocução com o poder público.

O Capítulo III trata do início das ocupações no Nordeste Mineiro em meados da década de 1980, discutindo as articulações entre militantes sulistas do MST com grupos mobilizados em Minas Gerais, que, com base em suas mobilizações anteriores, abriram espaço para a inserção desse novo movimento. Dessa forma, damos especial atenção às ações de mediação que tornaram essas mobilizações possíveis, discutindo os significados que foram articulados e seu impacto no direcionamento do processo.

No quarto capítulo analisamos as disputas entre os principais grupos que estavam à frente das ocupações e as ações de mediação dos seus adversários no desenrolar das mobilizações, situações que fragilizaram parte das relações de representação que vinham sendo constituídas, dificultando a realização de novas ocupações.

No Capítulo V discutimos o revigoramento das mobilizações em direção ao Vale do Rio Doce, em meados da década de 1990, assim como a rearticulação das ações de mediação que possibilitaram esse fortalecimento e a conquista de importantes assentamentos nessa região. Demonstramos também como, nesse momento, o afastamento entre MST e CPT se torna mais acentuado e visível.

Por fim, são realizadas algumas considerações finais no sentido de - à luz das principais reflexões da tese - buscar compreender o processo estudado de forma mais abrangente, discutindo suas possíveis implicações para o conhecimento sobre as mobilizações de organizações e movimentos sociais de forma mais ampla.

CAPÍTULO I: APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A LUTA PELA TERRA

Esse capítulo busca trazer à tona algumas informações sobre a questão agrária e a luta pela terra no Brasil, em Minas Gerais e - mais especificamente - no Nordeste Mineiro, visando situar a pesquisa num processo mais amplo que, em certa medida, elucida vários aspectos que serão discutidos nos próximos capítulos. Em relação a Minas Gerais, serão tratados os acontecimentos ocorridos até o golpe de 1964, sendo o processo posterior analisado no próximo capítulo.

Essa atenção especial ao contexto mineiro, além de ajudar a melhor situarmos nosso principal objeto, se deve ao fato do processo de luta pela terra em Minas Gerais contar com pouquíssimos estudos, apresentando inúmeras lacunas, para o preenchimento das quais buscamos trazer alguma contribuição.

1.1- Luta pela terra no Brasil

Apesar de conflitos de caráter isolado, apenas a partir da década de 1950 a luta pela terra no Brasil adquire maior unidade e visibilidade, em torno da bandeira da reforma agrária. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), as Ligas Camponesas e alguns setores da Igreja Católica foram atores fundamentais nesse processo, cada qual com uma concepção diferente sobre os rumos que esses processos de mobilização deveriam tomar (MEDEIROS, 2003). Cada um desses atores, à sua maneira, desenvolveu estratégias de mobilização visando o redimensionamento da estrutura fundiária e das condições de vida no campo, disputando a organização das classes populares e o processo de sindicalização (NOVAES, 1997). Essas foram mediações centrais para a publicização da luta por terra, construindo novos sentidos, inserindo-a em projetos sociais e políticos mais amplos.

Nesse processo, destaca-se a constituição da identidade de *camponês*, conferindo unidade e abrangência política para as mobilizações dos trabalhadores rurais, em oposição aos *latifundiários*. Segundo Novaes (1997), a identidade de camponês reuniu várias denominações – morador, colono, caboclo, lavrador etc. – conferindo unidade política aos trabalhadores rurais mobilizados. Neste contexto, essa identificação é essencialmente política, não tendo vigência em todas as esferas da vida dessas pessoas, mas sim nas situações particulares de mobilização dos trabalhadores rurais organizados nesse período. No mesmo processo, como identidade oposta, “a ideia de *latifúndio* englobava unidades de produção bastante diferenciadas entre si: as usinas, os engenhos, os plantios de agave, as fazendas de gado, propriedades inexploradas ou semi-exploradas por seus proprietários, terras do Estado” (NOVAES, 1997, p. 49). Assim,

O latifúndio a que se opunham não era uma propriedade agrícola com tais e quais características. O latifúndio – quase como um emblema mítico – sintetizava um conjunto de normas, atitudes e comportamentos atualizados pelo conjunto dos proprietários rurais respaldados pelo poder local (NOVAES, 1997, p. 51).

Com a realização em 1961 do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, a reforma agrária ampliou consideravelmente sua importância na cena pública. Esse congresso, envolto nos debates sobre a radicalidade e a legalidade da luta pela terra, explicitou as disputas entre os vários grupos que buscavam representar os

camponeses. A partir desse momento, são intensificadas as resistências e ocupações de terra e suas inserções na cena pública (MEDEIROS, 2007a).

Após 1964 essas forças foram fortemente combatidas pelo Estado brasileiro que, em muitas situações, inclusive criou condições para aumentar a concentração fundiária. Apesar do surgimento de novas estratégias de luta durante o regime militar (PALMEIRA, 2009), esse foi um período de dispersão e atomização das lutas no campo. Essas ações passaram a ocorrer de forma mais isolada, com poucas e incipientes mediações. O final dos anos de 1960 e os anos de 1970 foram marcadas pela forte repressão política, diante da qual vários grupos buscaram resistir, muitos deles agindo na clandestinidade, sendo duramente perseguidos. Apesar dessas iniciativas - que mantiveram viva a chama da luta pela terra e colocavam em questão a falsa imagem de consenso e harmonia propagada pelo regime civil-militar – essas mobilizações obtiveram pouco sucesso em termos de conquista de terras pelos trabalhadores rurais.

A partir do final dos anos de 1970 e início de 1980 houve um revigoramento da luta pela terra, em convergência com o processo de redemocratização do País, no qual surgiram novos atores, novas demandas e novas formas de enfrentamento (MARTINS, 2004).

Ocorreram transformações importantes nas ações de luta pela terra no Brasil no período de redemocratização, especialmente no que se refere às relações entre atores diante das ocupações de terra realizadas a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, seus novos significados e desdobramentos.

Assim, tornou-se relevante refletir sobre aspectos do processo de criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no sul do Brasil, as migrações de militantes sulistas dessa organização para outras regiões, a constituição de relações com outros atores em vários estados e a generalização de certas formas de luta nesses contextos, em especial no que se refere às transformações nas relações de interdependência (ELIAS & SCOTSON, 2000) entre trabalhadores rurais, militantes de movimentos/organizações sociais e o poder do Estado.

A *forma acampamento* (SIGAUD, 2001) apresentou-se como inflexão nos processos de luta pela terra, ou seja, uma forma de enfrentamento que fortaleceu as possibilidades de interação com o poder público, redimensionou práticas de vários movimentos e organizações no meio rural, relacionando-se com o surgimento de novas identidades políticas. Como afirma Sigaud (2005), “ocupar terras e nelas montar acampamentos tornou-se, nos últimos vinte anos, a forma apropriada para reivindicar a reforma agrária no Brasil” (p. 255). Essas “ocupações, os acampamentos e as desapropriações a eles associadas indicam, portanto, uma inflexão no modo de proceder das diversas organizações no mundo rural e do Estado” (p. 256). Assim, a autora salienta que a *forma acampamento* é “uma linguagem, um modo de fazer afirmações por meio de atos, destinada a fundar pretensões à legitimidade” (SIGAUD; ROSA & MACEDO, 2008).

Os conflitos pela terra que ocorreram antes de 1964 geralmente tinham um sentido diferente dos atuais. Na sua maior parte, eram resistências e reocupações de terra - de posseiros, foreiros, arrendatários etc. – em nome do direito de uso e trabalho na terra ao longo dos anos¹⁵. Ocorreram também algumas ocupações em terras com as quais os trabalhadores não tinham um vínculo prévio, podendo indicar a *gestação* da *forma acampamento* (SIGAUD, ROSA & MACEDO, 2008) nesse período, pela criação de espaços de interação com o Estado através dessas mobilizações¹⁶.

¹⁵ Para mais informações, ver Novaes (1997) e Grynszpan (1987).

¹⁶ Sigaud, Rosa e Macedo (2008) realizaram uma comparação entre as ocupações de terra no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, no início dos anos de 1960, e as ocupações em Pernambuco na década de 1980, apontando a

Nas décadas de 1950 e 1960, setores de esquerda - como o PCB - já vinham “traduzindo carências e demandas dispersas nos termos de processos sociais mais amplos (“revolução”, “reforma agrária”, “direitos”), tirando, assim, os conflitos da esfera local e articulando-os ao debate sobre os destinos da nação” (MEDEIROS, 2007a, p. 230). Esses atores estavam unificando as demandas, constituindo a identificação de *camponeses*, em contraste com a de *latifundiários*, ambas identidades políticas forjadas nas mediações sobre os processos de enfrentamento, que visavam mobilizar os trabalhadores rurais e conquistar a opinião pública.

Assim - através de denúncias de violências e despejos, passeatas, greves, divulgação de resistências, ocupações etc. - esses atores chegaram à cena pública, quebrando a imagem de homogeneidade e harmonia no espaço rural, que os grandes proprietários de terra procuravam firmar. Ao dar maior publicidade aos conflitos, caminharam no sentido de quebrar o isolamento, construir alianças e situar o Estado como interlocutor (MEDEIROS, 2007a).

Podemos afirmar que no processo de redemocratização recente do Brasil ocorreram transformações importantes nas ações de luta pela terra - principalmente pela generalização do acampamento enquanto mecanismo de interação com a opinião pública e o Estado. Assim, pode-se dizer que esse momento significou tanto mudanças quanto continuidades em relação às ações de luta pela terra.

No final da década de 1970 e início de 1980 vêm à tona massivamente novos atores¹⁷, os chamados “sem-terra” que, diferentemente dos posseiros, não baseavam suas lutas em vínculos de direito tradicional com terras determinadas. Esses atores, muitas vezes mobilizados em novas organizações, constituíram formas de luta nas quais a formação de acampamentos ganhou centralidade.

A Igreja Católica, que apoiou oficialmente o golpe em 1964, passa, a partir de 1968, a interpelar a ditadura civil-militar em face das novas diretrizes internacionais - cujo Concílio Vaticano II¹⁸ teve caráter emblemático – e do acirramento do controle dos militares sobre a sociedade civil (NOVAES, 1997).

Nesse contexto, definindo sua “opção preferencial pelos pobres”, vários grupos católicos passaram a apoiar e incentivar formas de organização populares. Um bom exemplo é o de muitas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que - articulando elementos religiosos e políticos em grupos de reflexão - deram impulso fundamental para as mobilizações de trabalhadores rurais nas décadas de 1970 e 1980.

existência de uma mesma linguagem, pois “ocupar para forçar a distribuição de terras era, naqueles idos anos 1960, uma ideia que se esboçava no horizonte dos possíveis” (SIGAUD; ROSA & MACEDO, 2008, p.120-121). Apesar de não atingirem o volume e a amplitude das mobilizações desencadeadas na década de 1980, essas ocupações conquistaram o reconhecimento do Estado, indicando que se tratava de uma linguagem que se difundia. Esses canais de interlocução em construção foram impedidos durante o regime civil-militar.

¹⁷ Cabe salientar que o surgimento da figura do “sem-terra” é anterior a esse processo. O MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra) se desenvolveu no Rio Grande do Sul do final dos anos de 1950 a meados dos anos de 1960, com forte ligação com lideranças do Partido Trabalhista (PTB) e do Partido Comunista (PCB), realizando ocupações de terra e pressionando o poder público pela reforma agrária. Em algumas análises esse movimento é considerado um *embrião* do MST (CORONEL, ILHA & LEONARDI, 2009).

¹⁸ O Concílio Vaticano II (1962-1965), convocado pelo Papa João XXIII, marcou uma mudança da Igreja Católica no sentido de uma maior abertura aos leigos, ecumenismo, liturgia mais acessível etc., mudanças que influenciaram profundamente no catolicismo latino-americano. Essa tendência se fortalece e aprofunda com a II Conferência Episcopal, realizada em Medellín (1968), na qual foi definida a “opção preferencial pelos pobres”. Em face da extrema desigualdade social do continente, parte significativa da Igreja Católica se volta para a busca por transformações sociais e políticas.

A criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, foi momento relevante no fortalecimento das lutas existentes - como no apoio às lutas de posseiros - e criação de alternativas na luta pela terra. Essa organização atuou significativamente na organização e mobilização de trabalhadores rurais, principalmente através de grupos de reflexão sobre as injustiças sociais, entre elas a concentração fundiária. A CPT - em parte seguindo a tradição de atuação progressista de setores da Igreja Católica - foi importante “instrumento na promoção de justiça social e direitos humanos no campo” (POLETTI, 2010, p. 138). Inserida numa longa trajetória de lutas, essa organização surgiu ligada pastoralmente à CNBB, mas com autonomia organizativa, e teve como algumas de suas principais atuações a defesa da função social da terra.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), criada em 1963 - mesmo tendo fortes limites organizativos impostos pelo regime civil-militar, em face da intensa repressão à organização política - foi mediadora importante entre trabalhadores e Estado, articulou os sindicatos que existiam e, gradativamente, ao longo dos anos 70 e 80, foi espaço de denúncia e de resistência importante, dando base para as futuras lutas pela democracia e para os novos conflitos no campo.

A relativa dependência dessa organização em relação ao Estado – que buscava tutelar¹⁹ grande parte de suas ações, atribuindo-a funções assistenciais e limitando suas possibilidades de enfrentamento - garantiu também aos sindicatos estabilidade financeira e acesso direto à população, elementos muito importantes posteriormente. Isso possibilitou a criação de uma larga estrutura física e administrativa que - com a posterior abertura política e o surgimento de novos grupos mobilizados - contribuiu muito na organização da luta pela terra a partir da década de 1980 (FERREIRA NETO & DOULA, 2003).

No final dos anos de 1970 e início de 1980 tornaram-se mais visíveis oposições a atuação da CONTAG, configurando uma série de disputas no interior do movimento sindical. Esse “novo sindicalismo” se colocava contra o atrelamento do movimento sindical ao Estado, criticando o que entendiam ser uma inquestionada adequação aos caminhos institucionais disponibilizados, sem autonomia, muitas vezes postura caracterizada como subserviência e “peleguismo” diante do *status quo*.

A atuação da CONTAG foi defrontada também com a emergência de novos e variados conflitos de trabalhadores rurais, movimentos sociais e políticas públicas voltadas para essas mobilizações emergentes, que extrapolavam os limites das formas de organização desenvolvidas pela Confederação, centrada nas greves de assalariados. Dessa forma, essas novas forças demandavam uma atuação sindical mais plural, atenta a variedade de situações específicas dos trabalhadores rurais.

Essas ideias foram sendo consolidadas em vários encontros no início dos anos de 1980. Alguns aspectos fundamentais se referem à relevância da articulação das lutas entre campo e cidade e a defesa de uma reforma agrária radical, sob controle dos trabalhadores (COSTA, 2007), em contraste com a perspectiva de reforma agrária advinda da iniciativa estatal e pautada no espaço institucional previamente definido – marcas da atuação sindical questionada.

Em 1980 – ligado a esse processo de renovação sindical - é criado o Partido dos Trabalhadores (PT), espaço importante de atuação institucional voltada para o atendimento às demandas dos trabalhadores e mobilizações populares. Nesse mesmo processo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1983, apresentou-se como contraponto ao modelo

¹⁹ Apesar de essa suposta tutela ser recorrentemente reforçada pela bibliografia disponível sobre o assunto, cabe ressaltar a necessidade de estudos que demonstrem outros aspectos na atuação dessa organização, dada a sua complexidade.

sindical vigente, dando vazão às oposições sindicais que vinham se constituindo e indo de encontro à ideia de unicidade sindical defendida pela CONTAG.

A CUT se colocou como alternativa para a construção de um sindicalismo mais atento à diversidade de lutas, assim como mais independente em relação ao Estado, tendo como alguns de seus princípios a atuação sindical mais democrática e autônoma (GIANNOTTI & NETO, 1991).

O segmento rural teve participação importante no PT e na CUT, compondo seus quadros e direcionando parte significativa de suas mobilizações. Destaca-se a constituição da reforma agrária como uma das grandes bandeiras dessas organizações, sendo as ocupações de terras consideradas como estratégias legítimas de pressão sobre o poder público.

No ano de 1984 - em meio ao intenso processo de lutas pela redemocratização do País - foi fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em Cascavel (PR), no I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Apesar de oficialmente ter sido fundado nesse momento, segundo Fernandes (2010), seu surgimento remonta às primeiras ocupações de terra organizadas a partir de 1979 no Sul do Brasil, ações que, com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), incitaram o processo de criação de um novo movimento:

A partir desse ano (1979), nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul houve ocupações de terra e lutas de resistências de posseiros, arrendatários e outros camponeses que sofriam a expulsão das terras onde trabalhavam (FERNANDES, 2010, p. 165).

Assim - com o respaldo da CPT para essas mobilizações e para a realização de encontros visando discussão e união entre as várias forças em ascensão - como as oposições sindicais, formação de centrais etc. - o MST foi sendo constituído nessas lutas. As novas lideranças do MST - geralmente advindas de grupos organizados com apoio da Igreja Católica - desenvolveram nesse processo metodologias de mobilização baseadas em princípios que se tornaram emblemáticos e pontos de apoio na expansão nacional, tais como:

formação de coordenação e direção coletivas como instâncias políticas de decisão; autonomia política; disciplina e respeito às decisões das instâncias políticas; formação educacional permanente; jamais separar a luta econômica da luta política; e manter sempre laços orgânicos entre a base e a direção. É com base nessas orientações que o MST se expande por outras regiões brasileiras, reproduzindo as experiências de acampamentos e as ocupações de terra forjadas no seu processo de gênese (FERNANDES, 2010, p. 166).

As concepções econômicas, culturais e políticas do MST foram fortemente influenciadas pelo ideário marxista, porém conjugado com concepções específicas relacionadas à sua criação e desenvolvimento, principalmente no que se refere ao papel dessa religiosidade:

Fomos buscar nos pensadores clássicos de várias matrizes algo que pudesse contribuir com nossa luta. Lemos Lênin, Marx, Engels, Mao Tsé-tung, Rosa de Luxemburgo. De uma forma ou de outra captamos alguma coisa de todos eles (...). O próprio Evangelho, não como uma religião, mas como uma doutrina, também tem uma influência sobre nossos valores, nossa cultura, na forma de ver a mística, na forma de ver diferente (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p. 59).

Embásado principalmente na concepção marxista de coletivização dos meios de produção, o trabalho coletivo nos acampamentos e assentamentos se tornou uma das bandeiras do MST. Apesar das especificidades da implantação dessa lógica em cada contexto, as experiências de coletivização do MST foram fortemente influenciadas pelo modelo cooperativo cubano:

No Brasil, as CPAs cubanas serviram de referência para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na elaboração de uma proposta de agricultura coletiva a ser implantada nos assentamentos de reforma agrária. Não se tratou, porém, de transposição idêntica do modelo, em vista das substanciais diferenças políticas, econômicas e sociais existentes entre Brasil e Cuba (FABRINI & MARCOS, 2010, p. 15).

Essa organização para a produção estava também articulada com certos princípios políticos, principalmente no que se refere à busca por decisões coletivas através da democracia direta e ao processo de ação/reflexão/ação, práticas que também foram fortemente almejadas e incentivadas nos acampamentos e assentamentos em várias regiões do Brasil.

Com base nesses princípios, o MST realizou tentativas para se organizar e realizar ocupações em várias regiões do Brasil, a partir de meados da década de 1980, o que, muitas vezes, levou ao redimensionamento das formas habituais de luta pela terra nas complexas interações entre esses militantes e os vários atores com os quais se relacionaram em cada contexto específico. Assim:

o surgimento e a difusão do MST, ao longo dos anos 1980, representou não somente a continuidade e mesmo o aprofundamento de certas características presentes nas demais organizações, mas também o estabelecimento de novas diretrizes de ação, principalmente no plano organizativo e no da constituição de instituições intermediárias, fundamentais para a interligação entre a formulação geral de demandas e a construção política de demandantes, beneficiários imediatos dos processos de redistribuição de terra (BERGAMASCO & NORDER, 2008, p. 45-46).

Segundo Poletto (2010), a atuação da CPT foi fundamental para a criação do MST, formando parte de seus primeiros quadros, bases organizativas, contribuindo em sua nacionalização etc. No entanto, conforme o MST ganhou contornos próprios ao longo do tempo, essa relação se tornou mais tensa. Assim:

com o passar do tempo o MST foi forjando a sua autonomia, definindo seu rumo, suas estratégias e formas de se organizar. Muitas pessoas da CPT tiveram dificuldades para acompanhar com liberdade, alegria e espírito crítico esse crescimento. Houve tensões, algumas revelando dificuldades da CPT no sentido de redefinir a sua presença e forma de trabalhar junto ao Movimento; outras revelando momentos de certa estreiteza e imaturidade política do MST, principalmente nos seus primórdios. O importante, contudo, é que tanto o MST como a CPT continuam presentes na realidade atual, somando forças e iniciativas conjuntas, respeitando-se como instâncias organizativas diferentes (POLETTO, 2010, p. 153).

O processo de nacionalização do MST foi analisado por Lerrer (2008) pelo viés do estudo das trajetórias de alguns militantes sulistas que buscaram a expansão do Movimento para o Nordeste. Nessas primeiras ações, jovens formados na Igreja progressista e/ou membros de oposições sindicais se deslocaram para vários estados do Nordeste, visando expandir a metodologia de ação do novo movimento.

Nesse início de nacionalização, esses militantes geralmente se estabeleceram em locais nos quais existia certo trabalho de base prévio e contatos que possibilitaram a realização de alianças com outras organizações, o que em grande medida foi articulado a partir de vários encontros pelo Brasil. Assim, antes de começarem a fazer ocupações nessas regiões, eles passaram a buscar o convencimento das lideranças locais, geralmente organizados em igrejas e sindicatos, ganhando gradualmente sua confiança, mas também gerando tensões no que se refere às disputas pela representação dos trabalhadores rurais. Por outro lado, outros movimentos incorporaram parte da metodologia do MST nesse processo, passando a fazer ocupações no seu formato.

As análises de Lerrer (2008) sobre a expansão das ações do MST no Nordeste são pertinentes no que se refere ao caso de Minas Gerais, pois, como ela afirma, para as estratégias do MST nesse período a delimitação do Nordeste “compreendia os nove estados da região, mais Minas Gerais, Pará e Rondônia” (p. 70).²⁰

Segundo a autora, os primeiros militantes que migraram para o Nordeste tinham forte percepção da militância enquanto “devoção”, um “espírito de serviço” à coletividade, e estavam fortemente influenciados pelos valores missionários da Igreja Católica. Advindos principalmente de Santa Catarina, essa primeira geração de jovens militantes migrou com intenção de passar longo tempo nas novas regiões e muitos nelas se fixaram definitivamente.

Os primeiros militantes do MST a migrarem para o Nordeste - apesar de se estabelecerem em lugares diferentes, em vários estados da região - formavam um “núcleo” calcado nas redes de sociabilidades que traziam do Sul. Eram pessoas que já se conheciam, em grupos organizados principalmente na Igreja, e tinham relações de confiança e companheirismo que os estimulavam a fazer esse trabalho e contribuíam para a integração nas ações de mobilização nesse novo contexto.

De acordo com Lerrer (2008), a partir do final dos anos de 1980, os militantes do MST que se deslocavam para o Nordeste passaram a ser provenientes de várias regiões do Brasil e a ter permanências mais curtas nessas regiões, geralmente sem o objetivo de se fixar. Nesse momento, os objetivos principais deixam de ser a implantação e construção de alianças - o que continua sendo importante - direcionando-se mais para estimular a produtividade nos assentamentos e formação de novos militantes nos vários estados. Assim, o MST estabeleceu fortes vínculos – econômicos, organizativos, políticos, simbólicos etc. - com os assentamentos, o que se tornou uma marca do Movimento.

No que se refere ao processo de nacionalização do MST e suas relações com os grupos previamente mobilizados, os acontecimentos em algumas regiões do Pará chamam atenção. Apesar da migração de militantes do MST para o Pará já em meados dos anos de 1980, o estabelecimento de suas mobilizações encontrou forte resistência por parte do movimento sindical na região, num quadro tenso de disputas pela representação dos trabalhadores rurais (ASSIS, 2007). O MST teve uma expansão lenta e tardia nesse estado, diante das dificuldades em estabelecer alianças com uma parcela significativa desses atores, que dispunham de

²⁰ Em conformidade com essa afirmação, vários militantes que atuaram no Nordeste do Brasil - como Jaime Amorim e Adelar Pizetta, por exemplo - são mencionados em nossas entrevistas sobre as ocupações em questão, sempre reconhecidos como tendo participação fundamental nas mobilizações de Minas Gerais.

grande legitimidade junto aos trabalhadores rurais. A entrada de um novo ator (MST) que empunhava a bandeira pela reforma agrária - já carregada há bastante tempo pelo Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR) da região – foi inicialmente interpretada como uma ameaça às relações de representação estabelecidas entre os sindicalistas e os trabalhadores rurais (ASSIS, 2007).

Ondetti, Wambergue & Afonso (2010), discutindo as tentativas de expansão do MST para algumas regiões no Pará, também demonstram como nessa trajetória o movimento se deparou com outros grupos organizados, tendo, assim, como grandes desafios o estabelecimento de alianças e a diferenciação frente esses grupos, buscando criar espaços específicos de atuação. Muitos desses grupos e o MST se viam como concorrentes. A metodologia do MST, em muitos casos, foi entendida enquanto ameaça aos trabalhos que vinham sendo construídos. Nessa região, principalmente no sudeste do Pará, havia grande tradição de luta de posseiros - organizados em sindicatos e grupos da Igreja muito combativos - contra grileiros abastados, o que em certa medida ajuda a explicar a pouca e tardia entrada do MST em ocupações no estado.

Por outro lado, apesar das poucas ocupações de terra na região, o MST influenciou muito nos processos de luta pela terra nesses contextos, pois, segundo Ondetti, Wambergue & Afonso (2010), esse movimento desencadeou mudanças significativas nas estratégias de mobilização. As formas de organização e táticas de enfrentamento se transformaram, caminhando cada vez mais no sentido das ocupações voltadas para a pressão sobre o Estado através dos acampamentos, para a interação com a mídia, protesto público etc. Para os autores, essas transformações contribuíram para a mudança na principal denominação que identificava, em diversos contextos, os trabalhadores rurais mobilizados politicamente, de *posseiros* para *sem-terra*, o que remete à formação de novas identidades políticas nesse processo, mudança fortemente influenciada pela atuação do MST na região²¹. Assim, as ações antes geralmente calcadas na luta local por terras específicas - com significação fortemente voltada para as relações de poder locais, de caráter mais violento e direto – passaram a se articular mais em torno de mobilizações que são cada vez mais pensadas visando pressão e interação com o poder público, a formação de redes de alianças e conquista de apoio da opinião pública (ONDETTI, WAMBERGUE & AFONSO, 2010). Nesse sentido, as ações, antes com sentido mais de enfrentamento local, passam a ser mais concebidas como mobilizações em torno de bandeiras mais amplas, como a da reforma agrária.²²

Os trabalhos de Sigaud (2000; 2009) são extremamente representativos no que se refere a essas questões, aprofundando as análises sobre essas relações entre os vários grupos em interação. Tratando do contexto pernambucano, mas lançando luz sobre grande parte da luta pela terra no Brasil desse período, a autora analisa profundamente as relações de interdependência entre os vários atores envolvidos. Segundo a autora, “o Estado brasileiro tem conferido legitimidade à pretensão dos movimentos (...), ao desapropriar as fazendas ocupadas e redistribuir as terras entre os que se encontram nos acampamentos” (SIGAUD, 2009, p. 53). Valendo-se do referencial teórico de Elias, a autora afirma que:

²¹ Também é importante atentar - buscando compreender a complexidade desse contexto - para as fortes mudanças na região, como, por exemplo, o surgimento de um novo público a ser mobilizado.

²² Cabe ressaltar que ações nesse sentido mais amplo - voltadas para interação com o poder público, construídas em torno de bandeiras que transcendiam as localidades etc. - já vinham sendo realizadas há várias décadas, como demonstramos anteriormente. Assim, entendemos que no contexto tratado por Ondetti, Wambergue & Afonso houve uma generalização e massificação dessas formas de ação.

INCRA e movimentos estão assim vinculados por laços de dependência recíproca e de cooperação tácita. Como essas relações se inscrevem numa figuração, nos termos de Norbert Elias, na qual há indivíduos vinculados a outros poderes da República, como o Judiciário, a outros movimentos e também a outros atores, como os proprietários, elas tendem a ser complexas e tensas (SIGAUD, 2009, p. 69).

A partir do final da década de 1970, a “forma acampamento”, com suas técnicas e rituais específicos, se torna o meio mais representativo para demandar terra, desencadeando a criação de inúmeros assentamentos pelo Brasil.

Apesar da “retórica belicosa” (SIGAUD, 2009, p. 67) no espaço público entre Estado e representantes de movimentos, o que muitas vezes leva a crer num confronto permanente, Sigaud (2009), a partir do caso de Pernambuco, demonstra como esse discurso agressivo oculta a complementariedade entre as ações do poder público e dos grupos organizados:

o tom das hostilidades foi elevado durante os oito anos do governo Fernando Henrique e amenizou-se no governo Lula. Ora, essa retórica, ainda que remeta a tensões entre as partes, oculta as relações de estreita cooperação e dependência entre Estado e movimentos (SIGAUD, 2009, p. 67).

Os movimentos nesse contexto, por meio dos acampamentos, pretendem sinalizar as áreas a serem desapropriadas e as pessoas a serem beneficiadas, dando indicações que viabilizam as ações do poder público²³, nessa lógica descrita acima. Segundo Sigaud:

os movimentos têm fornecido as diretrizes para o Estado”, ou seja, “na ausência de uma política própria para proceder às desapropriações, [o Estado] tem dependido dos movimentos, que lhe indicam, por meio das ocupações e acampamentos, as fazendas a serem objeto de sua intervenção (SIGAUD, 2009, p. 67-68).

Assim, os movimentos constroem a demanda através da identidade de *sem-terra* e de suas mobilizações, tornando-se também intermediários dos créditos concedidos pelo Estado, valendo-se do prestígio junto à sua base pelos seus feitos no processo de luta. Nesse sentido, “o capital simbólico e o poder relativo (posição na correlação de forças) dos movimentos são constituídos por aquilo que é reconhecido como seus feitos e suas vitórias: as ocupações e desapropriações” (SIGAUD, 2009, p. 70). Por outro lado, existe também o risco de desconstrução dessa legitimidade, por eventuais dificuldades e derrotas.

Rosa (2009), nesse mesmo sentido, demonstra como, nas últimas décadas, o processo de luta pela terra foi pautado pela relação intensa entre Estado, movimentos e acampamentos, enquanto elementos indissociáveis. Analisando também o caso de Pernambuco, esse autor demonstra as dificuldades que o MST, inicialmente isolado, teve para se estabelecer enquanto

²³ Vale salientar que, de forma geral, nem sempre as áreas demandadas foram desapropriadas, o que demonstra como as análises de Sigaud - centradas no contexto pernambucano, que é marcado pelas lutas em torno de usinas falidas - devem ser relativizadas à luz das especificidades dos outros contextos de confronto pelo Brasil. Assim, essa interdependência discutida tem contornos específicos em cada figuração (ELIAS & SCOTSON, 2000) analisada, variando as possibilidades de poder de cada uma dos atores envolvidos.

interlocutor junto ao governo de Miguel Arraes²⁴, que por muito tempo negou a legitimidade desse movimento como representante dos trabalhadores rurais, não aceitando negociar.

Como afirma Rosa (2009), apenas na década de 1990 - já em parceria com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) e interlocução mais fluente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - o MST e suas ocupações em Pernambuco passaram a ser reconhecidas pelo Estado e o estabelecimento de acampamentos se generalizou enquanto espaço de criação de canais de negociação. A intermediação do movimento sindical junto ao governo - com base na sua já constituída legitimidade de representação dos trabalhadores rurais - foi fundamental para que o MST se inserisse e redimensionasse suas relações com o Estado, situando os acampamentos como elementos centrais de pressão pela reforma agrária. Assim, foi reconfigurada parte das relações nas quais a base de trabalhadores rurais adquiria visibilidade para suas demandas.

As lideranças dos movimentos, por sua vez, fortaleceram sua legitimidade de representação na mediação de certas ações concretas - como as ocupações de terra e protestos públicos - sendo, por meio dessas ações, reconhecidos pelo Estado como interlocutores. Nessas interrelações, o Estado passou a aceitar os acampamentos como indicadores mais delimitados de situações-problema a serem resolvidas, direcionando políticas públicas para esses contextos, legitimando essas mobilizações e, em certa medida, incentivando sua reprodução. Houve, assim, a institucionalização de uma forma específica de conflito, de construção da legitimidade das mobilizações, organizações e políticas públicas. Essa nova linguagem se generalizou, tornando-se base para várias ações, que incorporaram a lógica das ocupações (ROSA, 2009).

O conjunto dessas relações, nas quais as ocupações têm caráter central, se estruturava em torno da criação de canais de comunicação entre as mobilizações emergentes e o jogo de poder no espaço público. Assim, pode-se compreender parte relevante desse processo, pois as relações de interdependência (ELIAS & SCOTSON, 2000) entre trabalhadores rurais mobilizados, movimentos e poder público, que têm as ocupações como eixo central, apresentam-se enquanto espaço de comunicação entre sociedade civil e política (COHEN & ARATO, 2000) ao lançarem as questões levantadas pelas mobilizações para outras instâncias, sendo também por elas influenciadas. A *forma acampamento* (SIGAUD, 2000), aparentemente um conflito de caráter local, se configurou como espaço crucial de formação de identidades e criação de canais de pressão sobre as decisões do Estado, direcionando determinadas políticas públicas.

Esse processo ocorreu por meio de ações de *mediação* (NEVES, 2008) que articularam significados dos conflitos locais, em torno de terras e adversários específicos, transformando-os em situações-problema (os acampamentos) referentes a questões mais amplas - reflexo da má distribuição fundiária, exploração sobre o trabalhador rural, necessidade de reforma agrária etc. - situando o Estado como alvo das mobilizações.

Como os estudos analisados acima demonstram, essas ações se deram em contextos nos quais outras mediações estavam em curso, diante das quais os novos atores tiveram que lidar. Assim, o diálogo das novas utopias propostas com os trabalhos já realizados em cada contexto - como, por exemplo, a tradicional organização sindical em Pernambuco - foi ponto de partida sem o qual dificilmente se estabeleceriam relações de confiança e projetos em comum.

²⁴ Miguel Arraes, desde os anos de 1960, foi um forte aliado dos STRs, sendo tratado como um mito pelos cortadores de cana da região.

Também se percebe nesses trabalhos a importância da formação de novas significações nas mobilizações para a realização dessas interações com outros atores na sociedade civil e política, como a constituição do acampamento como espaço de luta pela reforma agrária, justiça social, liberdade, melhores condições de vida e trabalho etc. Por outro lado, se percebe também o quanto o apoio de atores relativamente externos – como políticos influentes, membros da burocracia estatal etc. - foi fundamental para que as ações locais ganhassem sentido e viabilidade.

A capacidade de mediar a construção dessas relações, assim, foi fundamental para a legitimação da liderança política. As ações de mediação caminharam no sentido da delimitação de adversários e do estabelecimento de crenças na força das ações coletivas frente às formas de poder antes tidas como intransponíveis pela maior parte dos trabalhadores rurais envolvidos. Essa força, em grande medida, foi proveniente do direcionamento de esforços em torno de uma causa, que transcendia o conflito local e ligava os trabalhadores mobilizados a outros grupos, utopias e instâncias do poder. Assim, a base de trabalhadores, os movimentos e o poder público se alimentaram mutuamente nessas relações e só podem ser compreendidos de acordo com sua posição no conjunto de papéis inter-relacionados.

Cabe, por fim, salientar alguns contornos dessas relações em parte do período tratado na presente pesquisa. Em meados da década de 1980 - momento no qual as articulações para as ocupações de terra aqui discutidas começaram de forma mais concreta - a reforma agrária aparecia nacionalmente como um objetivo relevante na então chamada Nova República, estimulando mobilizações pela conquista da terra.

Nesse contexto, intensas disputas entre diferentes forças em torno da construção do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ganharam relevo na cena política. Pela forte organização de grupos patronais rurais e agroindustriais, o PNRA não foi aprovado e desenvolvido como planejado inicialmente, não se tornando um instrumento efetivo para a reforma agrária almejada pelas forças políticas progressistas (FERREIRA, ALVES & CARVALHO FILHO, 2009).

Em 1988 - ano no qual ocorreram as primeiras ocupações tratadas nesse estudo – foi promulgada a nova Constituição. Apesar da ascensão de novas forças políticas, houve proeminência da influência de grupos conservadores sobre ela, o que significou um retrocesso no que se refere à busca pela reforma agrária (FERREIRA, ALVES & CARVALHO FILHO, 2009). A Constituição de 1988, ao prever a função social da terra e, ao mesmo tempo, destacar o critério da improdutividade para as desapropriações, abriu precedente para várias leituras constitucionais e ambiguidades. Assim, as desapropriações foram legalmente restritas, inclusive pelo fato da regulamentação²⁵ sobre os dispositivos constitucionais para as desapropriações ter sido realizada somente em 1993, o que obstaculizou um processo ascendente de mobilização de trabalhadores rurais sem-terra. Dessa forma, as ocupações foram legalmente inibidas nesse período (FERREIRA, ALVES & CARVALHO FILHO, 2009), retomando sua força apenas posteriormente com a referida regulamentação.

Além disso, esse período foi marcado pela intensificação da repressão aos movimentos sociais pelas forças do Estado, principalmente durante o Governo Collor (1990-1992).

Como demonstraremos mais adiante, houve uma grande interrupção das ações para novas ocupações no processo tratado nesse estudo, entre os anos de 1988 e 1993, ficando as mobilizações principalmente em torno da resistência das famílias acampadas contra as várias tentativas de despejo e da busca por acordos para assentar as famílias excedentes.

²⁵ Essa regulamentação foi realizada pela Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

1.2- Trabalhadores rurais do Nordeste Mineiro

Para compreender as ações de mediação colocadas em questão na presente pesquisa foi fundamental conhecer parte da trajetória de alguns dos principais grupos de trabalhadores rurais envolvidos no processo estudado. As informações discutidas a seguir contribuem também para a compreensão do recorte espacial dessa pesquisa - os Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce (MG) - também denominados como Nordeste Mineiro. Esse recorte se justifica, em certa medida, por se tratar de uma região com histórico de conflitos pela terra e que teve forte atuação de organizações e movimentos sociais no campo durante o recente processo de redemocratização do Brasil. No Nordeste Mineiro, nesse período, foram realizadas as primeiras ocupações de terra massivas na *forma acampamento* (SIGAUD, 2001) em Minas Gerais, o que transformou significativamente a luta pela terra na região, seus principais atores e estratégias.

Para melhor compreender esse novo contexto, é relevante conhecer alguns processos históricos que formaram, em parte, as representações dos trabalhadores rurais que participaram das mobilizações em questão nesse estudo. O Nordeste Mineiro é marcado pela formação de uma memória do enraizamento dos trabalhadores rurais em relações sociais que os protegiam, o que se tornou, no contraste com o processo de modernização, um de seus principais anseios, trazendo contornos específicos para as mediações em questão. A ideia do restabelecimento de uma “comunidade” parece estar presente em grande parte das representações sociais no Nordeste Mineiro.

No final do século XVIII, a produção de ouro e diamantes diminuiu drasticamente em quase toda Minas Gerais, ocasionando uma série de movimentos migratórios. No século XIX, acentua-se o deslocamento da população do Vale do Araçuaí (Alto Jequitinhonha/MG) em direção à Mata (Baixo Jequitinhonha e Mucuri/MG), ainda quase inexplorada. Como salienta Ribeiro (1996), eram terras fartas, férteis, sem dono e com índios a serem “preados”:

Por estes motivos – lavra, lavoura e índios - os moradores do Alto Jequitinhonha começaram a enfrentar a mata do Baixo Jequitinhonha e do Mucuri, num movimento migratório e povoador que durou mais de um século. Esta caminhada para a mata marcou toda a história dos dois rios (RIBEIRO, 1996, p. 18).

A maior parte dessas pessoas não tinha muitas posses. Eram, geralmente, jovens que foram excluídos na repartição e no desgaste das terras ou libertos do cativeiro. Esses posseiros²⁶ viveram sem grande escassez de terra por, pelo menos, um século. Quando a terra se esgotava, andavam novamente em busca de terras férteis (RIBEIRO, 2006).

Espindola (2010), buscando compreender os contornos das relações que envolviam a condição de *posseiro*, traz informações interessantes sobre os laços de solidariedade e características geográficas do processo de ocupação, principalmente no que se refere ao Vale do Rio Doce:

O aposseamento era individual, porém promovido por indivíduos reunidos por laços de parentesco e compadrio. A configuração natural do relevo

²⁶ Esse processo ocupação foi retratado, em tom romanesco, por Pereira (1980) no seu livro “Nas terras do rio sem dono”, que demonstra como os desbravadores da região do Rio Doce, que se tornaram posseiros com o respaldo inicial das autoridades públicas, passaram a ter suas terras cada vez mais cobiçadas por grileiros apoiados na corrupção estatal, o que gerou fortes confrontos na região.

favorecia o estabelecimento dos posseiros junto aos cursos d'água (córregos), cuja extensão da ocupação era determinada pela vertente (ESPINDOLA, 2010, p. 28).

Dessa forma, articulados em torno dessas relações de solidariedade, formaram-se comunidades, voltadas para a subsistência, com pouco excedente a ser comercializado:

Formava-se a comunidade de vizinhança, cuja vida econômica não era estruturada a partir da produção para o mercado. Isolados na mata, a cooperação entre os vizinhos era fundamental para enfrentar as dificuldades do meio. Os ocupantes apropriavam das terras e se tornavam posseiros de terras devolutas. A produção era destinada a subsistência, porém era preciso garantir um excedente para ser vendido no “comércio” mais próximo. Não era a terra que possuía valor de troca, mas esse excedente que era levado ao mercado e permitia ao posseiro completar suas necessidades (ESPINDOLA, 2010, p. 29).

Como afirma Espindola (2010, p. 30) “o posseiro praticava o sistema da queimada e rotação de terras, com a roça dentro da mata, tendo como instrumento de trabalho a enxada e como cultivo o arroz, feijão, milho, abóbora, além de engordar porcos.”. Essa forma de cultivo era viável em consonância com o sistema de relações nas quais viviam, marcadas pela interdependência:

Esse sistema de agricultura rústica, que obrigava o posseiro a abrir outra clareira depois de três anos de cultivo, longe de ser transitório era uma situação permanente que se sustentava com novas derrubadas na floresta. A ocupação dos posseiros era sempre precária e itinerante, ocorrendo em locais isolados ou de acessos difíceis. Essa ocupação era viabilizada porque era feita pelo conjunto de famílias vinculadas entre si e num sistema de dependência mútua (ESPINDOLA, 2010, p. 30).

Cabe salientar que esse processo de ocupação de terras devolutas foi largamente estimulado pelo Estado, principalmente através de incentivo fiscal. Assim, muitos trabalhadores rurais se tornaram posseiros na região, desbravando a mata, constituindo família, enfrentando índios e produzindo lá por décadas. No entanto, esse processo foi desestruturado pela penetração de fazendeiros (principalmente de gado) e, posteriormente, por grandes empresas interessadas nos recursos naturais. Assim, chancelados pelo Estado, esses grupos passaram a expulsar os trabalhadores rurais das terras, em direção às cidades, ou incorporá-los em condições precárias de trabalho.

A formação da propriedade privada promove uma dissolução das comunidades e do sistema de vizinhança (troca de trabalho, mutirão, compadrio, solidariedade nas dificuldades e cooperação nos eventos especiais, como nascimento e casamento). Isso inviabiliza a permanência no local e empurra as famílias para terras afastadas, que ainda permaneciam devolutas e longe dos interesses mercantis. No contexto da frente pioneira, no entanto, essa solução é passageira, pois dura até que uma estrada coloque a nova localidade em contato com as rodovias ou ferrovia. Sem excedente, os lavradores entram num processo de empobrecimento contínuo, que os

leva a abandonar a terra ou se empregar como trabalhadores assalariados ou temporários (ESPINDOLA, 2010, p. 32).

Suas relações de solidariedade, de trabalho e com o mercado são desestabilizadas, limitando as possibilidades de manutenção de seu modo de vida, diante de um novo quadro de relações:

Assim, a relação que o posseiro mantinha com o mercado, ainda que limitada, deixa de existir, porque desaparece a produção de excedente ou esse é apropriado pelo fazendeiro. A economia rústica do posseiro encontrou seu limite na valorização monetária da terra, isto é, na mercantilização das terras devolutas (ESPINDOLA, 2010, p. 32).

Diante desse quadro, os espaços para as práticas itinerantes dos posseiros foram se fechando e suas comunidades de vizinhanças sendo abaladas, tendo parte desses trabalhadores sido incorporadas na condição de agregado, muitas vezes em terras afastadas.

A antiga condição de agregado²⁷ antecede esse processo noutras regiões. Em Minas Gerais, mais comum nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - regiões nas quais o processo de modernização se deu mais tardivamente e com menor intensidade - essa relação tem contornos específicos que requerem uma análise minuciosa.

Os antigos fazendeiros da região do Jequitinhonha e Mucuri ocuparam a terra da mesma forma que os pequenos posseiros, sempre se movendo em busca da fertilidade de novas terras. A diferença é que usavam o trabalho alheio, tinham um domínio mais estável e abrangiam uma área mais vasta. Inicialmente, a documentação legal não tinha importância (RIBEIRO, 2006).

Para que se entenda bem as relações existentes nessa época, é preciso ter em mente que “a avaliação de terra por dinheiro é recente” (RIBEIRO, 2006, p.20). Nessa região, inicialmente, a terra tinha um preço muito baixo e, muitas vezes, era de quem a quisesse. Os negócios eram feitos mais com base em trocas por mantimentos, outras terras etc. A terra garantia alimentos, poder, prestígio e serviço alheio, mas raramente valia dinheiro.

Os agregados nas fazendas tinham certa liberdade para plantar e criar. O direito do fazendeiro não impedia que outro usasse a mesma terra. “O uso não feria o domínio” (RIBEIRO, 2006, p. 21). Cada um explorava livremente elementos diferentes da fazenda. No entanto, “era um domínio com mando e um uso com obediência” (RIBEIRO, 2006, p. 22). Não era apenas um negócio, mas sim uma relação de poder bem mais intensa e complexa. Como afirma Ribeiro (2010), os agregados:

eram sujeitos à ritualidade do mando. A relação era pautada pela cordialidade, bêncão, cumprimento, conselho, sempre acompanhados do presente, da partilha, da assistência. (...) Mas o certo é que em toda visita haveria um presente, todo presente receberia retribuição e essa troca cimentaria laços, construiria a igualdade simbólica, ocultaria a dessemelhança fundamental, embutiria a obediência que confirmava o mando. Essa troca desigual existiu enquanto houve agregado, era a retribuição, contínua, pela concessão do fazendeiro, a terra para plantio – a base que sustentava o trato (RIBEIRO, 2010, p. 418).

²⁷ As relações de agregação em várias regiões do Brasil - assim como seu processo de dissolução - foram analisadas por vários estudos, que chamaram atenção para as relações de reciprocidade como base para os modos de uso e apropriação da terra (MARTINS, 1981. SUAREZ, 1982. WOORTMANN, 1987. SIGAUD, 1979).

No início do processo de ocupação, as fazendas eram policultoras e autônomas, pois produziam e extraíam quase tudo que consumiam. Era um modelo extrativista, que liquidava a natureza e que não exigia muito trabalho na condução da produção (RIBEIRO, 1996). Os fazendeiros eram vistos como “heróis protetores”, que exigiam, doavam e eram amplamente respeitados. Eram chefes políticos, com um poder localizado, pessoal e que misturava fortemente a vida pública e a privada. Contra os argumentos que percebem apenas as relações de dominação do fazendeiro, Ribeiro argumenta que “o agregado se subordinaria à casa, à terra e à família do fazendeiro, mas nos limites da relação decidiria seu próprio destino. Era, também, um sujeito” (RIBEIRO, 2010, p. 398). De acordo com o autor,

O fazendeiro oferecia moradia, autorizava a extração e o plantio na terra que *dominava*, garantindo a produção independente do agregado. O contrato eventual do trabalho fazia parte da relação: o agregado trabalhava uns dias para a fazenda, produzia seus alimentos e *recursava* – extraía das florestas e rios. Mas dificilmente sua relação com o fazendeiro poderia ser descrita como apenas econômica ou equivalente ao assalariamento. Não se exercia o mando apenas sobre o trabalho ou seus frutos; era uma relação parcial de trabalho, mediada por muitas trocas regulares entre sujeitos desiguais. O agregado escolhia o fazendeiro sob cujo mando viveria, num trato que se desfaria por acordo ou com a morte e que nem sempre seria refeito pelos filhos de um ou do outro. Este convívio seria marcado pelas trocas, pela ritualidade e por um mando que era exercido de forma descontínua sobre bens, recursos e pessoas: discreto sobre alguns, ostensivo sobre outros, o mando envolvia direitos e obrigações das partes e supunha domesticidade, hierarquia e certa dose de violência – às vezes, mas nem sempre, reduzida (RIBEIRO, 2010, p. 399-400).

Essas relações não estiveram livres de tensões e conflitos. Muitas vezes o fazendeiro impunha suas normas com força, o que gerava desobediência e novas migrações:

Apesar do uso comum da terra, da troca de presentes e doações, em algumas fazendas o mando carecia de ser imposto pela força. Parte dessa coerção desapareceu, porque não foi registrada, e os desmandos do fazendeiro foram perdoados pelas lembranças dos agregados. Mas os registros revelam os limites postos pela fazenda, muito evidentes às vezes, que aparecem na descrição que os antigos agregados fazem daquele paraíso, como sombra que tolda a boa lembrança, com as restrições já incorporadas à própria noção de liberdade. Mas raramente esse mando aparecia como imposição, porque ele era, sobretudo, habilidoso. A fazenda concedia, mas também interditava e aí, realmente, a subordinação aparecia (RIBEIRO, 2010, p. 420).

Outro elemento que levou a migrações foi a crescente insuficiência de terras dos trabalhadores rurais, o que fazia com que a terra “descansasse” pouco e o trabalho ficasse mais árduo. Por esses motivos, por quase um século, houve uma corrente de pequenas migrações no Nordeste de Minas e parte dessas pessoas, “a partir de 60 e 70, buscaram fronteiras urbanas em São Paulo, ou outras matas, no Norte do País” (RIBEIRO, 1996, p. 29).

Nessa mesma época, as relações de reciprocidade entre agregados e fazendeiros começam a desaparecer no Mucuri e Baixo Jequitinhonha. As terras ficaram mais escassas e as exigências dos fazendeiros mais rígidas, mudanças profundas retratadas por Ribeiro:

Quando a agregação caminhava para o fim, nos anos 1960, os recursos naturais minguaram e as interdições [do fazendeiro] cresceram (...) Ao fim, o rito foi transformado em controle, a reciprocidade em prestação unilateral de serviço e a terra em equivalente de dinheiro. Mas à medida que a fazenda impunha normas, os agregados reagiam. Em poucos lugares o conflito surgiu explícito e focado na propriedade. (...) Na crônica do conflito aparecem mais as transgressões – fugas, roubos, desrespeito às ordens, queimadas – e o rompimento do trato hierarquizado que existiu até uma certa época (RIBEIRO, 2010, p. 420-421).

A violência se propagou. A entrada de madeireiros e grileiros modificou a vida na região, aumentando as tensões; a ação do Estado e a iniciativa privada intensificaram a violência e a concentração fundiária. A expulsão e morte de trabalhadores rurais e posseiros tornaram-se mais frequentes (FERREIRA NETO & DOULA, 2003). Nesse sentido, “a implementação de grandes projetos agropecuários, com o apoio do poder público, nos vales dos rios Jequitinhonha, Mucuri e Doce, e no norte do Estado, ampliava o número de conflitos por terra” (FERREIRA NETO & DOULA, 2003, p.14). Destaca-se nesse período também o avanço da cafeicultura e de empresas de reflorestamento (eucalipto), também incentivados pelo Estado através de crédito, infraestrutura e benefícios fiscais.

Nesse quadro de avanço de grandes empreendimentos, a concentração de terras se acentuou. Esse processo - guardadas as especificidades - ocorreu em várias regiões do Brasil, diante do avanço do grande capital, em consonância com iniciativas “modernizadoras” do poder público. Como afirma MULS (1989), o papel do Estado tem destaque nessas mudanças:

Em Minas Gerais, mais talvez do que em outras unidades da Federação, coube ao Estado, apoiado na sua tecnocracia, em seu aparelho institucional e na sua tradição de planificação, o papel de coordenador e estimulador desse processo de modernização e de industrialização da agricultura, que teve como centro dinâmico o capital industrial e financeiro (MULS, 1989, p. 64).

Assim – com foco na pecuária, reflorestamento e café – são realizados grandes projetos desenvolvimentistas que transformam intensamente as relações produtivas na região. Sobre a pecuária, Muls afirma que:

foi sempre a principal atividade econômica do Vale (do Jequitinhonha), a sua modernização se deveu não só a política de incentivos creditícios e de preços mínimos, implementada pelo Estado a partir de 1967, mas também à melhoria da rede de transportes e comunicações e à implantação de frigoríficos na região (em Governador Valadares e Teófilo Otoni). Ao mesmo tempo, as possibilidades abertas à industrialização do leite (financiamento a projetos de resfriamento e estocagem, fábricas de laticínios estabelecidas na região (Serro, Salinas, Almenara, Joáima e Jordânia) também levaram à expansão do rebanho bovino (MULS, 1989, p. 70).

Grande parte das regiões de cerrado nativo foi substituída por pastagens e pela monocultura do eucalipto, expulsando uma quantidade enorme de trabalhadores rurais cujo direito sobre a terra foi desconsiderado. Assim, nos anos de 1970:

Ocupando imensas áreas de chapadas, conhecidas como *terrás de ninguém*, as empresas reflorestadoras começaram a impor novas relações de mercado jamais vistas na região. Em pouco tempo, cidades como Turmalina, Minas Novas, Capelinha, Itamarandiba e Carbonita (MRH 167) e Águas Vermelhas, Rio Pardo de Minas, São João do Paraíso e Taiobeiras (MRH 159) começaram a receber não apenas os técnicos que atuariam no gerenciamento do projeto, como também uma avalanche de trabalhadores que passaram a se deslocar do meio rural para o urbano (SOUZA, 1997, p. 113).

Nesse mesmo sentido, a produção de café na região também foi largamente incentivada pelo Estado, como argumenta MULS:

A introdução da cafeicultura moderna, no Vale do Jequitinhonha, obedece aos objetivos do PRRC (de 1969)²⁸, que visava à regionalização espacial da lavoura cafeeira, de modo a diminuir sua vulnerabilidade às adversidades climáticas. Assim, o IBC, através de seus Escritórios de Assistência Técnica implantados em Diamantina, Capelinha, Novo Cruzeiro e Salinas (e Teófilo Otoni, na macrorregião do Rio Doce) tem estimulado a expansão do parque cafeeiro na região, não só com capitais locais (pecuaristas tradicionais), com cafeicultores do Sul de Minas, São Paulo e Paraná, mas também com grupos empresariais ligados ao capital financeiro-industrial e comercial que têm aproveitado terra e mão-de-obra barata e em grande quantidade, além dos incentivos oferecidos pelo Estado (MULS, 1989, p. 70).

Portanto, com a penetração de capital e intensa modernização no campo, a economia da região se transformou substancialmente, tendo como alguns de seus reflexos a valorização das terras, sua concentração, êxodo rural acentuado - inchando os centros urbanos - e intensos e variados fluxos migratórios (SILVA & SILVA, 1987).

Nesse contexto, acentuou-se o desaparecimento da agregação, a relação de obediência e proteção entre fazendeiro e morador. “Seu fim está relacionado ao esgotamento da natureza, ao mercado nacional de trabalho e à formação de um mercado de terras” (RIBEIRO, 1996, p. 33). A terra tornou-se mercadoria e cada vez mais cara. Rompeu-se o direito consuetudinário de uso. Muitos fazendeiros “limparam” os agregados das terras para poder vendê-las.

As relações de poder na região modificaram-se. Esse processo “converteu, suavemente, um controle pessoal baseado na tradição num controle econômico baseado (...) no dinheiro” (RIBEIRO, 1996, p. 35). Essa mudança ignorou e supriu os direitos dos agregados, excluídos do mundo tradicional e sem possibilidades consistentes de se integrarem no mundo moderno. Como demonstra Moura (1988) - analisando as relações de agregação no Vale do Jequitinhonha nas décadas de 1970 e 1980 - o rompimento do código moral que organizava as relações de reciprocidade entre fazendeiros e agregados desamparou os camponeses da região.

Essa perda de referências ocorreu na medida em que os direitos tradicionais dos agregados não encontraram adequação e respaldo na lei, baseada na ideia de contrato, que não comprehende a natureza das relações tradicionais que vigoravam na agregação. A Justiça, que, por um lado, criou e ampliou certos direitos dos trabalhadores rurais, por outro, desconsiderou

²⁸ O Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais (PRRC) visava o aumento da produtividade e investimento em regiões com menores riscos de perdas por geadas, contexto no qual o cerrado mineiro se tornou uma região prioritária para a cafeicultura nacional.

grande parte das suas referências simbólicas tradicionais (MOURA, 1988). Em algumas regiões, inclusive, essas referências foram refeitas em conformidade e adequação à lei.

Como afirma Ribeiro (1996), o que prevaleceu foi a propriedade rural integrada ao mercado e especializada, que emprega pouquíssima gente. Restou também, entre os antigos moradores, uma relação com o passado saudosista ao extremo, que considera todo o antigo como bom, no qual só se encontram maravilhas. Um anseio por uma “comunidade rural” frente à “solidão da sociedade moderna”.

De acordo com Ribeiro, “a lembrança da fazenda ornada de gente, da casa de sede regida pelo poder e governo do fazendeiro, ainda é o refresco da memória dos antigos agregados e de quem viveu neste sistema, em seu esplendor” (RIBEIRO, 1996, p. 37). O que veio depois foi “a saída da terra, o desagregado, ficar solto em um mundo de regras desconhecidas (...) O mundo não se rege mais por condições claras como na fazenda” (RIBEIRO, 1996, p. 37).

Sigaud (1979), referindo-se aos trabalhadores canavieiros pernambucanos, lança luz sobre essas questões. Apesar da evidente diferença em relação ao contexto mineiro, a lembrança da *morada* pelos trabalhadores pernambucanos tem alguns traços similares ao saudosismo em relação às relações de agregado, em Minas Gerais. A relação de *morada* era pautada por uma cadeia de prestações e contraprestações entre o morador e o senhor de engenho, cuja lealdade e o correspondente reconhecimento eram elementos centrais. Essa interação assimétrica tem sua decadência principalmente a partir de meados do século XX, diante do avanço das usinas e da proletarização dos trabalhadores rurais canavieiros. A autora analisa essa “liquidação da morada” diante da expulsão dos trabalhadores e os conflitos com os patrões, decorrentes desse processo de transformações. Dessa forma, descreve as novas relações de trabalho que se constituem entre patrões e empregados, as novas formas de submissão, não mais mediadas pela antiga reciprocidade. Configura-se um paradoxo na perspectiva dos trabalhadores, entre a idealização da antiga relação de morada - com sua assimetria e reciprocidade em relação aos senhores - e a busca mais recente por direitos trabalhistas, mediados através do movimento sindical. Essas reflexões elucidam não só o caso pernambucano, mas também outros contextos nos quais também houve tensões entre um saudosismo persistente em face da dissolução de antigas relações de reciprocidade e a ascendência de formas de mobilização que questionam as relações de poder e defende a conquista de direitos.

Em Minas Gerais, nos anos de 1980, o mercado de trabalho nas grandes cidades começou a se fechar e o sentimento de exclusão aumentou ainda mais. Toda essa situação provocou profunda desesperança nas organizações coletivas. “Assim, as atitudes coletivas, modernas, revolucionárias e urbanas que são propostas para esses velhos agregados não possuem aos seus olhos qualquer interesse” (RIBEIRO, 1996, p. 39). Essa falta de sentido pode explicar parte dos problemas enfrentados na região por lideranças dos movimentos sociais:

Por isso os movimentos sindicais, populares e políticos debatem-se na angustia de não saber como substituir aquela velha ordem sem colocar novos mandonismos, mais modernos, em seu lugar. É uma herança pesada da velha fazenda (RIBEIRO, 1996, p. 40).

Conforme se distancia da velha ordem, intensificam-se os conflitos pela terra, mas com certos obstáculos. Segundo Ribeiro:

quando os conflitos pela terra foram se tornando mais frequentes no correr dos últimos anos, isto não ocorreu somente porque a sociedade se abriu, também porque a velha ordem desabou. Pouca coisa ficou para colocar no seu lugar, a não ser sua lembrança, resistente ao esforço de construir uma cidadania (RIBEIRO, 1996, p. 40).

Nos anos de 1990, as manifestações de poder do fazendeiro estavam profundamente transformadas. Esse poder raramente se apoiava em concessões em relação à terra. As redes de lealdade pessoal, apesar de existirem, são outras, organizadas em novos termos:

Do ponto de vista do ex-agregado, o poder deixou de estar no fazendeiro e foi passando para o vereador, a prefeitura, o padre, o sindicato, o pastor, a justiça. Tornou-se poder mais público, mais impessoal, mais coletivo e ao mesmo tempo mais distante. Ficou também um poder menor, mais frágil, esparramado por toda a sociedade, diferente daquela centralização do mando da fazenda. (...) E acabaram sendo criadas novas relações de patronato e clientelismo, que na maior parte das vezes imitam fracamente aquelas antigas. As pessoas ficaram mais sós, mas nem por isso mais cidadãs (RIBEIRO, 1996, p. 40).

Diante desse quadro de desestruturação dos antigos referenciais - tanto dos agregados quanto dos posseiros - persiste na memória dos trabalhadores rurais da região um saudosismo em relação às antigas relações que, apesar de assimétricas, traziam certa proteção. Dessa forma, suas condutas, nesse período, são marcadas pelo forte desejo de enraizamento, busca por uma “comunidade” que os proteja diante da impessoalidade do mundo moderno.

1.3- Luta pela terra em Minas Gerais: da década de 1940 ao golpe de 1964

Como busquei demonstrar na primeira parte desse capítulo, alguns estudos têm demonstrado como - em várias regiões do Brasil - as ocupações de terra redimensionaram as formas típicas de mobilização e se tornaram pontos centrais no estabelecimento de espaços de interlocução entre trabalhadores rurais, militantes de movimentos sociais e poder público (SIGAUD, 2000. ROSA, 2009. ONDETTI; WAMBERGUE & AFONSO, 2010).

No entanto, pouco tem sido publicado sobre o processo de luta pela terra em Minas Gerais, sendo nebulosa a constituição histórica dessas novas formas de mobilização, o que dificulta a compreensão sobre seu contexto de emergência e significado político no estado. Não tem ficado evidente como essas ações se tornaram viáveis - em grande medida - diante de um longo processo de lutas anteriores, nas quais vários atores tiveram papel fundamental, desenvolvendo formas de mobilização que deram base para a inserção de novos grupos e estratégias no final da década de 1970 e durante a década de 1980.

Diante dessa questão, esse tópico é um esforço para trazer à tona alguns elementos que contribuem para o esclarecimento desse processo, discutindo desde os passos iniciais de sindicalização de trabalhadores rurais no estado e as estratégias de mobilização - assim como suas transformações ao longo do tempo -, passando pela forte atuação de setores progressistas da Igreja Católica na conscientização e organização de trabalhadores rurais. Trataremos da luta pela terra em Minas Gerais, da década de 1940 até o golpe de 1964, marco de uma forte repressão e o consequente arrefecimento dessas lutas.

Apesar desse não ser o objeto central da presente pesquisa, pela sua delimitação temporal e espacial, optamos por nos valer de algumas análises sobre informações coletadas

em arquivos e através de algumas entrevistas, além da bibliografia disponível sobre o assunto, de forma a situar nosso objeto e contribuir para o conhecimento sobre o processo de luta dos trabalhadores rurais de Minas Gerais.

Evidentemente, não é viável uma rígida delimitação original da luta pela terra em Minas Gerais, tentativa que levaria a uma análise sobre a variedade de conflitos ao longo do processo de colonização, não sendo nosso objetivo aqui. Para nossos propósitos, é satisfatório demonstrar como - diante do processo de modernização do meio rural, expropriação da terra dos trabalhadores rurais e assalariamento - emergiram, na primeira metade do século XX, várias e intensas formas de luta pela terra.

A partir das décadas de 1940 e 1950 acentuaram-se os conflitos de posseiros, meeiros e arrendatários contra grandes proprietários que buscavam expulsá-los. Martins (1981) afirma que as lutas no leste mineiro remontam à década de 1940, quando posseiros advindos do Nordeste, que se estabeleceram na região, passaram a ser convertidos em parceiros, e, em seguida, expulsos por fazendeiros grileiros ao longo das décadas de 1940 e 1950. Esse processo foi também retratado por Pereira²⁹, que narrou como:

tangido pela seca inclemente e fugido do latifúndio onde até a água tem dono, o lavrador nordestino vira “pau de arara. Emigra. Ajunta o que tem, vende o que pode, embarca num caminhão com a mulher e os filhos, Rio-Bahia abaixo. Descobre as terras do rio sem dono. Escolhe a sua – pela primeira vez a sua terra. Explode libertado trabalhando e produzindo, povoando e colonizando. Adoece e sofre, muitas vezes perde entes queridos no ermo da mata virgem. Rega a gleba com o seu suor. Mas, trabalha o que é seu. É o mais feliz dos homens. Um dia surge o grileiro astuto, desumano e implacável. É a luta pela terra que começa. Violenta, cruel e desigual (PEREIRA, 1980, p. 16-17).

Esses antigos posseiros passaram a se organizar em sindicatos e a resistir a esse processo de expropriação. Segundo Martins (1981), desde a década de 50, os sindicatos dos trabalhadores rurais existem no Nordeste de Minas, mais especificamente na região de Governador Valadares, mesmo que ainda sem reconhecimento legal. Essa informação vai ao encontro do que encontramos na documentação do DOPS, onde constam registros de investigações sobre essas organizações de trabalhadores rurais desde a década de 1950. Apesar da documentação existente sobre o STR de Governador Valadares se referir à década de 1960, encontramos registros de criação de STRs noutros municípios próximos - Nanuque (Vale do Mucuri), por exemplo - onde consta a participação decisiva do STR de Governador Valadares, já em meados da década de 1950. Assim, supomos que o sindicato deste município já existia e era uma referência para o movimento sindical no período.

Segundo Borges (1988), a década de 1950 foi um momento no qual o PCB intensificou suas ações no meio rural, pois “a partir do Manifesto de Agosto (1950)³⁰, os

²⁹ Nas Terras do Rio Sem Dono (1980) é uma obra literária que retrata parte significativa dos conflitos pela terra no Vale do Rio Doce nas décadas de 1940 a 1960, fornecendo informações importantes para nossa contextualização sobre esse período. Seu autor, Carlos Olavo Pereira, diretor do jornal *O Combate*, foi ator central nas mobilizações dos trabalhadores rurais no Vale do Rio Doce na década de 1960. Seu livro se tornou uma referência para a mobilização dos trabalhadores rurais na região, sendo mencionado em inúmeros depoimentos.

³⁰ Manifesto de Agosto foi como ficou conhecido o programa de ações definido pelo PCB em 19 de agosto de 1950. Assinado por Luiz Carlos Prestes, o documento tem forte teor revolucionário, defendendo a luta armada.

comunistas decidiram-se a ampliar seu raio de ação junto aos setores subalternos para além do universo urbano” (BORGES, 1988, p. 135). Como afirma a autora:

Ao longo da década de cinquenta, os jornais da grande imprensa, ao mesmo tempo que denunciavam o processo de concentração da propriedade da terra nas regiões do Rio Doce e Mucuri, por particulares e por empresas como a Belgo Mineira e Acesita, faziam alusões à ação de comunistas na retaguarda das resistências dos posseiros (BORGES, 1988, p. 214).

Essas organizações – nesse quadro de violentos despejos realizados por fazendeiros nas décadas de 40 e 50 - atraíram rapidamente centenas de camponeses, o que acirrou ainda mais as tensões e conflitos com fazendeiros da região. Como narra Pereira:

É isto (grilagem e despejos) que explica o porque da intensidade arrebatadora que tomou a luta pela reforma agrária no Rio Doce. Jamais a arte ou o engenho de alguém – como querem fazer crer alguns – poderia ter forjado aquela avalanche que impressionou o Brasil às vésperas do Golpe de Abril. Já em 1955 – em pleno auge dos despejos gigantescos de posseiros que marcaram as décadas de 40 e 50 – realizou-se em Governador Valadares uma manifestação que podemos considerar das pioneiras na luta pela reforma agrária que depois sacudiu o país (PEREIRA, 1980, p. 78).

Segundo Camisasca (2009), as primeiras formas de organização dos trabalhadores rurais mineiros surgiram na década de 1940, em forma de ligas, porém com caráter bastante passageiro:

Foi possível notar que o trabalho de organização dos homens do campo em Minas não se iniciou na década de 1950, mas sim em meados dos anos 1940, com a formação das primeiras ligas camponesas, lideradas pelo PCB. Esses movimentos foram criados em algumas regiões do estado após a conquista da legalidade do partido em 1945. Em todo o estado foram criadas cerca de 7 ligas, entretanto, essas tiveram duração efêmera, pois, em 1947, o partido teve o seu registro cassado e essas organizações foram proibidas de funcionar (CAMISASCA, 2009, p. 52).

A partir dos anos de 1950 foram criadas associações de lavradores em Minas Gerais. Essas organizações, apesar de não serem espaços de forte enfrentamento em relação ao poder dos fazendeiros, foram pontos de partida relevantes para a organização dos trabalhadores rurais na região, dando base para a futura criação de organizações mais combativas:

As organizações camponesas existentes no estado, nesse período, recebiam a denominação de associações de lavradores e trabalhadores agrícolas. Eram entidades de caráter civil, que para serem criadas necessitavam apenas da aprovação de um estatuto e do seu registro em cartório. Não existiam, assim, obstáculos legais que dificultassem a sua fundação (CAMISASCA, 2009, p. 51).

Devido à fraqueza do movimento, essas associações não conseguiram se opor, de forma coesa e consistente, ao poder dos proprietários de terras (CAMISASCA, 2009, p.52).

Investigando a documentação do DOPS/MG, encontramos indícios de algumas mobilizações da década de 1950, no Nordeste Mineiro, principalmente em relação aos municípios de Teófilo Otoni, Nanuque, Belo Oriente e Governador Valadares. Foram descobertos vários relatos policiais denunciando propaganda comunista em Teófilo Otoni, referentes ao ano de 1952. Algumas dessas propagandas defendiam a distribuição de terras para camponeses e outras projetavam a criação de uma associação de lavradores.

Uma forte indicação dessas mobilizações é um telegrama enviado pelo deputado estadual Fidelcino Viana Filho ao Presidente da República, em 1953, que fala sobre a incitação às invasões de terra na região e o risco de “sovietização”³¹. Esse documento indica que a ascendente organização dos trabalhadores rurais não era percebida como um risco somente pelos policiais, mas que também chamou atenção de atores da esfera política estadual, o que pode indicar que, conjuntamente com as ações noutros lugares, essa questão estava adquirindo maior amplitude.

Em vários documentos do início dos anos de 1960 é mencionado o nome de Walter Oliveira Garrocho (Tim Garrocho), sindicalista esquerdista de Teófilo Otoni. Acusado na documentação do DOPS de também pertencer ao Grupo dos Onze³² ele agiu em prol da fundação do que chamava de “Sindicato dos Ruralistas Sem Terras” (DOPS, rolo 49, pasta 3859) nesse município. Como será demonstrado mais adiante, apesar da evidente atenção policial e política, existem fortes indícios de que o município de Teófilo Otoni não era o centro da organização para ocupações de terra na região, sendo Governador Valadares onde ocorriam as principais mobilizações naquele período, sendo uma referência para os municípios a sua volta.

Além de Nanuque e Teófilo Otoni, o Sindicato de Governador Valadares também levou a influência comunista para o sindicato de Belo Oriente (Vale do Rio Doce), o que foi registrado no DOPS em 1963. O documento adverte que “o ambiente na região de Belo Oriente era propício à agitação, pois quase a totalidade da população é constituída de assalariados da Belgo Mineira e camponeses que vivem em miseráveis condições de vida” (DOPS, rolo 49, pasta 3862). Chama atenção como o investigador associava diretamente as péssimas condições de vida dos camponeses ao potencial de mobilização na região. Como demonstra Honneth (2003), as mobilizações dependem também da constituição de um sentimento de injustiça em torno dessas condições de vida, questionando a legitimidade das relações de poder que as sustentam. Essa construção passava pelas ações de mediação que os militantes do PCB vinham desenvolvendo nesse período, articulando significações nesse sentido.

Também na documentação do DOPS, existem relatos de propaganda comunista (Jornais *Terra Livre*, *Voz Operária*, panfletos etc.) e o que os investigadores entendiam ser “invasões de terras” em Nanuque (Vale do Mucuri), desde 1956. Em relatórios, fala-se também num “falso sindicato” aliciando trabalhadores na zona rural do Município, incitado por comunistas de Governador Valadares.

Em seguida, o relatório conta com um longo processo sobre a fundação do sindicato de lavradores de Nanuque, onde se encontram documentos produzidos pelo Sindicado e vários panfletos distribuídos na época (figura 2):

³¹ Para mais informações, ver o referido telegrama em anexo (Figura A), no qual constam os argumentos do deputado e alguns casos relatados brevemente.

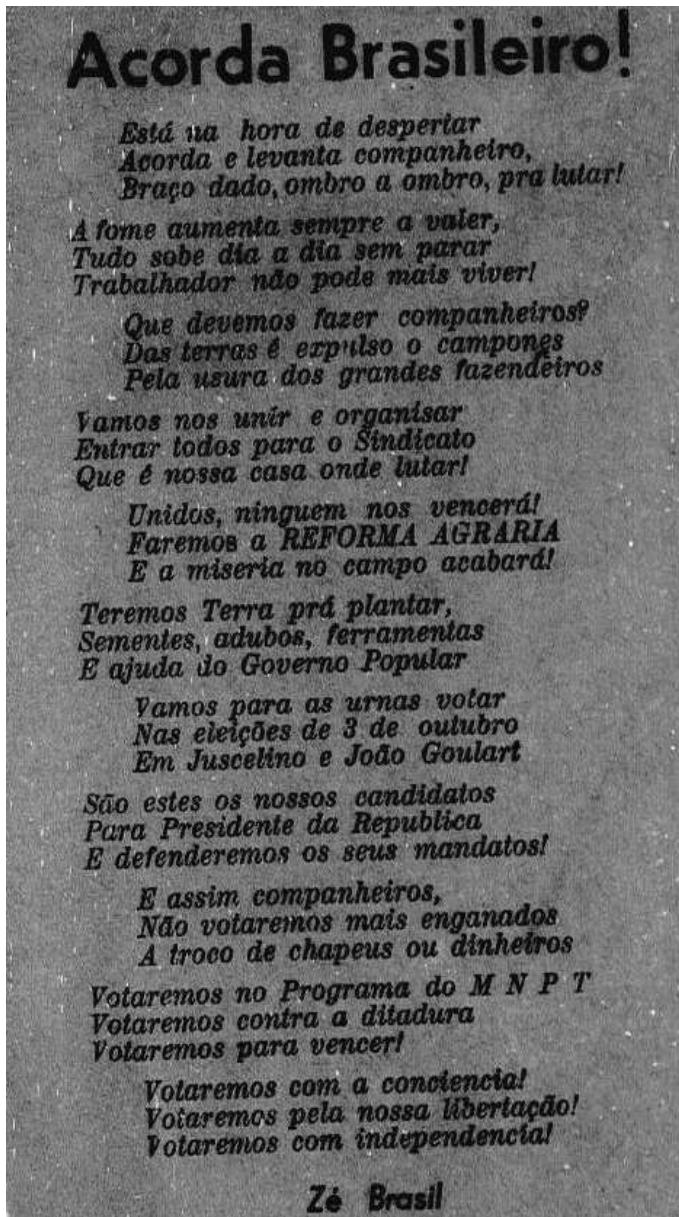
³² Grupo de esquerda nacionalista liderado por Leonel Brizola, que atuou no início da década de 1960.



Autor desconhecido. Panfleto. 1955. Nanuque (Minas Gerais/Brasil). Documentação do DOPS, rolo 70, pasta 4780

Figura 2: Panfletos em Nanuque - 1955³³

³³ Zé Brasil é o nome de um personagem de Monteiro Lobato publicado num livro (*Zé Brasil*, 1947) e em edições do *Jornal Terra Livre*, do PCB (BORGES, 1988). É possível que seu nome nesse folheto seja uma menção a esse personagem. O Decreto 7038, referido na primeira imagem, dispõe sobre a sindicalização rural, afirmando em seu primeiro artigo que “é lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação de seus interesses econômicos ou profissionais, de todos os que, como empregadores ou empregados, exerçam atividades ou profissão rural”.



Autor desconhecido. Panfleto. 1955. Nanuque (Minas Gerais/Brasil). Documentação do DOPS, rolo 70, pasta 4780

Figura 2. Continuação

O primeiro panfleto é bem objetivo no que se refere à iniciativa de criação do STR de Nanuque, demonstrando que já estava marcada uma assembleia com esse fim. Essas iniciativas indicam o avanço do movimento sindical na região já na década de 1950, na qual muitos sindicatos já funcionavam, mesmo sem reconhecimento legal.

Pela referência à eleição presidencial, podemos perceber que o segundo panfleto circulou em 1955. Ele trata tanto da posição desses militantes no que se refere à disputa eleitoral, quanto da necessidade de formação do sindicato, associando esse processo à conquista da reforma agrária. A organização dos trabalhadores rurais, que estava ganhando força, nesse momento se direcionou também para o processo eleitoral, visando situar os

problemas localizados em relação à posse da terra e condições de trabalho nas disputas políticas mais amplas, onde os candidatos Juscelino Kubitschek (presidente) e João Goulart (vice-presidente) eram apontados como o “Governo Popular” que poderia contribuir para melhorar a situação dos trabalhadores rurais.

Não pudemos precisar até que ponto esse direcionamento das mobilizações para a política institucional se deu também em mais municípios, tampouco se esteve presente noutras eleições da época. No entanto, o panfleto apreendido em Nanuque não menciona o nome deste município, o que pode indicar que foi produzido para circular em vários lugares da região. Essa relação entre mobilizações sindicais e política eleitoral está presente em grande parte das mobilizações discutidas nessa tese - exceto no período de repressão mais intensa na ditadura civil-militar instaurada em 1964 - sendo uma articulação muito recorrente ao longo dos vários momentos da história do sindicalismo rural.

O intuito de alcançar uma análise mais profunda sobre as mobilizações nessa região e período esbarra na dificuldade de encontrar informações mais densas nas poucas fontes disponíveis, assim como nas raras descrições de casos concretos realizadas pelos estudos sobre o tema. Uma das poucas menções encontradas se refere ao trabalho de Borges (1988), que relatou algumas dessas mobilizações no Vale do Rio Doce nesse período, como o caso de uma associação no município de Açucena, sob influência do PCB:

Em Pedra Corrida, município de Açucena, havia um velho líder camponês filiado ao partido (PCB). Olímpio Malaquias, considerado por muitos o Julião de Minas Gerais, dirigiu uma associação de posseiros e *situantes* cujas terras vinham sendo desapropriadas pelo Estado em favor da Belgo Mineira e da Acesita desde finais dos anos quarenta (BORGES, 1988, p. 152).

Diante do conjunto desse material, pode-se perceber a tentativa de realizar ações de *mediação* (NEVES, 2008) na direção da constituição de um sentimento de injustiça frente à expulsão dos camponeses e exploração por parte dos fazendeiros. Dessa forma, foram articulados significados como sofrimento do trabalhador rural e necessidade de união, situando o sindicato de trabalhadores rurais como alternativa para enfrentamento desses problemas. As condições de vida e de trabalho, em intenso processo de degradação, foram interpretadas como fruto das relações de poder, diante das quais era necessária uma reação visando a transformá-las, através da organização sindical. Como vimos acima, essas ações de mediação buscavam também ligar essas lutas localizadas com projetos políticos mais amplos, associando suas demandas à campanha eleitoral de 1955.

Nesse período, algumas dioceses do Nordeste Mineiro passaram por transformações intensas. D. Enzo³⁴, de origem italiana, chegou ao Brasil em 1960, trabalhando como padre por 21 anos em pequenos municípios da região do Jequitinhonha, como Araçuaí, Itinga, Itaobim, Padre Paraíso e Medina, também lecionando em escolas desses municípios (SOUZA, 1993). Em 1982, assumiu o comando de Diocese de Araçuaí.

Quando eu vim para o Brasil, já tinha 11 anos de padre. Estudei no Seminário da Diocese de Bréscia, no norte da Itália. Lá, na minha terra, me dediquei à pastoral, evidentemente, mas também, ao ensino, porque desde quando fui ordenado, o bispo me convidou, me pediu que fosse me diplomar em Física e Matemática na universidade de Pávia. Depois que obtive o diploma, fui lecionar no seminário, mas, ao mesmo tempo, eu trabalhava

³⁴ D. Crescenzo Rinaldini (D. Enzo) foi bispo de Araçuaí (Vale do Jequitinhonha) entre 1982 e 2001. D. Enzo faleceu em 2011.

com os jovens que formavam a Juventude Italiana da Ação Católica. Depois de alguns anos, exatamente 1960, eu tive a oportunidade de vir para o Brasil. Estava realizando, assim, o meu ideal missionário, o de desenvolver o meu ministério em outro lugar que fosse fora da minha pátria (Depoimento de D. Enzo, citado por Souza, 1993, p. 224).

Chama atenção o vínculo de D. Enzo com a Ação Católica³⁵ Italiana, ligação que pode contribuir para compreendermos o desenvolvimento dessa organização no Brasil. Como veremos no que se refere à criação do STR de Poté, a Juventude Agrária Católica (JAC) teve papel fundamental para incentivar o processo de organização dos trabalhadores rurais da região.

Nos anos de 1950 e 1960, algumas dioceses italianas criaram seminários específicos voltados para o atendimento a países periféricos, como o de Verona, que enviou vários padres para a região de Araçuaí. África e América Latina, regiões nas quais faltavam padres, eram os principais destinos (SOUZA, 1993). D. Enzo contou como se deu sua vinda para o Brasil:

Então, surgiu essa oportunidade, quando, em 1959, o bispo de Araçuaí foi à minha terra e pediu ao nosso bispo uma ajuda, visto que aqui era muito escasso em número de padres. O bispo de lá ficou muito sensibilizado com o pedido de Dom José Maria Pires³⁶ e prometeu que mandaria alguns padres. Quando soube do pedido, eu me prontifiquei (Depoimento de D. Enzo, citado por Souza, 1993, p. 224).

A presença desses missionários e suas novas ideias - afinadas com o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín - por um lado, e o acirramento dos conflitos no campo no Nordeste Mineiro nesse período, por outro, foram ingredientes importantes para a constituição de uma Igreja fortemente engajada nessa região.

Padre Silvano Nobili, de origem italiana, estudou num seminário de Verona, voltado para América Latina, no início dos anos de 1960. Veio para o Brasil em 1964 e se tornou padre de Turmalina. Em seu depoimento, fala sobre as relações da Diocese de Araçuaí com a construção da Teologia da Libertação e desse “novo modo de ser igreja”, mais popular e crítico:

No começo, aqui, o Concílio Vaticano II chegou mais como uma reforma litúrgica, como um novo modo de dirigir-se ao povo. Ele foi interpretado e deu origem à Teologia da Libertação, sobretudo na Assembleia dos Bispos e Medellin, em 1968. Nesta Assembleia, um dos atores de destaque foi o bispo Dom José Maria Pires, um dos redatores do documento final, que trabalhou em Araçuaí até 1965, passando a ocupar, posteriormente, o arcebispado de João Pessoa (PB). Sendo ele um negro, ele também sentiu, na sua própria

³⁵ A Ação Católica foi um movimento no interior de Igreja Católica - desenvolvido a partir das primeiras décadas do século XX, inicialmente na Europa, ramificando-se na América Latina - que visava congregar leigos, aproximando essas pessoas da estrutura organizacional e atividades da Igreja. Esses grupos eram divididos em setores - como Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC) - considerados instâncias preparatórias para a inserção na Ação Católica Geral.

³⁶ Dom José Maria Pires foi Bispo de Araçuaí de 1957 a 1965, quando se tornou Arcebispo da Paraíba. Também conhecido como D. Pelé, uma referência a sua cor negra - exceção na hierarquia eclesiástica brasileira - trabalhou intensamente na criação de CEBs no meio rural, assim como em várias mobilizações em prol da organização dos trabalhadores rurais. Sobre sua atuação, ver Novaes (1997).

pele, o problema da marginalização o que, de uma maneira muito forte, contribuiu para incluir elementos novos nos documentos que passaram a ser tomados como referência até mesmo pelos agentes que se encontravam no topo da hierarquia e que permitiu a legitimação de uma nova forma de ser igreja (Depoimento de Silvano Nobili, padre de Turmalina, citado por Souza, 1993, p. 232).

A Teologia da Libertação é como ficou conhecido um conjunto de concepções religiosas e políticas que se difundiram na América Latina a partir do final da década de 1960, centradas na ideia de que o papel da Igreja seria de buscar justiça social e econômica (Smith, 1991). Como demonstra Lowy (1991), essa tendência foi fortemente influenciada pelo marxismo, de várias correntes, articulando algumas de suas ideias com valores religiosos.

Poderia-se discutir longamente sobre o enigma filosófico – ou o desafio teórico – que significa o cristianismo marxista do ponto de vista do materialismo dialético. O que conta é o que se passa na realidade. Ora, os cristãos marxistas existem: trata-se de um fato social e político inegável. Não apenas eles existem, mas seguidamente trazem à vanguarda revolucionária uma sensibilidade moral, uma experiência no trabalho popular de base e uma exigência utópica que não pode senão enriquecê-la (LOWY, 1991, p. 111).

Essa perspectiva teológica e política revestiu-se também de um forte cunho anticapitalista. Isso fica evidente no documento intitulado *Marginalização de um povo: o grito das Igrejas*, publicado em 1973 por bispos do Centro-Oeste do Brasil, cuja conclusão afirma que:

É preciso vencer o capitalismo: este é o maior mal, o pecado acumulado, a raiz apodrecida, a árvore que produz todos esses frutos que nós conhecemos: pobreza, fome, doença, morte [...] Por isso, é necessário que a propriedade privada dos meios de produção (as usinas, a terra, o comércio, os bancos) seja superada (Apud LOWY, 1991, p 101).

Geralmente, os setores da Igreja que incorporaram essas ideias ficaram conhecidos como “progressistas”. No entanto, alguns autores, como Theije (2002), consideram o termo “catolicismo liberacionista” mais adequado para se referir aos adeptos desse pensamento³⁷. No Nordeste Mineiro, esse pensamento foi bastante difundido, influenciando decisivamente no movimento sindical, entre outras organizações.

Um dos fundadores do sindicato de Poté (Vale do Mucuri), primeiro STR legalizado em Minas Gerais, narrou o processo de constituição de sindicatos rurais no Nordeste Mineiro, enfatizando como o Sindicato de Poté foi criado em face de um quadro crescente de expulsão, exploração e desamparo dos trabalhadores rurais da região³⁸.

Segundo ele, na década de 1950, com a intensificação da expansão da agricultura em várias partes do Brasil, muitos agregados do Vale do Mucuri passaram a buscar trabalho em outras regiões. Com a saída desses trabalhadores, muitas mulheres e crianças ficavam economicamente desamparadas, muitas vezes sendo expulsas da terra pelos proprietários.

³⁷ Para Theije (2002) o termo “progressista” excessivamente vago e próprio da luta política, sendo mais adequado o uso do termo “liberacionista” para se referir ao movimento embasado pela Teologia da Libertação.

³⁸ Entrevista realizada em 16/03/2011 com João do Mucuri, sindicalista, fundador do STR de Poté e atualmente diretor da FETAEMG no polo de Teófilo Otoni. Todos os nomes dos nossos entrevistados foram substituídos por pseudônimos, visando protegê-los de possíveis constrangimentos.

Nesse processo, muitas famílias, mesmo com a presença dos homens, eram também expulsas pelos proprietários maiores, em vista da expansão da pecuária.

Diante desse quadro, um padre alemão chamado Paulo Teodoro passou a organizar um grupo de jovens em Poté, ligando-os à Juventude Agrária Católica (JAC)³⁹ do Rio de Janeiro. Nessa época, o Padre Teodoro trazia regularmente um jornal da JAC para esses jovens, *O campo feito pelo Homem do campo*, que era um veículo de trocas de experiências entre trabalhadores rurais organizados em várias regiões.

Esse processo é retratado no livro *Semear Esperanças*, de Joaquim Ferreira da Silva Neto (Joaquim de Poté), um dos fundadores do STR de Poté, no qual apresenta suas memórias sobre a criação e desenvolvimento desse sindicato. Chama inicialmente atenção a participação da Ação Católica como estímulo para a organização dos trabalhadores rurais:

JAC – Juventude Agrária Católica – aqui na nossa região foi a primeira e talvez a única paróquia que organizou a JAC. Era um movimento da Ação Católica rural a nível nacional e a sede era no Rio de Janeiro. O padre assistente nacional era o padre Raimundo Caramuru. Ele com uma equipe veio aqui em Poté algumas vezes para encontrar com a nossa equipe paroquial. Na equipe nacional tinha jovens de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Paraíba, do Rio Grande do Sul, etc. Circulava o jornal da JAC “Correio Rural” um jornal do campo, feito pelo homem do campo, todo o jornal era formado com notícias do trabalhador rural para trabalhador rural, com orientação e informações. O nosso assistente em Poté era o Padre Teodoro (SILVA NETO, 1995, p. 17).

Além de Padre Teodoro, essas mobilizações tinham apoio de D. José Maria Pires e D. Quirino Adolfo Schmit, respectivamente bispos de Araçuaí e Teófilo Otoni⁴⁰. Inicialmente, esse grupo de jovens de Poté tinha por objetivo manter os trabalhadores rurais no campo, contribuindo para sua organização econômica, formando uma cooperativa de crédito – emprestando dinheiro para se estruturarem – e uma cooperativa agrícola, que ajudava na compra, venda e armazenamento dos produtos.

Em Poté, não tinha agência de banco, quem não era associado da cooperativa, se quisesse um empréstimo, tinha que ir a Teófilo Otoni: 1^a vez marcar uma proposta; 2^a para fazer a proposta; 3^a para levar documentos avalizados; 4^a para pegar o resultado (aprovado ou não). No mínimo, a gente tinha que ir 4 vezes para conseguir empréstimo (SILVA NETO, 1995, p. 19).

Assim, ao facilitar o crédito, esse grupo passou a atrair mais gente, motivar mais os trabalhadores - que conseguiram trabalhar com mais autonomia - a participar da organização. A cooperativa contribuiu também no armazenamento dos produtos, o que dava uma maior margem de negociação para esses pequenos produtores:

Ainda na parte agrícola, o associado que não queria vender sua produção de milho, feijão ou arroz no preço do dia, por ser um preço baixo na colheita, pedia à cooperativa para armazenar a produção, adiantava 50% do valor da mercadoria e tomava conta para o associado até quando a mercadoria

³⁹ Juventude Agrária Católica (JAC) é um dos setores da Ação Católica (AC) voltados para a mobilização da juventude, em específico no meio rural.

⁴⁰ Dom Quirino Adolfo Schmit foi o primeiro Bispo de Teófilo Otoni, permanecendo no cargo de 1960 a 1985.

alcançasse bom preço. (...) Sem poder comprar a mercadoria a preços baixíssimos, intermediários ficavam com raiva, xingavam o padre, a direção da cooperativa e os jovens da JAC, tudo porque suas chances de explorar estavam diminuindo. Os agiotas perderam de emprestar dinheiro a j porque a cooperativa emprestava para seus associados a juros baixos (SILVA NETO, 1995, p. 20).

Essas iniciativas geraram grande insatisfação dos comerciantes da região, que passaram a ter menor poder para explorar os trabalhadores rurais. Diante dessa tensão crescente, esse grupo, incentivado por Padre Teodoro, criou o sindicato para organizar os trabalhadores politicamente. Com apoio da Diocese de Teófilo Otoni, foi criado por pequenos produtores em 1962 (registrado em 31/01/1964) o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Poté. Os líderes passaram a viajar pela região incentivando a formação de sindicatos, o que contribuiu para a futura criação da FETAEMG, em 1968.

Interessante notar como Joaquim de Poté relaciona a atuação de Padre Teodoro com as experiências que este havia adquirido em sua terra natal, permitindo uma visão mais ampliada das possibilidades de atuação política. O incentivo do Padre se dava no sentido de constituir uma perspectiva de representação política dos trabalhadores rurais, na medida em que incentivou a formação de atores e organizações que - ao conquistarem capacidade de convencimento e mobilização dos trabalhadores rurais - pudessem falar em nome do grupo:

Pelo conhecimento que tinha o Padre Teodoro através dos seus estudos e prática de vida, na Alemanha, sua terra natal e de outros países da Europa que conheceu, levou o grupo de jovens a entender que só a cooperativa não resolia todos os problemas, seria preciso organizar os trabalhadores rurais em uma entidade que tivesse poderes para representá-los perante os patrões, o governo a todos os níveis, executivos, legislativo e judiciário. Essa entidade tinha que ser um sindicato dos trabalhadores rurais, conforme a gente lia nos jornais da JAC, aquele jornal do homem do campo com notícias de sindicato dos trabalhadores rurais já começando a funcionar em outros estados, com bons resultados (SILVA NETO, 1995, p. 21).

Foram encontradas também algumas alusões à atuação da Ação Popular (AP)⁴¹ no apoio a essas mobilizações. Nessa época, também por iniciativa do Padre Teodoro, várias comunidades rurais da região passaram a ter acesso às transmissões radiofônicas dos cursos do Movimento de Educação de Base (MEB)⁴². Como afirma João do Mucuri:

As comunidades lá em Poté já tinham uma escolinha, a escola radiofônica. O padre Teodoro tinha conseguido. **Um monitor ficava numa sala lá no meio rural com um rádio a pilha, aquelas pilhas grandes, pegando a aula pela**

⁴¹ Ação Popular foi uma organização de esquerda criada em 1962, principalmente por alguns integrantes da juventude da Ação Católica. Marcada pela forte presença de valores cristãos. Durante a ditadura civil-militar esse grupo atuou clandestinamente e adquiriu concepções marxistas, principalmente maoístas e leninistas, se afastando da Igreja Católica. No início dos anos de 1970, passou a se chamar Ação Popular Marxista Leninista (APML).

⁴² O Movimento de Educação de Base (MEB) - fundado em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e financiado pelo governo federal – teve os objetivos de alfabetizar e conscientizar politicamente, principalmente através de escolas radiofônicas implantadas em várias regiões do Brasil, com base no método desenvolvido por Paulo Freire. Em Minas Gerais, a maior parte de seus integrantes eram membros da Ação Popular (AP), atuando também no processo de sindicalização rural. (CAMISASCA, 2009)

rádio inconfidência. Pra alfabetizar os trabalhadores. No programa do MEB, Movimento de educação de Base, do Governo Popular. E a Rádio Inconfidência transmitia. E ai **quando veio o golpe Militar até esses rádios eles tomaram!** (João do Mucuri, entrevista ao autor, 16/03/2011, grifos nossos).

A criação do MEB em Minas Gerais se deu de forma mais expressiva em 1963, num momento de redefinição dos objetivos desse movimento, que foi se secularizando, voltando-se para a politização e conscientização do homem do campo, absorvendo membros da JUC e da AP:

No decorrer dos primeiros meses de 1963, o governador Magalhães Pinto cedeu as instalações da Escola Agrícola de Florestal para abrigar os dirigentes nacionais do MEB. Estiveram ali reunidos ex-membros da Ação Católica não vinculados à AP, professoras primárias, sobretudo das regiões de Teófilo Otoni, Juiz de Fora e Governador Valadares – áreas onde já existia MEB -, representantes diversos da Igreja Católica de Minas e dirigentes da AP nacional e local. A partir daí criava-se o MEB estadual em Minas. Cerca de um ano antes, as dioceses de Teófilo Otoni e Governador Valadares já haviam dado início às atividades de alfabetização em algumas comunidades circunscritas às suas áreas de influência (BORGES, 1988, p. 178).

Nesse processo, o MEB foi se laicizando e politizando, contribuindo para a organização política dos trabalhadores rurais, sem abandonar seu projeto de alfabetização. Como salientado anteriormente, o STR de Poté foi criado também por influência desse movimento, numa região na qual a sua atuação antecedeu as reuniões de 1963.

Esse trabalho de politização, em alguns casos excepcionais, direcionava para ações mais concretas em prol da reforma agrária, como as ocupações de terras. Na II Reunião do Comitê Nacional do MEB (1963), o setor camponês afirmou que era:

aconselhável as invasões de terras, sempre que se julgarem necessárias (especialmente as de segurança, na operação). (...) A seguir a uma invasão, dever-se-á exigir a presença da SUPRA para efetuar a desapropriação (se for o caso) e formular o plano de colonização (II Reunião da... Justiça Militar. 4ª Auditoria Militar de Juiz de Fora. Reg. No 87/67, op. cit., p. 52. Citado por Borges, 1988, p. 180).

No entanto, o MEB - assim como a AP, que formava parte importante de seus quadros, e o PCB - trabalharam mais no sentido da sindicalização, pelos caminhos institucionais disponibilizados pelo poder público, como no caso do STR de Poté. As iniciativas voltadas para a conquista de terras, que ganhavam força nesse período, ainda eram pouco comuns.

A criação do STR de Poté desagradou muitos fazendeiros da região, que voltavam suas críticas principalmente ao Padre Teodoro e aos jovens da JAC. No entanto:

Na medida em que íamos resolvendo alguns problemas, a confiança pelos trabalhadores com o sindicato ia crescendo. Mas ia crescendo também a ira daqueles que queriam acabar com aquela situação. Aqueles que queriam o trabalhador não consciente de seus direitos, que não queriam melhorar seus salários, não aceitavam que o trabalhador tivesse orientação sobre parceria

justa. Os que queriam continuar expulsando, através do gado comendo as plantações, tomando as terras através de mudança de extremos cercos, ou tomando heranças de menores e de viúvas, enfim, aqueles que queriam continuar com qualquer tipo de injustiça. Eles passaram a ser nossos adversários, a xingar o padre, os jovens da JAC e os membros da diretoria do sindicato (SILVA NETO, 1995, p. 25).

Ferreira Neto (1999), descrevendo e analisando parte da história do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR) em Minas Gerais, demonstra como o poder público – em consonância com os anseios do patronato rural e setores conservadores da Igreja Católica – incentivou a sindicalização como mecanismo de evitar o avanço de setores de esquerda na organização e mobilização dos trabalhadores rurais pela reforma agrária. Como ele afirma, a interpretação conservadora era de que:

a ausência de uma estrutura hierarquizada e institucionalizada, voltada para a representação dos trabalhadores rurais, deixava espaço aberto para que essa organização ocorresse à revelia dos mecanismos legais de controle, o que, naquela conjuntura, significava a possibilidade de consolidação de grupos, organizações e partidos políticos de esquerda (FERREIRA NETO, 1999, p. 165).

Assim, a legislação trabalhista foi a base para a atuação do próprio PCB⁴³ na organização dos trabalhadores rurais, a forma como delimitou seu público e conduziu o processo de sindicalização, com forte viés de enquadramento ao espaço de atuação delimitado pelo Estado⁴⁴. Dessa forma, as ações no sentido de sindicalizar prevaleceram nesse período, ficando a luta pela reforma agrária em segundo plano, como uma busca mais articulada no âmbito institucional e formal.

Apesar do controle, esse processo foi importante para a criação de espaços institucionais de representação dos trabalhadores em Minas Gerais, mecanismo para organização e defesa de seus interesses que foi gradualmente se ampliando (FERREIRA NETO, 1999, p. 173), o que, em certa medida, contribuiu para criação de meios para pressão popular sobre o governo.

Apesar dessa atuação supostamente se dar principalmente pelos caminhos delineados pelo Estado, desenvolviam-se também ações por outros caminhos, como demonstra Ferreira Neto:

No outro polo, preservados os momentos de sintonia com o PCB, situava-se a concepção de organização autônoma e de luta popular desenvolvida pelas Ligas Campesinas que apostavam na possibilidade de organização dos trabalhadores e da conquista de direitos e do próprio acesso à terra, à revelia dos favores e concessões do poder público (FERREIRA NETO, 1999, p. 192).

⁴³ Apesar da proeminência do PCB nesse processo inicial de sindicalização, cabe salientar a importância das Ligas Campesinas, muitas delas, inclusive, se transformando em sindicatos, se aproximando também da lógica de enquadramento e controle incentivada pelo Estado. Essa postura das Ligas em Minas Gerais, em certa medida, destoava de algumas das estratégias de luta mais agressivas no âmbito nacional.

⁴⁴ Apesar de grande parte dos estudos serem convergentes sobre esse enquadramento do Estado sobre os sindicatos mineiros, cabe salientar a necessidade da realização de estudos que busquem retratar ações noutros sentidos, dando visibilidade a práticas que destoavam da lógica estatal, sendo desenvolvidas com lógicas influenciadas pelos poderes locais, que escapavam da esfera de controle governamental.

Apesar das ligas apresentarem-se, algumas vezes, como uma alternativa mais radical na organização dos trabalhadores rurais, Borges (1988) enfatiza a tendência dos setores de esquerda, em Minas Gerais, para a sindicalização rural, argumentando sobre o encaminhamento das experiências das ligas e associações para a formação de sindicatos:

Em Minas, as lideranças urbanas dos movimentos sociais rurais achavam-se, há algum tempo, senão temerosas pelo menos cautelosas diante da possibilidade de radicalização das tensões sociais no campo. Buscando uma solução dentro do espaço aberto e garantido pelo governo, optaram por transformar em sindicatos as duas Ligas Camponesas existentes no estado – a de Passos e a de Três Marias – e as demais Associações de Lavradores Agrícolas (BORGES, 1988, p. 164).

A situação de Três Marias é um exemplo dessa tendência. Sofrendo pressões e tentativas de expulsão - algumas concretizadas violentamente - trabalhadores rurais da região, visando resistir a esse processo, organizaram a Associação de Lavradores de Três Marias em 1961.

Diante do desenvolvimento de sua organização, com a participação de membros do PCB e PTB - e da influência das experiências de outros estados - essa Associação tornou-se uma Liga Camponesa em abril de 1962. Porém, já em outubro do mesmo ano foi transformada em sindicato⁴⁵, em face da tendência para a sindicalização acima referida (BORGES, 1988).⁴⁶

Não somente grupos de esquerda, como PCB, Ligas Camponesas etc., foram responsáveis pelo processo de sindicalização. Setores conservadores da Igreja Católica - principalmente representados pelos Círculos Operários Cristãos⁴⁷ – também buscaram disputar a sindicalização rural em Minas Gerais, visando, em certa medida, combater o avanço do socialismo no campo. Para Ferreira Neto (1999):

a polarização entre diferentes concepções ideológicas, no início do processo de constituição do movimento sindical dos trabalhadores rurais em Minas Gerais, vai acentuar o caráter regionalizado da implementação dos sindicatos em todo estado (FERREIRA NETO, 1999, p. 187).

No início dos anos de 1960, os sindicatos dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce - formados principalmente por meeiros, posseiros e assalariados - estavam em sua maioria ligados ao PCB, a AP e ao MEB. Os sindicatos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Zona da Mata e Campos das Vertentes - formados por pequenos proprietários - estavam sob influência dos Círculos Operários (FERREIRA NETO, 1999, p. 188).

⁴⁵ Com o golpe de 1964, seus líderes e vários membros foram presos, alguns até 1970.

⁴⁶ Segundo Borges (1988), existiram também nesse período formas de mobilização mais radicais, como ações de resistência e invasões de terra por trabalhadores rurais mobilizados. No entanto, são poucas as informações disponíveis sobre essas ações, como em casos de invasões de terras mencionados sobre os conflitos na Galiléia, Piumhi, etc.

⁴⁷ Os Círculos Operários Cristãos, formados por segmentos conservadores da Igreja Católica, visavam inicialmente estreitar os laços dos trabalhadores com a doutrina católica. Esse grupo, em vários estados do Brasil, disputou o controle sobre os processos de sindicalização, visando principalmente conter o avanço de setores de esquerda.

Grupos progressistas ligados à Igreja Católica, como a Ação Popular⁴⁸, também tiveram grande relevância no processo de sindicalização em Minas Gerais – sobretudo no Triângulo, Vale do Rio Doce e sul de Minas (FERREIRA NETO, 1999, p. 200) – como também percebemos no relato de João do Mucuri.

Na medida em que, na década de 1960, parte da Ação Católica se torna cada vez mais voltada para a mobilização em torno dos grandes problemas políticos do País – como, por exemplo, a reforma agrária – alguns de seus membros, principalmente da JUC, formam a organização política de esquerda denominada Ação Popular. Este grupo trouxe de sua experiência católica fortes ideais cristãos, comunitários e humanistas, os que os diferenciava dos outros grupos de esquerda que agiam em prol da sindicalização. Como afirma Borges (1988), nesse período, os militantes da AP acreditavam:

ao contrário do PCB, que o regime político militar da União Soviética, como eles mesmos diziam, não constituía objetivo final de suas buscas. A nova sociedade a ser conquistada, a partir da ação das “vanguardas revolucionárias”, deveria estar centrada no homem. A ideia de coisificação das relações sociais, presente no capitalismo e em algumas das experiências socialistas, era por eles repudiada. A ela contrapunham a noção de *comunidade* (BORGES, 1988, pp. 161-162).

De 1961 a 1964 o processo de sindicalização e a bandeira pela reforma agrária ganharam força no Brasil - principalmente a partir dos debates no Congresso Camponês de Belo Horizonte⁴⁹. Nesse período, a busca pela conquista de terras cresceu consideravelmente em Minas Gerais, o que causava grande temor nos donos de terras e seus aliados:

Se nas cidades a visão de uma multidão descendo dos morros era, no mínimo, preocupante para aqueles que por diferentes razões possuíam motivos para se imaginar na pele de algum “Grileiro”, razões de sobra havia para quem quisesse se alarmar com o coro entoado na área rural (STARLING, 1986, p. 27).

Formou-se, nesse processo, uma *figuração* (ELIAS & SCOTSON, 2000) com vários atores inter-relacionados: o movimento de trabalhadores rurais ascendente - com mediações de uma grande variedade de agentes - o Governo Federal sinalizando reformas, grandes proprietários rurais temerosos, diferentes segmentos do clero, empresários, militares etc. Os desdobramentos desse conjunto de relações, em grande medida, confluíram para a efetivação do golpe civil-militar de 1964.

Segundo Starling (1986) - diante do temor em relação às reformas do governo Goulart e a crescente participação e organização popular no início da década de 1960 - várias frações da classe dominante se organizam como reação ao que foi percebido como “tendência esquerdistas da vida política brasileira” (STARLING, 1986, p.46). Como parte dessa reação se constituiu o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) - fundado em 1961 por empresários e militares do eixo Rio-São Paulo - sendo “a força política da fração

⁴⁸ Durante o regime civil-militar, seus militantes são duramente perseguidos, agindo na clandestinidade. Parte da atuação da AP será discutida mais adiante.

⁴⁹ A escolha de Minas Gerais para a realização desse evento se deveu, segundo Camisasca (2009) a vários fatores, como a centralidade geográfica do estado, grande presença de latifúndios e miséria, potencial e necessidade de crescimento do movimento no estado e, por fim, pelo apoio concedido pelo governador Magalhães Pinto ao Evento.

multinacional-associada” que desenvolveu uma “sofisticada campanha política, ideológica e militar” (STARLING, 1986, p. 46), se expandindo para várias regiões, entre elas Minas Gerais. Nesse estado, a organização política dos proprietários rurais esteve fortemente associada ao IPES-MG, integrando-se com forças do comércio e da indústria. Assim, essa aliança buscou combater tanto a proposta de reforma agrária do governo Goulart quanto as formas de organização dos trabalhadores rurais.

Acrescente-se a esse grupo o clero conservador mineiro, que buscava “legitimar a propriedade privada como direito sagrado” (STARLING, 1986, p. 254), dando um significado anticristão para a proposta de reforma agrária. Esses clérigos, assim como proprietários rurais - tirou grande parte de seu instrumental ideológico do livro *Reforma Agrária, Questão de Consciência*⁵⁰.

Assim, tratou-se de uma luta política, ideológica e, muitas vezes, paramilitar, como se pode perceber na atuação das Ligas Anticomunistas, que visavam conter a organização dos camponeses. Chama atenção o fato de parte do clero buscar legitimar ações violentas, como no discurso de Padre Pedro Vidigal em Curvelo (fevereiro de 1964), onde, parodiando o conhecido apelo de Cristo, disse: “Armai-vos uns aos outros”, o que se transformou num *slogan* dos latifundiários mineiros (STARLING, 1986, p. 261). Dessa forma, “o IPES-Novos Inconfidentes partiu decidido para a criação de milícias paramilitares encarregadas de desencadear violento processo de contenção camponesa” (STARLING, 1985, p. 265). Nesse contexto, destaca-se o Vale do Rio Doce, principal foco de tensão rural em Minas Gerais.

Essa proeminência da região de Governador Valadares como foco das mobilizações de luta pela terra ficou evidente também diante da análise de alguns documentos do DOPS. Num documento intitulado “Teófilo Otoni – relatório reservado, sobre possíveis invasões de terra”, de abril de 1964, o investigador Lúcio Emílio de Faria, dirigindo-se ao Delegado Davo Hazan, informa que, apesar das tentativas de criar sindicatos na região, não contavam com organização suficiente para invadir terras naquele momento. Ressalta que o risco maior era em relação ao STR de Governador Valadares, já bem mais organizado. As agitações em Governador Valadares são retratadas noutro relatório, de 19 de março de 1964, demonstrando como aquela região era o principal espaço de tensões e conflitos, violência intensa que estava para emergir a qualquer momento.

Também encontramos evidências, através da documentação do DOPS, da atuação de ligas anticomunistas na região. Num relatório policial é retratada uma reunião entre militares, políticos e grandes pecuaristas - no município de Nanuque, no dia 8 de fevereiro de 1964 - visando a formação da Liga Anticomunista do Mucuri. A exemplo da Liga Anticomunista de Governador Valadares, que, segundo o documento, já estava atuando havia certo tempo, esse grupo visava combater o avanço das mobilizações em prol da reforma agrária na região, que já vinham se avolumando, principalmente no que se refere ao temor das invasões de terras. Nessa documentação, consta como esse grupo dispunha de um fundo para compra de armas, alimentado pela doação de fazendeiros da região.

Essa reação violenta foi proporcional à crescente organização dos trabalhadores rurais na região. Já no final da década de 1950, na região de Governador Valadares (Vale do Rio Doce), na qual houve forte atuação do PCB, existia uma movimentação crescente em prol da reforma agrária, com um número impressionante de trabalhadores rurais mobilizados:

⁵⁰ Livro de autoria de D. Geraldo de Proença Sigraud (Arcebispo de Diamantina), D. Antônio Castro Mayer (Bispo de Campos), Luiz Mendonça de Freitas (economista) e Plínio Correia de Oliveira (Fundador da TFP). (STARLING, 1986, p. 258).

Já em 1955, dez mil camponeses reuniam-se na Praça da Estação, em Governador Valadares, em manifestação organizada pela Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Pedra Corrida. O mote, “Terra pra fazer fartura”, sustentava o ideal de reforma agrária que, mais tarde, daria os rumos da luta de Chicão. Em 1959, o então governador Bias Fortes assinava lei concedendo as terras devolutas aos latifundiários dos Vales do Rio Doce e do Mucuri. Por este viés, à medida que os antigos posseiros eram expulsos, aumentavam as áreas de periferia urbana. Em 1964, o jornal *Última Hora* calculava que, entre os desabrigados da cidade, “mais de 13 mil famílias passavam a vida nas favelas, debaixo de marquises dos prédios, nos passeios e debaixo das pontes” (CARNEIRO & CIOCCARI, 2011, p. 214).

Lideranças como Francisco Raimundo da Paixão (Chicão) e Carlos Olavo da Cunha Pereira atuaram fortemente na organização sindical e busca pela conquista da terra. Nessa cidade, acumulavam-se trabalhadores rurais expulsos por grileiros, num clima de insatisfação crescente (CAMISASCA, 2009). Conforme a autora,

A conquista das terras pertencentes ao Ministério da Agricultura tornou-se a maior bandeira da luta empreendida pelo sindicato rural de Governador Valadares, que trabalhou com afinco para promover essa desapropriação. Chicão viajou várias vezes para Belo Horizonte, Brasília e Rio de Janeiro para conversar com autoridades federais e estaduais a fim de que essas autorizassem a desapropriação da fazenda. No entanto, o desejo dos camponeses de Governador Valadares de obter a posse dessas terras, não chegou a ser concretizado (CAMISASCA, 2009, p. 98).

Apesar de Chicão pertencer ao PCB, não seguia à risca as diretrizes do Partido, sendo tratado com desconfiança por parte de seus membros (BORGES, 1988). Sua entrada para o STR de Governador Valadares significou – juntamente com outros fatores – uma intensificação das mobilizações, desdobramento que fugiu ao controle do Partido, pois “o PCB foi perdendo o controle da situação. O movimento seguia seu próprio curso. Ao Partido não restava outra solução senão capitalizá-lo e ao mesmo tempo protegê-lo, usando para isso a imprensa local, estadual e nacional” (BORGES, 1988, p. 228).

Destaca-se também nesse processo a proeminência do jornal *O Combate* - criado por Carlos Olavo, também do PCB - como veículo de expressão, denúncia e comunicação entre os trabalhadores rurais mobilizados:

O jornal *O Combate* seguia uma linha editorial comprometida com as lutas sociais e políticas de esquerda, sintonizado com o PCB, ao qual o jornalista Carlos Olavo, criador do jornal, era filiado, bem como o advogado Plínio Mendes Martins, colaborador do periódico. É significativo que Carlos Olavo – depois da experiência de uma série de reportagens especiais sobre os despejos em massa de posseiros no Vale do Rio Doce – tenha deixado Belo Horizonte para viver em Governador Valadares. *O Combate* estabeleceu-se como veículo de denúncias e de divulgação questões ligadas aos conflitos agrários e, publicado com letras vermelhas, alcançou grande penetração popular (CARNEIRO & CIOCCARI, 2011, p. 216).

Segundo Borges (2004), no município de Governador Valadares, meeiros, parceiros, assalariados e moradores de favelas, unidos em sindicatos de trabalhadores rurais - motivados

inicialmente pela atuação da Ação Popular (AP) e do Partido Comunista (PCB)⁵¹ - antagonizaram com os fazendeiros locais, membros de igrejas e partidos conservadores, representantes do poder público local etc. Algumas histórias espalhadas na região demonstram o clima de tensão crescente, como a que contava como trabalhadores rurais de Galiléia - município vizinho a Governador Valadares - teriam obrigado um fazendeiro a cavar sua própria cova:

Para muitos de nossos entrevistados, a imagem de um proprietário rural empunhando um enxadão e cavando sua sepultura para ser enterrado vivo não só explicava a polarização de interesses ocorrida na cidade, entre janeiro e março de 1964, como também justificava a violência que marcou o cotidiano de Governador Valadares e dos municípios vizinhos no imediato pós-golpe (BORGES, 2004 p. 304).

Boatos como esse - independentemente de sua correspondência com a realidade - tinham poder de mobilização, força política, trazendo consequências concretas que influenciavam decisivamente nos acontecimentos que se seguiram, como, por exemplo, no temor e violenta reação dos latifundiários da região.

Essa situação foi resultado do crescimento da tensão entre trabalhadores rurais e grileiros e da organização e mobilização dos setores subalternos no campo, na segunda metade da década de 1950 e início da década de 1960 (BORGES, 2004). Como afirma Camisasca (2009):

Em meados de 1963, sob a liderança de Chicão foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Governador Valadares. Devido ao fato de Chicão não trabalhar no meio rural ele foi alvo de muitas críticas empreendidas pelos proprietários de terra e também pela imprensa, que asseguravam que o sapateiro somente queria promover agitação na cidade. (...) No início do ano de 1964 o sindicato já contava com a participação de cerca de 2.000 membros (CAMISASCA, 2009, p. 155- 156).

Crescia a luta sindical pela reforma agrária, trazendo a ideia de tomar a Fazenda do Ministério⁵². A notícia da entrega da Fazenda para os trabalhadores rurais se espalhou pela região, estando já programada uma cerimônia de comemoração para o dia 31 de março de 1964, na própria Fazenda, que iria contar com políticos influentes e cerca de 20 mil trabalhadores eram esperados (CARNEIRO & CIOCCARI, 2011).

Por outro lado, grandes proprietários rurais, em vista dos contextos local e nacional desfavoráveis, passaram a se organizar politicamente, fazer comícios no Leste, Nordeste e Sul de Minas Gerais, com a presença de líderes religiosos e políticos, de partidos como UDN, PSD, PR e PSP (BORGES, 2004). A ocupação da fazenda do Ministério da Agricultura acirrou ainda mais os ânimos:

⁵¹ Essas organizações, apesar do grande impulso às formas de organização sindical, pensavam a atuação desses sindicatos direcionada para a conquista de direitos trabalhistas, o que em certa medida destoava da idéia de busca pela reforma agrária como objetivo central, que crescia entre os trabalhadores rurais organizados, o que gerou descompassos e dissidências (BORGES, 2004).

⁵² Fazenda próxima à Valadares, doada pelo governo federal ao governo de Minas Gerais na década de 1949, visando que se tornasse um centro de pesquisa agropecuária. Era na década de 1960 usada como espaço de empréstimo de maquinário para os fazendeiros da região. Sendo por muitos anos utilizada por fazendeiros e para pesquisa de órgãos governamentais, essa fazenda se tornou novamente objeto de luta na década de 1990, sendo alvo de uma das ocupações discutidas na presente pesquisa.

No final do ano de 1963, apesar da desapropriação da fazenda do Ministério da Agricultura não ter sido decretada, cerca de 30 famílias de camponeses passaram a ocupar pacificamente a fazenda e aguardavam o recebimento do título de propriedade a ser emitido pelo governo federal. Devido a essa ocupação, o líder ruralista Josaphat Macedo afirmou que a fazenda federal havia se tornado o quartel general dos comunistas e um foco permanente de agitadores (...) Diante desse fato, a tensão entre as partes parecia se agravar, afinal o número de sindicalizados crescia assustadoramente e os camponeses percebiam que apenas a desapropriação da fazenda do Ministério da Agricultura não seria suficiente para abrigar a todos. Eles começaram então a se mobilizar para que outras terras também fossem desapropriadas (CAMISASCA, 2009, p. 157-158).

Essa tensão chamou atenção do poder público, que passou a enviar comissões para atuar na região, tentando estabelecer espaços de negociação entre os grupos, o que desagradou os fazendeiros que esperavam uma atuação mais favorável aos seus interesses, passando a organizar grupos armados para “caçar os comunistas” silenciosamente.

Grileiros transformavam-se em grandes fazendeiros ocupando áreas cada vez maiores com a criação de gado. Com o aval das autoridades locais, expulsavam-se famílias de posseiros que moravam ali por cerca de quinze anos. A truculência latifundiária contava com figuras como a do pistoleiro conhecido por “Come Cru” e com artimanhas, como a difusão de boatarias contra os lavradores. O caso mítico de um fazendeiro que teria sido obrigado por camponeses a cavar sua própria cova é um exemplo do “barril de pólvoras” em que se transformara Governador Valadares (CARNEIRO & CIOCCARI, 2011, p. 214).

Como demonstram a citação acima e a análise de Borges (1988), espalhou-se um grande temor em relação ao avanço dos comunistas, às invasões de terra, ao suposto apoio irrestrito do Governo Federal aos trabalhadores rurais organizados, que levou os fazendeiros da região a se articularem para - a qualquer custo - evitar esse avanço:

Nós fazíamos reuniões relativamente fechadas. Discutíamos e eu sempre dizia para eles (proprietários): olha, nós temos que nos preparar psíquica e materialmente para uma luta (...). Nos temos que nos preparar, porque se implantado o comunismo aqui, os senhores não tenham dúvidas, conosco acontecerá o mesmo que aconteceu na Rússia. Os Kulaks foram dizimados. (...) Os comunistas aqui de Valadares pertencem a escola stalinista. Com eles não tem meio termo, não tem tolerância (...) Para não morrer no muro, então nós temos que morrer na trincheira. Várias reuniões, palestras nesse sentido foram feitas. Também com as senhoras nós fizemos essas palestras. Começamos a nos organizar. Então, muitos fazendeiros começaram a comprar armas. Armas de porte médio, carabinas, pistolas, etc.. (Rubens Alves Barroso, entrevista a Borges, 27/08/1988, p. 231).⁵³

Em 30 de março de 1964, pouco antes do golpe, latifundiários seguiram para o bairro Santa Teresa (Governador Valadares), onde estava a sede do sindicato, e “abriram fogo sobre os que ali se encontravam” (BORGES, 2004). Camisasca (2009) também descreve alguns

⁵³ Rubens Alves Barroso foi secretário da Associação Rural de Governador Valadares de 1954 a 1964.

detalhes desse acontecimento marcante no processo de mobilização dos trabalhadores rurais mineiros:

No dia 30 de março, liderados pelos proprietários de terras, grupos armados abriram fogo contra a sede do sindicato rural, que era também a residência de Chicão. Na troca de tiros entre os camponeses e o grupo comandado pelos proprietários de terras, o genro do coronel Pedro Ferreira, Pascoal Souza Lima, morreu ao ser atingido por uma bala na cabeça. Além disso, se feriram, mas sem gravidade, o repórter do jornal *O Combate*, Aguinaldo Alves de Freitas, a esposa de Chicão, Edna Maria, e uma de suas filhas, Elizabete, de apenas 5 anos de idade. Já Chicão nada sofrera, pois havia se escondido debaixo de uma cama na casa do vizinho (CAMISASCA, 2009, p. 164).

Esse confronto foi o estopim de várias ações que, em conjunto, influenciaram nas movimentações para o golpe de 64, dando mostras das reações conservadoras e da violência que estava em curso. Carneiro & Cioccari (2011) descrevem esse momento demonstrando como seus desdobramentos tiveram forte relação com movimentações conservadoras em consonância com as ações que deram vazão ao golpe civil-militar de 1964:

O confronto desenrolou-se em tiroteio e houve diversos feridos, como a esposa e a filha de cinco anos do líder camponês (baleada com um tiro na boca), e uma morte, a de um fazendeiro, genro de um importante líder ruralista do Vale do Rio Doce. Como resultado, a comemoração camponesa foi abortada e uma manifestação dos familiares dos latifundiários foi realizada como prenúncio. Faixas com dizeres moralizantes reproduziam os ideais da Marcha com Deus pela Pátria e a Família. Ao mesmo tempo, na periferia da cidade, uma centena de membros dos setores subalternos do campo fazia vigília na sede do sindicato. Ali, no dia 1º de abril, um novo confronto resultaria no assassinato dos lavradores Augusto Soares da Cunha e seu pai Otávio Soares Ferreira da Cunha (CARNEIRO & CIOCCARI, 2011, p. 213).

As relações entre conflitos como esse e o golpe de 64 são sugestivas por vários aspectos, principalmente pelo papel central que Minas Gerais teve nas articulações em torno desse acontecimento. Dessa forma:

o avanço da organização sindical dos trabalhadores rurais em Minas Gerais serviu de motivação para o amplo apoio prestado pelos proprietários rurais e pelo governador Magalhães Pinto, da UDN, ao movimento militar de 64 (FERREIRA NETO, 1999, p. 202).

Essa relação é também enfatizada por Carneiro & Cioccari (2011), que demonstram como a polarização crescente em Governador Valadares e a violência crescente foram indicados como motivadores para o início do golpe por alguns dos próprios militares:

“A revolução que estava programada para o dia 1º de abril, começou dois dias antes em Governador Valadares”. A frase, dita pelo coronel Altino Machado – ex-delegado de polícia, proprietário rural e um dos principais coordenadores do movimento paramilitar de Governador Valadares – dá idéia de como os acontecimentos no imediato pré-golpe transformaram a

chamada Princesinha do Vale em palco privilegiado da radical polarização que então tomou conta da cena política nacional (CARNEIRO & CIOCCARI, 2011, p. 213).

Em 1964 existiam 40 STRs, em 36 municípios de Minas Gerais, dos quais apenas três tinham reconhecimento jurídico: os de Poté (Vale do Mucuri), Araçuaí (Vale do Jequitinhonha) e Santana do Deserto (Zona da Mata) (FERREIRA NETO, 1999, p. 204). Os sindicatos estavam distribuídos por quase todas as regiões de Minas Gerais, chamando, porém, atenção a pouca existência de sindicatos no Norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha e no pontal do Triângulo Mineiro (FERREIRA NETO, 1999, p. 201).

Segundo Nunes (2011), já em dezembro de 1963, a organização sindical estava se ampliando no estado, com a criação de três federações - Federação dos Trabalhadores Autônomos da Lavoura, Federação dos Assalariados Rurais e Federação dos Assalariados na Extrativa Rural - organizações que foram fechadas com o golpe de 1964, mesmo tendo sido criadas com apoio do poder público (FERREIRA NETO, 1999).

De 12 a 18 de dezembro de 1963, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais já existentes nos municípios: Poté, Araçuaí, Governador Valadares, Galileia, Sobrália, Fernandes Tourinho, Coronel Fabriciano, São José do Goiabal, Córrego Novo, Patos de Minas, Tabuleiro, Santana do Deserto, Lagoa da Prata, Bom Despacho e Pium-I, participaram da semana rural coordenada pelas dioceses católicas. Os representantes dos trabalhadores ficaram alojados em um batalhão da Polícia Militar e o evento foi coordenado pelo Presidente da Comissão Nacional de Sindicalização Rural, o Padre Francisco Lage. Depois de muitos debates, chegou-se a conclusão de que deviam ser fundadas três Federações devido à realidade dos trabalhadores do Estado (...) Assim, no dia 18 de dezembro de 1963, os trabalhadores do campo fundaram três federações com sede provisória em Belo Horizonte, com o objetivo de defender os trabalhadores, sendo elas: A Federação dos Trabalhadores Autônomos da Lavoura, Federação dos Assalariados Rurais e Federação dos Assalariados na Extrativa Rural (NUNES, 2011, p.35).

Essas federações buscavam atender à diversidade de atividades, como extração de carvão, trabalho assalariado rural em regiões de cana e café, e pequenos produtores, arrendatários e parceiros, como no caso do STR de Poté (NUNES, 2011). Note-se que elas incorporaram parte do que foi estabelecido pela Portaria 355 A (20/11/1962), do Ministério do Trabalho e Previdência Social, que visava orientar o processo de sindicalização, definindo como categorias de enquadramento: 1) Trabalhadores da Lavoura; 2) Trabalhadores da Pecuária e Similares; 3) Trabalhadores na Produção Extrativa; 4) Produtores Autônomos – pequenos proprietários, arrendatários, meeiros, parceiros, etc. (FERREIRA NETO, 1999).

A maior parte dos sindicatos era de assalariados da lavoura e pequenos produtores, categorias espalhadas por praticamente todo o estado, exceto no Norte de Minas, onde quase não havia sindicatos de trabalhadores rurais nesse período. Assalariados do extrativismo são encontrados principalmente no Vale do Rio Doce. Porém o sindicato de Governador Valadares, um dos municípios tratados em nosso estudo - era exceção nessa região, pois era formado por assalariados de lavoura. No Rio Doce havia também vários sindicatos de pequenos produtores.

No que se refere aos vales do Jequitinhonha e Mucuri, nesse período, haviam pedido registro apenas dois sindicatos, o de Poté, de pequenos produtores, e o de Araçuaí, de assalariados da lavoura, conforme quadro disponibilizado por Ferreira Neto (1999, p. 197).

Da década de 1940 ao golpe de 1964, a luta pela terra em Minas Gerais foi marcada por ações de mediação em direção ao estabelecimento dos sindicatos como espaço de representação dos trabalhadores rurais, delimitação da identidade política de camponês - em contraste com os latifundiários - e afirmação das ocupações e reocupações de terras como recursos de enfrentamento e resistência dos trabalhadores rurais à expulsão da terra e exploração. Vários atores - como PCB, AC, AP, MEB etc. - tiveram papel fundamental nesse processo, sistematizando as demandas e organizando os trabalhadores rurais em torno de bandeiras que extrapolavam os conflitos locais, potencializando sua inserção na cena política. O golpe civil-militar é, em certa medida, reflexo do sucesso dessas mediações, que conseguiram um grau de mobilização preocupante para grande parte detentores do poder estabelecido, desencadeando suas reações violentas e autoritárias.

CAPÍTULO II: REPRESSÃO, RESISTÊNCIA E REVIGORAMENTO DA LUTA PELA TERRA EM MINAS GERAIS

Nesse capítulo discutimos os acontecimentos posteriores ao golpe de 1964, abordando suas consequências para a luta pela terra em Minas Gerais, as formas de mobilização nesse contexto adverso e a constituição das ocupações de terra como estratégias legítimas de se demandar a reforma agrária no estado, atentando especialmente para as ações de mediação nesses processos.

2.1 - Retração e resistência na luta pela terra

Depois do golpe de 64, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR) passa por forte retração, com a prisão, perseguição e assassinato de várias lideranças. Na região de Governador Valadares, além da violência anterior à efetivação do golpe, as perseguições continuaram por vários anos, obstaculizando a reorganização dos trabalhadores rurais:

No dia 1º de abril de 1964, os ruralistas da região já haviam organizado milícias e solicitado ajuda ao Exército. O confronto imediatamente após o golpe militar teve, entre seus resultados, a prisão de Chicão e o empastelamento do jornal *O Combate* (CARNEIRO & CIOACCARI, 2011, p. 216).

Em Minas Gerais houve grande refluxo das lutas e aumento da concentração fundiária, em consonância com o avanço do grande capital no campo, reforçando ainda mais a desigualdade nas relações de poder que já eram extremamente intensas:

Em todo o País e, particularmente em Minas Gerais, esse processo se deu pela incorporação das áreas do cerrado, no Triângulo Mineiro e nas regiões norte e nordeste do Estado, à estrutura de produção agrícola capitalizada, e pela instalação de grandes projetos agropecuários, de irrigação e de reflorestamento nessas regiões (FERREIRA NETO & DOULA, 2003, p. 6).

O processo de regularização das terras devolutas também favorecia a expulsão de posseiros e concentração fundiária, na medida em que era necessária a manifestação desses trabalhadores rurais - muito deles isolados e analfabetos - em relação aos editais publicados. A entrevista realizada por Nunes (2011, p. 65) com André Montalvão - ex-presidente da FETAEMG - elucida os contornos dessa questão:

As grandes empresas e os grandes fazendeiros, eles chegavam, cercavam as terras com os posseiros e queriam, através da Ruralminas, é... a legalização dessas terras, através de um edital publicado no Minas Gerais, que ficava 30 dias, a partir daí o Estado concedia, passava a escritura das terras, para o requerente. Qual é o trabalhador ou posseiro analfabeto que ia saber que tinha um edital, no Estado de Minas? Pra saber que aquelas terra onde eles moram, tava... e ai a partir daí, era uma facilidade enorme, porque, o cara de posse de uma escritura na mão, de posse do registro, daquela... entravam na justiça, a justiça concedia liminar, chegava lá e botava todo mundo pra fora junto com a polícia, queimava casa, queimava barracão... (André Montalvão, entrevista a Nunes, 14/08/2011).

O depoimento de João do Mucuri contribuiu para a compreensão sobre as consequências do golpe de 64 para a organização sindical no Nordeste Mineiro. Poucos dias depois do golpe ocorreu uma série de prisões e perseguições que desarticularam grande parte das ações desses sindicalistas.

Ai (com o golpe de 64) desarticulou, saiu prendendo todo mundo! (...)
Aqui na região foi um terrorismo, saiu varrendo! (...) Chegaram lá (em Poté) de manhazinha, 6 horas da manhã, aquele tanto de jipe e rural, um tanto de policial lá na praça da cidade, procurou o delegado de polícia e falou que **estava lá para prender os dirigentes do sindicato, que era comunista**. A polícia me levou a gente para a praça, falou que ia levar para pegar depoimento, colocou no jipe e vieram embora. E ficou uma turma deles lá apanhando os documentos do sindicato (João do Mucuri, entrevista ao autor, 16/03/2011, grifos nossos).

João, entre outros sindicalistas, ficou preso por dois dias e sofreu maus tratos⁵⁴, sob acusações de ser comunista. Teve seus direitos políticos e sindicais cassados por 11 anos e foi perseguido por muito tempo. Como contou, um dos primeiros objetivos dos militares era confiscar as cartas sindicais e, assim, colocar os sindicatos na ilegalidade:

Eles procuraram a carta sindical! Procuraram numa salinha lá, com um funcionário do sindicato, e não acharam a carta. Ai sempre na cidade tem aquela pessoa dedo duro: “- Ah, deve tá na casa noiva de Joaquim ou no hospital, a noiva dele trabalha no hospital” Chegaram lá... Um dia antes a gente já tava sabendo que eles estavam prendendo mesmo! Ela pegou a carta sindical, levou, colocou dentro de um jornal...E no fundão do hospital tava sendo reconstruído o hospital, tinha uma pilha de tijolos. **Ela abriu aquela pilha de tijolos, colocou lá dentro e fechou!** Ai eles chegaram e falaram pra ela: “- Nós viemos aqui pegar a carta sindical!” Ela: “- O que que é isso?” (risos). Apertaram ela, procuraram debaixo da cama, nos quartos dos doentes. Não achou de jeito nenhum! **E a carta sindical permanece ai até hoje** (João do Mucuri, entrevista ao autor, 16/03/2011, grifos nossos).

Vários dos sindicatos da região que tiveram suas cartas sindicais confiscadas não conseguiram voltar a funcionar legalmente ou tiveram grande dificuldade para obter novamente o documento. Nos anos seguintes, o clima de vigilância sobre os sindicatos dificultou a organização dos trabalhadores rurais. Segundo Ferreira Neto & Doula, os Vales do Mucuri e Rio Doce formam a “área em que a repressão dos governos militares contra as organizações de trabalhadores rurais se fez com maior intensidade em Minas Gerais” (FERREIRA NETO & DOULA, 2003, p. 16). Em Poté, mesmo conseguindo manter a carta, o sindicato permaneceu desarticulado por vários anos:

Sempre, sempre eles vinham em cima para saber como é que **o Padre e o Bispo orientavam para fazer as guerrilhas, invasão de terra...** E eu: “- Não, não tem nada disso” E eles insistiam para a gente declarar que tinha pra

⁵⁴ Nessa ocasião, Padre Teodoro e Dom Quirino, bispo de Teófilo Otoni, interviriam para libertar os sindicalistas, o que acelerou sua soltura e impediu que outros abusos fossem cometidos.

eles condenar o padre e o bispo. (...) Foi uma perseguição grande demais! (...)

Até o golpe a gente reunia todo primeiro domingo do mês lá em Poté com uma média de 200 pessoas. Ai depois do golpe nós ficamos três meses sem condição de fazer nada. Ai o Padre (Teodoro) sempre incentivando: “- Vamos fazer reunião de novo!”. A primeira reunião que nós fizemos, uns três meses depois, teve que pedir autorização para o delegado de polícia. E ai ele mandou alguém da polícia para ficar lá pra ver o que a gente ia fazer. **Na primeira reunião foram 5 pessoas! Nós levamos mais de dois anos para reunir uns 30!** (João do Mucuri, entrevista ao autor, 16/03/2011, grifos nossos).

O clima de insegurança frente à vigilância constante afastou grande parte dos trabalhadores rurais e dificultou que o sindicato desenvolvesse abertamente ações em defesa do trabalhador, enfrentamento e questionamento sobre as relações de poder, pois era “proibido falar em política no sindicato” (SILVA NETO, 1995, p. 42). João narra um desses momentos de vigilância:

Sempre vinha policial! (...) Um tenente da polícia, fardado. (...) O prefeito veio com um Tenente que veio para conversar com a diretoria do sindicato. Ai eu conversei com o tenente, ele falou: “- To vindo para ver o negócio do Ministério do Trabalho, ver as contas, e tal e tal” (...) Eu cheguei lá e cadê o tenente “Ah, ele foi para o hotel, disse que ia almoçar e depois vem pra cá”. Quando deu 3 horas na hora do ônibus voltar, eu falei: “Eu vou lá ver!”. Cheguei no hotel e perguntei, eles falaram: “Não, o tenente almoçou aqui e saiu”. Ai eu entrei no ônibus e não vi ninguém de farda. Ai alguém falou assim: “- O senhor tá me procurando, né?” Era ele mesmo! Com um chapéu de couro, uma bota amarela (risos). Foi embora (sem ir no sindicato) (...). Ai depois algumas pessoas falaram comigo que aquele vaqueiro saiu lá perguntando: “- **Como é que o sindicato aqui funciona? Joga o trabalhador contra o patrão? Eles invade a terra dos outros?**” Saiu lá perguntando nos barzinho. (risos). Foi no hotel, trocou de roupa e foi investigar (risos). Pelas informações ele acabou de concluir que não tinha nada. Desse jeito que eles faziam! Isso 11, 12 anos depois do golpe (João do Mucuri, entrevista ao autor, 16/03/2011, grifos nossos).

Como demonstra Novaes (1997), parcelas significativas da Igreja Católica apoiaram o golpe de 64 e os primeiros anos do regime, influenciados pelo pensamento anticomunista e crentes de que o governo autoritário realizaria medidas distributivistas, como fica evidente no documento da CNBB intitulado *Declaração da CNBB sobre a situação nacional*. Segundo a autora, ao mesmo tempo em que o governo Castelo Branco (1964-1967) “reprimiu violentamente o ‘movimento camponês’, o Estado se apropriou da bandeira de luta que politicamente o unificava: a reforma agrária” (NOVAES, 1997, p. 100). Com um discurso voltado para uma reforma agrária sem conotações políticas, “a incorporação de bandeiras de luta do movimento recém-derrotado proporcionou um ponto de intersecção entre o projeto governista, a Contag e a Igreja Católica” (NOVAES, 1997, p. 100). Dada sua heterogeneidade e tradição de mobilização, outros grupos da Igreja mantiveram posição crítica ao regime, buscando rearticular as mobilizações suprimidas pelo golpe. Essa segunda tendência ganhou força no interior da Igreja a partir do final da década de 1960 e inicio de 1970, diante do endurecimento da repressão política - no qual o AI5 (1968) teve papel central - e maior

difusão dos pensamentos advindos do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín entre seus membros.

Evidentemente, ao comparamos com a ascensão das mobilizações do período anterior, percebemos que as relações de poder estavam profundamente transformadas após o golpe. Nessa nova *figuração* (ELIAS & SCOTSON, 2000) - com um governo federal fortemente desfavorável, ramificando suas ações de controle até os âmbitos de poder regional e local - os movimentos de luta pela terra foram obrigados a recuar, tendo que se valer de outras estratégias de mobilização.

Apesar de formas de violência como as retratadas anteriormente e de entraves para a organização e mobilização sindical⁵⁵ nesse período, várias organizações buscaram resistir. Como salientado acima, a estrutura sindical encontrou grandes dificuldades nesse período, mas foi espaço importante para denúncias, resistências e fortalecimento das lutas posteriores.

Ao longo dos anos de 1970, a luta de resistência na terra, embora de forma surda e atomizada, continuou em todo o país, fazendo com que a bandeira da reforma agrária fosse um componente importante das demandas do sindicalismo rural, apesar de sua fragilização durante o regime militar (MEDEIROS, 2007b, p. 566).

A documentação encontrada no DOPS em certa medida reflete as dificuldades nessas lutas, pois os relatórios sobre atividades organizativas dos trabalhadores rurais sofreram uma grande redução após 1964. Existem algumas exceções, como no caso das investigações sobre movimento sindical em alguns municípios (como Botelhos, Cabo Verde e Campestre), mesmo nos anos de 1970, demonstrando que essas lutas não foram paralisadas, apesar da intensa vigilância. São salientadas as divergências entre fazendeiros e lavradores, supostamente motivadas pelo STR de Botelhos, que “dissemina a discórdia” (DOPS, rolo 51, pasta 4022) ao incitar que os lavradores busquem indenizações trabalhistas na justiça.

Pudemos encontrar nessa documentação do DOPS também algumas informações sobre a atuação da AP em conflitos no meio rural de Minas Gerais nesse período. Num inquérito policial (rolo 4, pasta 40), realizado entre 1969 e 1972, encontram-se algumas informações interessantes sobre essa organização. Sendo a zona rural considerada como “centro estratégico para o desenvolvimento da guerra popular”, o documento chama inicialmente atenção para a probabilidade do município de Capinópolis (Triângulo Mineiro) assumir proeminência nesse conflito. No entanto, não foram encontradas mais informações sobre essa região nesses documentos.

Em certo momento do processo, são descritas as conclusões dos investigadores e as confissões de alguns acusados de atividades subversivas noutras regiões. Naturalmente que o uso dessa documentação para a pesquisa requer cuidados específicos, na medida em que foi produzida pelos investigadores em contexto de intensa perseguição política. Nesses processos, as conclusões das investigações se baseavam principalmente nas confissões dos acusados e de seus companheiros de luta, o que nos leva a questionar sobre os métodos utilizados para obtenção dessas declarações e sua validade para nosso estudo. Porém, com atenção a esses aspectos, acreditamos que algumas informações ainda podem revelar indícios importantes para conhecer a atuação da AP nesse período.

⁵⁵ Apesar de Ferreira Neto & Doula e Sgreccia & Gadelha caracterizarem a atuação sindical no período militar como “assistencialista” (FERREIRA NETO & DOULA, 2003, p. 17. FERREIRA NETO, 1999, p. 222. SGRECCIA & GADELHA, 1987, p. 52), considera-se nesse trabalho a necessidade de buscar base bibliográfica que descreva e discuta atuações sindicais noutras sentidos, para o contexto de Minas Gerais nesse período.

Nas investigações sobre Gilse Maria Cosenza Avelar (Codinome “Márcia”) - acusada de pertencer à Ação Popular - consta que ela atuaria num “trabalho camponês” na região de Governador Valadares e Manhuaçu, para “estudo da reforma agrária”. No entanto, essa situação também não é retomada, pelo menos de acordo com a documentação a que tivemos acesso, o que pode indicar que se tratava apenas de uma projeção para esse movimento.

A situação sobre a qual encontramos mais dados se refere a um conflito no Norte de Minas – região de Varzelândia – na qual militantes da AP se aproximaram de alguns posseiros em situações de conflito pela terra:

O trabalho camponês, que começou a dar resultados positivos foi iniciado em novembro de 1968 na região da Mata da Jaíba, norte de Minas Gerais, nas localidades de Serra Azul, Varzelândia e Rio Bonito. Essa região foi escolhida em virtude do conflito existente entre posseiros de terras devolutas e os administradores da área, subordinados à Ruralminas. Nessa área houve um atrito de grandes proporções entre os posseiros Salustião Gomes, conhecido por Saluzinho, e um contingente da PMMG. Os militantes da Ação Popular Oldack Miranda (“Vicente”) e sua esposa Solange Soares Nobre (“Clara”) juntamente com outros militantes se instalaram na área, ganhando a confiança da família de Saluzinho, por meio de assistência material e jurídica a este posseiro, homem bastante trabalhador, estimado e respeitado entre os habitantes daquela região (DOPS, rolo 4, pasta 40).

Nessa situação, alguns militantes (como Oldack Miranda, Solange Soares Nobre, Dilermando Nogueira Tony etc.) são acusados de trabalharem como camponeses por alguns meses numa região denominada Mata do Jaíba (Norte de Minas), realizando reuniões do “movimento camponês” para “conscientização das massas”. Segundo os documentos, essas ações eram baseadas no “pensamento de Mao Tsé Tung” e visavam prepará-los para a “futura luta” que tinha o objetivo de “mudança na estrutura do País com a derrubada do Governo”. Esses atores são acusados de prestarem assistência à família de Saluzinho - “posseiro que resistiu à bala à invasão de suas terras” - visando “ganhá-lo para o movimento de Ação Popular”.

Parte desses atores - juntamente com Elmo Coelho da Silva e Roberto Messias Franco - são acusados de realizarem um trabalho similar em Montes Claros (Norte de Minas), trabalhando por três meses, no ano de 1968, produzindo hortigranjeiros no sítio de um padre chamado Osmar, visando também realizar esse processo de mobilização dos trabalhadores rurais.

Ao que tudo indica, esses acontecimentos no Norte de Minas estão ligados aos conflitos de Cachoeirinha (Varzelândia/MG), onde “em 1967, frente à eminentia de expulsão, alguns lavradores chegaram a propor a resistência armada: a imensa maioria recusou-se” (SANTOS, 1985, p.64). Além da menção à possibilidade de resistência armada, trata-se de conflitos ocorridos na mesma região e período, o que fortalece a ideia de que se trata de um mesmo processo.⁵⁶

Apesar das poucas informações disponibilizadas nesses documentos do DOPS e da dificuldade em encontrar indícios sobre elas noutras fontes, esses elementos contribuem para percebermos como - mesmo com grande repressão - alguns atores buscaram se contrapor às

⁵⁶ Retornaremos a essa questão mais adiante, quando analisaremos a inserção da FETAEMG no conflito de Cachoeirinha, já na década de 1980, trazendo novos ingredientes que transformaram as disputas pela terra nessa região.

forças do Governo, tentando organizar os trabalhadores rurais já na segunda metade da década de 1960.

Pelo que as fontes indicam, esses militantes da AP buscavam atuar em contextos nos quais já existiam atores que passavam por algumas situações de conflito, como no caso de posseiros sofrendo tentativas de expulsão de suas terras, considerados mais propensos ao trabalho de “conscientização” para o enfrentamento contra o poder estabelecido.

Mesmo numa análise superficial – dada a pouca disponibilidade de informações sobre essas situações – podemos supor que esses militantes buscaram realizar algumas ações de *mediação* (NEVES, 2008) ao tentarem articular os conflitos pela terra vividos por esses posseiros com as lutas mais amplas da AP. Buscaram construir alguns arranjos de significados para situar as relações de poder locais nos processos políticos mais amplos, nos quais questionavam a ditadura civil-militar. Ao que tudo indica, diante da forte repressão, essas ações não puderam ser desenvolvidas por muito tempo, não obtendo os resultados desejados.

Algumas informações sobre a história da AP podem ajudar a compreender melhor esses indícios. Como apontado anteriormente, a Ação Popular foi criada em 1962. Parte significativa de seus membros foram jovens provenientes da Ação Católica, principalmente da JUC e JOC, que representavam alguns dos setores mais progressistas da Igreja Católica no período (CIAMBARELLA, 2007).

Com o passar dos anos - principalmente diante do golpe civil-militar de 1964 - essa organização vai se afastando da Igreja Católica e ganhando contornos marxistas, influenciados pelo guevarismo cubano e o maoísmo chinês, posições que dividiam seus membros em facções que propunham diferentes estratégias de luta, o que levou a várias dissidências: os guevaristas propunham a luta armada “via foco insurrecional” e os influenciados pelo maoísmo defendiam a “guerra popular prolongada”. A segunda tendência prevaleceu, direcionando as principais ações da AP:

A partir de 1968, prevaleceria na organização a ala dirigente identificada com os princípios do maoísmo e da Revolução Cultural Chinesa, que causava impacto entre os marxistas de todo o mundo, e em especial nas lutas revolucionárias dos países de predominância camponesa (CIAMBARELLA, 2007, p. 119).

Diante dessa predominância do modelo maoísta, uma estratégia que se tornou fundamental foi a “proletarização” dos militantes, ou seja, a integração desses jovens – de origem das camadas sociais médias – como trabalhadores no sistema produtivo, visando o estabelecimento de vínculos com os operários e camponeses:

A meta consistia em deslocar seus militantes para o trabalho nas fábricas e para o meio rural, numa tentativa de transformá-los, rompendo com suas origens sociais – notadamente de classe média. O movimento visou a eliminar a distância entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, acabando também com a tendência à elitização através do nivelamento por baixo, mediante a integração dos militantes na produção, inspirados no modelo igualitário da Revolução Cultural Chinesa e reforçada pela origem cristã apista (CIAMBARELLA, 2007, p. 120).

Nesse quadro, podemos entender melhor a atuação dos militantes de Minas Gerais que encontramos retratada na documentação do DOPS. Essa tentativa de inserção nos contextos rurais, na condição de trabalhadores, fazia parte das estratégias advindas da perspectiva

maoísta que estava se tornando proeminente na Ação Popular. Nos contextos de conflito, os membros da AP buscavam formar focos de resistência e direcionar as mobilizações para o confronto mais abrangente, defendendo mudanças estruturais na sociedade. Assim, esses militantes buscavam situar os adversários locais como expressão de poderes mais amplos, buscando unificar e potencializar suas ações em direção à superação da ditadura civil-militar.

Os resultados concretos dessas ações são pouco visíveis, porém colocam um contraponto ao poder estabelecido, o que contribuiu para questionar a imagem de ordem, consenso e harmonia que o governo militar tanto se esforçava para manter. Desvendar essas lutas pode contribuir para quebrar também a imagem de apatia e silêncio dos movimentos diante da repressão violenta.

Essa imagem, presente também em muitas análises acadêmicas, acaba por dar pouca atenção para as estratégias de luta desenvolvidas nesse período, algumas mais radicais e clandestinas - como as da AP - outras mais institucionais e moderadas, como veremos logo abaixo, quanto ao caso da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG).

Esses grupos desenvolveram mediações (NEVES, 2008) em diferentes sentidos, principalmente no que se refere à relação com o Estado. Enquanto a AP buscou constituir significados que situassem o governo como adversário dos trabalhadores rurais - articulando o sentimento de injustiça dos conflitos locais com a busca por uma transformação no sistema político - a Federação, em seus primeiros anos de atuação, buscou uma relação amistosa com o Estado, constituindo a reforma agrária como uma demanda que não passava pelo questionamento das relações de poder que sustentavam o regime, mas sim uma almejada dádiva deste para com os trabalhadores rurais.

A FETAEMG - entidade sindical filiada à CONTAG - foi fundada em 1968, com apenas o número mínimo necessário, cinco sindicatos legalmente reconhecidos: Poté, Esmeraldas, Araçuaí, Brumadinho e Três Pontas, municípios relativamente dispersos no estado. No entanto, sua fundação marca uma nova etapa para a organização do MSTR mineiro, constituindo-se como uma representação institucional mais geral dos trabalhadores rurais em Minas Gerais (FERREIRA NETO, 1999, p. 205).

Após o golpe de 64, a influência dos Círculos Operários Cristãos vai prevalecer sobre o MSTR mineiro e direcionar o perfil de atuação da FETAEMG⁵⁷ no sentido das determinações estatais, o que deixava a reforma agrária como tema marginal e, muitas vezes, proibido. No entanto, outros atores - de grupos como PCB e AP - mesmo enfraquecidos, continuaram influenciando, o que configurou falta de unidade e certo caráter ambíguo na atuação da Federação (FERREIRA NETO, 1999, p. 211).

Nesse período, ela evitava um envolvimento mais explícito com a luta pela reforma agrária. A FETAEMG era a única representante dos trabalhadores rurais reconhecida legalmente e, assim, lutava dentro dos limites legais, principalmente denunciando arbitrariedades cometidas contra trabalhadores rurais e dando apoio jurídico quando ameaçados de expulsão por grileiros. Assim, voltou-se principalmente para o atendimento a necessidades individualizadas, em detrimento da formação de demandas e ações coletivas. (FERREIRA NETO, 1999, p. 222).

No entanto, apesar do não envolvimento nos conflitos de luta pela terra, chama atenção como nos primeiros anos de seu funcionamento – auge do autoritarismo (no Governo Médici, 1969-1974) - a reforma agrária aparece no discurso da instituição, em seus primeiros

⁵⁷ A forma de atuação sindical da AP e do PCB, apesar de se dar dentro dos limites impostos pelo Estado, guardava certa dose de “rebeldia e ruptura”. Já a atuação dos Círculos Operários estava em “perfeita sintonia” com as diretrizes estatais (FERREIRA NETO, 1999, p. 211).

boletins informativos, que podem ser encontrados na documentação do DOPS/MG. A demanda não era colocada, nesses documentos, em tom de critica ou pressão sobre governo. Pelo contrário, eles são recheados de elogios e exaltações ao regime, pelo seu suposto apoio aos trabalhadores rurais⁵⁸.

Em março de 1970, no boletim número 4 da FETAEMG, consta que “Agradecemos assim, ao Governo Revolucionário do Brasil pelo apoio e pelo que realizou em prol do trabalhador rural (...) o quanto tem feito pela classe obreira rural do país que, de maneira humanitária e compreensível, vem enviando esforços para dar ao trabalhador rural o que ele merece” (p. 1). O documento não menciona a que exatamente se referem esses agradecimentos, porém, supomos que se trata das ações governamentais no sentido de estender a Previdência Social aos trabalhadores rurais⁵⁹. Mais a frente, temos uma nota chamada “desmentido necessário”, na qual consta que “há uma campanha, falsa e irreal, de que as entidades sindicais rurais dos trabalhadores estão aliciando demandas contra os proprietários. E tais denúncias já ganham os órgãos estadual e federal”. Em seguida, o documento as nega, argumentando que não se trata de aliciamento, pois é demanda justa diante do fato da legislação trabalhista não estar sendo cumprida pelos patrões.

Fica evidente, assim, o clima de vigilância vivido por esses sindicalistas. O próprio fato desses documentos da Federação estarem no DOPS já indica isso. No entanto, apesar da não oposição ao regime, pode-se perceber como agiam em contraponto aos patrões, representando os trabalhadores rurais nos limites da lei e dos espaços disponibilizado pelos militares. No Boletim de setembro de 1970 existem algumas recomendações para os sindicatos:

Nas relações com o empregador, o sindicato deve ver nele apenas a outra parte, ou um adversário em algumas ocasiões, mas nunca um inimigo, agindo com ele de maneira respeitosa, evitando, no entanto, intimidades e palpites na sua administração. Nas pendências, dialogar com o empregador de igual para igual, respeitando e exigindo respeito (FETAEMG. Boletim nº 7, p. 6).

No número 8, de novembro de 1970, afirmam que “aproveitando o ensejo das festividades natalinas, novamente voltamos ao trabalhador do campo, através de uma mensagem de otimismo, confiança e, ao mesmo tempo, exortá-lo no sentido de preservar a lealdade ao Governo Federal” (p.1). Em seguida falam como o ano de 1970 é um marco de integração social, de igualdade e harmonia entre patrão e empregado. Essa igualdade – utopia de “uma falsa ideia de regime político” - “é hoje uma realidade no País, graças ao espírito austério (sic) do presidente Médice (sic)” (p. 1). Nesses trechos, percebemos a crítica ao modelo socialista, assim como a mensagem de que a relação entre patrão e empregado pode - e tem sido - amistosa e igualitária.

A “lealdade” ao regime é recorrentemente enfatizada nesses boletins, buscando transparecer um clima de harmonia com o governo e os patrões. Apesar dessa aproximação ao governo, em certos momentos tinham uma postura crítica aos patrões, afirmado que “no entanto, malgrado os relevantes serviços do Governo do País, (...) o patrão, quase maioria, tem contribuído para o êxodo rural, para a proliferação do chamado mercado escravo” (p. 1).

⁵⁸ Note-se que a primeira diretoria da FETAEMG era formada por pequenos proprietários ligados aos Círculos Operários Cristãos, grupo da ala conservadora da Igreja Católica, fortemente alinhado com as diretrizes governamentais.

⁵⁹ Destacam-se, nesse período, o Decreto-Lei nº 564, de 1º de maio de 1969, e o Decreto-Lei nº 704, de 24 de julho de 1969, pelos quais é instituído e ampliado o Plano Básico de Previdência Social.

Mais a frente, argumenta que a Federação tem tentado servir de “árbitros” entre patrão e empregado, evitando conflitos. O documento argumenta que o governo federal tem trazido a ordem para a sociedade e muitos fazendeiros estão descumprindo a lei e contrariando a “ordem pública”, gerando conflitos. Em seguida, denunciam violências de fazendeiros.

No número 9, de janeiro de 1971, encontramos um texto em favor da reforma agrária, ressaltando a desigualdade na distribuição das terras. No boletim numero 10, de março de 1971, fala sobre como o Governo Médici tem avançado na reforma agrária, desapropriando algumas áreas no Norte e Nordeste do Brasil. No entanto, afirmam que é preciso avançar mais, inclusive para Minas Gerais, pois em todo Brasil ainda existem muitas famílias sem terras. Por fim, numa exclamação final, consta em letras garrafais: “OBRIGADO PRESIDENTE MÉDICI, ESTAMOS COM V. EXA., VAMOS CHEGAR LÁ COM O GOVERNO!” (p. 1).

É evidente o extremo cuidado desses agentes no sentido de buscar colocar a reforma agrária como uma demanda para o governo, recheando suas colocações com uma enormidade de adulações. No entanto, apesar da pouca autonomia, a reforma agrária estava no horizonte de alguns desses atores, sendo tratada em alguns boletins que criticavam a má distribuição de terras e indicavam a importância da redistribuição. Contudo, evitaram colocar essa demanda como objeto de enfrentamento político.

Esse perfil de atuação sindical se aproxima do que foi percebido por Novaes (1997) em seus estudos sobre o caso pernambucano. Também tratando dos sindicatos durante o período do regime civil-militar, a autora afirma que:

os dirigentes sindicais tiveram que aprender a conviver com as “ordens do governo” em uma situação de “vigilância constante”. (...) Era preciso ter “muito cuidado” e “muita cautela” para ali permanecer. Essa situação impôs a construção de um perfil de dirigente sindical rural cuja espinha dorsal residia na *prudência*. A prudência se tornou um parâmetro vital para a ação sindical, baseada na seguinte máxima: *é preferível fazer pouco do que não fazer nada* (NOVAES, 1997, p. 109, grifos da autora).

Nesse contexto, não era mais prudente a busca pela constituição da identidade de *camponês*, tendo esses dirigentes direcionado suas ações de mediação para uma figura menos politizada, a de *trabalhador rural*, que dessa forma não oferecia riscos para a autoridade do regime. Assim, procuravam situar esse grupo como objeto das políticas públicas, sem contestação em relação às relações de poder, mas sim como população carente que os governantes atenderiam, pela magnanimidade e compromisso com a ordem social dessas autoridades.

O controle do regime sobre o movimento sindical foi retratado por João, que chamou atenção para constituição de formas de controle dos militares sobre suas ações, principalmente através da atribuição de outras incumbências aos sindicatos de trabalhadores rurais:

Logo em 70, 71 criou o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, dentro daquele programa Pro-Rural, que é hoje a Previdência Social. **E ai eles colocaram nas mãos dos prefeitos a incumbência de fundar sindicatos.** Aqui em Teófilo Otoni mesmo não chegou a ter sindicato antes de 64, foi só nesse modelo ai. (...) E ai punha dentro do sindicato um ambulatório médico e odontológico, punha uma farmacinha pra dar os remédios. **E ai controlava os sindicatos assim. Em vez do sindicato fazer uma luta de reivindicação pela terra, pelos direitos trabalhistas ou mesmo pelos direitos**

previdenciários, o sindicato ia fazer o trabalho assistencial (João do Mucuri, entrevista ao autor, 16/03/2011, grifos nossos).

Como conta Regina - que atuou como assessora da FETAEMG no início dos anos de 1980 - esse deslocamento das atividades sindicais para o trabalho assistencial foi uma estratégia de desmobilização muito eficiente, pois, além de sobrestrar os sindicatos com essas funções – deixando pouco tempo para a atividade política – se tornou elemento importante nas redes de relações de poder locais, nas quais os sindicalistas estavam envolvidos:

O modo de intervenção nos sindicatos se deu pelo FUNRURAL, enchendo tanto de atividades sociais, repassando recursos para os sindicatos... Havia sindicatos em que havia escolas primárias e secundárias, dentista, distribuição de medicamentos, alimentos... Então eles tinham 800 atividades! (...) O dirigente sindical, ocupadíssimo com isso, tinha pouco tempo para lidar com o que foi o impuxo principal da luta sindical no campo, que foi a assessoria jurídica. (...) Ele não tinha tempo para prestar atenção no advogado, legislação trabalhista, ele ficava com assistência social. Eu diria que esse foi um projeto brilhante da Ditadura Militar. O FUNRURAL substituiu a necessidade da truculência que aconteceu no meio urbano. (...) E se tornou uma atividade clientelista *stricto sensu*. Em lugar do Coronel repassar as coisas assistenciais, quem repassava eram os dirigentes sindicais, o que lhes dava prestígio, colocava eles no palanque dos políticos, (...) eles podiam arrebanhar votos (Regina, entrevista ao autor, 28/11/2013).

Essa perda de autonomia teve como contraponto a criação de uma importante estrutura física, intensa filiação e estabilidade financeira, o que, segundo Ferreira Neto & Doula, “iria possibilitar ao sindicalismo mineiro se apresentar, após a abertura política nos anos 80, como o principal mediador da luta pela terra em Minas Gerais” (FERREIRA NETO & DOULA, 2003, p. 9). Assim, o autor salienta também como a federação mineira se destacou das demais nesse contexto:

Apesar dos limites impostos pelo Estado dificultarem a ação política da Federação, esse mesmo processo, a partir da aceitação das regras impostas unilateralmente significava o acesso a enorme receita financeira que iria possibilitar, em pouco tempo, que a FETAEMG consolidasse uma estrutura física e administrativa dificilmente imaginável para uma federação de trabalhadores rurais (FERREIRA NETO, 1999, p. 226).

Em 1975, na região de Poté - com base nos trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) organizadas pelo padre português Jerônimo Nunes, um dos fundadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Minas Gerais – começaram a surgir oposições sindicais críticas em relação a esse modelo. João fez parte desse grupo:

Quando foi em 75 lá em Poté já tinha um padre português, padre Jerônimo fez um trabalho muito bom, ele iniciou com as CEBs e reestruturou o trabalho que padre Teodoro tinha deixado. (...) Reunimos e achamos que tinha que fazer uma chapa de **oposição aquela diretoria que estava lá controlada pelo governo**. (...) Fomos eleitos por dois mandatos (João do Mucuri, entrevista ao autor, 16/03/2011, grifos nossos).

Essa Vitória, para João, significou a retomada dos trabalhos anteriores, voltados para a proteção do trabalhador rural contra o processo de exploração e expulsão da terra. No entanto, devido à forte repressão, evitavam o enfrentamento direto, numa postura de negociação e convencimento frente às autoridades do regime e fazendeiros da região. Quando questionado sobre qual mudança seu grupo propiciou ao entrar no sindicato em 1975, João do Mucuri retrata algumas ações:

Continuava aquela luta... do que tinha terra tirando os outros, tirando o agregado, tirando o vizinho menor. E nós fizemos um trabalho de...de...de conversar com os donos de terra pra não...: “- Porque daquela maneira não era certo” (João do Mucuri, entrevista ao autor, 16/03/2011).

Esse grupo buscou o cumprimento das leis trabalhistas e a regularização das relações entre fazendeiros e trabalhadores rurais - com base no Estatuto da Terra - introduzindo os contratos de parceria e arrendamento, que traziam algumas garantias para os trabalhadores rurais (meeiros, parceiros etc.). Também contribuíram na regularização das terras de posseiros, dificultando a sua expulsão. Buscavam a medição das propriedades e marcavam as terras, documentando esses direitos, evitando que os proprietários maiores “empurrassem com a barriga do boi” os posseiros para fora de suas terras. A atuação desse grupo, em consonância com a FETAEMG nesse período, visava principalmente a realização de “acordos” entre as partes envolvidas, que muitas vezes estavam a ponto de um conflito armado.

Em algumas situações podemos ver que esses sindicalistas, considerados extremamente receosos e alinhados com as diretrizes governamentais, sofriam críticas em relação ao pouco envolvimento nos conflitos:

Eu me lembro bem de um jornalzinho que circulou em todas a comunidades da região, onde o número daquele mês dizia o seguinte: “Os sindicatos de Poté e Teófilo Otoni estão trabalhando com o Governo e revelou a verdadeira cara, cara de pelego, medindo terras”. Silvio me procurou e juntos decidimos continuar o trabalho, porque sabíamos que era um trabalho necessário, pois muitos nunca iam poder fazê-lo por conta própria. Enfrentamos mesmo as críticas e levamos o trabalho a frente (SILVA NETO, 1995, p. 63).

Jeferson, membro da FETAEMG na década de 1980, também comentou essa questão, afirmando que “Institucionalidade versus adesão, na sua versão mais vulgar: peleguismo? Não tem nada a ver uma coisa com a outra” (Jeferson, entrevista ao autor, 8/11/2013). Assim, argumenta que buscar os caminhos institucionais para conquistar a reforma agrária não é ser subserviente ao Estado ou aos patrões, mas sim construir espaços de interlocução que, segundo Jeferson, obtiveram as conquistas mais relevantes em termos de assentamentos em Minas Gerais.

A participação de membros da diocese de Araçuaí na criação de sindicatos de trabalhadores rurais é evidente em vários depoimentos, além de alguns estudos que enfatizam essa atuação. Sobre a vinculação entre CEBs, CPT e movimento sindical, MULS afirma que:

Como constatamos, em muitas regiões, as comunidades de base precederam o trabalho sindical – e a ele deram origem – constituindo-se, a partir de meados da década de setenta (1976-1977) como preocupação prioritária da

pastoral de várias dioceses (é o caso de Uberlândia, de Araçuaí e Almenara por exemplo) ou da postura progressista de alguns padres. (...) A CPT se coloca dentro da mesma perspectiva, constituindo-se também como um formidável espaço de formação política para o camponês e para o trabalhador rural (MULS, 1989, p. 159).

Vicente de Nica - líder sindical no município de Turmalina no início dos anos de 1980 - conta como a participação das CEBs nesse processo foi fundamental para que a criação do STR se efetivasse:

Depois nós entramos, eu e Isaías, mais uns companheiros, lideranças de comunidades de base, a fazer um encontro no Campus Avançado de Araçuaí, juntamente com os voluntários ligados à diocese. Eles ajudaram no trabalho de conscientização do povo. Trabalhei uns três a quatro meses, só nesse assunto, andando de comunidade em comunidade, falando com o povo, mostrando a realidade (Depoimento de Vicente de Nica citado por Souza, 1993, p. 208).

Esse sindicalista trouxe informações interessantes também sobre os dilemas que viveu no período, marcado pelo descompasso entre as expectativas de muitos trabalhadores rurais em relação ao sindicato – principalmente quanto à assistência médica e odontológica - e o sindicato que ele buscava construir, que deveria dar apoio jurídico aos trabalhadores rurais em processo de expulsão de suas terras:

Quando eu vim de lá, comecei a movimentar, juntamente com os voluntários e as lideranças de comunidades de base, fazendo trabalho de comunidade em comunidade. Nós conseguimos 600 assinaturas e enviamos para a federação o pedido do sindicato. Foi aceito e foi criado o sindicato. Já com 600 sócios. Então, depois, o povo até se animou muito com o sindicato, todo mundo cumprindo muito bem. Mas reivindicando médico e dentista, direto, médico e dentista. E eu e o presidente, vendo a situação, que nós precisava mais assistência jurídica na região. Por isso muitos deixou de ser do sindicato, abandonaram, não quiseram mais cumprir com as mensalidades (Vicente de Nica, entrevista a Souza, 1993).

Esse sindicalista, entre outros naquele contexto, buscou mediar uma relação entre sindicato e trabalhadores rurais baseada no questionamento das relações de poder, exploração e na busca por direitos, o que se chocava com as atribuições sindicais conferidas pelo Estado, que passavam a imagem do sindicato unicamente como espaço assistencial, muitas vezes percebido pela população como um setor do governo.

No processo de criação e desenvolvimento dos sindicatos de trabalhadores na região, as tensões com os sindicatos patronais eram frequentes, muitas vezes disputando a adesão dos pequenos proprietários de terras. Vicente contou como o sindicato patronal buscou controlar as atividades do STR:

A decadência está sendo causada pelo sindicato rural patronal. Porque o presidente do sindicato é um homem até meio pirado. Ele era prefeito de Turmalina, mas precisou até ser tirado e colocado outro, porque sofria lá das faculdades mentais. Então, quando começou o movimento sindical, ele ficou junto com nós, e achou que nós ia seguir s táticas dele, o cabresto dele. Mas

depois que nós registrou o sindicato, começamos a fazer justiça em cima do pedido, aí ele rebelou contra o nosso sindicato, começou a infiltrar as ideias dele na cabeça do povo. Quando o pessoal chegava para pedir uma guia, para o Funrural, lá no sindicato patronal, ele dizia: "Porque que não vai pedir a guia lá no sindicato de vocês? O sindicato de vocês não é bom? Vai prá lá" E, então, aquelas funcionárias prevalece com isso na cabeça, até hoje, procurando filiar pessoas que possuem uma ilha de terra no sindicato dos patrões, dos fazendeiros (Vicente de Nica, entrevista a Souza, 1993, p. 208).

Para os STRs era uma grande dificuldade se diferenciar dos sindicatos patronais aos olhos dos trabalhadores rurais nesse contexto - assim como se distinguir dos órgãos governamentais - em vista de suas atividades serem direcionadas para o trabalho assistencial, não tendo como eixo central o enfrentamento político contra os proprietários rurais. Apesar desses evidentes limites políticos, esse trabalho difundiu a estrutura sindical para grande parte dos municípios de Minas Gerais, arcabouço fundamental para que novas forças, com outras perspectivas políticas, disputassem esses espaços, principalmente na década de 1980, redimensionando os papéis de parte significativa desses sindicatos.

As informações desse tópico indicam como as ações de mediação em prol da luta pela terra foram dificultadas durante o período mais intenso da ditadura civil-militar, o que não impediu que novas estratégias fossem desenvolvidas, apesar de poucas conquistas de terras. Vários grupos - principalmente AP, segmentos das Igreja Católica e FETAEMG, por diferentes caminhos - buscaram articular significados que motivassem a organização dos trabalhadores e situassem a reforma agrária em seu horizonte. Apesar das dificuldades, a resistência nessas ações foi fundamental para dar base para as mobilizações que emergiram com mais força no processo de redemocratização.

2.2 – Redemocratização e revigoramento das mobilizações

Nos anos de 1980, em consonância com o processo de redemocratização, a FETAEMG direcionou-se para um sindicalismo mais voltado para as lutas dos trabalhadores rurais assalariados, a educação sindical⁶⁰ ligada a essas lutas e o entendimento da greve enquanto recurso legítimo de pressão. Assim, também ocorre um processo de descentralização e aumento da agressividade das lutas sindicais em Minas Gerais (FERREIRA NETO & DOULA, 20003). De acordo com Ferreira Neto,

A partir do início dos anos 80, associado ao processo de transformação política que estava vivendo o país, tem início um conjunto de transformações tanto nas concepções correntes sobre o significado do movimento sindical, com a busca de alternativas que superassem o caráter assistencialista que predominava na estrutura nacional do MSTR, quanto a construção de novas alternativas de luta pela reforma agrária (FERREIRA NETO, 1999, p. 147).

Nesse novo momento, a luta dos assalariados⁶¹ tem proeminência, ficando a reforma agrária ainda apenas como uma bandeira marginal para a Federação. Porém, esse foi o início

⁶⁰ Parte dessa educação era desenvolvida pela FETAEMG em Delegacias e Polos Regionais, que visavam ampliar e legitimar ações junto a base e formar lideranças. Nesse período foram criadas delegacias em Uberaba (Delegacia Regional do Triângulo Mineiro) e em Almenara (Delegacia Regional do Vale do Jequitinhonha) e pólos em Governador Valadares, João Pinheiro e Montes Claros (FERREIRA NETO & DOULA, 2003)

⁶¹ Destaca-se nesse contexto a greve de trabalhadores da agroindústria canavieira de Passos, como importante

do afastamento em relação à lógica sindical imposta pelo Estado, mesmo a maior parte dos sindicatos permanecendo na lógica anterior.

Novos atores entram em cena e relações são transformadas, trazendo uma nova dinâmica para a atuação sindical no período. Grande parte dessas mudanças foi estimulada pela presença de assessores educacionais no interior das organizações sindicais, trazendo novas perspectivas. No final dos anos de 1970 e início de 1980, a CONTAG e as federações, contrataram um número significativo de assessores educacionais, principalmente acadêmicos, que passaram a atuar ao lado dos assessores jurídicos⁶².

A contratação dessas pessoas estava ligada tanto a busca por uma maior inserção da Federação no espaço político, quanto sua maior ramificação por toda a estrutura sindical. Eles tinham uma tarefa “para cima”, analisando a conjuntura econômica e política, sistematizando as demandas e produzindo documentos para interlocução com o Estado; e outra “para baixo”, visando formação política através de projetos educacionais dirigidos aos sindicatos.

Esses atores, por um lado, passaram a trazer o instrumental acadêmico para compreender a situação dos trabalhadores rurais e as ações sindicais, contribuindo para que fossem pautadas também com esse embasamento. Por outro lado, passam a levar os problemas sindicais para o espaço da universidade, ampliando e aprofundando os estudos sobre essa temática.

Regina e Tadeu foram assessores educacionais da FETAEMG entre 1982 e 1985, coordenando um grande projeto de formação em toda Minas Gerais, ação com forte impacto no movimento sindical do período. Segundo Regina:

Essa assessoria formava quadros – delegados sindicais - dava curso de História do Brasil, História Contemporânea, história da luta dos trabalhadores. Paulatinamente você formava uma massa crítica no ambiente dos estados, que permite, por exemplo, você acionar uma greve. (...) Os assessores descem da Federação e vão dar cursos, município por município, cursos para formar quadros e para começar a negociação coletiva (Regina, entrevista ao autor, 28/11/2013).

Esses cursos instrumentalizavam os sindicalistas para mobilizarem coletivamente os trabalhadores rurais, em cada região:

Definimos um projeto com base na ação descentralizada – por região – onde um formador, escolhido e treinado por nós, faria um trabalho de acompanhamento sistemático de um grupo de STRs, orientando sua ação nas três frentes mencionadas (assalariados, pequena produção e luta pela terra) ou naquela onde era mais forte a representação de um segmento dos trabalhadores (Tadeu, entrevista ao autor, 8/12/2013).

Assim, a FETAEMG desenvolveu um modelo descentralizado, com um grande quadro de orientadores educacionais que atuavam regionalmente, um diferencial em relação às outras federações. Segundo a entrevistada:

Começa a montar um modelo de organização educacional totalmente diferente de todas as organizações educacionais do Brasil inteiro, de todos os

momento de luta por melhores salários e condições de trabalho no campo.

⁶² Não dispomos de informações sobre os critérios para a seleção desses assessores. Evidentemente, motivações políticas influenciaram nessas escolhas, assim como na própria decisão de abrir espaço para esses novos atores no seio das instituições sindicais.

sindicatos. (...) O que nós fizemos: nós pegamos o mapa de Minas Gerais e dividimos. Nós criamos uma figura chamada Orientadores Educacionais. (...) E nós dois coordenávamos um grupo, que inicialmente foi de 5, depois foi para 10...chegamos a quase trinta e tantos orientadores educacionais. A gente, praticamente, pegava o mapa de Minas, recortava, selecionava um grupo de 5 a 6 municípios e botava um orientador. (...) Todos os orientadores eram reciclados 3 a 4 vezes por ano, eles iam à sede da Fetag, a gente via qual o problema que tinha na região, que tipo de encaminhamento recebeu, que contato podia fazer, que tipo de aliança. Saia no início do ano com uma pauta de luta, um encaminhamento. Na segunda reunião do ano era para ver se estava caminhando bem ou mal, como a gente podia ajudar (Regina, entrevista ao autor, 28/11/2013).

Esse modelo permitia conhecer densamente a realidade dos trabalhadores rurais e do movimento sindical em cada município de Minas Gerais. Como afirma Regina, “a gente esmiuçava todas as possibilidades de luta do estado de Minas Gerais! A gente tinha informação, sabia mínimos detalhes e num tempo muito curto! Tinha acesso direto e ia até a base” (Entrevista ao autor, 28/11/2013).

Os assessores educacionais visavam politizar e renovar os quadros de dirigentes sindicais locais, “lubrificar” as relações da base com os sindicatos e a Federação. Também buscavam um movimento sindical mais voltado para a diversidade das lutas, para além das lutas dos assalariados, atentando para a questão do acesso à terra. Esses objetivos, muitas vezes, passavam pelo incentivo à formação de oposições sindicais nesses contextos, visando a renovação dos quadros de dirigentes sindicais locais.

Por um lado, o acompanhamento intensivo em cada localidade trazia certo controle por parte da Federação em relação às ações dos sindicalistas de cada região. Por outro, o modelo descentralizado permitiu expressão da variedade de demandas do movimento sindical em Minas Gerais, favorecendo que uma multiplicidade de concepções e estratégias de luta emergissem no próprio interior da Federação.

Essa pluralidade, que se expressava através das ações dos assessores e orientadores - muitos deles influenciados pelos pensamentos do PT, CUT e CPT - ocasionava fortes tensões, inclusive com os diretores da FETAEMG. Como conta Regina, “eles (assessores) queriam ampliar o leque de lutas da federação, o que não correspondia às expectativas da diretoria, calcada na unicidade sindical e com preferência para a luta dos assalariados aos moldes das greves do Nordeste” (Entrevista ao autor, 28/11/2013). Assim, os orientadores educacionais da FETAEMG chegavam nas localidades:

com essas contradições. A tensão que a gente sofria era justamente essa. **A diretoria era ligada ao Governo, mas a gente não era.** Então a gente orientava a organização de oposições sindicais. **A gente forçava as tensões.** Não vou dizer que a gente era 100% respeitador do que queria a diretoria porque não era não. O que a gente discordava, a gente metia bronca! (Regina, entrevista ao autor, 28/11/2013, grifos nossos).

Essas informações vão de encontro à ideia de que a FETAEMG era uma instituição homogênea, mas sim um espaço recheado com uma multiplicidade de divergências, cujas implicações para os rumos da Federação variaram em cada contexto. Diante das tensões com a diretoria, esses assessores educacionais tiveram que sair, foram “colocados para fora”, visando evitar que essa pluralidade chegassem a se tornar hegemônica na instituição:

A direção da FETAEMG foi se sentindo desconfortável com o processo em que era continuamente cobrada e tensionada por um sentimento de que estava perdendo o controle da situação nas diversas frentes de luta – canavieiros de Passos, greve dos assalariados de São Sebastião do Paraíso, repressão patronal aos assalariados do café no sudoeste de Minas, lutas dos posseiros no Norte de Minas, entre outras (Tadeu, entrevista ao autor, 8/12/2013).

Diante dessas informações, é possível ver melhor como grande parte das forças do “novo sindicalismo” emergiram a partir do interior do modelo sindical vigente, institucionalizado, que passou a ser recorrentemente tensionado até o ponto em que parte dessas forças teve que buscar outros caminhos de expressão e atuação, em certas situações, através do PT, MST etc., organizações em ascensão nesse período.

Diante dessas forças ascendentes no processo de redemocratização, constituiu-se uma nova *figuração* (ELIAS & SCOTSON, 2000), na qual novos atores - marcados pelas relações de *interdependência* entre si, com os trabalhadores rurais e o Estado – transformaram as relações de poder no sentido da conformação de melhores condições para a luta pela terra. Diante de um Governo Federal menos repressivo, relativamente mais permeável às demandas pela reforma agrária, grupos como MST, CPT, oposições sindicais, PT etc. puderam galgar espaço político relevante.

Esse momento favorável para a luta dos trabalhadores rurais – diante da abertura política – e as disputas entre as diferentes perspectivas no movimento sindical desse período ficaram evidentes no depoimento de Jeferson, que acompanhou grande parte desse processo:

No IV Congresso da Contag, que foi em maio de 85, o centro das definições, da manifestação e da contextualização do Congresso – que inclusive o Sarney foi na abertura – é a reforma agrária. A grande polêmica que teve foi com um setor minoritário, mas existia, um setor que se identificava como cutista, mas o que prevaleceu enquanto deliberação e construção foi a reforma agrária utilizando como instrumento legal o Estatuto da Terra. E havia perspectiva de fazer esse instrumento legal avançar na Constituinte. (...) **A posição deles (cutistas) era reforma agrária sim, Estatuto da Terra não.** E eu entendo que isso é mais uma afirmação política, que tem toda a legitimidade, mas que perdeu no Congresso de forma ampla. Porque uma formulação dessa naquele contexto institucional não havia como operacionalizar, porque a reforma agrária, inclusive até hoje - e aí sim tem retrocesso – nesse aspecto de instrumento jurídico é até possível que a nova constituinte, ao criar aquela série de questões sobre quando não se pode desapropriar, ela retrocedeu em relação ao Estatuto da Terra. (...) **Ela (reforma agrária) precisa de instrumento jurídico. Pode ser a luta que for! Em algum momento ela tem que se encontrar com o instrumento jurídico da desapropriação** (Jeferson, entrevista ao autor, 8/11/2013, grifos nossos).

A reforma agrária emergia como uma bandeira relevante, no entanto, havia fissuras no MSTR no que se referia às formas de encaminhar as lutas para chegar a ela. A perspectiva da diretoria da FETAEMG, em consonância com grande parte das federações dos vários estados e da CONTAG, era de buscar a reforma agrária pelos caminhos estabelecidos legalmente, valendo-se do espaço institucional que se abria naquele período.

Jeferson atribuía a proeminência nesse processo ao Estado, que deveria ter a iniciativa de realizar a reforma agrária, percebida, pois, como uma questão institucional, sem a qual as lutas dos trabalhadores não tinham efeito concreto:

Na verdade - e aí dizendo o que eu mais penso... Porque se você partir do princípio que você tem um País que você tem que reordená-lo fundiariamente, na verdade o critério deveria ser um critério baseado na justificativa econômica, social e ambiental para fazer isso. E o Estado, usando do seu poder, faz o reordenamento. **Tem que partir do Estado! Sempre! Sempre!** (Jeferson, entrevista ao autor, 8/11/2013, grifos nossos).

Jeferson argumenta sobre o grande número de assentamentos conquistados pelos sindicatos e a Federação desde a década de 1980 até 2002, principalmente no Noroeste de Minas Gerais, demonstrando como suas estratégias de ação - institucionais, legalistas e conciliatórias - surtiram efeito com destaque no panorama nacional.

O depoimento de João contribuiu também para compreendermos as dificuldades em se desenvolver ações mais incisivas em relação às disputas pela terra, como apoio as resistências de posseiros, diante da forte repressão que permanecia:

Não tinha apoio (...) e era muito vigiado pela polícia (...) Não era fácil! Era muito perigoso. Na **década de 80** teve muitos líderes de sindicato que foram mortos por essa luta (de apoio às lutas de resistência de posseiros) de lutar, resistir. **A luta pela terra matou muito dirigente sindical! Aqui** em Minas mesmo: Em Unaí matou seu Júlio Miranda, lá no Triângulo foi Durval, no norte de Minas Eloy (...) Aqui em Itaobim, seu José Dias (João do Mucuri, entrevista ao autor, 16/03/2011, grifos nossos).

Nesse depoimento, João se refere a Eloy Ferreira da Silva - entre outros sindicalistas mortos - importante líder sindical que atuou no Norte de Minas no final dos anos de 1970 e início de 1980, sendo assassinado com três tiros pelas costas em 1984. Conhecido como “herói dos posseiros”, liderou a resistência à invasão de grileiros na região de São Francisco⁶³. Sobre os contornos do caso que mais diretamente levou ao seu assassinado, Carneiro & Cioccari (2011) afirmam que:

Na Fazenda Vereda Grande, onde moravam 36 famílias de antigos posseiros, um grande latifundiário buscou se apropriar da área, lançando máquinas agrícolas sobre as roças familiares, e teve como resposta a desapropriação da fazenda pelo Incra, em 1983, graças ao trabalho de pressão da organização sindical na região. Violentas pressões mantiveram-se, contudo, em contrarreação proporcional ao movimento dos posseiros. Eloy Ferreira da Silva, representante notório de sua causa, viveu muitos anos sob as ameaças de conhecidos fazendeiros e de seus jagunços. Após seu assassinato, a Contag recebeu um telegrama denunciando que o crime havia sido cometido em virtude da atuação do líder sindical em defesa das famílias de agricultores pressionadas por grileiros. Em 1981, Eloy já denunciara publicamente a

⁶³ O assassinato desse líder sindical – que há pouco tempo tinha recebido a Medalha de Honra da Inconfidência das mãos de Tancredo Neves, em 21 de abril de 1984 – e alguns contornos desse conflito foram retratados na obra de Amado (1985), que reúne vários depoimentos, fotos e análises sobre esses acontecimentos. Outro trabalho interessante é o livro *Um Lavrador no Reino do Latifúndio*, de Antônio Inácio Corrêa (1988), importante sindicalista da região de Januária, também no Norte de Minas Gerais. Antônio Corrêa atuou ao lado de Eloy em várias situações, tendo também participado de organizações e movimentos como CPT, CUT e MST na região.

perseguição a que ele e seu companheiro sindical Marcelino Pereira da Silva eram submetidos pelo juiz local. Na mesma ocasião, informara que o Incra desalojara onze pequenos proprietários, para aumentar a fazenda de um conhecido grileiro. O juiz havia obrigado os pequenos produtores rurais a assinar um documento concordando com as novas delimitações da fazenda grilada. A maioria desses lavradores, por ser de analfabetos, firmou o documento com suas impressões digitais. O Sindicato de São Francisco estava trabalhando para anular as procurações, quando Eloy foi baleado e morto (CARNEIRO e CIOCCARI, 2011, p. 218-219).

No início da década de 1980, a FETAEMG – entre outras organizações em Minas Gerais – manifestou publicamente sua solidariedade em relação às ocupações realizadas pelos sem-terra do sul do Brasil. Em algumas edições do *Boletim Sem Terra*⁶⁴ de 1981 apoios desse tipo são mencionados, em notas nos jornais dos dias 09/07 (p. 9) e 11/09 (p.10).

Um marco importante da atuação da Federação ocorreu no município de Varzelândia, no Norte de Minas Gerais, onde posseiros retomaram um antigo conflito contra grileiros que os expulsaram da Fazenda Cachoeirinha na década de 1960, ocupando novamente o local em 1981. Como salientado anteriormente, essa situação deve estar ligada aos conflitos citados na documentação do DOPS sobre a atuação da AP, que trazem grande similaridade, além de ocorrerem no mesmo período e região.

Alguns estudos trazem informações interessantes sobre o caso de Cachoeirinha – como os de Santos (1985) e Antunes (2010)⁶⁵ – trabalhos que contribuíram para conhecermos melhor esse conflito. Em 1964 - em consonância com as ações desenvolvimentistas do governo estadual - grileiros e policiais militares investiram violentamente contra famílias de trabalhadores rurais de Cachoeirinha. Com apoio de membros do Poder Judiciário, entre outras autoridades locais, esses grupos buscavam expulsar esses trabalhadores das suas terras, dando origem a um longo embate. Como narra Santos, em:

setembro de 1964, Sebastião Alves da Silva e Manoelito Maciel de Salles constituem seu advogado o Coronel Georgino Jorge de Souza, Comandante do 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros, e requerem ao Juiz de Direito de São João da Ponte manutenção de posse sobre aproximadamente 6400 hectares de terras na região de Cachoeirinha. Em menos de duas semanas, José Fernandes de Aguiar, o Juquinha Aguiar, Juiz de Paz, determina o desalojamento dos lavradores. Dia 14 de setembro de 1964, um grupo de homens armados, onde se misturam policiais militares e simples pistoleiros, apresenta-se diante dos agricultores para cumprir o mandado (SANTOS, 1985, p. 47, *Grifo da autora*).

Muitos desses posseiros buscaram resistir ao processo de expulsão, vários deles sendo assassinados. Grande parte dessas pessoas também empobreceram, tornando-se meeiros ou

⁶⁴ De 1981 a 1984 essas publicações ocorreram sob a forma de Boletins, sendo a primeira edição em formato de jornal publicada em Julho de 1984. As edições do *Boletim* e do *Jornal Sem Terra* estão disponíveis no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM) e *on line* no Armazém Memória. Consultei também as edições do *Jornal Estado de Minas*, entre os anos de 1984 e 1997, disponíveis na Gerência de Documentação desse jornal. Cabe salientar a diferença entre esses dois veículos, sendo o primeiro produzido pelo MST, com circulação mais focada em seus membros, aliados e simpatizantes, e o segundo é o jornal mineiro com maior circulação, sendo voltado para o público mais geral.

⁶⁵ Apesar de supormos que se trata do mesmo processo de expulsão e mobilização, nenhum desses estudos faz menção à suposta atuação da AP no conflito de Cachoeirinha.

assalariados, vários deles sendo explorados pelos mesmos fazendeiros que os expulsaram das terras, apoiados pelo poder público.

Expulsos, os trabalhadores que permaneceram na região recorreram à justiça. Diante do longo processo judicial - visivelmente tendencioso em favor dos fazendeiros, como demonstrou Santos (1985) - os trabalhadores tentaram várias vezes retornar para Cachoeirinha, sendo expulsos e perseguidos por muitos anos.

A ação das organizações sindicais nesse caso também foi duramente reprimida. Em 1968 a CONTAG tentou atuar nessa situação, não obtendo sucesso:

Foram a Cachoeirinha. Mas antes de iniciar a reunião chegaram alguns soldados comandados por Catitão Alkimin sob ordens do Cel. Giorgino. Prenderam os quatro membros da CONTAG. Estavam há dois dias presos quando a Secretaria de Segurança de Belo Horizonte comunicou com o Cap. Alkimin que havia autorização para a reunião. Soltos, os representantes da CONTAG vieram embora. Só onze anos depois as entidades sindicais se fariam presentes na defesa dos lavradores (SANTOS, 1985, p. 56, *Grifo da autora*).

Diante desse quadro de repressão e ausência de organizações sindicais que lhes dessem apoio, os trabalhadores criaram formas de resistência, que passavam pela constituição de uma “rede particular de comunicação. As crianças, os cachorros, os sinais dissimulados pelas ruas, pelas casas, são os meios que empregam na organização da resistência” (SANTOS, 1985, p. 58). Assim, baseando-se em relações de solidariedade, desenvolveram estratégias para não serem percebidos pelos fazendeiros e autoridades da região e para conseguirem alguma repercussão das injustiças que estavam sofrendo, buscando chamar atenção da imprensa e do poder público, realizando várias viagens. Tiveram pouco resultado nesse período.

Em 1981, a FETAEMG e a CPT passaram a atuar na região, contribuindo para a organização desses trabalhadores rurais, informando-os sobre seus direitos e sobre os caminhos institucionais para conseguirem ter suas demandas atendidas, ensinando-os que deveriam “fazer bagunça”:

A Fetaemg, a primeira. Nós que caminhou e achou eles. Aí eles ajudou nós, em Belo Horizonte. Nós chegava um grupão de posseiro e invadia, e nós invadia, até cartório nós invadia, né? E gritava, e gritava, e batia, batia aqueles doutor, *being being nós que terra!* Eu esqueci era as músicas como é que nós cantava. Nós bagunçou também, bagunçou. Porque pra nós ganhar essa área de terra nós fez bagunça, não fez Sula? Passava fome, porque a Fetaemg dava nós um pãozinho...Aquelas bôias parecia que era umas boias gelada, né Sula? Dormia, passou noite que nós dormia no cimento. Nós sofreu, nos sofreu não é Sula!!!? Jadé levava nós, aí nós tomava conta lá da Fetaemg. Aí o povo lá foi conhecendo nós, né? E foi caçando caminho lá no sindicato. Aí nos foi caçando recurso, com o sindicatozinho, que o documento que nós tirou é do sindicato, né? Com isso nós foi tomando parte, foi levando a vida assim, que foi que adquiriu essas áreas de terra aqui agora (Depoimento de posseira, concedido a Antunes, 2011).

Assim, a FETAEMG passou a representar os lavradores junto ao poder público, levando suas reivindicações, realizando audiências e pressionando através da imprensa, tendo impacto decisivo em suas lutas:

Agora, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Montes Claros e a Fetaemg se põem em movimento. O advogado do Polo Educacional passa a representar judicialmente os lavradores na ação movida pelos fazendeiros. Enquanto isso, a Fetaemg patrocina uma série de denúncias à imprensa (SANTOS, 1985, p. 73).

Na interação com membros da FETAEMG, os posseiros passaram a situar suas lutas pelas terras também como uma busca mais ampla, pela reforma agrária, articulando suas demandas em relação aos caminhos institucionais disponíveis no período, num conflito que adquiriu repercussão política em Minas Gerais.

A FETAEMG acompanhou o conflito, que se tornou uma questão pública pela inserção na grande mídia estadual. Apesar de Ferreira Neto argumentar que participações como essas não eram “mediação efetiva” - pelo pouco envolvimento nas atividades organizativas, na constituição das demandas etc. - ele afirma que:

Assim, a partir de 1981, a FETAEMG passa a acompanhar as ações dos posseiros, auxiliando-os no processo de encaminhamento jurídico da questão e na tramitação de ofícios junto ao poder executivo e legislativo, para que estes se sensibilizassem com a situação. (FERREIRA NETO, 1999, p. 271).

No entanto, existem indícios de que a atuação da Federação - ou pelo menos de alguns sindicalistas a ela ligados – foi além desse acompanhamento, como pode se perceber no depoimento de um posseiro, citado acima, no qual está evidente como esses contatos passaram a trazer novas estratégias de luta, como a mobilização para chamar atenção do poder público. A atuação da FETAEMG contribuiu para a constituição de novas significações nesse contexto local, possibilitando que os trabalhadores rurais articulassem suas demandas específicas pela permanência em suas terras com bandeiras mais amplas, ascendentes nesse período, como a reforma agrária, o combate à desigualdade social, democratização política etc.

Diante dessa repercussão, o governo se tornou mais aberto à negociação⁶⁶ com os trabalhadores, através da intermediação da FETAEMG. Essa entidade, ao mesmo tempo em que visou abrir espaços de interlocução com o Estado para solucionar o problema de acesso à terra, buscou também evitar que os trabalhadores mantivessem posturas incisivas de enfrentamento - principalmente quanto às reocupações da terra - o que poderia comprometer as boas relações do movimento sindical com o governo. Nessa *figuração* - marcada pela ascensão política de grupos que formariam a “Nova República” - as relações de interdependência que ligavam a FETAEMG aos trabalhadores rurais e ao projeto político do PMDB passaram a se chocar, ficando os sindicalistas numa situação delicada. Por um lado, potencializaram as ações dos trabalhadores rurais mobilizados, o que aumentava seu poder de representação em várias instâncias. Por outro lado, diante da radicalização dos conflitos - marcada pela iminência de novas reocupações - teve suas relações com o governo ameaçadas, buscando acalmar os ânimos e canalizar as ações locais para o fortalecimento de um projeto eleitoral.

Foi significativa a participação de membros da FETAEMG nas eleições de 1982, alguns inclusive se candidatando, em clara convergência com as bandeiras do PMDB. Grande parte do esforço da Federação, no caso de Cachoeirinha, se deu no sentido de mobilizar os

⁶⁶ Foram oferecidas outras terras para os lavradores, que resistiram a aceitá-las, em vista da má qualidade das terras propostas e das relações estabelecidas por décadas na localidade de Cachoeirinha (SANTOS, 1985).

lavradores para a campanha eleitoral que, supostamente, contribuiria para suas lutas. Assim, evitavam conflitos que poderiam prejudicar a campanha eleitoral e suas relações com o futuro governo, tentando convencer os lavradores a não realizarem novas reocupações e optarem pela negociação. (SANTOS, 1985)⁶⁷.

No que se refere ao Nordeste Mineiro, destaca-se a atuação da Federação no apoio aos trabalhadores das Fazendas Aliança (Pedra Azul/ Jequitinhonha) e Córrego Comprido (Padre Paraíso/ Jequitinhonha), durante a década de 1980. No caso da Fazenda Aliança, o depoimento de Juraci Moreira Souto - ex-presidente da FETAEMG - contribui para elucidar essa atuação da Federação:

Acho que são dois casos que merecem destaque: Um foi em Pedra Azul quando iniciou o conflito na Fazenda Aliança, que o proprietário que era de Pedra Azul, um senhor idoso, não querendo confrontar com os trabalhadores que ele mesmo colocou lá dentro, né? Posseiros antigos, pegou a fazenda e vendeu pra sujeito de Taiobeiras, um tal de Joel Cruz que foi prefeito lá em Taiobeiras. E esse cara, rapaz, levou vários pistoleiros pra dentro da área é... envolveu o delegado de polícia de Pedra Azul. Então, naquela época que era uma época de um regime muito forte no Brasil, os delegados de polícia eram os xerifes do município, os caras mandavam, desmandava, abusava... da autoridade. Então foi um dos conflitos e o sindicato de Pedra Azul se manteve firme, na época o polo da Fetaemg é... apoiando diretamente a própria Federação aqui até a gente conseguir desapropriar essa área lá em Pedra Azul onde é que os posseiros estão hoje assentados. Fazenda Aliança. [...] Foi um conflito que durou uns 10 anos pro INCRA desapropriar. Porque, teve ações na justiça. [...] Começou antes de 1980. Começou nos anos 70, essa confusão lá. Enfim, a gente conseguiu, fomos (Moacir Moreira Couto, entrevista a Nunes, 2011, p. 72).

Com base em entrevistas e na documentação produzida pela FETAEMG e pela CPT - disponíveis da sede da CPT/MG - foi possível conhecer um pouco melhor essas situações de conflito no Vale do Jequitinhonha na década de 1980, nas quais a atuação da FETAEMG foi fundamental. Na Fazenda Aliança, município de Pedra Azul – durante as décadas de 1970 e 1980 - cerca de 70 famílias de antigos agregados passaram a sofrer pressões e ameaças por parte dos herdeiros de um fazendeiro, falecido em 1973, que visavam expulsá-los das suas terras. Também um grileiro tentou se aproveitar da situação, o que trouxe ainda mais tensão, como conta Jeferson:

Nessas duas (Aliança e Córrego Comprido), a FETAEMG e os Sindicatos foram decisivos. Aliança é uma história interessantíssima. Era um fazendeiro (...) separou da mulher, foi para a fazenda e lá ele amigou com uma posseira. E lá ele ficou e ia muito bem. Só que ele morreu e a família tinha problemas com ele, pela separação e tal. Aí um grileiro lá de Taiobeiras - que depois veio a ser prefeito de Taiobeiras, depois veio a ser indiciado por pedofilia - ele tentou invadir. Chegou a entrar, passou a dominar uma área. Aí houve muita tensão. Eu lembro até uma vez que eu fui lá, aí eles (grileiro e jagunços) vieram. Eu falei: “-Vamos fazer o seguinte: daqui para cá vocês não passam! Daqui para lá os

⁶⁷ Essa busca pela inserção no espaço institucional - que, noutro polo, também foi almejado pela articulação entre CUT e PT – se deu de forma diferente nas futuras mobilizações do MST, que não tiveram um direcionamento eleitoral tão intenso e direto, argumento que retomaremos adiante.

trabalhadores também não entram!” Ele já tinha ocupado lá, já tinha desapropriado (...). E eles estão lá até hoje. É um assentamento com baixíssimo índice de saída de gente, o povo nasceu lá (Jeferson, entrevista ao autor, 8/11/2013, grifos nossos).

Situações como essas – nas quais herdeiros ou fazendeiros vizinhos tentam tomar as terras de trabalhadores rurais por ocasião da morte do antigo fazendeiro - são recorrentemente encontradas na documentação. A morte do fazendeiro - que tinha laços com os agregados e posseiros da região - era a oportunidade para que outros atores, que não tinham esses compromissos, buscassem expulsá-los.

Também são comuns os casos em que o fazendeiro vendia a terra toda, desrespeitando o direito dos que ali viviam há décadas, ficando o novo dono responsável por “limpar” a terra, ou seja, expulsar os agregados e posseiros, valendo-se para isso de várias estratégias, desde o processo jurídico até ameaças e assassinatos.

Nessas circunstâncias - nas quais as relações de reciprocidade com os antigos fazendeiros eram rompidas - abria-se também espaço para novas *mediações* (NEVES, 2008) de movimentos e organizações de trabalhadores rurais, principalmente em direção ao questionamento das relações de dominação e transformação nas noções sobre direitos. Assim, o sentimento de injustiça crescente foi canalizado para o questionamento do *status quo* e assimilação da legalidade como alternativa de preservação do acesso a terra. Os momentos de dissolução dos antigos referenciais de *proteção* eram situações nas quais os movimentos poderiam questionar o elemento correspondente na relação, a *obediência* ao fazendeiro, o que possibilitava que os trabalhadores rurais se inserissem em mobilizações que questionavam o poder dessas autoridades e buscassem afirmar seus direitos por outros canais.

No que se refere ao caso de Córrego Comprido (município de Padre Paraíso) ocorrido nesse mesmo período, Jeferson afirmou que “Córrego Comprido foi a desapropriação de uma parte da fazenda. Um cara era o Antônio Lopes, um cara acusado de assassinato no Pará. Aí acabou fazendo um acordo e foi uma desapropriação parcial, uma parte dos posseiros” (Entrevista ao autor, 8/11/2013).

Nesses dois casos (Aliança e Córrego Comprido), a FETAEMG atuou no sentido de realizar acordos que culminaram na divisão das terras entre os dois lados, ficando uma parte para os posseiros e agregados, outra para os fazendeiros. Eram situações delicadas, nas quais geralmente prevalecia a lei do mais forte, o que colocava os trabalhadores rurais numa posição extremamente desfavorável e arriscada. Nesses contextos, a Federação passou a dar apoio jurídico para os trabalhadores rurais, pressionar o poder público para uma solução e buscar garantir sua segurança. Tanto os trabalhadores rurais de Aliança quanto de Córrego Comprido foram assentados em 1987, o que é uma das conquistas para a Federação, entre muitas outras similares em várias regiões de Minas Gerais.

A Federação, de forma geral, mantinha uma posição conciliatória e grande dificuldade de romper com a lógica estatal. Assim, “até o final da década de 1980, a luta pela terra e o apoio direto aos trabalhadores rurais estiveram mais presentes no discurso oficial formulado pela Federação do que em suas ações efetivas” (FERREIRA NETO, 1999. p. 281). Em consonância com essa afirmação, João nos contou que:

A FETAEMG, pra ser sincero, nunca enfrentou muito a luta da terra mesmo não. (...) Eu sou FETAEMG mas eu acho que a FETAEMG tinha que fazer mais. (...) O problema da terra é muito complicado. Muitas vezes o proprietário prefere gastar mais do que o valor da terra para segurar a terra, para mostrar...questão de honra. Muito complicado, **tem dado muita morte**

em consequência da luta (João do Mucuri, entrevista ao autor, 16/03/2011, grifos nossos).

Apesar de João ser membro da Federação, justificando grande parte de suas ações cautelosas, ele argumenta que essa organização ficou aquém do que ele esperava. O risco de vida, diante de um contexto extremamente repressivo, aparece como principal motivo para a Federação não assumir posição de liderança em grande parte das mobilizações. Chama atenção, nesse depoimento, sua menção ao fato de muitos fazendeiros não permitirem as desapropriações mais por uma questão moral do que propriamente por questões financeiras. A defesa da sua terra era também a defesa de sua honra e de sua posição nas relações de poder locais, que poderiam ser abaladas por ações que colocassem esse poder em dúvida.

Dessa forma, o perfil de dirigente sindical constituído durante os anos mais intensos de repressão no regime civil-militar ainda tinha grande espaço no movimento sindical do estado. A prudência, mesmo nesse novo contexto, ainda era uma das atitudes fundamentais para esses sindicalistas, diante de formas de violência que ainda prevaleciam, como os assassinatos relatados acima. Por outro lado, emergiram novos atores que, em grande parte, não haviam passado por esse processo e, motivados por concepções emergentes, buscavam ações mais incisivas na atuação sindical.

Em 1984 foi realizado em Contagem o I Encontro dos Trabalhadores Sem Terra de Minas Gerais, com forte influência das mobilizações que ocorriam no Sul, marcando uma maior identificação com suas demandas. Numa reportagem do *Jornal Sem Terra* (nº 38, setembro de 1984, p. 11) ficam claras as articulações entre integrantes da CPT de Minas Gerais e do MST do Sul no Encontro, que também apontou as principais regiões nas quais as mobilizações deveriam ocorrer – Nordeste e Norte de Minas Gerais – consideradas regiões de maior exploração e conflitos pela terra.

Essas regiões também receberam destaque no Plano Regional de Reforma Agrária de Minas Gerais (PRRA/MG), de 1986. Esse documento reflete esse momento promissor para a reforma agrária no estado. Pelo que consta no Plano, a estimativa era assentar 138.400 famílias, em quatro anos, somando uma área de 21.600 Km². O Nordeste Mineiro – onde ocorreram as ocupações estudadas - de forma geral, não estava entre as principais áreas regionais prioritárias⁶⁸ de atuação no PRRA/MG, sendo as regiões Noroeste, Norte e Pontal do Triângulo Mineiro as mais focadas pelo Plano. A região Noroeste é a mais destacada, o que pode estar relacionado com a pressão exercida pela FETAEMG para a realização da reforma agrária, através de mobilizações nessa região.

No entanto, algumas regiões do Nordeste Mineiro receberam atenção especial. A região denominada “Mineradora Diamantina”, situada no Vale do Jequitinhonha, figura como “Área de Ação IV” - o que indica tratar-se de uma das regiões prioritárias - o que é justificado no Plano pelo seu isolamento socioeconômico, baixa renda per-capta, estrutura fundiária concentrada, conflitos, entre outros fatores. Também chamou atenção a presença do município de Teófilo Otoni entre as “áreas de ação emergencial a nível de município”. Inicialmente, é apontada a contradição de, numa região de terra muito fértil, prevalecer a pecuária extensiva. Em seguida, o documento aponta a existência de grande número de beneficiários potenciais, retratando o quadro de expulsão de agregados e posseiros de suas terras, causando crescimento urbano desordenado e más condições de vida.

⁶⁸ As áreas prioritárias foram definidas com base nos seguintes critérios: 1- Número de beneficiários potenciais; 2 – Disponibilidade de terras; 3 -Capacidade de atendimento; 4 - Grau de concentração de terras; 5 – Número de áreas de tensão social; 6 – Presença de programas especiais. (INCRA. PNRA/MG, 1986)

Diante dessas informações, é provável que o direcionamento das ações iniciais do MST em Minas Gerais para a região Nordeste do estado não tenha sido motivada principalmente pelos mesmos critérios do PRRA/MG. Tudo indica que essa opção tenha sido motivada principalmente pela presença da atuação da CPT na região, uma porta de entrada para o MST no estado, como demonstraremos mais à frente. O Nordeste Mineiro era uma região pobre e com histórico de conflitos, mas a possibilidade de encontrar fortes aliados nessa região - que já desenvolviam mobilizações intensas e estavam abertos à inserção do MST - parece ter sido o critério mais relevante.

A partir de meados da década de 1980 - pela maior proeminência de lideranças renovadoras no MSTR e interação com novos movimentos - vários sindicatos rurais ligados a FETAEMG começaram a adotar posturas mais incisivas na condução da luta pela terra, principalmente no Noroeste de Minas Gerais, considerando as ocupações de terra como objetivos mais concretos.

Num documento produzido pela FETAEMG, de setembro de 1985 - intitulado *Programação desenvolvida pelo movimento sindical de trabalhadores rurais na campanha pela reforma agrária e por uma assembleia nacional constituinte* - foram previstas atividades como atos públicos, debates e assembleias em várias regiões de Minas Gerais, em torno da campanha pela reforma agrária. Esse documento, entre outros, indica que as regiões de maior atuação da Federação, na demanda pela reforma agrária, eram o Noroeste, Norte e Triângulo. O Nordeste Mineiro aparece com menos eventos e pessoas previstas, o que vai ao encontro do argumento de que seus sindicatos estavam mais ligados a outros grupos, como CPT e CUT.

Nesse contexto, as mobilizações no estado de Minas Gerais estavam, de certa forma, espacialmente divididas. A Federação atuava mais no Noroeste, Norte e Triângulo e a CPT, abrindo espaço para o MST, atuava principalmente nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, algum tempo depois ampliando as mobilizações para o Vale do Rio Doce. Evidentemente, essa delimitação é baseada nos principais focos desses grupos, sendo que ambos realizaram mobilizações também noutras regiões, porém com menor intensidade.

2.3 - Ocupações de terra em Minas Gerais

Ao longo da década de 1980 as ocupações de terra foram cada vez mais ganhando legitimidade, sendo realizadas com mais frequência, por um maior número de organizações e chamando cada vez mais a atenção do poder público. No que se refere ao modelo de ocupações que o MST desenvolveu inicialmente no sul do Brasil - baseado na ocupação massiva de terras com as quais os trabalhadores rurais não tinham um vínculo prévio, visando estabelecer uma negociação com o Estado - sua inserção em Minas Gerais aconteceu em meados da década de 1980. Não conseguimos identificar a participação direta de militantes desse movimento nas primeiras ocupações no estado, no entanto acreditamos que tenham sido realizadas sob sua influência, com apoio de sindicatos e da CPT.

Em setembro de 1985, o *Jornal Sem Terra* noticiou o que considerou ser o início das ocupações em Minas Gerais, não deixando claro quais foram as lideranças dessas mobilizações, porém identificando claramente essas ações com as mobilizações que os sem-terra desenvolviam no sul do Brasil⁶⁹. Diferentemente das matérias anteriores, nessa

⁶⁹ Uma cartilha intitulada *Conquistar Terra: Encontro nacional dos Sem Terra* - produzida pela regional Sul do MST - apresenta os resultados das discussões do Encontro de Cascavel (1984). Nos anexos desse material, o caso de Cachoeirinha (Varzelândia/MG) aparece no relatório de ocupações do ano de 1983, o que demonstra como, naquele contexto, essa mobilização foi considerada como parte do processo que o MST estava buscando mobilizar. Essa informação destoa da perspectiva do Jornal, para o qual a ocupação de Iturama é o marco

reportagem intitulada *Começam as Ocupações* são relatadas ações concretas de ocupação, inclusive enfatizando a violência policial decorrente. A contestação da propriedade da terra aparece nos argumentos de que as terras são improdutivas, sem documentação ou abandonadas.

Essas ocupações foram acompanhadas regularmente pelo Jornal, principalmente a de Iturama⁷⁰ (Triângulo Mineiro). Noutra reportagem (edição de novembro de 1985), apesar de mencionar a pressão sobre o Sindicato de Matozinhos, é salientada a ausência de coordenação dos trabalhadores nessa ocupação, o que pode indicar que o movimento sindical não assumiu objetivamente a organização dessas ações. Por outro lado, pouco tempo depois, o Jornal elogia a organização em Iturama (edição de dezembro de 1985), contrastando-a com a de Matozinhos, o que pode sugerir que havia participação de alguns grupos nessas ações, apesar de seus nomes não serem mencionados. Essas contradições podem indicar tanto a dubiedade e oscilações na atuação dessas organizações junto aos trabalhadores rurais, quanto diferentes perspectivas sobre essa atuação entre os integrantes do *Jornal Sem-Terra*. De qualquer forma, o MST apontava o início das ocupações de terra no estado, associando essas ações às suas mobilizações no sul do Brasil e outros estados.

Outra situação que chama atenção, porém sobre a qual dispomos de pouquíssimas informações, se refere a uma ocupação realizada em 1985, na Fazenda Trovoadas (Capelinha/Vale do Jequitinhonha), a primeira no Nordeste Mineiro de que encontramos registro. Destaca-se o fato dos trabalhadores rurais ocuparem uma terra com a qual não tinham um vínculo prévio e serem organizados por um sindicalista ligado ao PC do B, fatos que são exceções naquele contexto. Sobre essa ocupação, contamos apenas com as poucas informações disponibilizadas por Nair Muls:

A ocupação de Trovoadas foi feita por quinze famílias de trabalhadores assalariados temporários de café que, nas idas e vindas nos caminhões de boia-fria, descobriram uma área desocupada e bem protegida e resolveram ocupá-la, com o apoio do STR de Capelinha (cujo orientador era ligado ao PC do B). Apesar das ameaças de um pseudo proprietário e da polícia local, do pedido de prisão preventiva do presidente do STR e do orientador pela delegacia de Polícia, conseguiram se manter na terra (MULS, 1989, p. 151).

Segundo Ferreira Neto (1999), somente a partir de 1987, parte do MSTR intensificou o apoio aos trabalhadores rurais nesses conflitos, vendo as ocupações de terra como alternativas legítimas de luta pela reforma agrária e, assim, contribuindo efetivamente em sua organização. Isso fica evidente em alguns documentos da FETAEMG, como o ofício 00474 - de 2 de novembro de 1988 - dirigido aos partidos políticos, entidades sindicais e populares, que busca divulgar as mobilizações no Noroeste Mineiro, o que reforça a ideia de que a atuação da Federação na luta pela terra se deu principalmente nessa região. Esse ofício elenca várias situações em curso nessa região, demonstrando a atenção da Federação e o interesse em dar visibilidade para esses conflitos.

Esses indícios são reforçados por um comunicado da FETAEMG, de 7 de novembro de 1988, no qual é enfatizado que, desde agosto, vinha ocorrendo uma intensa luta pela terra

fundador das ocupações de terra em Minas Gerais. Acredito que - devido às diferenças de perspectivas entre MST e FETAEMG (que teve proeminência em Cachoeirinha) - pode ter havido resistência por parte do Movimento em reconhecer Cachoeirinha como integrante do processo de ocupações/acampamentos que o MST buscava difundir.

⁷⁰ Os acampados da Fazenda Bartira (Iturama/MG) - após intenso processo de resistência e pressão sobre o poder público, como nas manifestações em Belo Horizonte e Brasília - conquistaram a terra no ano de 1986.

no Noroeste Mineiro. O documento visava informar sobre as ocupações em curso e pressionar para a efetivação dos assentamentos.

Apesar de não assumir publicamente, nesses documentos, uma posição de liderança nas mobilizações, esse acompanhamento tão próximo, com informações detalhadas, pode indicar que alguns sindicatos ligados à Federação estavam indo além do apoio, contribuindo na organização das atividades. Esses indícios são reforçados por alguns depoimentos e estudos. Segundo Ferreira Neto, a direção da FETAEMG nesse período considerava a reforma agrária uma luta marginal, diferentemente dos sindicatos mobilizados no Noroeste, divergências que estavam envoltas em intensas disputas pelo controle da instituição (FERREIRA NETO, 1999).

A FETAEMG estava mudando e, gradativamente, as ocupações ganhavam legitimidade para parte de seus integrantes. Por outro lado, outros grupos defendiam uma transformação mais intensa na atuação do movimento sindical na luta pela terra. Numa nova configuração de forças políticas - marcada pela ascensão da CPT, PT e CUT como atores cada vez mais relevantes nas ações de mobilizações dos trabalhadores rurais – as ações da Federação passaram a ser objeto de frequentes críticas e tentativas de transformação.

Apesar das diferenças - em termos de perspectivas, instâncias e metodologias de ação - CPT, CUT, PT e MST constituíram uma aliança para a formação de oposições sindicais em Minas Gerais. Como afirma MULS (1989):

Também para a CPT – via a sua articulação com o PT e a CUT – o sindicato se apresenta como um instrumento por excelência de luta e espaço fundamental de experiência política. Por conseguinte, uma de suas principais prioridades tem sido o trabalho de oposição sindical, na tentativa de transformar o sindicalismo rural mineiro – que considera pelego, burocratizado e reduzido às lutas imediatas – em um sindicalismo autêntico, autônomo e capaz de elaborar seu próprio projeto político. Os resultados dessa prioridade são palpáveis. E de fato, como já dissemos, grande parte da nova geração de líderes sindicais, em oposição à FETAEMG, na direção das lutas no campo e na direção da Secretaria Rural da CUT-MG, foram formados pelas CEBs-CPT ou pela CPT (prioritariamente em algumas áreas das macrorregiões do Vale do Jequitinhonha, Rio Doce e Noroeste, onde a CPT é mais forte) (MULS, 1989, p. 163-164).

Destaca-se também a presença do Nordeste Mineiro entre as principais regiões onde esses atores assumiram proeminência. Muitas vezes as mesmas pessoas eram membros desses vários grupos, ao mesmo tempo, demonstrando como essas organizações compartilhavam um mesmo conjunto de ideias, evidentes em suas cartilhas. Como afirma a autora, “constata-se, aliás, uma proximidade bastante acentuada entre a prática da CPT e os programas da CUT e do PT, com os quais coincide também a linha do Movimento dos Sem-Terra” (MULS, 1989, p. 164).

Encontramos reportagem do *Jornal Sem Terra* sobre essas articulações em Minas Gerais - associadas à realização de uma grande assembleia em Poté (Vale do Mucuri) no ano de 1987 - destacando a inserção do MST nessas disputas, movimento que estaria mobilizando os trabalhadores rurais para essa renovação e para sua organização na região. A figura 3, ilustração dessa matéria, indica claramente a busca pela renovação na FETAEMG, acusando a atual direção de submissão ao governo. Nessa reportagem, pela primeira vez, foi feita menção à organização dos fazendeiros - no caso, os leilões organizados pela União Democrática

Ruralista (UDR) - como fator que deveria chamar atenção para a necessidade de organização e união dos trabalhadores rurais para o enfrentamento desses adversários.



(Rubens. *Jornal Sem Terra* – n 62, maio de 1987, página 5)

Figura 3 - Pelego

A busca pela renovação nos quadros da FETAEMG é evidente. CPT, CUT e, mais à distância, o MST estavam mobilizados para a vitória de uma nova chapa nas eleições, que supostamente mudaria o perfil de atuação da Instituição. Apesar de a chapa oposicionista ter sido derrotada, a vitória da situação foi construída de forma negociada com setores de oposição, o que significou a incorporação de novas forças na direção da FETAEMG, que assumiram o controle em 1990 (FERREIRA NETO, 1999).

Em relação à eleição da nova diretoria da Federação em 1987, encontramos informações interessantes em alguns boletins disponíveis na documentação do CEDEFES. O Boletim nº 1 – produzido pela chapa cutista denominada *Pé no Chão* – apresenta um extenso quadro⁷¹ contrapondo, ponto a ponto, o perfil de atuação sindical vigente e a proposta de oposição. Em relação à reforma agrária, o boletim contrapõe uma busca pela reforma agrária negociada com governo e fazendeiros - atribuída à atual diretoria – em contraste com a

⁷¹ Nesse quadro são contrapostos quatorze itens que, segundo o Boletim, representam as diferenças entre a FETAEMG e a CUT.

proposta da chapa de oposição, que defendia a reforma agrária dirigida pelos trabalhadores sem terra.

Vários outros boletins do período seguem no mesmo sentido, trazendo mais informações sobre as diferenças de postura entre as chapas e várias denúncias em relação à atuação supostamente morosa e desonesta da diretoria da FETAEMG. O *Boletim Pé no Chão* continua sendo publicado, mesmo depois da derrota da chapa de oposição nas eleições, direcionando-se para o incentivo da filiação dos sindicatos à CUT. As mobilizações de oposição se afastam da ideia de mudar a FETAEMG e convergem para a criação de outros espaços de atuação, como CUT, CPT e MST. Isso fica evidente nas publicações a partir do boletim nº 6 (Outubro de 1987), no qual o nome da CUT aparece com destaque - o que não acontecia nas edições anteriores - apresentando-se como alternativa para o movimento sindical. Nesses novos boletins, as argumentações são direcionadas também para apresentar a Secretaria Rural da CUT aos trabalhadores rurais mineiros e incentivar a participação no II Congresso Estadual da CUT (Novembro de 1987).

Apesar da derrota, são recorrentes as afirmações de que o processo eleitoral fortaleceu os setores de oposição, que conquistaram a adesão de um número significativo de sindicatos e deu visibilidade às suas propostas, como se pode ver na ilustração abaixo (Figura 4).



Autor Desconhecido. *Boletim Pé no Chão* nº6, outubro de 1987.
Documentação do CEDEFES

Figura 4: Enraizamento do novo modelo sindical

Nesse quadro de disputas, as ocupações de terra ganhavam cada vez mais legitimidade, seja pela ação de alguns atores nas instituições sindicais consolidadas, em oposição ao perfil de atuação mais geral e hegemônico, seja pela emergência de novas organizações que visavam renovar drasticamente o movimento sindical no estado. Nessa *figuração* (ELIAS & SCOTSON, 2000), na qual uma pluralidade de atores buscava indicar os rumos das mobilizações, destacam-se as várias perspectivas no interior do movimento sindical, a atuação de grupos ligados à Igreja católica e as diferentes interações desses atores com a sociedade política.

O Boletim nº 7 (Novembro de 1987) se dedica especificamente ao tratamento da reforma agrária, criticando a postura da “Nova República” (Figura 5) e o alinhamento da

FETAEMG a esse governo. Nesse sentido, a dicotomia entre a Federação e a CUT, tinha estreita correspondência no âmbito eleitoral - com, respectivamente, PMDB e PT. A reforma agrária era um dos pontos centrais dessa dicotomia, tendo CUT e PT como algumas de suas principais bandeiras a distribuição fundiária radical e direcionada pela vontade popular, organizada nos movimentos sociais em ascensão nesse período.

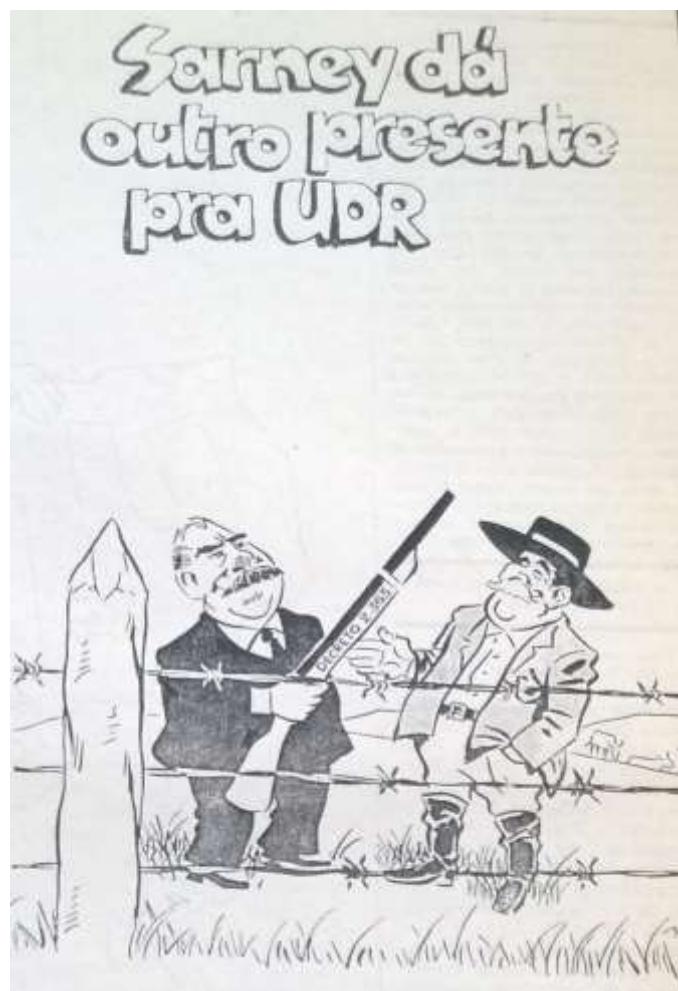


Autor desconhecido. Boletim Pé no Chão nº7, novembro de 1987. Documentação do CEDEFES

Figura 5: crítica à Nova República



Rômulo. *Boletim Pé no Chão* nº7, novembro de 1987. Documentação do CEDEFES.



Autor desconhecido. *Boletim Pé no Chão* nº7, novembro de 1987. Documentação do CEDEFES

Figura 5. Continuação

Essas imagens⁷² demonstram que, ao contrário do otimismo de parte do movimento sindical em relação ao advento da “Nova República”, os atores mais alinhados com as propostas da CUT e PT mantinham severas críticas à atuação do Governo, principalmente em relação à sua proximidade com os interesses dos latifundiários. A última imagem faz menção a UDR, ator importante nessa *figuração* (ELIAS & SCOTSON, 2000), cuja oposição aos trabalhadores rurais mobilizados politicamente, em algumas situações, foi elemento decisivo para a ação conjunta dos vários grupos que disputava a representação dos trabalhadores rurais em defesa de seus direitos e segurança, mesmo com diferentes graus de envolvimento entre essas organizações. Diante de um adversário mais geral - a UDR, por exemplo, as divergências entre as várias tendências do movimento sindical eram, de certa forma, amortecidas, tendo fortalecidas suas bandeiras em comum, inclusive a reforma agrária, mesmo cada um desses grupos indicando um caminho diferente para sua realização. Mais adiante analisaremos a atuação da UDR em Minas Gerais e seu papel nesse processo.

As imagens demonstram, principalmente, como os grupos de oposição sindical criticavam a postura do Governo Sarney diante da questão agrária - vendo com desconfiança o PNRA - e consideravam a postura da FETAEMG demasiadamente alinhada com esse Governo, em contraste do que consideravam ser a defesa dos reais interesses dos trabalhadores.

Como afirma Ferreira Neto (1999), em consonância com as informações que encontramos, um dos principais núcleos de oposição à atuação da FETAEMG estava nos sindicatos do Vale do Mucuri - uma das regiões tratadas na pesquisa aqui proposta - vinculados principalmente a setores progressistas da Igreja Católica, por meio do trabalho da CPT, o que contribui para compreendermos porque o MST iniciou seus trabalhos em Minas Gerais nessa região.

A situação de marginalidade da reforma agrária nas pautas da FETAEMG mudou, em parte, no início da década de 1990 com a ascensão de um novo conjunto de lideranças⁷³, mais voltadas para a luta pela terra. Numa conjuntura política mais favorável, foi possível a criação de um grande número de assentamentos rurais em Minas Gerais na década de 1990 (FERREIRA NETO, 1999, p. 315). Assim, os STRs passaram a identificar áreas improdutivas, selecionar e organizar os trabalhadores rurais para as ocupações, ficando a FETAEMG como responsável pelo suporte dessas ações, no respaldo jurídico, informacional e estratégico para as mobilizações regionais.

As ocupações de terra do MSTR foram concentradas na região Noroeste do estado, onde - segundo Ferreira Neto (1999) - existiam lideranças sindicais mais voltadas para a problemática da reforma agrária, o que gerava tensões e disputas na Federação, em parte responsáveis pelas crescentes transformações em seu interior. De forma geral, a direção da FETAEMG alegava que essa era uma luta custosa em face dos crescentes problemas financeiros da instituição, devendo ficar em segundo plano (FERREIRA NETO, 1999).

A partir de 1988 foram organizadas importantes ocupações de terra pelos STRs do Noroeste de Minas Gerais, levando à criação de vários assentamentos. A influência de outros atores nessas ações, como MST e CPT, não está muito clara, porém, ao que tudo indica, essas relações envolveram tanto relações de parceria quanto de disputa pela proeminência na organização das ocupações.

⁷² A última imagem faz referência ao Decreto-Lei 2363, de 21 de outubro de 1987, que extinguiu o INCRA.

⁷³ Nesse novo contexto, setores progressistas da Igreja Católica são responsáveis pela formação desse novo conjunto de lideranças, principalmente na atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). (FERREIRA NETO, 1999)

Ao se referir às principais lideranças sindicais que catalisaram esse processo de luta pela terra no Noroeste Mineiro, Ferreira Neto afirma que:

o envolvimento desses dois jovens com a Igreja, com partidos políticos, com a CUT, com o MST e com o próprio movimento sindical, associado às experiências individuais de cada um, fazem parte do processo de construção de um *habitus político* em que a defesa da luta pela terra é a principal referência, o que atribui a essas lideranças um espaço distinto do ocupado por outra lideranças relacionadas com as lutas dos trabalhadores rurais (FERREIRA NETO, 1999, p. 376).

Assim, apesar do MSTR buscar atuar de forma autônoma na condução de suas iniciativas pela reforma agrária, a influência de outros grupos é sugestiva, cabendo, no entanto, precisar o teor dessas relações. No que se refere ao Nordeste de Minas Gerais, recorte espacial da presente pesquisa, a atuação da CPT nas lutas pela reforma agrária é mencionada em vários estudos, assim como abundantemente visível na documentação que consultamos. A Pastoral da Terra teve um papel fundamental nessa *figuração* (ELIAS & SCOTSON, 2000) na qual as ocupações ganhavam legitimidade e concretude, pois era o ponto de ligação entre diversos atores, de certa forma possibilitando suas ações conjuntas em prol da reforma agrária. Sua forte participação no movimento sindical e fluxo intenso de comunicação com o MST, emergente noutros estados, foi basilar para que essas lutas confluíssem para novas ações de mobilização, dentre elas as ocupações.

Segundo Ribeiro (1996), a CPT atuou frequentemente em parceria com os STRs e deu nova força para as lutas no Nordeste de Minas. Por meio de missas e reuniões, os membros da CPT articulavam fé e política, organizando trabalhadores rurais para o enfrentamento dos conflitos pela terra e sindicalização. O depoimento de D. Enzo abaixo demonstra parte do papel que a CPT se propôs a desempenhar no processo de organização dos trabalhadores rurais, incentivando o preparo para a “atividade política”:

Tem uns elementos que fazem parte da Comissão Pastoral da Terra, que são os agentes que, dentro de um contexto eclesial, se dedicam ao enfrentamento dos problemas da terra, dos sem terra ou daqueles que mesmo tendo terra não produzem o bastante para viver. [...] Não que nós tenhamos a pretensão de resolver os problemas trabalhistas, porém, incentivamos para que o povo tenha consciência dos seus direitos – e dos seus deveres também – neste assunto de trabalho. Nos preocupamos, também, para que nas nossas comunidades surjam elementos preparados para uma atividade política (Depoimento de D. Enzo, citado por Souza, 1993, p. 198).

Um canto, presente no livro *Cantos da Nossa Luta*, difundido na Diocese de Araçuaí nesse período, demonstra a postura crítica em relação à desigualdade que a igreja dessa região estava constituindo:

Há um grito de clamor implorando por justiça
Há um povo explorado pela ganância e cobiça
Senhor Deus dos pequeninos ouve teu povo clamar:
Tua América Latina precisa se libertar!

Tua América Sofre, mas canta
Cai, se levanta, quer caminhar!

Tua América vive oprimida
Mas ama a vida e não quer parar

Poucos homens acumulam para si tanta riqueza
Enquanto tantas famílias não têm pão em suas mesas
De um lado, no palácio: plena vida em abundância
Do outro lado, num casebre: morre mais uma criança

O teu povo foi um dia no Egito escravizado
Tantos anos se passaram, nada foi modificado
O Egito se reflete nesta América que é tua
Por causa dos poderosos, a escravidão continua
(*Cantos da Nossa Luta*, apud SOUZA, 1993, p. 64).

Chama atenção o fato de o canto ser enfático ao relacionar a desigualdade existente com a exploração dos “poderosos” sobre os “oprimidos”, o que trazia à tona um sentimento crescente de injustiça e contestação das relações de poder vigentes. A escravidão no Egito é uma das referências mais recorrentes nessas mensagens, buscando demonstrar a continuidade da dominação até a atualidade.

Durante a década de 1980 foram desenvolvidos Cursos de Aprofundamento Teológico (CAT)⁷⁴ para formar agentes pastorais, que levavam reflexões da Teologia da Libertação para várias comunidades da Diocese de Araçuaí. Assim, esses atores eram constituídos como “mensageiros”:

Os mensageiros (...) são leigos que se dispõem ao trabalho da igreja, isto é, andar, de acordo com sua disponibilidade, de comunidade em comunidade, seja para dinamizar um movimento já embrionário, seja para iniciar a organização da comunidade. Sua tarefa é levar uma mensagem do Evangelho – como convém a uma igreja cristã – através da realização de cursinhos de base. Entretanto, essa é uma mensagem que tem, na Bíblia, sua referência ideológica, mas que tem, na realidade social, tal qual é vivida e sentida o motivo para a luta e, nas categorias analíticas das ciências Sociais, sobretudo da ciência social de inspiração marxista, as referências interpretativas dessa mesma realidade (SOUZA, 1993, p. 349).

Os cursos eram pautados pelos princípios do método “ver, julgar e agir” diante da realidade em que viviam, encarada de forma crítica a partir das reflexões incentivadas pelos agentes pastorais. Os seus princípios estão descritos em alguns documentos da coordenação diocesana:

Num primeiro momento, vamos VER e analisar a realidade: como se apresenta a questão da terra, os sistemas sociais que determinam essa questão, o caso especial do nosso Brasil e como o povo se mobiliza para lutar pela terra.

No segundo momento, que é a procura dos critérios para JULGAR, vamos olhar para a Bíblia e para a doutrina da Igreja sobre as últimas coisas a

⁷⁴ Ver programação de um desses cursos em anexo, onde seis temas são abordados (Figura B, em anexo), dentre eles, um denominado “Terra, Pão e Trabalho”. Para cada um desses temas são apresentados pequenos quadros com breves indicações, nas três etapas do processo de reflexão proposto: ver, julgar, agir.

suceder com o homem e o mundo: os Novíssimos. Na Bíblia, vamos descobrir que a terra, mais do que tema, é o miolo da história do povo de Deus. O escudo dos Novíssimos ou ESCATOLOGIA nos vai falar da nova terra que estamos preparando e que será presente de Deus no fim da caminhada.

No terceiro momento, que é o planejamento do AGIR, será apresentada para nós a Moral Social ou Doutrina Social da Igreja.

Depois disso, estaremos mais iluminados para, de volta às nossas comunidades, enfrentar os problemas que a questão da TERRA nos vai levantado, inclusive nos mobilizando e articulando na luta pela verdadeira Reforma Agrária, com o apoio que a Igreja nos oferece através da Pastoral da Terra (Coordenação Diocesana. 1988, p 4. Citado por Souza, 1993, p. 252).

O método “Ver, Julgar, Agir” - tendo como um de seus primeiros formuladores o sacerdote belga León Joseph Cardjin - foi utilizado anteriormente por outras organizações católicas – como, por exemplo, pela Ação Católica brasileira - desde a década de 1950 e ao longo das décadas seguintes. Segundo Novaes:

os *agentes de pastoral*, também chamados de “animadores de comunidades”, utilizam no “trabalho de base” um método que garanta a emergência de um “discurso próprio” e o poder criativo das classes populares. O “ver-julgar-agir” (Pierucci, 1982:48), herança da tradição católica do pós-guerra, ganha novos conteúdos no âmbito da Teologia da Libertação, entendida como conjunto de formulações que sistematiza o projeto da Igreja/Povo de Deus (NOVAES, 1997, p. 156, grifos da autora).

Fernando atuou nessa região como membro das CEBs e CPT, desde o final da década de 1970. Ingressou na luta político/partidária, participando da constituição do Partido dos Trabalhadores, elegendo-se várias vezes deputado estadual. Seu depoimento reflete a perspectiva e atuação da CPT no período, fortemente engajada na luta pela terra. Fernando ministrou cursos na região do Jequitinhonha e Mucuri, trabalhos que relacionavam religiosidade, conquista de direitos e mobilização política:

Há mais de 10 anos, em 88, eu já frequentava a região do Jequitinhonha e do Mucuri dando cursos, principalmente de igreja em geral. **E dentro desses cursos de igreja a gente também fazia cursos de criação, de formação de oposições sindicais.** Nós tínhamos módulos de trabalho com Bíblia e a questão da terra, onde a gente mostrava muito a história do povo hebreu, a conquista de Canaã, a conquista da terra prometida, a luta e organização. A gente sempre tinha nesses cursos um modelo que era interessante, que a gente trabalhou naquela região toda, que era a **questão do povo hebreu...** A gente até usava a Expressão, os *Apiros*... Os *Apiros* eram povos nômades, salteadores que viviam pelo deserto. Daí a origem da palavra *hebreu*. Ai a gente dizia que **eram os primeiros sem-terra da história** (Fernando, entrevista ao autor, 13/12/2011, grifos nossos).

Buscando referências na Bíblia que contribuíssem para a percepção das injustiças sociais e necessidade de organização dos trabalhadores, esses membros da CPT foram fundamentais para despertar um sentido de organização no Nordeste Mineiro.

A gente sempre identificava a opressão do Egito, com o faraó, toda a estrutura de classe, com a questão da opressão hoje. Mas sempre tinha uma chave de leitura nesses cursos que era o Êxodo 3, quando Deus diz: “Eu vi o sofrimento, a opressão do meu povo no Egito, causada pelos seus opressores. Eu desci para libertá-los”. **Então a gente sempre dava esse sentido de relacionar a opressão de 3 mil anos atrás com a opressão de hoje. E que Deus estava do lado da libertação, do lado da organização** (Fernando, entrevista ao autor, 13/12/2011, grifos nossos).

Dessa forma, esses agentes realizaram um processo de *mediação* (NEVES, 2008), articulando significações religiosas e políticas, que buscavam constituir um sentimento de injustiça e organização dos trabalhadores rurais. As relações de dominação no Egito, assim como a vontade divina de libertação, foram significações articuladas para que os trabalhadores rurais questionassem as relações de poder que limitavam seu acesso á terra e vislumbrassem novas possibilidades de superação dessa situação. Essas mediações, de certa forma, deram base a algumas mobilizações que o MST realizou na região alguns anos depois, movimento que deu continuidade às articulações entre elementos religiosos e políticos, mobilizando em direção às ocupações de terra.

Nesse período referido por Fernando, assim como nas décadas anteriores, as dioceses de Teófilo Otoni e Araçuaí eram importantes polos de atuação da Igreja Católica progressista, principalmente nos trabalhos de padres missionários portugueses e italianos, como foi demonstrado por Souza (1993), que trata do desenvolvimento de um “catolicismo libertador” – fundamentado na Teologia da Libertação – a partir da década de 1960, na Diocese de Araçuaí⁷⁵.

⁷⁵ A região de Araçuaí fez parte do Bispado de Diamantina até 1914, quando é emancipada, formando o Bispado de Araçuaí. Em 1960, uma parte desse bispado é desmembrada, formando o Bispado de Teófilo Otoni. Outra parte é desmembrada em 1981, formando o bispado de Almenara.

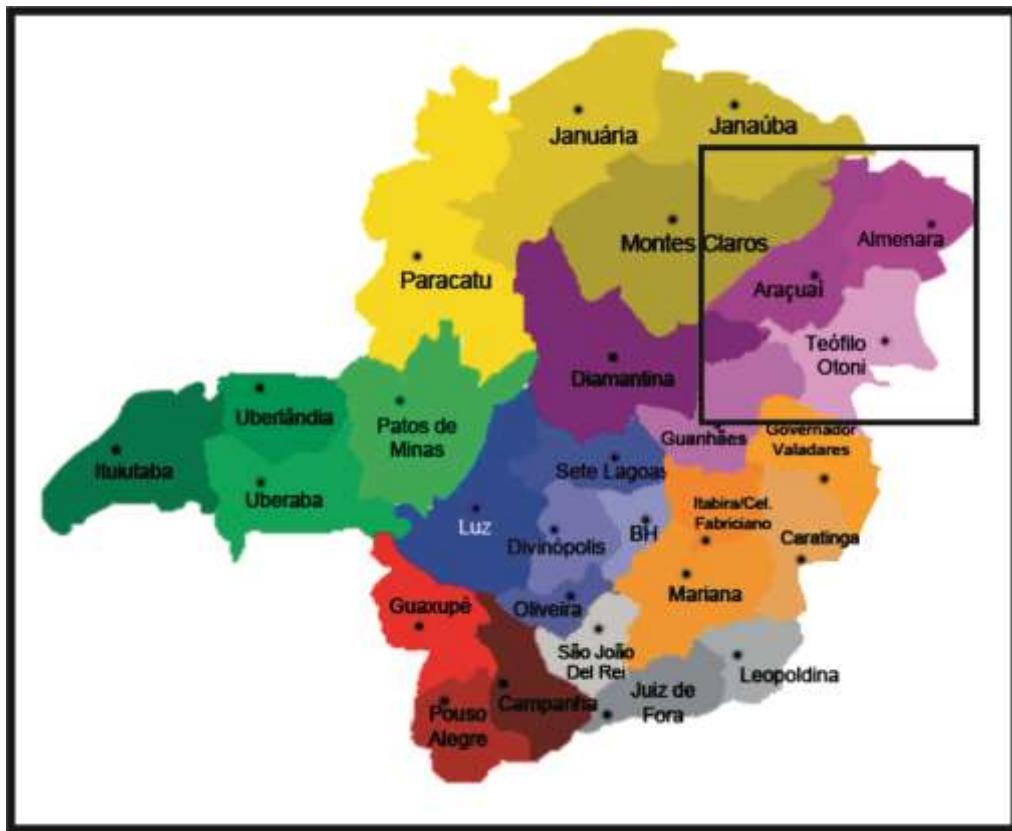


Figura 6: Bispados de Minas Gerais

Esses grupos, organizados nas CEBs e CPT, fizeram muitas reuniões e publicavam manuais que contribuíram enormemente na organização dos trabalhadores, divulgando seus direitos, questionando as injustiças sociais e má distribuição da terra, iniciando a formação de uma identidade de trabalhador rural sem-terra na região.

Fernando narrou outra iniciativa que marca essa atuação, um cadastramento de famílias na região, no início da década de 1980, instrumento de organização que pode ter contribuído nas futuras ocupações de terra:

Em 1982, antes ainda do MST, nós fizemos umas fichas rosa, que era para cadastrar quem queria terra, ocupar terra. Em 1982! Fizemos mais de 100 mil fichas dessa para o pessoal nosso da CPT levar para o interior. Pegava os dados, número de famílias, quantas pessoas têm, se tem terra, qual o tamanho da terra, se não tem... (...) Se a pessoa queria lutar por terra, se queria adquirir terra de outra forma. (...) Agora porque essas famílias da região participaram dessas ocupações? **Se alguém fizer um levantamento, vai ver que (as ocupações) têm a ver com esse cadastro que a CPT fez na região.** Nós fizemos cadastro em várias dessas cidades: Novo Cruzeiro, Ladaína, Poté, Itaipé, Itambacuri, Pavão. Por que eram cidades onde tinha trabalho da CPT engajada! (...) Padre Paraíso, Águas Formosas, Jampruca. Tudo isso eram regiões que nós demos curso e que a gente trabalhava com a ficha (Fernando, entrevista ao autor, 13/12/2011, grifos nossos).

Grande parte desses trabalhos se dava em clara oposição ao perfil de atuação da FETAEMG, tida por alguns membros da CPT como subserviente ao governo e excessivamente temerosa no que se refere à luta pela terra. Alguns depoimentos ajudaram a compreender essas relações, principalmente nos momentos em que se referem às disputas pela renovação sindical e às impressões sobre a atuação da Federação:

Esse cursos, a gente chamava “cursinhos de base”, eram para preparar a questão da organização, da mobilização das pessoas, na luta dos seus direitos. **Ai esses cursos acabavam desencadeando, por exemplo, como conclusões finais, na criação de um sindicato dos trabalhadores rurais** onde não tinha sindicato de linha combativa, linha comprometida com o povo. E caminhava, **onde tinha sindicato, pra formação de oposição sindical**. Nessa época a gente tinha enfrentamento muito grande com a **FETAEMG, porque ela era muito pelega**. Depois ela evoluiu bastante, hoje já tem um perfil diferenciado, mas ainda que choca com algum setor do movimento, por causa da forma na condução da luta (Fernando, entrevista ao autor, 13/12/2011, grifos nossos).

Evidentemente, o depoimento de Fernando reflete sua posição e de seu grupo no campo de disputas políticas entre as várias organizações que pretendiam contribuir para a mobilização dos trabalhadores rurais. Assim, demonstra parte das disputas em curso e as principais diferenças entre esses grupos e suas relações. A postura que os líderes sindicais deveriam assumir frente ao governo e à luta pela terra era, assim, um dos pontos de maior divergência.

Com o passar dos anos, CPT e MST passaram a contar com a parceria da FETAEMG, que, como salientado, transformou suas práticas na condução dos conflitos em convergência com a legitimação das ações de ocupação de terra (FERREIRA NETO & DOULA, 2003). Assim, tratava-se de outra *figuração* (ELIAS & SCOTSON, 2000), na qual um número maior de agentes assumiu publicamente o apoio aos acampamentos e contribuiu para sua manutenção e resistência, redimensionando as relações de poder em jogo.

Em meados da década de 1980⁷⁶ - em reuniões esporádicas em sindicatos, igrejas e encontros como os da Romaria da Terra⁷⁷ - lideranças do MST que atuavam no sul do País intensificaram seus contatos com integrantes de sindicatos, líderes comunitários e membros progressistas da Igreja Católica em Minas Gerais, visando, com base em suas experiências anteriores, desenvolver processos de ocupação nas regiões leste e nordeste do Estado (MOREIRA, 2008).

Encontramos uma menção no *Jornal Sem Terra* à organização do MST em Minas Gerais, numa pequena nota da sessão “Vida do Movimento”, na edição de abril de 1986. Apesar de ser a primeira menção encontrada, o uso do termo “mais uma reunião do

⁷⁶ Fernandes (2010) divide a trajetória do MST em *gestação* (1979-1984), *consolidação* (1985-1989), *institucionalização* (1990 até o presente) e *mundialização* (1996 até o presente). Dado o recorte temporal da pesquisa proposta nesse projeto, os períodos que mais interessam são os da *consolidação*, no qual o MST amplia suas ações para todas as regiões do País e forma sua estrutura organizativa, e o da *institucionalização*, no qual o MST se torna o principal interlocutor do governo federal a respeito da reforma agrária e é reconhecido internacionalmente (FERNANDES, 2010).

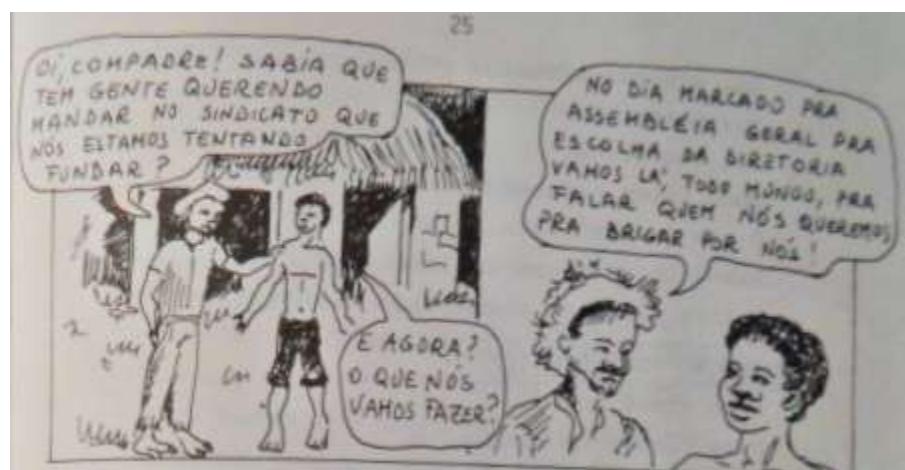
⁷⁷ Romarias da Terra são encontros organizados pela Comissão Pastoral da Terra por todo o Brasil. Em Minas Gerais, o evento foi organizado a partir de 1979 e se tornou espaço de discussão e articulação de ações pela Reforma Agrária.

Movimento” indicou que esse não foi o primeiro momento de articulação. Essa suposição é confirmada em vários depoimentos, que relatam reuniões desde 1985 na região.

Apesar dos espaços de atuação conjunta entre diferentes seguimentos do movimento sindical, as disputas continuavam, em alguns momentos se intensificando e influindo nos rumos das futuras ocupações. A disputa em torno da renovação sindical foi registrada também em várias cartilhas distribuídas no Nordeste Mineiro na década de 1980. Numa cartilha da CPT/MG - intitulada *Fundação de Sindicatos*, que circulou no estado de Minas Gerais em meados da década de 1980 – encontramos algumas informações interessantes.

Inicialmente, a cartilha retratava a situação de insegurança e sofrimento dos trabalhadores, apresentando o sindicato como “um mutirão que dura para a vida toda”, para os trabalhadores se ajudarem. Em seguida, traça uma história dos sindicatos (inicialmente, urbanos, depois, também no meio rural), com várias ilustrações, demonstrando como a união dos trabalhadores era a forma de não serem tão explorados pelo patrão. O material fala também da estrutura e funções do sindicato, que ia desde o auxílio de advogados até assistência médica e odontológica. O documento ressalta que “nos dias de hoje, a principal luta do sindicato é exigir a reforma agrária, lutando assim, para que todos os lavradores tenham terra”.

A cartilha ressalta que o sindicato tem que ser formado por lavradores e direcionado por suas decisões, o que necessita da participação constante e atenta dos trabalhadores rurais (Figura 7)



Autor desconhecido. *Fundação de Sindicatos* (CPT/MG). Documentação da CPT/MG

Figura 7: Fundação de Sindicatos

A imagem acima, retirada da referida cartilha, demonstra a intenção de incentivar a participação dos lavradores nas decisões do STR, entendida como um mecanismo de democratização dessa instituição. O material fala da necessidade de se criar um “sindicato autêntico”, que é “quando procura se livrar da dependência do governo e não se submete aos patrões nem aos outros grupos e partidos políticos” (p. 28). Essa menção ao sindicato “autêntico” é recorrente nesses materiais.

Outra cartilha que representa o contexto vivido pelo movimento sindical no período se chama *O Regador*, cuja capa do nº 1 - de novembro de 1984 - (Figura 8) já indica a perspectiva sobre parte das relações entre STRs, CUT e CPT. Nessa imagem, o regador é a CPT, irrigando a mobilização dos trabalhadores rurais através de STRs, CUT etc., o que

remete à ideia de que a CPT deveria apoiar, incentivar, mas não era direção ou representação dos trabalhadores, que deveriam ter autonomia.



Autor desconhecido. *O Regador* (CPT). 1984 (capa). Documentação do CEDEFES

Figura 8: O Regador

Essa cartilha - produzida pela CPT ligada a Diocese de Araçuaí - fala claramente sobre o controle do governo e fazendeiros sobre os sindicatos e da existência de um movimento de oposição sindical, ligado à CUT, que busca formar sindicatos “autênticos” e “livres”.

Na figura abaixo isso fica evidente, caracterizando o movimento sindical existente como “pelego”, pela subserviência ao governo. Várias outras referências ao longo dessa e de outras cartilhas indicam essa interpretação.



Autor desconhecido. *O Regador* (CPT). 1984. Documentação da CPT/MG

Figura 9: Basta!

Encontramos também material sobre o Vale do Rio Doce. A cartilha intitulada *Levanta Camponês* - datada de 1988 - foi produzida pela Fundação Casa do Trabalhador de Governador Valadares, com a colaboração da CUT, membros da Igreja Católica e União Operária de Governador Valadares.

Definindo-se como um “movimento de oposição sindical, levanta camponês”, esse material visava “orientar os estudos sobre a vida sindical”. Em certas passagens, o material utiliza algumas metáforas, como a história do tamanduá que atacava os formigueiros, até que as formigas se uniram e o venceram, demonstrando a “força coletiva” na qual os trabalhadores rurais deveriam se espelhar e se organizar.

O material fala também da história de exploração sobre os trabalhadores rurais, pelos fazendeiros (figura 10), e do processo de expulsão que vinham vivendo. Situando a realidade de Governador Valadares, fala-se de como grandes pecuaristas estavam avançando sobre os trabalhadores, expulsos para as cidades.



(Autor desconhecido. *Levanta Camponês* (FCTGV; CUT; UOGV), 1988. Documentação da CPT/MG)

Figura 10: Exploração sobre os trabalhadores rurais

Diante desse quadro, o sindicato é situado como alternativa. Como embasamento para suas propostas, o material resgata parte da história do STR de Governador Valadares, com ênfase no “valente Chicão” e na busca pela conquista da Fazenda do Ministério, interrompida pelo golpe de 64. Assim, defende a continuidade nesse processo de luta.

Em certas passagens, transparece a crítica ao sindicalismo da FETAEMG e a ideia de construir novas práticas. Referindo-se ao movimento sindical do período, afirma-se nessa cartilha que:

Hoje o Brasil tem mais de 200 sindicatos só de trabalhadores rurais. A maioria deles só tem a sede e a diretoria pelega, que engana o pessoal da roça. Além dos sindicatos, tem as federações, como a FETAEMG e a Confederação (CONTAG), tudo ligado ao esquema do governo. Mas apesar da intervenção do governo, muitos sindicatos são fortes e combativos. Esses

sindicatos estão presentes na CUT, lutando pelos direitos do pessoal da roça e pela Reforma Agrária (*Levanta Camponês*, 1988. p. 17).

Através de várias imagens, busca-se ilustrar essa postura sindical que militantes da CUT - com apoio da CPT - queriam superar. Essas ilustrações se referem às formas de se organizar os sindicatos no período, que, segundo eles, não atendiam as verdadeiras necessidades dos trabalhadores rurais.

Assim como as cartilhas anteriores - que circularam nos vales do Jequitinhonha e Mucuri - essa cartilha do Vale do Rio Doce também afirmava que a reforma agrária era a principal meta dos sindicatos, o que era um dos diferenciais da perspectiva da CUT em relação à FETAEMG.

A disputa pela renovação sindical no final da década de 1980 foi retratada também no *Jornal Sem Terra* por ocasião das eleições no município de Poté⁷⁸, centro das articulações iniciais do MST para ocupações em Minas Gerais. Fernandes (1999) afirma que:

No início do primeiro semestre de 1987, foi realizada uma assembleia municipal do MST, em Poté, com a participação de aproximadamente trezentos trabalhadores. Em abril, organizaram um encontro regional em Teófilo Otoni, onde deliberaram pela ocupação de terra para fazerem avançar a luta. Também decidiram se mobilizar para as eleições da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, apoiando a chapa articulada pela Central Única dos Trabalhadores (FERNANDES, 1999, p.126).

Como demonstra a matéria, a tensão, marcada pelas denúncias de repressão e irregularidades, deu o tom dessas eleições. O MST chegou à região envolto em intensas disputas sindicais. A chapa 1, da situação, saiu vitoriosa. Cerca de dois meses depois, Paulo⁷⁹, um dos membros da chapa 2, foi uma das principais lideranças do MST na ocupação de Aruega e nas subsequentes. Apesar desse confronto inicial, ele afirma que esses conflitos foram superados:

Arnaldo: Teve cargo no Sindicato?

Paulo: Não tinha. A gente era associado. Teve um período, acho que 87, que a gente em discordância com a diretoria, chegou a organizar uma oposição. Meio de última hora, desorganizado. E com 30 dias de antecedência da eleição. Quase ganhamos! Por muito pouco a gente não ganhava. Mas foi um caso ocasional, depois a gente voltou a trabalhar, sem grandes problemas (Paulo, entrevista ao autor, 19/03/2011, grifos nossos).

Em fevereiro de 1988 foi realizada a primeira ocupação de terra com proeminência do MST em Minas Gerais, no município de Novo Cruzeiro (Vale do Jequitinhonha), com a participação de cerca de 400 famílias da região. Como será melhor discutido adiante, essa mobilização deu origem ao Assentamento Aruega e impulsionou uma série de movimentações que transformaram o cenário de luta pela terra na região (ZANGELMI, 20007), tendo a *forma*

⁷⁸ Essa reportagem, de janeiro de 1988, traz acusações de irregularidades no processo eleitoral do STR de Poté - como falsificação de documentos - e algumas das pautas da chapa de oposição, como, por exemplo, a "Reforma Agrária Já". Chama atenção o recorrente insulto de "pelego" contra os membros de situação e da FETAEMG de forma geral.

⁷⁹ Paulo foi pertencente ao primeiro grupo de militantes do MST formado em Minas Gerais, sendo, dentre esses pioneiros, o que permaneceu mais tempo como liderança do Movimento, atuando intensamente até 2008.

acampamento (SIGAUD, 2000) como um de seus principais eixos de mobilização e interlocução com o poder público.

A ocupação de Aruega se deu com base em certas mobilizações que já vinham ocorrendo, mas também em oposição a outras práticas e concepções organizativas que não priorizavam a luta pela terra no estado. Ela deu forte impulso para a generalização das ocupações massivas de terra em Minas Gerais, processo que se consolidou inicialmente no Nordeste de Minas Gerais (ZANGELMI, 2007).

Por outro lado, atores adversários também vinham se organizando em várias regiões de Minas Gerais, buscando frear o processo de ocupações, um elemento fundamental para a compreensão dessa *figuração* (ELIAS & SCOTSON, 2000). A percepção dos fazendeiros como adversários era um fator de equilíbrio, que, em certos momentos, unificava as ações de alguns grupos em disputa pela representação dos trabalhadores rurais.

Dentre a documentação disponibilizada pela CPT/MG, quero destacar uma encadernação com vários documentos que tratam da organização da União Democrática Ruralista (UDR) em Minas Gerais, como notas, transcrições de notícias de vários Jornais, documentos oficiais da organização, comunicados etc.. Esse material permitiu conhecer melhor as estratégias desse grupo e seu papel na teia de relações que buscamos compreender.

No que se refere ao Vale do Rio Doce, encontramos um convite (dirigido a fazendeiros) para uma reunião - a realizar-se no dia 05/10/1986 no Parque de exposições de Governador Valadares - visando fundar a UDR na região, para “defender a classe rural”. Entre as autoridades que participariam do evento, destaca-se a presença de Ronaldo Caiado (Presidente da UDR Nacional), Udelson Franco (Presidente UDR Regional Triângulo Mineiro), Clemente Teles Neto (Presidente UDR Regional Norte de Minas) e Silvio Dias Costa (Presidente da UDR Regional Vale do Rio Doce).

Noutros documentos, consta a data de instalação da UDR em Teófilo Otoni, novembro de 1986, sendo Dalberto Joaquim de Amorim Júnior o presidente dessa regional. Essas informações indicam como, na segunda metade da década de 1980, intensificou-se a busca pela organização do patronato rural em Minas Gerais, buscando constituir unidade nas suas ações, principalmente diante do crescimento da luta pela reforma agrária no estado.

Também chama atenção a mobilização da UDR na região da Zona da Mata Mineira, principalmente em ligação com Universidade Federal de Viçosa (UFV) Vários professores e autoridades proferiram palestras na posse da diretoria da UDR, em julho de 1988. A *Carta de Viçosa*, de 20 de julho de 1988, documento produzido por ocasião dessas discussões, traz algumas informações interessantes.

Primeiramente, o documento descreve as supostas boas relações tradicionais entre patrões e empregados, sua proximidade e afetividade:

E neste estreitamento afetivo, tonificava-se o bem-estar dos ruralistas, patrões e empregados que se confundiam em um tratamento dos mais amistosos, fazendo-se compadres e companheiros inseparáveis, confundindo-se numa só família, em uma sequência natural, onde a boa colheita dos fazendeiros, traduzia-se em fartura e alegria para todos os que trabalhavam (*Carta de Viçosa*, 1988, p. 1).

Mais adiante, o documento argumenta que essa relação supostamente harmoniosa foi destruída pelo avanço da legislação trabalhista para o meio rural, deixando o patrão “amedrontado e desmoralizado” por não poder cumprir tais exigências.

Nessa documentação encontramos também notas da CUT, CPT e MST, nas quais são denunciadas as relações entre o governo Newton Cardoso e a UDR, destacando como esse governo era mais permeável às demandas dos ruralistas do que dos trabalhadores rurais, reprimidos com violência. Assim, em forma de dossiê, são denunciadas relações políticas entre a UDR e o Governador, que estavam ligadas às alianças eleitorais e indicação para cargos-chave nos governos estadual e municipais.

Essas articulações estão presentes também nas eleições para o Governo Federal. Várias matérias transcritas se referem ao lançamento da candidatura de Ronaldo Caiado à presidência da República, marcado para o dia 17/03/89, em Uberlândia. A escolha do Triângulo Mineiro para esse evento é muito representativa, pois demonstra a força que a UDR tinha nessa região.

Numa das notas se afirma que foi “uma festa estilo cowboy, com cantores sertanejos e repentistas, desfile de cavalos, etc.”. Segundo dados da UDR, participaram 50 mil pessoas, mesmo com chuva. Alguns grupos contrários à candidatura – como CPT, CUT, PT, PCB, sindicatos - protestaram e divulgaram panfletos intitulados *Fora Caiado, Uberlândia não é seu curral!*, denunciando o “caráter antipopular e fascista da candidatura”⁸⁰.

No que se refere ao Nordeste Mineiro, encontramos uma nota de dezembro de 1987 - intitulada *A UDR ataca na nossa região* – produzida por um Comitê Popular, formado por vários sindicatos de trabalhadores e outras organizações de Teófilo Otoni e região. Nesse documento eles relatam como a UDR vinha armando fazendeiros para resistirem às ocupações de terra na região, realizando leilões e criando um clima de insegurança crescente.

Também foram encontrados indícios de promessas de doação de lotes pela UDR (Figura 11) no final de 1988, em Nanuque (Vale do Mucuri), visando compra de votos e apoio político, em vista das eleições municipais. Essa articulação, que envolveu a UDR, o Prefeito, o candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Governador do Estado - também do PMDB - foi denunciada e retratada por vários jornais mineiros na época.

⁸⁰ Nesse panfleto (Figura C, em anexo) - no qual a UDR é chamada de “união dos ditadores rurais” - são denunciados os assassinatos cometidos por essa organização e sua atuação contra a reforma agrária e o trabalhador rural. Em seguida, salienta que Ronaldo Caiado e o Prefeito Virgílio Galassi fazem parte dessa organização.



Autor desconhecido. *Estado de Minas*. 4/12/1988. 1 fot. Documentação da CPT/MG

Figura 11: Placa sobre doação de lotes pela UDR

Várias matérias salientam também as denúncias de sindicalistas e religiosos em relação às ameaças e assassinatos realizados a mando de membros da UDR nos vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce. Essa organização valeu-se tanto de ações violentas como essas quanto tentativas de convencimento da população, visando a formação de uma boa imagem e influência eleitoral. Como apontou Novaes (1994), certos grupos desenvolvem ações de mediação no sentido da manutenção das relações de poder, o que foi um dos objetivos dessa organização, que buscou tanto gerar um clima de medo – muitas vezes valendo-se das lembranças sobre o regime civil-militar – quanto expectativa de distribuição de terras por outros caminhos, que não através das ocupações de terra. Essas foram algumas das estratégias desse grupo, cuja reflexão retomaremos mais adiante, quando trataremos mais propriamente das ocupações de terra objeto desse estudo.

Diante das informações e reflexões colocadas nesse capítulo e no anterior, são possíveis algumas considerações sobre o processo de luta pela terra em Minas Gerais. O processo de modernização do meio rural e expropriação da terra nos anos de 1940 e 1950 – aliado à crescente atuação de militantes de movimentos, organizações e partidos políticos na organização de trabalhadores rurais – deu impulso fundamental para a sindicalização em Minas Gerais.

Parte significativa dessas lutas se concentrou no Nordeste Mineiro, região que constituiu uma longa tradição de mobilização e enfrentamento, com forte atuação de

movimentos sindicais, setores progressistas da Igreja Católica e, mais recentemente, de militantes do MST, entre vários outros atores.

Esses processos, como salientado anteriormente, estiveram envoltos em tensões e disputas pelo direcionamento das ações, constituindo-se um quadro complexo no qual diversas forças estiveram presentes e influíram, em muitas contextos em sentidos distintos. Apesar das diferenças entre as várias perspectivas, o movimento sindical conseguiu adquirir certa unidade, força e visibilidade nas décadas de 1950 e 1960, principalmente. Essa força crescente - assim como um exacerbado temor em relação ao comunismo - gerou fortes reações que, em grande medida, impulsionaram o golpe de 1964.

Durante o regime civil-militar, houve grande repressão, dispersão e enfraquecimento das lutas, sendo pouco conhecidas as formas de mobilização remanescentes - tanto pelas mudanças drásticas nas estratégias de resistência - de caráter mais indireto nesse período - quanto pela dificuldade em dispor de documentação e depoimentos de atores que passaram por situações traumáticas de perseguição, cujo receio em explicitar suas lutas secretas muitas vezes perdura até hoje.

No período de redemocratização política do Brasil, essas lutas afloraram e se intensificaram, alimentando-se do surgimento de novos atores e estratégias, havendo a crescente renovação sindical e legitimação das ocupações de terra enquanto mecanismos de interlocução com o Estado.

Diante dessas reflexões, é sugestiva a ideia de que os processos de mobilização de luta pela terra em Minas Gerais estejam relacionados a experiências de enfrentamento - por meio de memórias e tradições rearticuladas ao longo do tempo por ações de *mediação* (NEVES, 2008) - em alguns dos diversos contextos de mobilização analisados.

Desse ponto de vista, pode ficar mais inteligível como numa mesma região, o Nordeste Mineiro, tenham ocorrido algumas das principais mobilizações do estado, com forte participação desde o movimento sindical inicial, passando pela ação contínua de setores progressistas da Igreja Católica, até essa região se configurar como porta de entrada para as ocupações de terra massivas, com a proeminência do MST.

Assim, acredito que essa aparente coincidência pode revelar a continuidade de processos de luta que, ao longo do tempo, foram sendo rearticulados de acordo com as experiências anteriores e novas demandas políticas em ascensão. Essas mobilizações confluíram para o amadurecimento de novas concepções e estratégias, das quais as ocupações de terra adquiriram caráter central.

CAPÍTULO III - EMERGÊNCIA DAS NOVAS MOBILIZAÇÕES: ABRINDO CAMINHOS PARA AS OCUPAÇÕES DE TERRA

Nesse capítulo são discutidas as articulações que estão na origem das ocupações de terra no Nordeste Mineiro, a partir de meados da década de 1980. Pretendemos demonstrar como essas ocupações se tornaram possíveis com base nas mobilizações que já existiam, nas quais alguns atores (como CPT, CUT, PT, STRs etc.) abriram caminhos para a entrada do MST em Minas Gerais. Nesse sentido, tratamos da inserção de militantes sulistas do MST, realizando algumas mobilizações e a formação dos primeiros quadros desse movimento em Minas Gerais. Serão analisados também os primeiros trabalhos de base que deram origem à ocupação da Fazenda Aruega (Novo Cruzeiro/MG), situação marcada por conflitos intensos que ganharam destaque no cenário mais amplo da luta pela terra no estado, tornando-se um ponto de referência para as mobilizações que se seguiram.

Nessa análise, discutiremos algumas ações de mediação dessas mobilizações iniciais, atentando especialmente para as articulações entre elementos religiosos e políticos, a criação de um sentimento de união e força entre os trabalhadores rurais, assim como a articulação das mobilizações com causas mais amplas e com o âmbito institucional.

3.1- Intensificação das mobilizações num contexto adverso

Os acontecimentos discutidos adiante ocorreram num contexto que merece atenção. A bandeira pela reforma agrária em Minas Gerais teve forte impulso com a eleição de Tancredo Neves como governador em 1982. No entanto, na segunda metade da década de 1980, existiam fortes entraves políticos, em grande medida pela pouca permeabilidade dos governos de Hélio Garcia (1984-1987, 1991-1995) e Newton Cardoso (1987- 1991) em relação ao assunto e pela conjuntura nacional desfavorável.

Com o enfraquecimento do regime civil-militar, o governo eleito em 1982 foi relativamente heterogêneo, incorporando - mesmo que com menor poder - também setores que buscavam uma maior participação e atendimento às demandas populares:

A vitória do PMDB em 1982 para o governo do estado (gestão Tancredo Neves/Hélio Garcia) aglutinou diversos setores oposicionistas, sendo que a área social foi entregue a setores progressistas, e a área econômica aos setores conservadores. Porém, na disputa interna pelo controle do governo, estes últimos mantiveram a hegemonia (MENEZES NETO, 1996, p. 158).

Esse espaço participativo que vinha se construindo e que incorporava várias demandas populares é fechado na segunda metade dos anos de 1980, diante do maior direcionamento das políticas para a modernização produtiva em vários setores da economia mineira, inclusive no que se refere ao meio rural:

No campo, a problemática da reforma agrária e do pequeno produtor é minimizada por novas análises, que contemplam o avanço produtivo, gerado pela modernização das relações de produção no campo como consequência das aplicações tecnológicas no setor, como o novo paradigma rural. Esta reestruturação do capitalismo será um fator fundamental de desmobilização das demandas populares (MENEZES NETO, 1996, p. 159).

No final da década de 1980 e início dos anos de 1990, enquanto no âmbito federal se delineava a hegemonia do modelo neoliberal (com Collor e, em seguida Itamar e FHC), Minas Gerais tinha contornos específicos com o Governo Newton Cardoso - PMDB (1987/91), momento no qual o estado passou por um forte processo de enfraquecimento no que se refere ao planejamento (MENEZES NETO, 1996)⁸¹.

Nesse governo, as expectativas de maior participação popular na gestão pública, em ascensão desde a eleição de Tancredo Neves, foram fortemente frustradas. Houve um grande fechamento no diálogo do governo com os movimentos sociais, o que em certa medida se refletiu na violência policial contra as ocupações de Sapezinho e Bela vista.

Como demonstrado anteriormente, eram frequentes as denúncias realizadas por integrantes de organizações e movimentos sociais - como MST, CUT e CPT – apontando as relações entre o governador Newton Cardoso e a ações da UDR, principalmente no que se refere às alianças eleitorais e preenchimento de cargos estratégicos no governo do estado e municípios, visando privilegiar os grandes proprietários rurais. A denúncia de compra de votos e doação de lotes em Nanuque representa bem as críticas em torno desse governo, recorrentemente interligado a UDR em várias matérias compiladas pela CPT.

De 1991 em diante - com o segundo governo de Hélio Garcia, do Partido da Renovação Social (PRS) (1991-94) e o governo de Eduardo Azeredo, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (1995/98) - o modelo neoliberal foi paulatinamente ganhando espaço, sendo voltado para a abertura econômica ao mercado externo, incentivando grandes empreendimentos agroindustriais privados e mantendo a reforma agrária numa posição marginal. Apesar de um menor alinhamento em relação às oligarquias rurais mineiras - quando comparado ao governo precedente - esse projeto de abertura econômica não passava por uma transformação na estrutura agrária.

Assim, no período no qual as principais mobilizações aqui discutidas ocorreram, percebe-se que os vários governos de Minas Gerais - por diversos motivos - não incorporaram a reforma agrária como uma de suas políticas, muitas vezes reprimindo violentamente as ocupações de terra, processo análogo ao ocorrido por todo o Brasil.

A conjuntura no âmbito federal também era desfavorável. Depois do Governo Sarney (1985-90), no qual a reforma agrária se configurou numa promessa não cumprida, o Governo Collor (1990-1992) - fortemente associado ao poder dos latifundiários - destacou-se como período de maior repressão, criminalização e violência contra os movimentos sociais, momento no qual, como vimos, o processo de mobilização aqui discutido teve suas maiores dificuldades. O Governo Collor marcou o início de uma forte tendência neoliberal - com abertura comercial e financeira à produção e capital estrangeiros e uma intensa reestruturação produtiva - que acarretou índices elevados de desemprego, o que, em certa medida, também dificultou as mobilizações de movimentos de trabalhadores. Os recursos para assentamentos e agricultura familiar foram restritos. Houve também uma série de prisões de lideranças do MST em várias regiões, como, por exemplo, nos casos das mobilizações do Nordeste e Noroeste de Minas Gerais analisados nesse estudo. A vigilância sobre os movimentos de luta pela terra foi intensa, principalmente em relação ao MST, tendo a Polícia Federal invadido várias de suas secretarias e apreendido documentação.

O Ministério da Agricultura e Reforma Agrária foi assumido por Antônio Cabrera Mano Filho - grande proprietário rural - em abril de 1990. Uma das iniciativas desse ministro

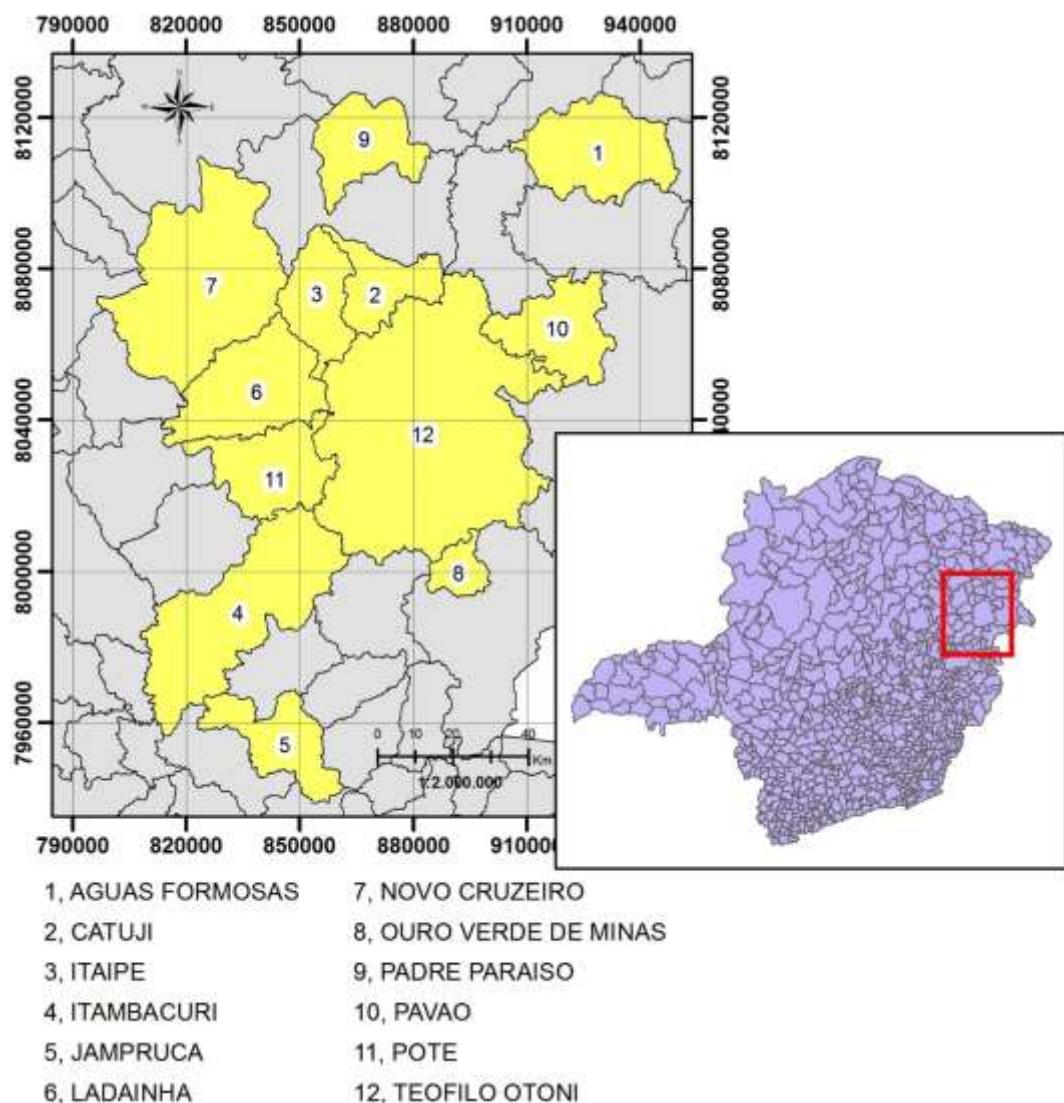
⁸¹ Algumas análises apontam que essa falta de planejamento estava associada à concentração das ações governamentais no favorecimento de interesses particulares, em face da política pessoalista e clientelística de Newton Cardoso (MENEZES NETO, 1996).

foi assumidamente evitar a todo custo desapropriar fazendas em áreas de conflito, em clara tentativa de abater as mobilizações de luta pela terra. Essa postura foi de encontro as formas de interação com o poder público que o MST vinha constituindo, nas quais as ocupações de terra eram os principais mecanismos para apontar áreas a serem desapropriadas. Dessa forma, essa ação foi um forte golpe nas relações de *interdependência* entre Estado, movimento e trabalhadores rurais, que tinham na *forma acampamento* (SIGAUD, 2000) seu principal ponto de apoio. Nesse quadro, como salientado anteriormente, o lapso legal criado pela Constituição de 1988 também teve um peso significativo, pois diante da ausência de regulamentação sobre os dispositivos constitucionais para as desapropriações, as ocupações foram inibidas (FERREIRA, ALVES & CARVALHO FILHO, 2009). Diante dessas informações, podemos compreender melhor porque as mobilizações aqui discutidas foram marcadas pela repressão violenta e indefinição entre os anos de 1988 e 1993.

A partir de 1993, o novo Governo Federal se mostra mais permeável ao diálogo com os movimentos sociais, tentando trazer a reforma agrária para o controle do Estado. O Presidente Itamar Franco recebeu coordenadores do MST para negociação e, diante das reivindicações desse movimento, vetou vários artigos da Lei 8.629/93. A referida lei, ao regulamentar as desapropriações, também deu impulso relevante para o fortalecimento das mobilizações de luta pela terra. As ocupações e assentamentos aumentaram em todo o Brasil, inclusive em Minas Gerais, onde o processo aqui tratado começou a ganhar novos contornos com o direcionamento das ocupações para o Vale do Rio Doce.

Apesar das dificuldades políticas que marcaram o período das primeiras mobilizações, as ocupações contaram com um significativo número de movimentos, organizações e famílias de trabalhadores rurais organizadas, dando origem a um processo de enfrentamento marcante para a luta pela terra no estado.

Os trabalhadores rurais mobilizados nos vales do Jequitinhonha e Mucuri em meados da década de 1980 eram provenientes de pequenas comunidades rurais de vários municípios da região (Ver Figura 12). Em sua maioria, eram agregados, meeiros, posseiros, assalariados e proprietários de terras pequenas, isoladas e desgastadas, insuficientes diante do crescimento da família.



Fonte: IBGE, 2010

Figura 12: Principais municípios nos quais houve trabalho de base para as ocupações iniciais⁸²

Trabalhavam principalmente na agricultura de arroz, feijão, mandioca, milho, café e cana, produtos voltados principalmente para subsistência, tendo pouco excedente para ser vendido nos mercados locais. Alguns relataram que trabalhavam com garimpo e poucas cabeças de gado, mas são raros esses casos. Vários deles também experimentaram trabalho fora do campo, como caminhoneiro, pedreiro, comerciante etc. - alternando essas atividades com o trabalho agrícola. Alguns desses trabalhadores relataram que tiveram experiências de migrações frustradas, principalmente para São Paulo, retornando alguns anos depois. Esses casos também não são maioria.

Como buscamos demonstrar no início do capítulo I, com base principalmente no trabalho de Ribeiro (1996), prevalecia nessa região um anseio pela “comunidade”, um

⁸² Os mapas disponibilizados nessa tese foram produzidos com base nos depoimentos e documentação consultada.

saudosismo pela relação tradicional de obediência/proteção entre fazendeiro e agregados - desestruturada ao longo das décadas anteriores - trazendo dificuldades para se integrarem na sociedade moderna.

As relações entre essas famílias mobilizadas e os fazendeiros da região já estavam diluídas, algumas vezes em razão dos latifúndios terem sido vendidos para outros donos, outras pelos antigos fazendeiros terem modificado suas relações com os trabalhadores rurais, principalmente buscando sua proletarização.

Diante desse sentimento de desamparo, muitos trabalhadores vinham buscando enraizamento através da organização de suas comunidades em torno de sindicatos e paróquias. Geralmente eram católicos, muito participantes na vida religiosa de suas comunidades, alguns se tornando lideranças locais das CEBs, que atuavam fortemente na região.

As ocupações no Nordeste Mineiro foram realizadas pela ação conjunta de integrantes de sindicatos de trabalhadores rurais, do PT, líderes comunitários, religiosos progressistas da Igreja Católica em Minas Gerais e integrantes do MST locais e do sul do País⁸³. Como vários depoimentos demonstraram, as atividades organizativas anteriores foram fundamentais para as novas mobilizações:

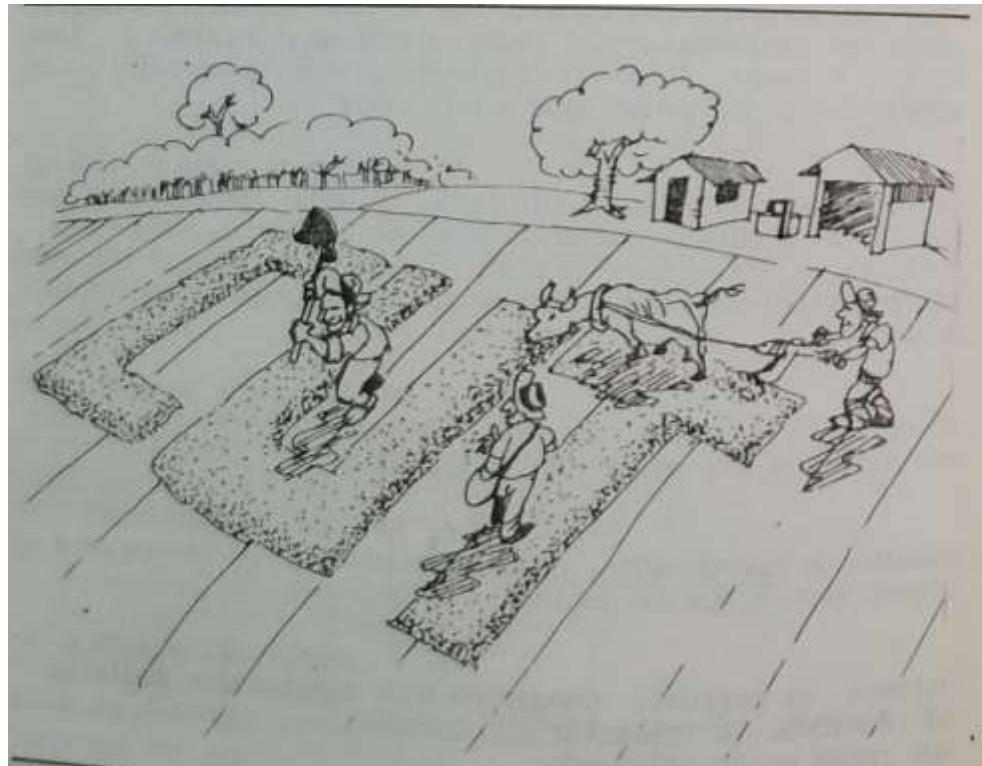
Nós éramos sindicalizados. (...) Sempre também dava essa **visão pra Reforma Agrária**, pra cada um ter seu pedacinho de chão. Ai nós unidos no sindicato e nas igrejas, nós nunca passamos dessas coisas, ai **até que enfim** chegou o Movimento dos Sem-Terra veio do Rio Grande do Sul (...), de Santa Catarina (Francisco, entrevista ao autor, 8/07/2005, grifos nossos).

O relato de Francisco, assentado em Aruega que teve intensa participação em todo o processo de mobilização e conquista da terra, demonstra o clima de otimismo vivido com a chegada de militantes do MST na região. Ele participou de grupos organizados por membros da Igreja Católica e sindicatos desde o início da década de 1980 e foi uma liderança local nas mobilizações, tendo grande influência nas comunidades, contribuindo para que as novas ideias fossem assimiladas e para a legitimação das novas lideranças e práticas que estavam sendo propostas.

Vários depoimentos como esse demonstram como a organização em sindicatos e nas igrejas trouxe uma perspectiva crítica sobre a situação em que esses trabalhadores rurais viviam, colocando a reforma agrária no seu horizonte. Assim, desde meados da década de 1980, a CPT e alguns sindicatos - principalmente da CUT - cogitavam a vinda de militantes do MST de outras regiões para contribuir para o início do Movimento em Minas Gerais.

As aproximações entre os sindicalistas da CUT e os militantes do MST são evidentes em vários documentos. A CUT incentivou o processo organizativo direcionado para as ocupações de terra, o que contribuiu para a conformação do MST em Minas Gerais. Por outro lado, o MST, nos seus momentos iniciais, incentivou a filiação sindical à CUT, como se pode perceber em seu material (Figura 13)

⁸³ Lerrer (2008), discutindo a trajetória de mediadores sulistas do MST, demonstra como suas migrações para o Nordeste e outras regiões foram fundamentais para a nacionalização do Movimento.



Autor desconhecido. *Caderno de formação do MST* nº 1, 1986, p. 10. Documentação do CEDEFES

Figura 13: CUT e MST

Ao longo da década de 1980, a CUT teve expressiva representatividade do setor rural em seus quadros, o que influiu fortemente na construção de suas demandas, como, por exemplo, na sua busca por uma reforma agrária ampla, massiva e sob o controle dos trabalhadores rurais, em convergência com as proposições do MST.

Essa aliança tinha na Comissão Pastoral da Terra uma de suas principais forças. Na cartilha *O Regador* da CPT (Araçuaí/Minas Gerais), datada de 1984, encontram-se indícios de que essa organização já almejava trazer as experiências do MST no Sul do Brasil para Minas Gerais. Numa sessão intitulada *Movimento dos Sem Terra* são descritos os “tipos de lutas que tem dado certo”:

- a) Acampamento
- b) Ocupação – mas tem que ser bem feita, se é mal organizada e mal escolhida a área, não dá certo.
- c) Os arrendatários meeiros, etc. resistir em cima da terra, de maneira bem organizada.
- d) Lutar por um sindicato autêntico, para ajudar na luta pela terra (*O Regador*, CPT, p. 17).

Numa cartilha produzida pela CPT de Minas Gerais - intitulada *Terra não se ganha, se conquista: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, que provavelmente circulou em Minas Gerais na década de 1980⁸⁴ - encontramos algumas informações interessantes sobre os

⁸⁴ Apesar da cartilha não ser datada, algumas referências de seu texto indicam que foi produzida em meados da década de 1980.

caminhos almejados pelo MST no seu processo de nacionalização e como a CPT/MG recebia essas ideias. Esse material é uma compilação de documentos produzidos pelo MST e CPT do Sul do Brasil. Entre eles, constam fotos de ocupações, conclusões do Encontro de Cascavel (1984), comunicados da CNBB etc. Fica evidente a iniciativa da CPT de Minas Gerais em trazer para os trabalhadores rurais do estado informações sobre as mobilizações noutras regiões e os apoios que estavam recebendo, principalmente de membros da Igreja Católica.

A indicação das ocupações como objetivo mais direto é bem clara também, tendo a cartilha várias informações sobre sua concretização: quais as terras passíveis de serem desapropriadas, os caminhos mais adequados e as justificativas para essas ações, muitas delas com embasamento bíblico.

Diante dessa expectativa, a chegada desses militantes foi considerada um marco para a luta desses trabalhadores, por alçar suas ações num outro nível, que possibilitou as ocupações de terra e maior acesso às políticas públicas. Como vimos no depoimento de Francisco, citado acima - pela expressão “até que enfim” – essas aguardadas novas possibilidades de mobilização na região passaram, em grande medida, pela inserção desses novos atores.

Em meados da década de 1980, os militantes do Sul passaram a articular ações de ocupação de terra na região através da vinda periódica para reuniões, assembleias e convites para eventos⁸⁵. Leigos ligados à CPT, principalmente do município de Poté (Vale do Mucuri), passaram a receber - por meio desses militantes do MST e da própria CPT - material escrito, filmagens, conversar com lideranças, enfim, conhecer e expor as práticas e pensamentos do MST.

Como apontado anteriormente, grande parte das iniciativas desses encontros adveio da atuação do Padre Jerônimo Nunes, coordenador da CPT na época, que atuou em Poté nas décadas de 1970 a 1990 e incentivou a entrada de leigos para o MST, sendo um dos primeiros canais de constituição de equipes locais. Paulo - um jovem trabalhador rural da Poté, que participava das CEBs - narrou os primeiros momentos dessas mudanças, demonstrando como entrou nas mobilizações:

Ai voltei de lá (São Paulo), ingressei no movimento religioso. A Igreja tava naquele período em ascensão das Comunidades Eclesiais de Base. E a partir desse meu ingresso na Igreja eu, uns dois anos eu fiquei **atuando na Igreja, ai eu conheci um pouco do Movimento (MST) a partir do pároco da minha cidade**, que era coordenador da Pastoral da Terra (Paulo, entrevista ao autor, 19/03/2011, grifos nossos).

Esses leigos tinham acumulado experiência na atuação junto ao Padre, em grupos de reflexão das CEBs - nos quais desenvolviam discussões sobre injustiças sociais, necessidade e legitimidade de acesso à terra, reforma agrária etc. - e dispunham de uma rede entre grupos comunitários ligados às paróquias em vários municípios da região.

A partir dos contatos estabelecidos entre Padre Jerônimo e integrantes do MST, esses leigos passaram a viajar para eventos, adquirir conhecimento sobre a ideologia e as ações do Movimento, sendo escolhidos para desenvolver as novas formas de mobilização do MST na região. Como narrou Paulo:

Aí ele (Padre Jerônimo) me mostrava os acampamentos, como é que era, e contava... Eu tomei conhecimento a partir disso. Ai ele acabou me

⁸⁵ Um dos principais eventos foi o I Congresso Nacional do MST (1985), em Curitiba, no qual alguns desses leigos ligados à CPT participaram, vindo futuramente a compor os quadros do Movimento em Minas Gerais.

incentivando a ingressar nesse Movimento. Eu lembro que ele comentava: “- **Você como sem-terra, seus pais moram em fazenda, então é uma boa você, um jovem muito interessado e tal, ingressar no Movimento**” De forma que eu fui um dos primeiros aqui no estado a ingressar no Movimento dos Sem-Terra. (...) Aí a partir desse grupo que a gente começou a discutir como a gente ia iniciar o Movimento no estado. Logo aconteceu o I Congresso do Movimento em Curitiba, em janeiro de 85. (...) **Então lá eles já vieram (do Congresso) com as diretrizes de como organizar o Movimento**, com os princípios, com os métodos... E nós então tocamos, nós mesmos aqui no estado, e a partir de 87 passamos a contar com a contribuição direta de outros estados (Paulo, entrevista ao autor, 19/03/2011, grifos nossos).

Dessa forma, os membros da CPT - em especial Padre Jerônimo - fizeram a conexão entre os militantes do MST do Sul do Brasil e esses trabalhadores rurais – sindicalistas, leigos ligados à CPT e líderes comunitários – que já vinham estimulando a organização dos trabalhadores em vários municípios dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e encontraram no MST uma nova oportunidade de militância.

Segundo Fernandes (2010), o período de 1985 a 1989 foi marcado pela consolidação do MST, quando o movimento conquistou uma estrutura organizativa mais sólida e expandiu suas ações para várias regiões do Brasil. Nesse contexto, ligar as mobilizações que emergiram no sul do Brasil com atores dos vários estados foi uma das principais estratégias para essa expansão.

O I Congresso Nacional do MST foi um momento fundamental para essas pessoas de Minas Gerais passarem a se sentir parte dessa organização, pois começaram a constituir relações mais concretas com lideranças de várias regiões, ganhando segurança para agir em vista das mobilizações que já vinham acontecendo há algum tempo, com relativo sucesso.

João Pequeno - outro jovem desse município, muito ligado à CPT - participou como representante de Minas Gerais nesse evento e foi um dos primeiros coordenadores estaduais do MST. Assim, as informações recebidas e contatos realizados deram base para a constituição das equipes de Minas Gerais, dos procedimentos a realizar, das diretrizes e ideologia do Movimento:

Lá (no encontro de Curitiba) era falado dos latifúndios que tinha, as terras que tinha devoluta, que os caras eram grileiros de terra, que a gente tinha que ver as terras públicas que tinha. (...) Aí foi falado isso aí, pra gente ter uma noção, porque a gente não sabia onde estavam essas terras. Aí que voltou e criou o Movimento (MST em Minas Gerais) (João Pequeno, entrevista ao autor, 22/10/2012).

Nessas viagens, essas pessoas também passaram a participar de ações concretas de manifestação, mobilização e organização - visitando acampamentos, ocupando prédios públicos etc. - momentos que colocavam em evidência novos conhecimentos e valores, que muitas vezes surpreenderam os delegados de Minas Gerais.

A gente foi pra um lugar lá (em Curitiba) pra ter os debates, pra depois ir para o palácio do Governo. **Ah, esse povo do Rio Grande do Sul não respeita nada não! Você tá é doido!** A gente achava que tinha gente agitada aqui, você tem que ver é lá! Eles encheram de sanfona e aquelas bandeirinhas de sem-terra... Chegou lá na mesa do doutorão lá (risos), entrou

lá, tirou o tapete (vermelho). “**Isso aqui é nosso, é nós que paga**”. Aí a gente acabou sabendo que era nós que pagava aquela merda lá (risos) (João Pequeno, entrevista ao autor, 22/10/2012, grifos nossos).

Chama atenção as descobertas que esses militantes de Minas Gerais fizeram nessas situações, como quando o entrevistado afirma que “acabou sabendo” que o local ocupado se tratava de um bem público, que pertencia à coletividade, também redimensionando sua perspectiva sobre a autoridade do “doutorão”. Dessa forma, tiveram conhecimento sobre as formas de interação do MST com o Estado, buscando exercer pressão, como parte das relações de interdependência assinaladas por Sigaud (2000).

Era muito presente também a percepção de atraso de Minas Gerais em relação aos outros estados na nacionalização do MST, ou seja, era necessário, para essas novas lideranças, desencadear ocupações o quanto antes. Havia um clima de que em Minas Gerais não existia tanta coragem quanto em estados como Rio Grande do Sul, Espírito Santo etc., comparação mexia com o brio desses militantes, os impulsionando a realizarem as ocupações.

Estefani foi a primeira mulher a se tornar liderança do MST entre esses jovens de Minas Gerais. Com uma trajetória de engajamento similar à de João Pequeno e Paulo, ela ingressou nas mobilizações por intermédio de Padre Jerônimo, tornando-se umas das mais importantes lideranças nas primeiras ocupações. Segundo ela:

Inclusive, no Espírito Santo, na época bombou. **Enquanto nós ocupávamos uma terrinha aqui, no Espírito Santo ocupava seis, dez...** Tinha muita liderança, muito povo com coragem. **Aqui foi devagar.** Até que João Pedro Stédile falava assim: “**Minas Gerais precisa sair a bunda do banco**” (risos) Foi bem devagar, porque, além da dificuldade financeira que nós tínhamos, também tinha a repressão. Nós tínhamos muito medo, eu fui ameaçada várias vezes, a gente não podia sair sozinha (Estefani, entrevista ao autor, 22/10/2012, grifos nossos).

Como se pôde ver numa reportagem do *Jornal Sem Terra* já mencionada - de setembro de 1985, intitulada *Começam as Ocupações* - esse tom de atraso está evidente. Afirma-se que os sem terra de Minas Gerais “romperam o silêncio”, dando a entender que essas ações já estavam maduras, em condições de serem realizadas, faltando iniciativa para sua concretização.

Paulo, João Pequeno e Estefani foram os primeiros integrantes do MST em Minas Gerais e passaram a mobilizar comunidades na região visando organizar a primeira ocupação de terra ligada ao Movimento no estado, valendo-se da estrutura organizacional e legitimidade moral de paróquias de vários municípios nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Paulo narrou como foram montando “núcleos de sem-terra” em várias comunidades e, a partir deles, expandindo a organização na região:

Aí a gente começou a construir esse movimento nas comunidades, ia **de comunidade em comunidade, e criava os grupos, chamados núcleos de sem-terra na época**. A partir desses grupos constituiu uma comissão municipal, depois então que a gente começou a organizar em termos de região. Eu lembro que ainda em 85 nós fizemos um grande encontro na região, apoiados pela igreja, a Comissão Pastoral Rural da época, lá de Teófilo Otoni. Aí que a gente começou a expandir para esses municípios (...) Ouro Verde, Águas Formosas, Padre Paraíso.... Aí gente expandiu aquela região. A constituição do Movimento se deu então a partir daí, Poté e região

Jequitinhonha e Mucuri (Paulo, entrevista ao autor, 19/03/2011, grifos nossos).

O depoimento acima, entre outros, mostra como essas movimentações foram se expandindo a partir de pequenas comunidades, cujo centro era Poté, e mobilizando vários pequenos municípios, o que ocasionou a grande variedade de origens entre os acampados nas primeiras ocupações (ZANGELMI, 2007).

O fluxo das mobilizações nesse processo foi possível, em grande medida, pela articulação a partir dos laços sociais prévios. Vários estudos, de diferentes formas, têm apontado a importância das redes de relações sociais - de amizade, parentesco, vizinhança etc. - para a adesão e permanência de trabalhadores rurais nas ações de luta pela terra (SIGAUD, 2000; MARTINS, 2003; LOPES, 2002; LOERA, 2006). Assim, é indicado como as relações de sociabilidade, reciprocidade e confiança foram fundamentais na formação e desenvolvimento de acampamentos e assentamentos em vários contextos.

Loera (2006) discute parte das condições que contribuem para a reprodução de ocupações de terra - processos marcados pelas relações de interdependência entre acampados, assentados e militantes do MST. As relações de reciprocidade entre trabalhadores rurais e destes para com os militantes do MST - estabelecendo um compromisso de continuar contribuindo na luta - são por ela apontados como elementos chave para a continuidade e sucesso nos processos de mobilização.

A autora demonstra o papel significativo das famílias previamente mobilizadas para a realização de novos trabalhos de base, realizando o *convite* para que outras famílias formem as novas mobilizações. Segundo Loera:

Essa lógica de *obrigações e compromissos* permite-nos entender então a lógica das ocupações. Atores que cumprem certas *obrigações e compromissos* mobilizam outros atores, conectados entre si. Assim, a “territorialização da luta” adquire uma forma, como se fosse uma grande espiral. Um assentamento sempre está conectado com um acampamento e, por sua vez, um acampamento sempre terá um vínculo com outro, em formação ou já formado. Sem dúvida nenhuma, essa forma se torna um elemento inovador na luta pela terra no Brasil e, especificamente, da ocupação de terra. E a ocupação de terra funciona como uma espécie de máquina de fazer sem-terra, de “territorializar a luta” (LOERA, 2006, p. 58).

Assim, as redes de relações - entre trabalhadores rurais e destes para com o MST - “são as condições sociais que fazem possível a espiral das ocupações de terra” (LOERA, 2006, p. 129).

Alguns depoimentos demonstram como essas relações de parentesco, vizinhança e amizade - muitas articuladas em torno de instituições como igreja, escola etc.- foram importantes para as primeiras ocupações de terra aqui tratadas. Essas relações foram fundamentais tanto para os militantes terem acesso aos trabalhadores rurais - sendo por eles ouvidos e levados em consideração - até o encorajamento para a ocupação, a resistência na terra e convites para novas famílias nos trabalhos de base na região. Fabrícia, liderança do MST, participou de todo o processo de mobilização discutido nessa tese, sendo assentada no Oziel Alves Pereira. Segundo ela:

Eu tomei conhecimento do Movimento através da Igreja. Eu tinha por volta dos 15 anos, com 16 que eu saí para ocupação. Através das CEBs, tinha um

padre que já fazia um trabalho, a gente frequentava. Era naquele período também das lutas sindicais, das oposições sindicais. **Aí eu tomei conhecimento da ocupação (de Aruega), pelos meus vizinhos, o pessoal da comunidade onde a gente morava. A minha irmã também, na época estava junto.** (...) Quando eu vi saindo (para a ocupação) **os meus vizinhos, colegas de escola, quando eu vi eles arrumando, preparando para ir, a gente estava sempre junto, não tive medo.** (...) E quando amanhecemos na terra (Fazenda Aruega), fui encontrando o pessoal... (...) A partir de Aruega eu também comecei a militar, a ir para as comunidades, **convidar outras famílias**, que tinha interesse em lutar pela terra, para somar na luta com a gente (Fabrícia, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Esse conjunto de relações baseadas na reciprocidade se transformou ao longo do processo aqui tratado, principalmente no que se refere aos desdobramentos das ocupações, momentos nos quais as relações entre os acampamentos e destes com os militantes do MST sofreram variações significativas. Como ficará mais evidente à frente, as relações de compromisso mútuo e confiança foram se modificando ao longo das diversas *figurações* (ELIAS & SCOTSON, 2000) que marcaram esse processo. Essas mudanças estão estreitamente relacionadas com as diversas ações de mediação, que buscaram constituir significações capazes de direcionar os esforços conjuntos num mesmo sentido.

No processo inicial de mobilização no Nordeste Mineiro, lideranças nacionais acompanharam e orientaram as mobilizações, vindo periodicamente para a região, o que estimulava cada vez mais essas novas lideranças a se organizarem. Assim, principalmente a partir de 1986, esses militantes de origem sulista – que atuavam em especial no Nordeste do Brasil – desenvolveram uma série de ações no Nordeste Mineiro, tendo como centro o município de Poté:

Eu me lembro do Jaime Amorim, de Santa Catarina. Hoje ele mora em Pernambuco. O Jaime ajudava em várias regiões, como naquela época o Movimento estava saindo do sul e expandindo pra região Sudeste... e também um pouco do Nordeste, **ficou morando na Bahia, em Itamarajuba, e acompanhava um pouco aqui. Mas eram várias pessoas que vinham contribuir, a partir de 86**, um pouco antes. O Jaime foi em 87, mas desde 86 eu lembro em Poté teve um rapaz chamado Adelar Pizetta, também Catarinense, que veio ajudar. Fizemos uma grande assembleia! Essa foi em 87, uma das assembleias mais bonitas que fizemos em Poté! Missa com o Sindicato, mais de 100 trabalhadores (Paulo, entrevista ao autor, 19/03/2011, grifos nossos).

Como buscamos demonstrar anteriormente, esse trabalho em Minas Gerais fazia parte da busca do MST pela sua nacionalização, expandindo suas metodologias de ação. Assim como ocorreu no Nordeste, em Minas Gerais esses militantes sulistas buscaram regiões nas quais existia certa tradição de mobilização e contatos prévios, especialmente com a CPT. O apoio de lideranças locais foi fundamental nesse processo.

O argumento de Lerrer (2008) de que esses primeiros militantes tinham uma percepção da militância como “devoção” e “espírito de serviço” à coletividade parece ter poder explicativo também sobre o caso de Minas Gerais, onde os valores missionários de parte da Igreja Católica também estavam muito presentes. Isso ficou evidente em algumas entrevistas que realizamos com os militantes mais antigos do MST de Minas Gerais, que contrastam – em tom de crítica – suas formas de ser liderança com a dos militantes mais

novos, salientando a *devoção* dos primeiros militantes e, muitas vezes, justificando-a em termos religiosos.

Os militantes sulistas que vieram para Minas Gerais, apesar de muitas vezes ficarem por períodos longos, não se fixaram na região. Permaneceram estabelecidos no Nordeste, vindo periodicamente para formar lideranças estaduais. A primeira menção a um curso mais sistemático e denso foi feita por Pacheco, liderança formada pouco depois de Estefani, Paulo e João Pequeno. Apesar de entrar na mobilização um pouco depois, já com o MST mineiro em processo de constituição, Pacheco também se tornou liderança de ponta no estado, participando das ocupações aqui discutidas e ganhando proeminência progressivamente, sendo inclusive destacado para realizar mobilizações noutras regiões de Minas Gerais. Segundo ele:

Através desse contato da Igreja a gente começou a participar de um **curso de monitores lá na Paraíba**. Aí eu larguei o serviço e fui fazer a capacitação. (...) O curso já era do Movimento dos Sem-Terra. Quem estava nessa região de Minas se juntou com o Nordeste e foi para lá. (...) Era um **contato ainda a nível de formação teórica** (a importância da terra, da reforma agrária), foi em 1987 (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Todo esse processo inicial de mobilização, anterior ao início das ocupações, levou vários anos - aproximadamente de 1985 a 1988 - sendo relativamente esporádico e recheado de incertezas sobre a possibilidade de realização das ocupações em Minas Gerais.

Gradualmente as discussões sobre a possibilidade de organizar ocupações de terra foram sendo introduzidas, tornando-se pontos de referência para a organização dos trabalhadores. Apesar do temor, principalmente por se tratar de uma ação quase desconhecida, Paulo salienta que o momento era propício - ascensão dos movimentos sociais no processo de redemocratização - e que as pessoas eram rapidamente encorajadas:

Arnaldo: Já falava em ocupação?

Paulo: Já falava, embora não publicamente. Nas reuniões mais internas, a gente falava. E toda essa mobilização era de convencimento, de esclarecimento, e de organização, encorajando eles a tomar essa deliberação.

Arnaldo: E os trabalhadores, naquela época, tinham muito temor, eram muito resistentes às ideias novas?

Paulo: Interessante... O medo sempre há, não tem jeito. Mas naquele período, até porque era ascensão dos movimentos sociais, a garra, **o pessoal tinha uma garra, sabe? A princípio parecia... uma águia veloz, não tinha medo de nada! Incrível!** A gente falava dos perigos, dos riscos. A gente não enganava os trabalhadores. A gente falava: “- Olha, gente, nós podemos correr tais e tais riscos” A turma não tava nem ai!: “- Vamos porque que vamos!” É claro que na hora de ir pra ocupação alguns desistiam. Até muitos por outros problemas, não era medo, problemas pessoais mesmo. Mas, enfim, nós conseguimos essa façanha, fazer essa mobilização na região nesse período (Paulo, entrevista ao autor, 19/03/2011, grifos nossos).

Noutro momento, Paulo ressalta que o temor era maior em outros municípios do que em Poté, o que levou essas lideranças a terem dificuldades em superar esse obstáculo para as ocupações:

Interessante, por que você fez uma pergunta em dois momentos e eu dei uma resposta que não serve pra todo o processo. Eu disse que o povo não temia, que estava muito disposto e tal. **Isso se deu muito em Poté, até por que foi um trabalho mais maduro, um período maior, e a Igreja tinha um trabalho muito enraizado já nas comunidades.** Então o povo já estava muito esclarecido, então por isso o pessoal não temia mesmo. **Mas na verdade também na hora da ocupação mesmo essa coragem toda, essa disponibilidade toda acabou não se concretizando.** Uma pequena parte de famílias participou em relação ao trabalho que foi feito. Mas foi uma grande participação de poteenses (Paulo, entrevista ao autor, 19/03/2011, grifos nossos).

Poté contava com formas de organização dos trabalhadores rurais há muitos anos, desde o processo de sindicalização das décadas de 1950 e 1960 até as atuações das CEBs e CPT nos anos de 1970 a 1990. Assim, é de se supor que essa maior disposição para as mobilizações seja, em certa medida, fruto dessas tradições organizativas, que já vinham questionando as relações de poder vigentes, alimentando um sentimento de injustiça e quebrando o medo do enfrentamento com certos adversários.

Havia, nesse contexto, intenso embate entre forças antagônicas em todo o Brasil. Por um lado, existiam fortes referências do regime civil-militar ainda muito presentes - principalmente em pequenas cidades do interior, onde o poder e a violência de certos grupos dificilmente encontravam obstáculo nas instituições públicas - causando grande temor na população em relação ao questionamento das relações de poder. Por outro, o País vivia um processo de redemocratização política, na qual cada vez mais as antigas formas de dominação eram colocadas em cheque diante de novas forças, dentre elas as organizações e movimentos na luta pela terra.

Mais à frente irei discutir como esse temor resistente pôde, em certa medida, ser superado no processo de *mediação* (NEVES, 2008), principalmente pela articulação de significados religiosos e construção de um sentimento de pertencimento coletivo em relação ao grupo mobilizado e aos atores articulados em outras instâncias. O que argumentamos aqui é que, cada vez mais, essas novas lideranças do MST em Minas Gerais passaram a ser confrontadas com situações nas quais precisaram rearticular os significados em direção das mobilizações para as ocupações de terra na região.

Está evidente nessa pesquisa a importância de setores progressistas da Igreja Católica e, num segundo plano, do movimento sindical para a legitimação inicial das ações do MST na região:

E naquela época a parte da Igreja mais progressista dava muita força, sindicatos, eram bastante combativos. Junto com a Igreja e os sindicatos as pessoas confiavam mais. Tanto que, quando a gente chegava num município para fazer o trabalho de base, a gente procurava se tinha lá um padre que fechava com essa ideia de reforma agrária, se era um sindicato realmente representativo dos trabalhadores. Ali era nossa porta de entrada. Algum padre acompanhava a gente nas reuniões, convidava as pessoas pra ir para a reunião. E lá a gente colocava a necessidade de lutar. (...) **O Movimento se tornou legítimo porque a sociedade passou a compreender que nós não estávamos sozinhos** (Policarpo, entrevista ao autor, 10/07/2013, grifos nossos).

Esse depoimento de Policarpo - que se tornou liderança estadual do MST também nesse segundo momento - demonstra como a constituição do MST em Minas Gerais dependeu fortemente da legitimação por parte de grupos que já estavam engajados na defesa dos trabalhadores na região. Nesse momento favorável de redemocratização em várias regiões do Brasil, vários grupos constituíram uma aliança em torno dessas mobilizações, propiciando que formas de poder antes tidas como intransponíveis fossem contestadas.

3.2- Religiosidade e política

Como apontado anteriormente, as ações de mediação consistem na construção de novos arranjos a partir dos fragmentos de significados, disponíveis nos vários universos de significação em relação (NEVES, 2008). Essas ações possibilitam a comunicação e ação conjunta entre grupos em interação nos processos sociais, o que assemelha a mediação com as atuações do tradutor e do *bricoleur*.

Um primeiro ponto que chamou atenção foi a importância dos significados ligados à religiosidade para a comunicação inicial entre trabalhadores rurais e militantes. Como vimos no Capítulo II, isso ficou evidente no depoimento de Fernando, que buscava na Bíblia referências para despertar a organização dos trabalhadores na região, desde a década de 1980. Os referenciais bíblicos ficaram evidentes também na cartilha intitulada *Terra não se ganha, se conquista: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, produzida pela CPT de Minas Gerais na década de 1980 - na qual a questão da terra é situada com base em algumas citações:

Deixa tua terra, tua família e a casa do teu pai, e vai para a terra que eu te mostrar – disse Javé a Abraão. Farei de ti uma grande nação; eu te abençoarei, exaltarei o teu nome; e tu, sê uma bênção. Abençoarei aqueles que te abençoarem, e amaldiçoarei aqueles que te amaldiçoarem; todas as famílias da terra serão benditas em ti. E o Senhor apareceu a Abraão e disse-lhe: Eu darei esta terra aos teus descendentes (*Gênesis 12, 1-3-7*).

Clamamos ao senhor, Deus de nossos pais, o qual nos ouviu, olhou para o nosso sofrimento, trabalho e angústia, e nos tirou do Egito com mão forte e braço poderoso, com grande espanto, com sinais e prodígio; introduziu-nos neste lugar e deu-nos esta terra que corre leite e mel (*Deuteronômio 26, 7-9*) (*Terra não se ganha, se conquista: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. p. 26).

As passagens bíblicas valorizavam a ideia de uma travessia, de coragem para deixar os antigos vínculos para trás, em analogia com as ocupações de terra e vida nos acampamentos.

Outra cartilha da CPT de Minas Gerais, datada de 1985, demonstra como a Pastoral pensava a questão da terra naquele contexto. Com o título *Queremos terra, não fome!*, esse “livrinho para reuniões dos grupos de famílias” - veiculado por ocasião do dia do trabalhador rural - visava subsidiar a organização de encontros com orações, textos bíblicos, leituras, gravuras, etc.

Já na “oração inicial”, fica evidente a postura de questionamento das relações de poder capitalistas, através de afirmações como: “Dia 25 de Julho. Dia do homem sem terra, posseiro, meeiro, boia-fria, desempregado. Explorado pelo latifúndio, pelo capitalismo opressor e desumano” e “dia de lembrar de todos que lutam pela terra, para dividir entre todos a terra que Deus deu para todos” (p. 5). Numa sessão intitulada *A Igreja e a luta pela terra*,

uma ocupação de terra no Mato Grosso do Sul é mencionada como exemplo de organização dos trabalhadores rurais, buscando situar esse tipo de mobilização no universo de possibilidades de trabalhadores rurais de Minas Gerais:

Leitor 1 - No dia 23 de abril de 1984, em Ivinhema – Mato Grosso do Sul, mil famílias Sem Terra, ocuparam a Gleba Santa Idalina. A empresa SOMECO, dona da área ocupada e também de 70% das terras de Ivinhema, rapidamente chamou a polícia para expulsar os trabalhadores (*Queremos terra, não fome!* 1985, p. 16).

Em seguida, o texto é enfático ao afirmar o apoio da Igreja aos trabalhadores rurais mobilizados. Retratar esse apoio demonstra como a CPT buscava encorajar essas pessoas para as ocupações, legitimar essas ações e demonstrar que não ficariam desamparadas nos acampamentos:

Leitor 2 - D. Teodardo, bispo da região (...) ao saber da ocupação da terra, e que os trabalhadores não tinham comida, roupa, remédios e ferramentas para arar a terra, deixou a reunião e voltou para Ivinhema. Foi logo, ao chegar, encontrar o pessoal. Impressionado com a coragem e organização do pessoal, o bispo disse: “Tudo o que depender de mim, vocês terão apoio”

Leitor 1 – O bispo apoiou mesmo!

Leitor 2 – Colocou para colaborar com os trabalhadores na área algumas religiosas, que eram enfermeiras. Também foi procurar as autoridades para resolver o caso, pois a polícia fazia muita pressão sobre as famílias. A ocupação durou só quinze dias, pois com o auxílio do prefeito, juiz, a polícia expulsou todo mundo. Vendo que os trabalhadores não tinham para onde ir, e tendo a diocese um pedaço de terra, o bispo a deu para os trabalhadores ficarem acampados (*Queremos terra, não fome!* 1985, p. 16).

Nesse trecho fica evidente também a mensagem de que os bispos poderiam intervir politicamente em favor dos acampados, garantir sua segurança e influenciar para a conquista da terra. Mais à frente, numa oração, encontramos a seguinte frase: “Para que os bispos se comprometam cada vez mais e escutem sempre a voz dos pequeninos, rezemos. Todos: Senhor, nos dê sua força!” (*Queremos terra, não fome!* 1985, p. 17).

Como salientado anteriormente, grande parte dos militantes que atuaram junto aos trabalhadores nas ocupações estavam ligados a grupos organizados por segmentos progressistas da Igreja Católica, como a CPT, e alguns já traziam experiência de atuação religiosa nas comunidades rurais mobilizadas.

Paulo explicou como foi sua entrada na militância - fortemente influenciada pela atuação de grupos religiosos na região - e argumentou sobre a importância dessa participação para a realização das mobilizações:

De qualquer forma se deu na Igreja mesmo, porque na militância da Igreja, na participação na Igreja... Naquele período, **como estava no auge da construção das comunidades eclesiais de base e o grande lema daquela época era a luta pela terra**, essa ala mais revolucionária... Então essa turma, esse padre lá da minha paróquia, o Jerônimo, ele era dessa ala da Igreja, a ala mais combativa da Igreja. **A preocupação dele era construir as CEBs e a partir daí já com possibilidade de construção de movimentos sociais.** Aí a gente vivia nos grupos de reflexões, nas várias oportunidades

que a gente fazia, era permanente os grupos de reflexão nas comunidades. E o grande debate era a reforma agrária. Era a discussão número um. **Retomando o que havia ocorrido no período anterior, antes do golpe militar.** Então vinha muito à tona, inclusive as pessoas com um pouco mais de idade que lembrava do período (...) que houve uma certa ascensão de debate sobre isso e com o golpe se esvaziou. (...) Então, assim, foi realmente um trabalho difícil desse ponto de vista e **o que contribuiu muito foi a aceitação da Igreja, que o povo é muito religioso**, então a coisa poderia parecer difícil, mas se levava a discussão religiosa junto, a partir da fé ai... Assim, como o trabalho de base era muito da Igreja, **a gente fazia a discussão voltada para a missão do Messias mesmo**, etc. **Ai o pessoal quebrava, quebrava o mito do medo e... enfim, se disponibilizava** (Paulo, entrevista ao autor, 19/03/2011, grifos nossos).

Assim como Paulo, Lúcia - hoje assentada no 1º de Junho - se tornou liderança do MST bem no início da mobilização, sendo motivada por Padre Jerônimo e participando de todo o processo estudado. Ela narrou situações nas quais a figura do padre e as reflexões religiosas contribuíram para legitimar as novas propostas de ação junto aos trabalhadores rurais:

Ele (Padre Jerônimo) foi mais quem contribuiu com a gente na época. Tanto na questão organizativa que ele já tinha experiência na época, quanto na questão de dar ânimo, de incentivar.... Eu falar é uma coisa, mas quando um padre fala, o povo pensava: “Então não vai matar!” (risos). Que o padre é contra a violência, né? Isso ajudou muito (Lúcia, entrevista ao autor, 19/03/2011).

Grande parte dos depoimentos, como estes, demonstra como as reflexões anteriores, muitas vezes em CEBs, já haviam criado uma perspectiva crítica dos trabalhadores sobre a realidade que vivenciavam e já colocavam a reforma agrária como ideal. Nesse mesmo sentido, a aceitação das novas ideias e ações passou pela tentativa de inserção - da forma mais coesa possível - nessas lógicas anteriores e redes de relações.

Houve, assim, um esforço de mediação (NEVES, 2008) para relacionar as utopias políticas de organizações e movimentos sociais e as representações religiosas de grande parte dos trabalhadores rurais envolvidos, o que contribuiu para a criação de relações de confiança e facilitou a comunicação das novas propostas de ação. Mediações que combinavam elementos religiosos e políticos foram observados também por Novaes (1997), que demonstrou como as articulações entre significados bíblicos e o Código Civil foram fundamentais para a organização dos trabalhadores na Paraíba, desde a “singular bricolagem” (p.73) inaugurada por Francisco Julião, até as mobilizações das décadas de 1979 e 1980. A autora argumenta que “a linguagem religiosa contribuiu para a assimilação e enquadramento de novas concepções e práticas políticas” (p. 83):

o que a Igreja Católica ofereceu aos movimentos sociais de luta pela terra nos anos 70/80 foi o peso social significativo de sua hierarquia, agentes de pastoral assíduos e especializados em mapear os poderes constituídos e, sobretudo, uma linguagem adequada para socialmente traduzir aos conflitos então existentes. Mas, se a matéria prima para a emergência de uma identidade político-religiosa entre os agricultores em conflito deve ser buscada na transformada religiosidade pré-existente, sua construção se faz

também em um processo de enfrentamento, que exige posicionamento das diferentes forças sociais em presença (NOVAES, 1997, p. 173).

João Pequeno, uma das primeiras lideranças do MST formada em Minas Gerais, falou sobre os atributos que considera necessários para cumprir bem o papel de líder, enfatizando a importância do conhecimento de significados religiosos e capacidade de relacioná-los com as ocupações de terra:

Além de conhecer as leis, pra ser uma boa liderança você tinha que estar **formado religiosamente também** (...). A gente falava na Bíblia. O Movimento Sem-Terra, ele veio inspirado naquela **terra que corre leite e mel**, quando atravessou o mar Vermelho... Tem lá assim que os grandes não queriam que os escravos saíssem, mas tinha uma terra prometida e, para chegar nela, eles tinham que enfrentar esse povo. Então é inspirado nisso ai. (...) Não é uma história idêntica, mas é uma **história que você (liderança) podia puxar**, porque o povo é oprimido (João Pequeno, entrevista ao autor, 22/10/2012, grifos nossos).

Assim, as mobilizações iniciadas a partir de meados da década de 1980 foram possíveis, em grande medida, pela existência de trabalhos de base anteriores que já haviam constituído certo sentimento de injustiça e questionamento da realidade agrária local e nacional, com forte fundamento na religiosidade popular. Nessas relações, foram realizadas *bricolagens* entre significados religiosos e políticos de alguns dos atores envolvidos, como na aproximação entre a representação sobre Jesus Cristo - associada à insubordinação frente às injustiças e relações de opressão - com o questionamento sobre o *status quo* que movimentos e organizações realizavam na luta pela terra.

Também foi frequente a combinação entre as representações sobre a Terra Prometida - conquista que necessitava de travessias, grandes sacrifícios - com a luta pela terra através de ocupações e formação de acampamentos, espaços de desestruturação e, em certa medida, reestruturação do cotidiano social das famílias mobilizadas. Sobre as combinações entre religiosidade católica e ações políticas pela reforma agrária, Novaes (1997) afirmou que:

Nas lutas pela terra dos anos 80, reatualizando o mito e a utopia cristã da sociedade fraterna, aliando o simbolismo verbal das grandes imagens bíblicas (Terra Prometida, Reino de Deus, libertação do Egito) e simbolismo ritual do sacrifício e da comunhão também se lançou mão das metáforas da Besta Fera. Neste contexto, a terra aparece como 'dom de Deus' para alimentar a quem nela trabalha. E o Capitalismo, que concentra terra e poder, torna-se a encarnação da Besta (NOVAES, 1997, p. 210).

No que se refere ao processo aqui tratado, foram possíveis *traduções* (SANTOS, 2003) entre as linguagens políticas das organizações envolvidas e a linguagem religiosa de grande parte dos trabalhadores rurais mobilizados, possibilitando comunicação e envolvimento mútuo em torno de ações conjuntas no sentido das ocupações de terra, assim como a projeção dessas mobilizações locais para instâncias mais amplas.

Para Santos (2003), o trabalho de tradução é procedimento que cria inteligibilidade mútua entre experiências, não atribuindo o status de totalidade exclusiva a nenhuma delas, mas sim reconhecendo sua incompletude. Assim, a tradução - ao identificar elementos comuns - permite o encontro entre motivações de diferentes grupos, fortalecendo as

possibilidades de agregação sem, com isso, levar à perda de autonomia. Dessa forma, o trabalho de tradução propicia o diálogo e a formação de formas híbridas de conhecimento e atuação social e política, processo que não está livre de tensões diante das várias e, algumas vezes, destoantes linguagens em relação.

Nesse mesmo processo, algumas ações de mediação aqui discutidas se direcionaram cada vez mais para o questionamento da autoridade e legitimidade do domínio dos fazendeiros sobre a terra, o que contribuiu na formação de uma perspectiva política oposta. Assim, caminhou-se no sentido da delimitação e enfrentamento de adversários no seio da sociedade, direcionando reflexivamente para a compreensão dos latifundiários como adversários dos sem-terra.

Para Giddens (1991), desenvolve-se atualmente uma nova *reflexividade* na qual as pessoas monitoram constantemente suas condutas, examinam e reformulam suas práticas com base nas informações crescentes que dispõem. Assim, a relação com a tradição se modifica, sendo ela agora um recurso entre outros, rearticulada diante desse processo reflexivo. As condutas - deslocadas do seu *lugar*, não mais estruturadas pela tradição - passam a ser responsabilidade dos próprios atores, que passam a construí-las reflexivamente.

As organizações e movimentos sociais, trazendo novas significações, provocaram um “desencaixe” (GIDDENS, 1991) nos contextos locais em questão, levando certas tradições a serem reavaliadas à luz de novas informações disponibilizadas - como a história da questão agrária no Brasil, reflexões sobre as relações entre capital e trabalho, sobre a função social da terra, projetos de reforma agrária etc. – e das novas experiências vivenciadas pelos grupos sociais. Nesse sentido, os grupos mobilizados reinterpretaram reflexivamente as perspectivas sobre suas condições de vida e suas relações com os fazendeiros, políticos locais, policiais etc., em novos termos, nos quais a ideia de exploração ganha significado central, assim como um forte sentimento de injustiça.

Embora o pensamento de Giddens seja voltado para uma análise ampla - com alto grau de abstração e produzida em face de contextos bem diversos do que aqui se apresenta - considero que suas ideias podem contribuir para o esclarecimento de grande parte do processo aqui discutido, principalmente levando-se em conta que se trata de situações nas quais as mobilizações de organizações e movimentos sociais foram intensas, provocando uma dinâmica de transformações muito acentuada.

Suponho que - através de algumas ações de mediação, entre outros fatores - parte dos movimentos sociais tem caminhado para a tentativa de construir reflexivamente significações que os impulsionem para o enfrentamento contra grupos que estão em posição favorável nas relações de poder estabelecidas.

O trabalho de Novaes - mesmo quando se refere a períodos e espaços diferentes dos aqui tratados - contribuiu significativamente para compreendermos parte dos processos em curso nas ocupações de terra no Nordeste de Minas Gerais. Concentrando-se nas mobilizações dos trabalhadores rurais da Paraíba, Novaes (1997) lança luz sobre parte significativa da luta pela terra no Brasil.

Como essa autora demonstrou - no que se refere à constituição das identidades de *camponês* e *latifundiário* nos processos de mobilização anteriores ao golpe 1964 - constituíram-se identidades contrastivas no enfrentamento social e político, ou seja, elas foram formadas e só podem ser compreendidas em relação e de forma dinâmica. Dessa forma, “a alteridade definida em relação aos patrões é o que fundamenta o aparecimento do *camponês*”, ou seja, “é o enfrentamento e a delimitação de espaços que estão na base do processo de construção da identidade *camponês*” (NOVAES, 1997, p. 55). Ser *camponês*

significava, ao mesmo tempo, certo distanciamento do seu próprio passado - dos trabalhadores “encabrestados” - e uma oposição ao *latifúndio*.

Como salientado anteriormente, o patronato rural também buscou constituir certa integração nas décadas de 1980 e 1990, através da UDR, muitas vezes como reação às ocupações de terra. Essa busca por unidade⁸⁶ - em contraste com os trabalhadores rurais e organizações mobilizadas na luta pela terra - foi elemento fundamental para a articulação desse grupo. Assim, temos nesse processo movimentos opostos que se reforçavam mutuamente, pelo contraste.

Na busca por situar os fazendeiros como adversários, lideranças argumentavam - junto aos trabalhadores rurais de Minas Gerais - sobre o fato da terra ser devoluta e do fazendeiro não trabalhar nela, o que minava o seu direito, situando-o como explorador, um adversário e ser enfrentado em nome da justiça e do direito.

Vale ressaltar que parte significativa das mobilizações de movimentos sociais tem caminhado para a constituição do sentimento de ilegitimidade sobre condições de vida e relações de poder estabelecidas, propiciando a percepção conjunta de injustiças e sentimento de desrespeito, com forte teor moral (HONNETH, 2003), o que contribui para situar parte do processo de questionamento aqui tratado.

As significações religiosas também foram articuladas no sentido da delimitação dos fazendeiros como adversários. Em alguns trechos bíblicos utilizados em cartilhas, essa perspectiva caminha no sentido de demonstrar como os exploradores seriam punidos por sua ganância, em especial no que se refere ao acúmulo de terras e exploração sobre o trabalhador rural:

Ai dos que juntam casa sobre casa, dos que acrescentam terra sobre terra até que ocupem todo espaço, até serem eles os únicos donos da terra. Javé dos exércitos jurou aos meus ouvidos: certamente muitas casas serão reduzidas a uma ruína, grande e belas, não haverá quem nelas habite (*Isaiás 5, 8-9*).

Ouvi isto, vós que esmagais o pequeno e quereis eliminar os pobres do país. Vós que dizeis: quando passará a lua nova, para que possamos vender o grão, e o sábado, para que possamos abrir o trigo, para diminuir a medida, aumentar o nosso lucro e falsificar as balanças enganadoras, para comprar o fraco com prata e o pequeno trocar por um par de sandálias, para vender os restos do trigo? (*Amós 8, 4-6*)

(Cartilha *Terra não se ganha, se conquista: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. CPT/MG. p. 26. Documentação do CEDEFES).

Nos depoimentos abaixo, Sebastião e Francisco - lideranças locais, hoje assentados em Aruega - narraram parte das argumentações utilizadas nos trabalhos de base, demonstrando as inquietudes dos trabalhadores rurais e a necessidade de deslegitimar a figura do fazendeiro, ruptura sem a qual a ocupação da terra não seria percebida como algo legítimo:

Eles (lideranças) falavam: “A gente num vai ocupar uma terra que tem dono. Vamos ocupar uma terra improdutiva”. Ai quando as pessoas falavam: “Isaias, num tem jeito Isaias, como é que nós vamos tomar a terra do outro?”. Ele respondia: “Não gente, a terra que o Movimento ocupa é terra

⁸⁶ Cabe salientar que essa unidade almejada pode não ter alcançado a solidez pretendida - diante da diversidade de perspectivas dos vários grupos patronais do período. Essa hipótese, que carece de confirmação de novos estudos, pode contribuir para compreendermos o precoce desaparecimento da UDR.

que o dono não paga imposto. A maior parte dela não tem documento.”

Ai tentava convencer que a situação é essa, que Aruega é 966 hectares de terra, mas o dono tem documento de 246. Cadê as outras? As outras era dele? Não era! (...) A dele ninguém tomou, ta ai. **Ele num tá trabalhando nela porque? Por que ele não trabalha!** (Sebastião, entrevista ao autor, 13/07/2005, grifos nossos).

Eu chamava eles: “Atenção, vocês interessava adquirir um pedacinho de chão para trabalhar com a família?” “Então moço, eu tenho condições, eu até que eu penso. Eu não tenho terra, eu vivo trabalhando de diária ai nas fazendas, pra um e pra outro” Ai eu dizia: **“Oh, se vocês querer, vamos unir e nós vamos ganhar uma terra pra nós trabalhar com o nosso sangue”** (...) No município de Catuji eu trabalhei, no município de Ladainha tinha outro... Mas tudo quanto é lado para um dia só. No dia de combinar o dia de ocupar a terra, disse que a **terra era do Estado**. O fazendeiro invade, mas não é dele. Ele não tem o documento da terra total. Então nós viemos sabendo que a terra era **devoluta** (Francisco, entrevista ao autor, 8/07/2005, grifos nossos).

Enfatizavam que as terras eram objeto de grilagem, devolutas ou não estavam sendo usadas para produção pelos latifundiários. Esses argumentos eram reproduzidos pelas lideranças locais, que foram assumindo cada vez mais a forma de um discurso de enfrentamento, buscando romper com as tradicionais relações de obediência e proteção que marcavam as lembranças dos antigos agregados da região. Vários depoimentos demonstram que, nesse processo de mediação, se articulou um pensamento de que o vínculo com a terra é de quem nela trabalha e não de quem a expropriou e explorou enquanto mercadoria, num processo de reenquadramento das concepções sobre direitos:

Nós mostrávamos (no trabalho de base) que a terra não era do cara (fazendeiro), enquanto a gente estava batendo enxadinha para os outros. Também tinha a Bíblia no meio, você colocava... A base que você usava naquela época era o sofrimento do povo, porque o povo era muito sofrido. Enquanto a gente estava aqui sofrendo o cara (fazendeiro) estava comendo o que era da gente lá! Ai os caras (trabalhadores rurais) juntava tudo, mas não era fácil não! (...) Você tinha que fazer umas 10, 15 reuniões para programar uma ocupação (João Pequeno, entrevista ao autor, 22/10/2012).

No trecho acima, a busca pela contraposição entre trabalhadores e fazendeiros é evidente, sendo o sofrimento de uns situado como consequência da exploração do outro, de um privilégio que trazia consequências perversas, ou seja, o sofrimento dos trabalhadores e latifúndio são pensados como faces de uma mesma moeda. Ao salientarem que o fazendeiro não trabalha, caminhou-se no sentido da constituição de uma bricolagem entre as representações sobre a importância do trabalho na terra - um valor para os trabalhadores rurais - e a ideia de “função social da terra”⁸⁷ presente nas concepções políticas dos movimentos e organizações sociais envolvidas nesse processo, sendo uma das bandeiras históricas na luta pela terra no Brasil. Assim, a valorização do trabalho na terra e a ideia de “função social da

⁸⁷ “Função social da terra” é um termo legal, introduzido no Estatuto da Terra (1964), que foi recorrentemente utilizado na luta política.

terra” foram combinadas num arranjo que permitiu a constituição de uma imagem negativa do latifundiário e, assim, contribuiu para a legitimação das ocupações.

Formas de mediação similares também foram apontadas noutros trabalhos, que indicam como a expressão “Terra para quem nela trabalha”⁸⁸ - lema do MST entre 1979 e 1984 - representa algumas dessas estratégias de mobilização. Como afirma Scherer-Warren:

O lema “Terra para quem nela trabalha” foi construído sob a égide da simbologia cristã e legitimou uma das primeiras estratégias de luta: as ocupações de terra. A conotação moral deste lema (Strapazzon, 1997) permitiu aos mediadores construir junto às populações rurais, tradicionalmente bastante legalistas, a ideia de aceitação de ocupação de propriedades rurais que não cumpriam sua função social, a partir da aplicação de um princípio de justiça social, conforme passou a ser traduzido por suas lideranças (SCHERER-WARREN, 2000, p. 38).

Essa tradução - assim como a que aqui analisamos - reuniu elementos de contextos distintos, porém coerentes em vários pontos, se configurando num esforço de mediação que tornou algumas ocupações de terra possíveis. Referindo-se ao caso de Santa Catarina, entre os anos de 1980 e 1985, Strapazzon afirma que:

utilizando exemplos de Israel e da luta pela terra na Palestina, os animadores cristãos católicos davam uma base ética ou moral para a luta pela terra, na fé que Deus tinha indicado esse caminho, chegando ao ponto de entender a ocupação de terras como um legado de Deus para chegar ao Reino prometido (STRAPAZZON, 1997, p. 36).

Segundo Stedile & Gorgen “a ocupação é legítima porque tem em vista a defesa da vida, dos instrumentos para conseguir a sobrevivência, porque é praticada por gente marginalizada pela sociedade, e se realiza em propriedades de quem as usa mal e não necessita delas para viver” (STEDILE & GORGES, 1993, p. 59).

Tratando de questões similares – no que se refere às mobilizações de grupos progressistas da Igreja Católica nas décadas de 1970 e 1980 - Novaes (1997) remete à ideia de “lei da necessidade”, gestada no interior das CEBs, que se refere “à construção do Reino de Deus: ‘aqui e agora’. Ou seja, se a terra é um *dom de Deus*, ela deve pertencer a quem nela trabalha, a quem dela tem *necessidade* para viver” (p. 119). Assim, “a *necessidade do povo*, interpretada à luz do Evangelho, justificava a inovação nos métodos e a pressão social para reivindicar a terra” (p. 120).

Através de diferentes mobilizações e terminologias - “função social da terra”, “terra para quem nela trabalha”, “lei da necessidade” – várias bandeiras das organizações e movimentos na luta pela terra foram relacionadas como o labor na terra, um importante valor para os trabalhadores rurais, propiciando que a figura do fazendeiro - cujo trabalho na terra era questionável - fosse desacreditada e as ocupações se tornassem legítimas.

Cabe salientar que, ao tratar das ações de mediação no sentido da combinação entre elementos religiosos e políticos, não pretendo supor o uso instrumental das significações religiosas dos trabalhadores rurais para fins políticos, mas sim que essas conjunções e ressignificações se deram em processos dinâmicos de relações sociais, nos quais os vários

⁸⁸ A expressão “terra para quem nela trabalha” foi originalmente utilizada como palavra de ordem em algumas mobilizações comunistas, como, por exemplo, no III Congresso Nacional do PCB, em 1928 (SANTOS 2005) e no jornal *Terra Livre*, também do PCB.

atores em relação se influenciaram mutuamente, delineando caminhos não definidos *a priori*. Considero também que a ênfase de Giddens sobre a *reflexividade* não conduz para uma análise instrumental e utilitarista das relações sociais. Ela se aproxima mais das tradições de pensamento da fenomenologia (SCHUTZ, 1979), da hermenêutica (GADAMER, 1997; RICOEUR, 1977) e da etnometodologia (GARFINKEL, 1984) - principalmente pelo foco na *consciência prática* e valorização das interpretações e reflexões dos atores sobre sua realidade. Assim, não está em jogo a análise sobre cálculos de meios e fins - com base numa racionalidade instrumental ou consciência plena - mas sim a busca por compreender as interpretações dos atores e as formas como transformam suas condutas a partir das experiências e reflexões que vivenciam nos processos sociais.

3.3 - Ocupação, reação e resistência

A primeira das ocupações articuladas nesse processo ocorreu em fevereiro de 1988, dando origem ao Assentamento Aruega (Novo Cruzeiro/Vale do Jequitinhonha/MG) e a uma série de movimentações que redimensionaram as formas típicas de luta pela terra na região.

Essa ação foi articulada principalmente pelos membros do MST, CPT e do STR de Novo Cruzeiro, entre outros. Apesar do município de Poté ter sido o centro das mobilizações, João do Mucuri afirmou que “o sindicato de Poté, na época, não enfrentou não. Foi Padre Jerônimo (CPT) mesmo” (João do Mucuri, entrevista ao autor, 16/03/2011).

Em vários depoimentos fica evidente que alguns sindicatos - como o de Poté - que eram mais influenciados pela FETAEMG, tiveram menor proeminência nesse processo em comparação com sindicatos mais influenciados pelo MST, CUT e CPT, que apoiaram mais as ocupações. Assim, a ocupação de Aruega contou com apoio de alguns sindicatos da região - que buscaram contribuir na organização, angariar alimentos e remédios.

O fato do sindicato de Poté ter se mantido relativamente à distância dessas mobilizações é intrigante, na medida em que - numa análise precipitada - poderia parecer que a articulação do MST em Minas Gerais, cujo centro irradiador foi Poté, teria sido fruto direto da antiga mobilização sindical nesse município. Vários depoentes foram enfáticos ao negar essa relação, insistindo na ausência do sindicato de Poté e proeminência da CPT nas mobilizações do MST.

Por outro lado, é possível que haja alguma relação, mesmo que indireta, que explique essa aparente coincidência: primeiro sindicato e a mobilização para a primeira ocupação do MST terem nascido, em Minas Gerais, num mesmo pequeno município do interior. Acredito que essa explicação passaria pelo questionamento dos motivos que levaram também a CPT a atuar inicialmente e fortemente nesse local. Ao atentar para as tradições de mobilização constituídas historicamente no município, podem emergir algumas relações interessantes. Apesar desse estudo não ser o objetivo da pesquisa aqui apresentada, ele pode contribuir para que futuros trabalhos esclareçam melhor essa questão.

Como vimos no depoimento de João do Mucuri, o STR de Poté foi criado também a partir da iniciativa de membros da Igreja, principalmente Padre Teodoro, que traziam alguns ideais da JAC e do MEB para aquela região. Diante disso, essa continuidade de processos de organização de trabalhadores - desde a sindicalização até as ocupações de terra - provavelmente estava vinculada à longa e intensa atuação desses grupos religiosos de procedência europeia na região. Assim, a intensa atuação desse setor da Igreja comumente chamado “progressista” – um forte eixo de continuidade - pode explicar essa centralidade de Poté e região em mobilizações tão afastadas temporalmente.

Além da ocupação de Aruega contar com uma intensa participação organizativa de vários atores (principalmente MST, CPT e STRs da região), sua repercussão foi ainda mais abrangente, conquistando apoio de vários grupos afinados com a luta dos trabalhadores como, por exemplo, a CUT, PT e a FETAEMG. No material guardado pela CPT, vários documentos, assinados pela CUT/MG, CPT/MG, MST/MG e FETAEMG, buscavam pressionar o poder público para desapropriação e assentamento em Aruega. Um comunicado da CUT intitulado *Fazenda Aruega: só a luta faz a lei*, de setembro de 1988, ilustra um pouco desse impacto. No documento, dirigido “a entidades, parlamentares e companheiros de luta”, a CUT deixa claro seu apoio aos acampados, descrevendo sua luta e incentivando que outros grupos se manifestem junto ao Estado, visando resolver a situação dos sem terra.

Já os documentos produzidos pela CPT de Minas Gerais indicam que a Pastoral teve envolvimento mais intenso na mobilização. O comunicado da CPT intitulado *Solidariedade aos acampados da Fazenda Aroega*, de fevereiro de 1988, demonstra essa participação, inclusive mencionando a relevante intermediação de D. Enzo nesse conflito. A participação do Bispo fica ainda mais evidente em um comunicado seu aos membros do arcebispado, datado de 12/02/1988⁸⁹. A primeira informação que chama a atenção é a data, pois foi nesse mesmo dia que a ocupação ocorreu, o que pode indicar que o bispo não foi surpreendido, podendo ter inclusive acompanhado e contribuído para sua efetivação, o que vai ao encontro de vários depoimentos, como demonstraremos mais adiante. Nesse comunicado, D. Enzo é enfático ao explicar que o MST não é um movimento da Igreja, não cabendo a ela organizá-lo, mas sim apoiá-lo pastoralmente. Em seguida, o bispo apela para o poder público e para os donos da fazenda, para que não reajam com violência. Por fim, faz várias recomendações para os acampados, visando sua união, boa fé e paz no acampamento.

Essas recomendações finais podem indicar como o bispo tinha ciência da sua autoridade - e dos religiosos católicos de forma geral – junto aos acampados, buscando influenciar o andamento ordeiro da ocupação, inclusive recomendando que pessoas que já tivessem ou que pretendiam conseguir terras para vendê-las não participassem das mobilizações. No final, o bispo se comprometeu a fazer uma visita ao acampamento.

Anexa a essa documentação da CPT, encontramos também uma notícia do jornal *Tribuna de Minas*, intitulada *Posseiros sofrem ação violenta dos policiais*, datada de 21/02/1988. Essa notícia trata da ocupação de Aruega e das ações violentas por parte da Polícia de Novo Cruzeiro, denunciada pelo sindicalista e membro do MST Sátiro de Souza Rocha, que sofreu ameaças de morte por conta de sua participação na mobilização. Sátiro - presidente do STR de Novo Cruzeiro que se tornou membro do MST nesse processo - foi mencionado em vários depoimentos como liderança importante nas mobilizações, contribuindo decisivamente na organização da ocupação e sendo muito perseguido pela polícia e fazendeiros. Nessa notícia, é mencionado também Silvio Rodrigues, da FETAEMG, que levava alimentos para os sem-terra, o que indica que a Federação, mesmo não assumindo posição de liderança, em alguns momentos buscou contribuir com os acampados.

Nesse período, a FETAEMG estava mais aberta para as ações de luta pela terra, apoiando alguns conflitos em curso e, em certas regiões, organizando ocupações de terra e formação de acampamentos para pressionar o poder público. No Nordeste Mineiro, os sindicatos que participaram mais intensamente de ocupações estavam ligados à CUT, porém a Federação buscou contribuir em várias situações.

⁸⁹ Ver cópia da carta (Figura D, em anexo), na qual D. Enzo fala sobre o papel da Igreja em relação às ações do MST e dá seu apoio aos acampados em Aruega. Nessa carta, diante do risco de conflitos violentos, ele faz recomendações para os membros da Igreja, para os sem-terra, para os governantes, para o proprietário da terra etc.

Jeferson, membro da FETAEMG desde 1980, também salientou sua presença e apoio em Aruega, contando sobre sua participação nas negociações junto ao INCRA, fundamentais para a obtenção do assentamento, o que vai ao encontro do que afirmamos anteriormente, ou seja, que a Federação buscava agir mais no âmbito institucional do que na organização das ocupações de terra.

De forma geral, os sindicatos não disputavam posição de liderança ou de representante dos sem-terra, mas apoiaram decisivamente, arrecadando recursos, denunciando violências e pressionando o poder público para a resolução do problema. Como podemos perceber pela notícia - que situa o Padre Jerônimo como representante dos sem-terra - e pelos depoimentos, a liderança nas mobilizações coube principalmente aos membros da CPT e MST, com raras exceções.

No entanto, vários indícios demonstram que os sindicatos tiveram papel fundamental. Mesmo a direção da Federação apontando para outros rumos – não priorizando a luta pela terra nesse período - alguns sindicalistas ligados a essa instituição atuaram em prol das ocupações estudadas. Essas informações demonstram também que não foi somente no Noroeste de Minas Gerais, nesse período, que os sindicatos atuaram na luta pela terra.

O depoimento de Paulo, entre outros - que menciona várias vezes a atuação de Sátiro - traz bons indícios sobre essas questões. Inicialmente, quando questionado sobre os motivos da escolha da Fazenda Aruega para a primeira ocupação na região, a importância desse sindicalista fica evidente:

No trabalho de base não era colocado onde a gente ia acampar, até porque ninguém sabia onde ia ocorrer. A gente mobilizava os trabalhadores, mas tinha uma outra equipe, inclusive, que tinha a incumbência de mapear quais áreas eram passíveis de serem ocupadas. E era trabalho simultâneo. No mesmo tempo que a gente estava fazendo trabalho de organização na base, outras pessoas estavam fazendo mapeamento. Naquela época se considerava muito a questão de áreas devolutas. Era o critério principal. E, depois, terras férteis, grande extensão, tudo isso. Então, ocorreu que no município de Novo Cruzeiro tinha um camarada, presidente do sindicato, mas muito bacana, amigo, que ingressou no Movimento junto com a gente (Paulo, entrevista ao autor, 19/03/2011).

Além de demonstrar os critérios utilizados para escolha da terra a ser ocupada - ser devoluta, fértil, extensa, localização - esse depoimento indica também como a participação do sindicato de Novo Cruzeiro foi fundamental para que a ocupação ocorresse no Município. Chama a atenção quando Paulo argumenta que Sátiro era “presidente do sindicato, mas muito bacana”, pois essa ressalva pode indicar que a maioria dos sindicalistas não se dispunha a contribuir dessa forma tão intensa. O fato de Sátiro ter entrado para o MST também é narrado como uma transição positiva, um aumento de seu comprometimento com a reforma agrária.

Soma-se a isso o fato de que Sátiro, que fez parte da diretoria da FETAEMG em 1984, havia assumido uma postura crítica em relação ao modelo de atuação dessa organização, tendo composto a chapa de oposição em 1987. Encontramos um depoimento de Sátiro no Boletim nº 2 da chapa *Pé no Chão* que demonstra parte de sua relação tensa com os membros mais proeminentes da diretoria da Federação. Nele, o dirigente afirma que, apesar de sua participação na diretoria, as decisões eram concentradas nas mãos de lideranças sindicais (André Montalvão, Juraci e Emílio) que não eram abertas às mudanças, o que o teria motivado a entrar para a chapa contrária, que foi derrotada. Assim, Sátiro se aproximou da CUT e, posteriormente, do MST.

As indicações de Sátiro foram fundamentais para a ocupação de Aruega, além de sua intensa participação no trabalho de base. Paulo argumenta que, inicialmente, os militantes acreditavam que a terra era muito maior, expectativa que foi frustrada:

Então, o Sátiro, em reunião conosco em Teófilo Otoni, ele mencionou pra nós que tinha essa fazenda, ele conhecia lá e tal. Ai a equipe vistoriando e tal, ai achou uma área totalmente abandonada e decidiu por ela. A gente até acabou meio um pouco complicando a situação porque a informação que tinha dela em relação a extensão foi um grande equívoco, que não tinha nada a ver. Falavam que era muito maior e não era, era pequena. Por isso esse número tão grande de excedente. De acordo com o tamanho da propriedade que a gente previa o número de famílias pra levar. Mobilizamos esse número grande de famílias pra levar, mas a terra era bem pequena. Tanto é que ficou poucas famílias lá (Paulo, entrevista ao autor, 19/03/2011).

Esse depoimento deve ser tratado com cuidado, pois uma ocupação com um grande número de famílias, numa terra que não comportaria todas elas, poderia também ser motivação para o crescimento futuro para o MST no estado. Esses excedentes poderiam ser mobilizados para novas ocupações de terra - como foram - dando continuidade ao processo de luta pela terra na região.

No que se refere à repercussão da ocupação de Aruega, chamou atenção o fato dos Jornais *Sem Terra* e *Estado de Minas*⁹⁰ noticiarem de formas diferentes esse acontecimento. Primeiramente, destaca-se o fato dos dois jornais denominarem essa ação como “ocupação” (e não “invasão”), um indício de que essas ações poderiam estar ganhando legitimidade frente à opinião pública. No *Jornal Sem Terra* isso já era esperado, porém no *Estado de Minas* - jornal com maior circulação em Minas Gerais - isso me surpreendeu. Porém, os dois meios denominaram diferentemente os trabalhadores rurais mobilizados. O *Jornal Sem Terra* os denominou como “sem terra” e o *Estado de Minas* como “novos posseiros”, o que pode indicar que o segundo compreendia essa ação à luz das experiências anteriores e o *Jornal Sem Terra* compreendia a partir da afirmação de um fato novo, ligado às movimentações que ocorriam noutros estados e numa busca por nova identidade, a de *sem-terra*.

Outro ponto importante também foi divergente. Para o *Jornal Sem Terra*, essa ocupação era expressão da chegada do MST em Minas Gerais, o que destoa completamente do sentido atribuído pelo *Estado de Minas*, que sequer menciona o MST e não remetia a qualquer mediação para a ocupação, apenas referindo-se a grupos que, posteriormente, deram apoio. O *Jornal Sem Terra* apresenta os conflitos e tensões que cercavam essa ocupação, o que também difere do sentido atribuído pelo *Estado de Minas*, que passa um sentimento de ordem e harmonia. Enquanto o primeiro afirmava que os trabalhadores viviam um clima de “tensão e expectativa”, o segundo dizia que “a ocupação permanecia tranquila, tudo indicando que a questão acabará sendo resolvida judicialmente”.

Apesar da perspectiva da imprensa não ser nosso principal objeto nesse estudo, é instigante refletir sobre interpretações tão diferentes sobre esses acontecimentos iniciais. Essa diferença de perspectivas - uma acentuando a dimensão conflituosa, outra apontando para uma perspectiva consensual - pode indicar que parte da imprensa mineira evitou retratar e repercutir o crescente clima de tensão da questão agrária no estado, assim como a emergência de um novo movimento social - o MST - na cena política. Na década de 1990, com a grande

⁹⁰ Refiro-me às reportagens publicadas no *Estado de Minas*, no dia 18 de fevereiro de 1988 (p. 16), e no *Jornal Sem Terra*, na edição nº 71, de março de 1988 (p.6).

repercussão das mobilizações desse movimento, esse quadro se transformou substancialmente, estando o MST nos noticiários com grande frequência.

No jornal *Estado de Minas* também é mencionado o apoio de deputados e de D. Enzo à ocupação, ligando, inclusive, essa ação às disputas institucionais pela reforma agrária. Neste jornal, assim como no *Jornal Sem Terra*, está evidente a posição dos trabalhadores rurais de que essa ocupação era um mecanismo de pressão sobre o governo, que não estava fazendo a reforma agrária, não cumprindo seu “compromisso social”. A tentativa dos grupos mobilizados de buscar apoio e adesão da opinião pública está evidente nas duas matérias.

Essa ocupação foi um marco para a organização dos trabalhadores rurais sem-terra em Minas Gerais. Segundo Fernandes (1999), “o impacto político (da ocupação de Aruega) foi imediato e os latifundiários responderam prontamente com a articulação da UDR na região” (FERNANDES, 1999, p.126). Essa afirmação vai ao encontro do que pude observar nas entrevistas, nas quais vários atores enfatizaram a repercussão dessa ocupação, como Pacheco:

Aqui (Aruega) deu uma revolução na região e também uma repressão muito violenta. **Lá nós enfrentamos todo tipo de pressão, um cerco policial que durou mais de 60 dias.** Eles tinham de 100 a 200 homens da Polícia Militar a disposição do proprietário - ou dos proprietários (latifundiários da região) (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Principalmente diante dessa ocupação de terra, é organizada a UDR na região, visando frear as ações desses grupos mobilizados. Criada a partir de 1985, mesmo não oficialmente, a UDR foi uma das principais formas de organização do patronato rural nas décadas de 1980 e 1990. Marcada pelas ações de violência - em defesa da grande propriedade fundiária - contra trabalhadores rurais mobilizados na luta pela terra e reforma agrária, esse grupo conferiu certa identidade a grande parte do patronato rural brasileiro, sendo importante meio de organização e representação (BRUNO, 1996).

Nesse processo, a UDR organizou leilões de gado, formou milícias privadas, deu apoio jurídico a fazendeiros, apoiou financeiramente políticos que representassem seus interesses, conseguindo, assim, dispor de um grande poder em várias instâncias. Sobre a face mais violenta dessa organização, Bruno (1996) afirma que:

Em meados dos anos 80, os grandes proprietários de terras de diversas regiões do país, sentiram-se ameaçados com as ocupações e descontentes com o governo, que não estava “dando garantia aos homens que estão produzindo para a grandeza da pátria”, organizaram-se para angariar fundos e comprar armas para “defender suas fazendas da reforma agrária e das invasões” (BRUNO, 1996, p. 75).

Essa violência se assentava na ideia de inevitabilidade do confronto para defesa da propriedade (BRUNO, 1996), em face do avanço das ocupações de terra pelo Brasil. Dessa forma, as ações da UDR estiveram fortemente voltadas para a delimitação e desqualificação de seus principais adversários: setores progressistas da Igreja Católica, o PT e, principalmente, o MST (BRUNO, 1996).

No que se refere ao processo específico aqui discutido, vários depoimentos indicam que a organização local dos fazendeiros se deu de forma *interdependente* (ELIAS & SCOTSON, 2000) em relação ao processo de ocupações, muitas vezes como reação às mobilizações. O que ficou mais visível foram as alianças recorrentes entre fazendeiros, policiais e poder local, especialmente os prefeitos de vários municípios da região. Célio, hoje

assentado em Aruega, participou desse processo, tornando-se uma liderança local significativa nessa ocupação e contribuindo em algumas das subsequentes. Ele relembrou uma articulação na qual o prefeito de Novo Cruzeiro se posicionou explicitamente ao lado dos fazendeiros contra os sem-terra:

Inclusive o prefeito na época, Paulo Viana, ele fez tudo, ele jogou pesado pra ver se tirava a gente. Quando foi pra gente legalizar a documentação aqui mesmo, eu fui lá na prefeitura pra ele assinar um documento lá pra gente. Carta de Utilidade Pública. Aí ele desconheceu tudo, falava que num conhecia nós como morador desse município, que era um bando de invasor que tinha vindo para cá criar tensão aqui no município. (...) **A gente já conhecia, a gente já sabia que era um prefeito da classe maior mesmo, né.** Num é o camarada que quer ver o pequeno desenvolver nenhum trabalho. E juntou naquela época.... **Os fazendeiros até uniu e criaram aí uma tal de UDR**, União Democrática Ruralista, que nada de democrática o cara tem, né. (risos). **E aí se uniu e ele achou por bem ficar do lado dos fazendeiros e contra nós** (Célio, entrevista ao autor, 12/07/2005, grifos nossos).

Vários depoimentos indicam que parte dos trabalhadores rurais mobilizados buscou apoio do prefeito - solicitando mantimentos, remédios, cuidados médicos, documentação etc. - visando superar as dificuldades da vida no acampamento e assentamento. Nessas ocasiões, além de terem seus pedidos veementemente negados, por várias vezes foram insultados e ameaçados. A aversão a esse antigo prefeito - que se candidatou, sem obter sucesso, por várias vezes⁹¹ - é geral entre os assentados em Aruega e continua até recentemente. A perseguição que sofreram é lembrada em inúmeros casos, sendo referência para pensarem a política atual do município de Novo Cruzeiro.

Um momento emblemático - que evidencia a aliança local contra os sem-terra - foi quando prefeito, polícia e fazendeiros tentaram, juntos, impedir que as lideranças viajassem para Belo Horizonte visando recorrer em relação a uma liminar de despejo. Nessa situação, diante da forte pressão de autoridades que apoiavam os sem-terra - como deputados e bispos - esses grupos tiveram que recuar:

Dai ele tentou, o prefeito e foi com uma fazenderada tentar impedir a saída do avião, pra mode nós num chegar com o documento lá em tempo. Mas daí o pessoal reagiu também e ele fez que abriu mão. Ai o avião levantou e chegou em Belo Horizonte ainda com tempo de uns 15 minutos ainda pra recorrer (risos) Mais o prefeito jogou pesado mesmo pra ver se nem isso, que era a única saída que eles tinha achado, né, mais aí a gente conseguiu ainda passar por isso ai (Célio, entrevista ao autor, 12/07/2005, grifos nossos).

Esse momento marcante na história da ocupação é revelador na medida em que demonstra a forte mobilização de vários atores em torno de Aruega - o que tornou possível o fretamento de um avião, algo extraordinário naquele contexto. Por outro lado, esse

⁹¹ Apesar do assentamento Aruega não ter um comportamento eleitoral único, apresentando uma multiplicidade de vinculações em relação aos diversos grupos locais, a aversão a Paulo Viana teve reflexo geral claro nas diversas eleições nas quais ele se candidatou, sendo que, com raríssimas exceções, os sem-terra votaram em outros candidatos e fizeram uma contrapropaganda em relação ao antigo prefeito.

acontecimento revela também como as forças opostas aos trabalhadores rurais estavam articuladas, alinhando os poderes de juízes, prefeitos, policiais etc. A narrativa de Pacheco demonstra também a repercussão no município de Novo Cruzeiro desse fato inusitado:

O juiz articulou para acontecer a audiência numa sexta-feira, exatamente para não dar tempo de recorrer. Imagina, se fosse de carro, nem se estivesse num carro de Formula 1, pra sair de Novo Cruzeiro, até a BR são 55 km de chão, depois mais 500 Km até Belo Horizonte. É muito chão pra fazer em pouco tempo, não teria condição. Mas nós fomos mais ágeis que eles, e mais hábeis, mais inteligentes. Eles jamais imaginavam isso! Nós tínhamos, no início, uma boa articulação com as igrejas, os sindicatos, com o PT... E a comunidade toda animada, nós conseguimos levantar um recurso e fretamos um avião⁹². Só tinha essa solução! (...) **Rapaz, foi cena de cinema, merecia um filme! A cidade inteira foi lá para o campo. Quantos anos tinha que não descia uma avião lá!** (...) Na hora de decolar, um cara atravessou um fusca na frente do avião. **O Prefeito estava lá no campo, ele tentou impedir a decolagem**, juntou com um pessoal lá, mas ele não tinha o controle, era uma multidão e nem ele sabia quem era dele, quem era nosso. (...) O Prefeito viu o drama, em função da dúvida: “- Quantos deles estão aqui? Esse povo é maluco!” O Prefeito mediu as consequências, mandou o cara tirar o fusca e decolou (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Esse acontecimento foi relatado por vários entrevistados, o que demonstra como se tornou uma referência para o sentimento de força e união dos grupos mobilizados, aspecto que será discutido mais adiante. Apesar de variações quanto a alguns detalhes, a imagem do prefeito tentando impedir a decolagem - e sendo frustrado - está presente em praticamente todas as entrevistas com assentados de Aruega e lideranças nesse processo de mobilização.

Alguns entrevistados, argumentando sobre a força das alianças entre fazendeiros e policiais, relatam situações nas quais, inclusive, o proprietário prometia prêmios para o comandante dos policiais, caso esse conseguisse expulsar os sem-terra. Francisco narrou como o fazendeiro, supostamente cansado e indignado com a resistência na terra, ofereceu parte da terra ao comandante:

Veio todo, o batalhão todo. E veio mais capanga da cidade, juiz, oficial, todo mundo de... Bonito mesmo! E mais fazendeiro que veio com o policial pra entrar aqui dentro. O proprietário deu ao comandante de Teófilo Otoni, a terra de sociedade. **“Joga aquele povo pra fora que eu dou a terra pra você, só porque eu já estou abusado daquele povo”**. Ele quis fazer isso. Falou que se o comandante tirasse nós daqui ele podia ficar com a terra. Por que ele já estava abusado com nós aqui dentro. Ele não queria era nós. Aí o comandante pegou e levou a tropa (Francisco, entrevista ao autor, 8/07/2005, grifos nossos).

Evidentemente que essa informação deve ser considerada com cuidado, pois, devido à dificuldade de confirmação, pode estar relacionada com boatos que circulavam na época. No

⁹² Os depoimentos não são conclusivos sobre a fonte dos recursos que permitiram o fretamento desse avião. Alguns ressaltam como - através de campanhas de doações organizadas por paróquias da região e da ajuda financeira de políticos e membros da alta hierarquia da Igreja Católica da região – foi possível reunir um grande volume de recursos que possibilitou essa manobra inusitada.

entanto, esses rumores são constitutivos da luta política, influenciando decisivamente em seus rumos. Além disso, essa informação sobre o suposto acordo entre polícia e fazendeiro, evidencia como os sem-terra percebiam as alianças entre seus adversários, articuladas em torno da manutenção do *status quo*.

Além da evidente influência de fazendeiros, prefeito, governador etc. sobre as forças policiais - que, assim, intensificavam a perseguição aos trabalhadores rurais mobilizados - essas ações policiais eram fundamentadas também no pensamento vigente naquele contexto, no qual as ocupações de terra não eram reconhecidas como ações legítimas por grande parte da população (ZANGELMI, 2007). Sobre essa questão, Estefani enfatizou que “a polícia deu uma sova na gente! Tinha policial orientado pelos poderosos da região. Inclusive tinha uns policiais que faziam porque não aceitavam (a ocupação) também, tinha todo aquele preconceito” (Estefani, entrevista ao autor, 22/10/2012).

São vários os depoimentos sobre a parcialidade da polícia nesse conflito - como no relato de Pacheco que afirma: “a Polícia Militar, naquela época, eram serviços dos fazendeiros, ficavam lá por conta de ficar vigiando os trabalhadores, para poder proteger o patrimônio privado. Como se fosse esse o papel deles!” (Entrevista ao autor, 11/07/2013). Diante dessa identificação cotidiana dos policiais como adversários, cabe salientar que essas autoridades agiam sob o comando do governo estadual, um adversário mais abstrato pouco referido pelos grupos mobilizados. Os adversários mais visíveis eram aqueles que atuavam localmente, tinham vínculos estreitos com as terras almejadas, dispunham de relações de poder mais pessoalizadas. Nesse sentido, também é relatada a pressão sobre os juízes locais:

Antigamente o juiz da comarca dava a liminar, hoje não, hoje tem uma vara especializada de conflitos agrários⁹³. (...) Então vai para a capital, o que ajuda também. Porque o juiz da comarca (na época) aqui sofria pressão, o coronel, delegado, chega no cara ali de pijama mesmo e vai dar uma liminar! (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013).

A articulação da UDR na região é mencionada por vários atores, principalmente - como se pode perceber no depoimento abaixo - no que se refere ao apoio jurídico e inclusão de pequenos proprietários, temerosos com as ocupações. Assim, foi criado um clima de medo de se perder as terras, inclusive entre pequenos produtores, que não eram alvo dos grupos mobilizados, mas que tinham peso relevante nas articulações políticas dos fazendeiros. Manuel, liderança do MST e assentada em Aruega, afirmou que:

Os fazendeiros da região mandaram o proprietário percorrer os direitos dele na justiça e os fazendeiros deram apoio. Até pequeno proprietário aqui que não entendia, coitado, que deu apoio. (...) Eles estavam era com medo, entendeu? (Manuel, entrevista ao autor, 14/07/2005).

Esse temor que era espalhado dava base para que algumas autoridades, como policiais e prefeitos, justificassem suas ações contra os trabalhadores rurais. Dessa forma, o clima de

⁹³ A Vara Agrária de Minas Gerais foi criada em 2002, em face dos crescentes conflitos pela terra no estado e da busca pela criação de espaços institucionais de diálogo e intermediação entre as partes envolvidas e o poder público. Centralizando parte das decisões sobre conflitos agrários em Minas Gerais, a criação dessa Vara significou uma atuação jurídica mais independente em relação às pressões dos poderes locais, em sua maior parte favoráveis aos fazendeiros. Segundo Cosenza (2010), a criação da Vara Agrária possibilitou interação e debate mais fluente entre trabalhadores rurais, proprietários rurais e Estado, contribuindo para a construção de algumas convergências e acordos entre as partes.

insegurança deu base para as violências cometidas contra os sem-terra, num contexto no qual o poder local encontrava poucos limites, sendo um mecanismo de pressão e brutalidade constante:

O prefeito já era contra o pessoal da ocupação. E os fazendeiros... eles forçaram o prefeito pra que o prefeito arrumasse jeito de tirar o povo. Porque eles tinham medo, né, de... de a gente.... Nós falamos “ocupação” mais eles falam “invasão”... **Eles tinham medo de nós invadir as terras deles também.** Porque eles achavam que ia ser assim: que a gente ia entrar aqui, dali um pouco ia entrar nas fazendas deles, né, e pensou que ia ser uma coisa assim... para tomar toda a terra deles. E aí os fazendeiros faziam a maior pressão pra que o prefeito não aceitasse isso no município. O prefeito... Sempre o prefeito é mais mandado é dos grandes mesmo, né. Aí ele fazia o que os fazendeiros mandavam. E ele foi... **O prefeito foi a pessoa mais.. é.. que tentou castigar nós.** Nesse tempo era o prefeito Paulo Viana. O prefeito fez tudo para derrotar nós, pra derrotar o Movimento, derrotar o acampamento. Ele que comandava tudo, a polícia, ele que... que lutou mesmo para ver se tirava nós daqui (Francisco, entrevista ao autor, 8/07/2005, grifos nossos).

Somavam-se a essas estratégias as tentativas mais diretas de violência e intimidação - através de capangas e policiais – principalmente direcionadas para as lideranças, o que poderia desarticular o Movimento. Paulo narra algumas situações nas quais prefeitos, policiais, fazendeiros e seus capangas tentaram utilizar de violência física contra ele e outras lideranças:

Em Novo Cruzeiro, por exemplo, foram várias ameaças de vida. O Sátiro e eu escapamos de comunidades lá, assim, pela mão do povo mesmo, se não a gente tinha sido linchado. Tem uma comunidade chamada Ribeirão das Almas, em Novo Cruzeiro, que **o Prefeito um dia foi, ele e seus capangas, atrás da gente...** Tava numa grande assembleia lá e ele chegou com os capangas, revolvão do lado de fora de cintura, e se não fosse lá as famílias, que botou a gente debaixo do braço... Pra vim embora, eu e o Sátiro no fusquinha, muita lama, muita chuva, foi nossa salvação! Tinha um morro, uma grande serra, e tinha outra estrada que dava acesso a Novo Cruzeiro, apesar de ser mais longo era cascalhada, menos morro. E tinha uma serra que passava por dentro de uma mata, que era difícil de subir. Mas como a gente tava de fusquinha e nós percebemos que eles tava nos aguardando numa venda próximo à estrada, nós ganhamos a serra e o fusquinha muito valente conseguiu subir. E foi muitas vezes... Numa comunidade chamada Santa Cruz, uns 10 km antes de chegar em Novo Cruzeiro, também a noite na reunião na casa de uma família, uns **quatro filhos de fazendeiro juntaram pra pegar a gente**, então assim, escapamos por pouco de várias tentativa (risos) (Paulo, entrevista ao autor, 19/03/2011, grifos nossos).

O depoimento de Estefani reitera a perseguição às lideranças, ressaltando como era importante não ser identificada, diante das “propostas” contra ela, ou seja, o sigilo era uma estratégia de sobrevivência em contextos nos quais fazendeiros pagavam pistoleiros para matar lideranças dos trabalhadores rurais. Ela ressalta o temor que sentia diante das armas e situações nas quais buscava passar despercebida:

A repressão era muito grande, eu não saia na rua! Eles (repressores) com aquela vontade de “me conhecer”, de saber quem eu era. Eu era nova, eu tinha vinte e poucos anos. Eles cruzavam comigo e não sabia que era eu! (risos) Um dia que a gente teve que ir para Belo Horizonte, pra entrar com uma ação. A informação que eles tinham é que eu era baixinha, moreninha. E a Cacá era assim, eles circularam em volta dela, pensando que fosse eu. Mas eu tava lá encostada no cantinho! Eu fiquei bem quietinha. **Eles ameaçavam muito! (...) Eles metiam (apontavam) as armas na gente, a gente olhava nos canos das armas e dava um medo! (...) Graças a Deus não matou ninguém, mas tinha proposta!** (Estefani, entrevista ao autor, 22/10/2012, grifos nossos).

Assim, prefeitos, policiais e fazendeiros - em grande parte dos casos orientados pela UDR que se estruturava na região - lançaram mão de uma série de estratégias para desarticular as mobilizações. Como demonstraremos mais adiante, esses grupos valeram-se também de algumas ações de mediação para rearticular antigas relações de mando/proteção e deslegitimar as lideranças do MST frente os trabalhadores rurais mobilizados.

A violência decorrente da ocupação de Aruega também foi retratada na publicação *Conflitos no Campo – Brasil* (CPT) referente ao ano de 1988, que menciona as disputas jurídicas e as várias pressões e ameaças de morte que cercaram essas mobilizações. Nessa matéria é salientada a repercussão da ocupação em todo estado e a retaliação dos fazendeiros, também demonstrando os contornos dos conflitos em curso. Em relação à ação policial, algumas reportagens compiladas pela CPT referem-se à pressão que os trabalhadores rurais sofriam, como, por exemplo, nos bloqueios policiais (Figura 14) - que, inclusive, impediam a chegada de alimentos e remédios - realizados para minar a resistência dos trabalhadores.



Autor desconhecido. 1 fot. Documentação da CPT/MG

Figura 14: Bloqueio em Aruega

Ações ilegais como essa foram fartamente utilizadas nessa repressão, como intimidação e interrogatórios irregulares, contaminação da água dos acampados, agressões físicas, ameaças de morte, entre várias outras tentativas de desmobilizar os trabalhadores rurais.

Em vários depoimentos, fica evidente também a comoção e apoio de agentes estrangeiros - principalmente religiosos europeus - em relação ao confronto em Aruega, muitos deles contribuindo substancialmente com recursos para os grupos mobilizados. Além dessa contribuição material, a presença dessas pessoas - assim como de políticos influentes - junto aos trabalhadores rurais tinha um efeito simbólico relevante, na medida em que deixava evidente - tanto para os trabalhadores rurais quanto para os adversários - que esse não era um conflito de caráter isolado e que a violência contra os sem-terra teria consequências que extrapolavam o controle dos poderes locais:

Tinha alguns padres estrangeiros aqui, italianos principalmente. Eles tinham uma articulação tipo "Amigos do Brasil", era uma coisa assim. Era uma comunidade assim, eles levavam umas fotos daqui pra lá (Europa), mostrava a realidade, aquela situação e o pessoal lá ficava comovido e dava contribuição. (...) Nem eram todos religiosos. Tinha essa solidariedade internacional.

(...)

E tinha toda a articulação também dos deputados estaduais nossos, em Belo Horizonte, para ajudar. Era a única ocupação que tinha naquele momento, era a primeira, hoje tem muitas. Naquele momento era exclusividade! (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Além de parlamentares, as disputas em torno dessa ocupação envolveram também diferentes perspectivas de atores estatais como INCRA, Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Estadual de Florestas (IEF) etc. Um ponto central refere-se ao fato da área desapropriada⁹⁴ ser considerada de Mata Atlântica, de preservação permanente, o que levou os órgãos ambientais – IBAMA e IEF – a questionarem a desapropriação e o assentamento nessa área. Essas disputas, retratadas na documentação do INCRA sobre a criação do Projeto de Assentamento (PA) Aruega, se estenderam por vários anos, sendo o Assentamento criado apenas em 1992 e a divisão dos lotes apenas no início dos anos 2000, devido aos grandes impasses legais.

Numa matéria veiculada pelo *Estado de Minas* do dia 15/07/1990 – encontrada na documentação da CPT - são claramente explicitadas as tensões nas relações entre, por um lado, o INCRA, e, por outro, os órgãos ambientais. A matéria entrevistou um funcionário do alto escalão do INCRA, que afirmou - criticando a falta de compromisso dos órgãos ambientais com a resolução da situação dos trabalhadores rurais – que “o IBAMA e o IEF continuam tentando inviabilizar o projeto”, sendo utilizados como instrumentos dos latifundiários. Nesse contexto, o IBAMA havia pedido a revogação do decreto de desapropriação da Fazenda Aruega, não obtendo sucesso.

⁹⁴ A Fazenda Aruega, considerada latifúndio de exploração, foi desapropriada por interesse social, para fins de reforma agrária, em 22 de setembro de 1988. Sua posse foi imitida ao INCRA em 12/5/1989.

No Ofício 331/90, do DPE/MIRAD⁹⁵, de 18 de outubro de 1990 – disponível na documentação do INCRA - o chefe do DPE, Vicente Alves dos Santos afirma que “a desapropriação deste imóvel demonstra que a ação do INCRA, sob pressões do Movimento dos Sem Terra, da CPT e outras organizações, conduz a resultados indesejáveis e prejudiciais a reforma agrária. No presente caso, os resultados obtidos pelos trabalhadores rurais não compensam os prejuízos causados ao meio ambiente”, sugerindo a reversão da desapropriação ou sua restrição a uma área menor, sendo o restante das famílias remanejadas para outro local.

Esse documento demonstra como, em 1990 - momento cujo panorama político nacional era extremamente desfavorável para os trabalhadores rurais, como explicitaremos mais adiante - a conquista dessa terra estava fortemente ameaçada. Também fica evidente como MST e CPT pressionavam o INCRA para que o assentamento fosse efetivado, o que se pôde perceber em várias passagens da documentação do Instituto sobre o Assentamento Aruega.

A pressão – no sentido da criação do Assentamento – por parte de membros da Igreja e de políticos também está muito presente, sendo retratada na documentação do INCRA em ofícios e atas de reuniões do ano de 1992. Esses atores influenciaram no sentido da resolução da situação dos acampados de Aruega, assim como de outros grupos de trabalhadores rurais que, naquele período, estavam provisoriamente em outros acampamentos. Diante dessas pressões, que enfatizavam a questão social envolvida, o assentamento foi criado, sendo uma parte da terra⁹⁶ estabelecida como reserva ambiental.

Fruto dessa primeira ocupação, Aruega teve uma trajetória que caminhou no sentido da constituição de significados relacionados à interação entre anseios tradicionais dos trabalhadores rurais envolvidos, ações e ideologia dos militantes, contexto local etc., como busquei demonstrar noutro trabalho (ZANGELMI, 2007). A ocupação de Aruega contou com a mobilização de cerca de 400 famílias, das quais 25 foram assentadas no local.

Nesse caso específico, existem indícios de que as interações entre grupos de militantes e destes com os trabalhadores rurais configuraram relações entre *universos de significação* (NEVES, 2008) com as quais as lideranças tiveram que lidar para direcionar esforços no sentido das ocupações. Os trabalhadores rurais, como salientado por Ribeiro (1996), traziam em suas memórias ideais de restabelecimento de laços comunitários, enquanto espaços de sociabilidade e proteção, o que deu base para suas interações com os militantes. Por outro lado, integrantes do MST e da CPT, tidos pelos assentados como principais grupos organizadores das mobilizações, traziam perspectivas alicerçadas noutros referenciais.

A CPT, que, como vimos, deu base para a formação do MST e participou de parte significativa do desenvolvimento de suas mobilizações, foi um dos principais grupos envolvidos nessa teia de relações, trazendo concepções relacionadas principalmente à Teologia da Libertação.

Tanto as CEBs quanto a CPT foram formadas com base nesse pensamento, que relacionava teologia e a postura crítica em relação à desigualdade socioeconômica no Brasil, definindo sua “opção preferencial pelos pobres” - termo que representa as deliberações da Conferência Episcopal de Medellín (1968), momento emblemático de constituição do catolicismo liberacionista.

Como salientado anteriormente, a constituição o MST teve forte influência de valores religiosos e concepções marxistas, dentre elas a de coletivização dos meios de produção, na

⁹⁵ O Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD) foi extinto em janeiro de 1989, sendo em março de 1990 incorporado ao Ministério da Agricultura. Nesse ofício consta o carimbo do MIRAD.

⁹⁶ O Assentamento Aruega tem uma área de 950 Hectares, sendo que 25% desse total foi estabelecido como reserva ambiental.

qual o trabalho coletivo desenvolvido em cooperativas tornou-se atividade central, uma das marcas desse Movimento. Apesar das diferenças em termos de concepções e práticas – principalmente no que se refere à coletivização do trabalho – MST e CPT compartilharam várias perspectivas que permitiram suas ações conjuntas, articuladas também através do trabalho de mediação para o direcionamento de esforços. Muls (1989) enfatizou essas similaridades, incluindo também CUT e PT nessas relações. Para essa autora, havia convergência no que se referia à busca pela formação de um sindicalismo oposto ao da FETAEMG, assim como, de forma mais abstrata, por uma sociedade alternativa em relação ao capitalismo – mesmo essa sociedade sendo pensada de forma diferente por cada grupo. Também pensavam a ocupação de terra e formação de acampamentos como forma prioritária de luta pela terra, o que merece destaque em relação ao processo aqui discutido.

Na confluência e combinação entre essas e outras expectativas dos atores envolvidos, o que percebi em Aruega foi a conformação - ao longo de seus mais de 20 anos de história - de uma “busca reflexiva pelo ambiente comunitário” (ZANGELMI, 2007) por parte dos assentados, no sentido do estabelecimento de uma postura *reflexiva* (GIDDENS, 1991) voltada para a criação de laços entre gerações, famílias, grupos etc. Assim, as relações de sociabilidade, tradicionalmente estabelecidas, passaram a ser fruto de reflexão, redimensionamento e fortalecimento pelas ações organizadas dos assentados (ZANGELMI, 2007). Dessa forma, os assentados articularam suas lembranças sobre as relações de proteção, típicas da agregação, com as novas perspectivas políticas dos movimentos nos quais se inseriram, formando um modelo de ação híbrido que possibilitou várias conquistas para o assentamento, principalmente o que denominam como a formação de uma “comunidade”. Constituíram - em espaços como escola, igreja, associação, grupos de mulheres etc. - relações de sociabilidade que fortaleciam seus compromissos de proteção e respeito mútuo, como busquei demonstrar noutro trabalho (ZANGELMI, 2007).

Essa postura - ao mesmo tempo em que deu vazão a aspectos importantes da ideologia do MST - como sua relação ação/reflexão/ação - também foi de encontro ao ideal do trabalho coletivo, que foi sendo minado com o passar do tempo na busca pela propriedade familiar, considerada pelos assentados como mais propícia ao enraizamento que perseguiam (ZANGELMI, 2007).

Assim, pôde-se supor que os militantes de movimentos sociais, organizações e trabalhadores envolvidos - ao terem que constituir projetos em comum entre esses vários atores e suas representações sobre a realidade - tiveram que sistematizar esses elementos num arranjo híbrido que permitisse o envolvimento conjunto nas mobilizações, como demonstraremos mais adiante.

Diante dessas ações, Aruega se tornou um ponto de referência para as mobilizações seguintes, servindo de exemplo para motivar a entrada de mais trabalhadores rurais no Movimento, como pôde ser claramente identificado em vários depoimentos:

E Aruega virou um bom exemplo (para motivar outros trabalhadores rurais a entrarem nas mobilizações seguintes). “Lá conquistou foi assim!” As vezes tirava alguma pessoa para poder ir lá conhecer. Aí começou a disseminar, as igrejas a divulgar, os sindicatos (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Assim como Pacheco, Renato foi liderança estadual relevante, entrando para o MST no processo de mobilização de Aruega e, progressivamente, ganhando espaço no MST de Minas Gerais. Seu nome está entre as principais lideranças das ocupações seguintes, tanto nos depoimentos dos assentados quanto em matérias de jornais. Ele enfatizou que a ocupação de

Aruega assumiu contornos de uma situação chave para a continuidade do processo de luta pela terra em Minas Gerais, sendo objeto de intensa disputa entre os grupos mobilizados e seus adversários:

Por que na verdade ali (Aruega) era a mãe. A polícia sabia que se ali desse certo o estado inteiro iria ser tomado pela luta da terra. Por que na verdade ali era um espelho, um exemplo. E Aruega foi um incentivo para a luta pela terra no estado de Minas (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013).

3.4 – Sentimentos de união, força e ligação com o espaço institucional

Como demonstrado anteriormente, a busca pela articulação de significados religiosos e delimitação de adversários foram pontos fundamentais no processo de mediação. Outro ponto - também relevante para as ações de mediação - foi a busca pela formação de um sentimento de que, ao se unirem e se organizarem, os trabalhadores teriam a força de modificar as relações de poder estabelecidas.

O incentivo para esse sentimento de força pela união está presente em várias situações, inclusive no material impresso distribuído pelos militantes dos grupos mobilizados. Além dos textos que trazem fortemente essa ideia, imagens (Figura 15) buscam ilustrar esse sentimento que visavam fortalecer:



Autor desconhecido. *Caderno de formação do MST*, nº 1 (1986). p. 7. Documentação do CEDEFES

Figura 15: Unidos somos fortes

Referindo-se à ocupação de Aruega, tida pelos vários atores como vitoriosa, alguns entrevistados ressaltam como superaram o temor atribuído à herança coronelista da região, dando indícios sobre a existência crescente desse sentimento de força coletiva nas mobilizações:

Municípios que tinham herança mais... mais assim forte do coronelismo, pegando ali para aquelas bandas de Novo Cruzeiro mesmo, Padre Paraíso, Águas Formosas, alguns só sabe falar do tal de Juca Quaresma, grande capitão ali daquela região. Então o pessoal tinha muito medo mesmo. Aí nós

tivemos que esclarecer pra eles, até trazer fotos, alguns slides em relação à luta que estava acontecendo no sul, no Espírito Santo, na Bahia. **A gente mostrando pra eles como a força do povo rompia a repressão dos fazendeiros** e tal e mostrando fotos bonitas, aquela imensidão de gente cortando arame, quebrando porteira... (Paulo, entrevista ao autor, 19/03/2011, grifos nossos).

Havia, assim, grande resistência dos trabalhadores rurais de várias comunidades em entrar nessas mobilizações, que se pautavam no enfrentamento contra poderes temidos, respeitados e, muitas vezes, que gozavam de grande legitimidade para esses trabalhadores. O esforço nesse momento foi para desconstruir os fragmentos das antigas relações de obediência e proteção tradicionais, demonstrando que eram possíveis outras forças, ligadas à união dos mais fracos.

Vários depoimentos indicam como grande parte do trabalho de base girou em torno de demonstrar a força que os movimentos vinham adquirindo frente a poderes antes considerados inquestionáveis e inatingíveis, em convergência com o processo de redemocratização política em várias regiões do Brasil. Esse esforço foi para quebrar o medo frente ao autoritarismo e a violência fortemente presentes nos discursos dos fazendeiros e autoridades da região:

Mas mesmo assim, nos dias da ocupação, muitas desistências ainda eram por medo, porque o pessoal fazia... Tinha o trabalho organizativo e o contra organizativo, que a fazenderada fazia, os políticos faziam. Era muito forte a perseguição dos políticos. **Os políticos locais sempre faziam um trabalho contrário....**

Arnaldo: O que eles tentavam?

Metiam medo! “Que nada, essa coisa de invasão”. **Recordava todo aquele processo de 64.** “Que nada, ceis vão é entrar no chumbo lá” e tal (Paulo, entrevista ao autor, 19/03/2011, grifos nossos).

Diante do recente e incipiente processo de redemocratização no Brasil, a rearticulação de formas de autoritarismo eram estratégias recorrentes dos grupos que buscavam desarticular os processos de ocupações, espalhando o temor em relação à violência e impunidade típica do regime civil-militar.

Nesse sentido, havia grande dificuldade de juntar pessoas, de que essas se comprometessem a participar das ocupações, assumissem uma posição contrária aos poderes locais, dos quais geralmente dependiam e que pautavam parte significativa do conjunto de relações de poder nas comunidades.

Contra esses obstáculos, os militantes dos grupos mobilizados buscavam demonstrar a existência de outra forma de poder, relacionada à conquista de direitos pela e para a coletividade. Estava em curso uma busca pelos sentimentos de autoestima e autoconfiança (HONNETH, 2003), que foram relacionados com a construção do reconhecimento de uma força coletiva que pudesse contrabalançar as relações de poder vigentes.

Num dos depoimentos, Paulo atribui a esse sentimento de força coletiva, que vinham construindo, um status de “mito”, criado pelas ações de mediação, que fez com que as pessoas assumissem posturas de enfrentamento com base na crença numa grande força coletiva que, se não fosse pela própria crença, não existiria. Essa suposta força, segundo depoimentos, gerou união no grupo e temor nos adversários:

Nós conseguimos por diversas vezes correr com a polícia. Enfim, e nós criamos um... um mito ali de resistência, **que muitas vezes chegava a ser mito mesmo. Nós não tínhamos a... a força real que aparentemente parecia ter.** Mas, assim, **criamos um certo pavor mesmo.** A polícia chegou... a polícia mineira chegou a inventar uma arma específica pra combater os acampados de Aruega, hoje é conhecida como Aruega 1 e 2 (...) É, um tipo de ferramenta. Você pode buscar essa história com a polícia militar que eles deve te contar. É um tipo de uma foice, um ferro grande com um gancho, exatamente pra tomar a foice do... Como se fosse esse negócio de podar árvore, pra tomar a foice do sem-terra. Chama Aruega, inventaram uma e depois inventaram outra. Nós, na ocupação de Aruega, conseguimos isso. **Fruto... não é mérito só da liderança, mas do Movimento naquele conjuntura** (Paulo, entrevista ao autor, 19/03/2011, grifos nossos).

Assim, a ação conjunta - com sua força motivada por esse mito - acabou por efetivar esse mito, concretizá-lo, numa profecia que se realizou, um círculo virtuoso que motivou os trabalhadores a continuarem empenhados na luta e a expandirem com maior confiança.

Essa união e força eram alcançadas também pelo incentivo ao surgimento de momentos festivos, confraternização e diversão, ações desenvolvidas desde o trabalho de base até o desenrolar do acampamento. Essa união dependia, assim, também do sentimento de estarem vivendo uma experiência grandiosa, em conjunto com uma multidão, celebrada continuamente em meio às mobilizações e tensão.

E nós (no trabalho de base) não fazíamos aquela reunião só de falar: “vamos ocupar, vamos ter uma terra...”. A gente fazia uma reunião animada, festa, com muita animação. **A gente deixava uma esperança na pessoa, né.** (...) Tinha violão, tinha sanfona. Na Aruega também tinha, tinha muito baile. E quando um dava um grito assim: “vamos reunir!”, vinha na hora, era criança, mulheres, não ficava ninguém em casa não! (Estefani, entrevista ao autor, 22/10/2012, grifos nossos).

Dessa forma, os laços de solidariedade - de amizade, parentesco e companheirismo na mobilização - ao serem relacionados aos ideais de busca por direitos coletivos de vários dos movimentos e organizações que atuavam nas ocupações, contribuíram para o direcionamento de esforços conjuntos no sentido das ocupações e resistência na terra.

A busca por realizar reuniões atrativas está presente também noutros depoimentos, como no de Renato, que enfatizou a importância de preparar bem o local e a apresentação, não cansando os trabalhadores e sempre alimentando sua curiosidade para motivá-los a virem nas próximas reuniões:

(No trabalho de base) a gente tinha todo um *script* com eles: da primeira reunião, da segunda reunião, da terceira e da quarta reunião. Por que se você falasse tudo na primeira reunião, o cara falava: “Eu já sei tudo, não preciso mais ir em reunião”. Então, na primeira reunião a gente explicava como a sociedade era formada, por que o trabalhador era explorado, por que não existia reforma agrária. A reunião demorava em torno de uma hora, uma hora e meia, pra não ser cansativa. **E uma reunião bem atrativa, o local bem preparado. A gente também tinha bastante informação na época, pra passar para os trabalhadores.** E eles faziam muita pergunta! E a gente falava: “Olha, essa pergunta, vai ser na segunda reunião” (risos) (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

O processo de construção do sentimento de força coletiva está também associado à ideia de que não se lutava pontualmente apenas por aquelas terras, mas também por uma causa, pela construção de uma nova sociedade, uma utopia, elemento fundamental na dinâmica dos movimentos sociais (NEVEU, 2005).

A gente falava muito da questão de luta, de luta de classe. E que nós tínhamos que mostrar isso para a sociedade pra chamar a atenção deles. E essa conscientização exigia muito tempo. E cada pessoa que sentia que ele tinha que fazer alguma coisa pela sociedade ele ia ali dar o apoio dele, outro que ia porque precisava mesmo de terra. Foi mais uma questão de consciência, política, de classe, que as pessoas enfrentavam aquilo ai, não era só um pedaço de terra (Estefani, entrevista ao autor, 22/10/2012).

Essas noções – mais presentes no discurso das lideranças, mas também no dos trabalhadores rurais que não assumiram essas posições - aparecem nos depoimentos principalmente quando se fala da busca pela reforma agrária enquanto ideal maior e por uma sociedade diferente. Manuel relatou que “a palestra (dos militantes) lá foi assim: que nós íamos adquirir uma terra pra nós trabalharmos e nós íamos criar uma nova sociedade, onde não existia nem explorado e nem explorador. A palestra foi desse jeito” (Entrevista ao autor, 14/07/2005). Outro assentado, Célio, relatou o ideal de reforma agrária nas ações:

Falavam que era importante. Sem a reforma agrária não tinha como nós desenvolver. E hoje a maior parte pro Brasil desenvolver tem que ter reforma agrária ampla, pra todo mundo ter o seu pedacinho de chão. Qual é o trabalhador rural que vive sem um pedaço de chão? Ele não tem como viver! Então é onde **eu parti para a Reforma Agrária, eu disse: “-Eu vou para ocupar”.** **A terra é do Estado e nós vamos resistir nesse pedaço de chão e produzir nele.** (...) Era um trabalho mesmo organizativo. Reuni o pessoal, às vezes era no salão da igreja e conversava. Mesmo a questão da Reforma Agrária que é uma... **Aprovada em lei há muito tempo e o Governo não coloca isso em prática.** E que o Movimento, que já surgia lá no Sul, no Rio Grande do Sul, no Paraná e alguns estados. E que aqui no Estado de Minas a gente precisava de tá criando esse Movimento aqui no Estado. E foi a primeira ocupação, foi daqui da Fazenda Aruega. E ai a gente foi adquirindo algum conhecimento com alguns companheiros que vinha de lá também, do sul (Célio, entrevista ao autor, 12/07/2005, grifos nossos).

Dessa forma, os anseios pela terra dos trabalhadores rurais mobilizados - conquista fundamental para seu enraizamento - foram articulados com a bandeira mais ampla pela reforma agrária, acrescentando um maior sentimento de legitimidade para suas ações ao estarem envolvidos num processo que possibilitaria uma conquista para a sociedade como um todo.

Outro fundamento desse sentimento de força descrito anteriormente está na busca pela criação de uma consciência sobre a *interdependência* (ELIAS, 2001) entre as mobilizações que se constituíam localmente, as organizações e movimentos sociais e o poder do Estado (SIGAUD, 2005). Assim, a criação, no trabalho de mediação, de relações com as instituições políticas - mostrando que esse conflito era também um problema a ser resolvido pelo Estado, o poder público, que estaria acima do jogo de interesses locais – trazia o sentimento de que o

processo em curso transcendia os limites do acampamento, o que encorajava os trabalhadores rurais mobilizados.

Como salientado por Medeiros & Esterci (1994), as mediações levam movimentos e grupos a transcenderem sua dimensão local e particular, ligando-os a outros grupos e instâncias (MEDEIROS & ESTERCI, 1994). Dessa forma, as mobilizações ganharam significado e força diante da interação entre atores de vários contextos, cuja ligação foi possível diante de um esforço de aproximação e construção de objetivos em comum.

O depoimento de Estefani demonstra como, no trabalho de mediação, havia o direcionamento das mobilizações para a esfera institucional, as “autoridades”, que teriam que se posicionar diante desse conflito. Assim, mesmo sabendo das limitações em termos de quantidade de possíveis “beneficiários” pelo assentamento, as ações eram pensadas como mecanismo de intervenção na esfera política, o que poderia trazer consequências mais amplas:

A gente queria melhorar.... pelo menos mostrar para a sociedade. Porque a gente sabe que um acampamento daquele não ia melhorar a nível da quantidade de pessoas que existiam na época sem terra, sem comida, porque o povo era sem comida mesmo! A gente sabia que isso não ia resolver, mas **pelo menos para chamar atenção das autoridades, mostrar para a sociedade que tinha como melhorar**, mas que as autoridades da época não queriam uma melhora, parecem que não tinham sentimento de ver as pessoas sofrendo, passando por dificuldade (Estefani, entrevista ao autor, 22/10/2012, grifos nossos).

Em vários depoimentos se revela como políticos influentes - como, por exemplo, deputados estaduais e federais - estavam mobilizados em torno dos desdobramentos das ocupações em curso. Os confrontos locais, desencadeados no contexto de redemocratização do país, estavam intimamente relacionadas com os embates em outras instâncias, no Executivo, Legislativo e Judiciário.

As pessoas mobilizadas no acampamento acompanhavam as batalhas nessas outras instâncias, percebendo suas relações e se sentindo como parte de um processo de luta mais amplo, o que lhes trazia mais confiança:

Tentaram dar despejo, mas já tinha alguém lá na justiça defendendo. E aí até que eles conseguiram uma liminar de despejo. Aí antes do policial vir pra despejar, a liderança, antes de 24 horas, a liderança deu um jeito e pegou e foi pra Teófilo Otoni e conseguiu pegar um helicóptero, mais rápido possível, e foi pra Brasília...**Não foi fácil não, foi uma batalha terrível!** Aí, antes de vencer a voz de despejo, conseguiram derrubar a liminar. Então a gente recebeu ordem de despejo três vezes. Conseguiu derrubar as liminares de despejo (Joaquim, entrevista ao autor, 10/07/2005, grifos nossos).

É. Toda vez que aqui vinha mandado de despejo a gente conseguia recorrer. Aí eles não conseguiam fazer o despejo. Uma que também era bastante gente, outra que o juiz... toda vez... Eu sei que daqui de Novo Cruzeiro foi embora uns dois juízes, porque não conseguiam fazer o mandado deles. E... Sem a ordem judicial não tem como também fazer o despejo, né? (Célio, entrevista ao autor, 12/07/2005).

Em depoimentos de assentados em Aruega, como os acima, e em conversas informais foram ressaltados: o apoio de deputados, bispos e organizações; as articulações em torno da

emissão e derrubada de liminares de despejo e o uso estratégico da opinião pública - informações que indicaram que estava em curso a construção de redes entre grupos mobilizados na sociedade civil, opinião pública e política institucional.

Dessa forma, foram realizadas *traduções* (MEDEIROS & ESTERCI, 1994) que permitiram relacionar as mobilizações nos acampamentos com a atuação de agentes noutras instâncias. Assim, sob a bandeira mais ampla da luta pela reforma agrária, uma variedade de ações ganhou maior unidade e legitimidade. Nessas *traduções*, foram propiciadas comunicações entre os referenciais políticos e culturais dos diversos grupos envolvidos, como as concepções religiosas e desejo pelo enraizamento dos trabalhadores rurais, ideais de transformação social das organizações e movimentos sociais, e as bandeiras políticas mais amplas levadas ao âmbito institucional por membros do Estado, como funcionários do INCRA e deputados estaduais e federais.

Na construção de uma linguagem em comum, que congregava as concepções e ações desses diversos atores, foi possível situar as ocupações de terra como uma estratégia amplamente aceita e incentivada, mesmo que o ponto de partida fossem os diferentes significados atribuídos a essa estratégia pelos diversos atores em relação: acesso a um pedaço terra, luta pela reforma agrária, luta por uma nova sociedade, construção de políticas públicas voltadas para os trabalhadores rurais etc.

Dessa forma, partindo de diferentes significações sobre o papel das ocupações, os trabalhos de mediação e tradução propiciaram a constituição de significados em comum, que relacionavam e, em alguns casos, englobavam os referenciais de cada grupo, direcionando esforços conjuntos em prol da conquista de assentamentos.

O então deputado Nilmário Miranda (PT) foi mencionado como articulador importante em várias dessas mobilizações. Célio narra a reação a uma liminar de despejo emitida para Aruega, na qual o deputado teve participação significativa, sem a qual dificilmente os acampados teriam condições de recorrer a tempo:

Veio uma liminar de despejo que tinha que ser recorrido em Belo Horizonte, assim, dentro de... Chegou em Novo Cruzeiro, quando o juiz passou pro pessoal daqui, pra nós aqui, só estava faltando quatro horas. Ai o pessoal, né, inclusive até a CPT de Teófilo Otoni até ajudou também, a gente arrumou em Belo Horizonte lá um avião. **O Nilmário Miranda estava junto também nessa época, ajudou articular.** Lá dentro de quatro horas veio o avião aqui em Novo Cruzeiro pra mode pegar aquele processo, que o juiz tinha passado naquela hora, o juiz aqui de Novo Cruzeiro, e que tinha que dá entrada naquele processo lá em Belo Horizonte (Célio, entrevista ao autor, 12/07/2005, grifos nossos).

Vários deputados do Partido dos Trabalhadores (PT) são citados nas entrevistas e notícias sobre a ocupação, como políticos que contribuíram para as mobilizações com ajuda material, logística, apoio político, uso de influência etc. Esses políticos, baseando-se nas mobilizações em curso, levaram demandas desses grupos para outras instâncias de poder, processos que se fortaleciam mutuamente.

A análise desenvolvida anteriormente permite elucidar parte das possibilidades de interação entre as informações de caráter empírico e algumas das principais reflexões teóricas desenvolvidas na introdução desse trabalho. Quero argumentar que as significações constituídas nesse processo - que colocavam o fazendeiro enquanto adversário e traziam o sentimento de unidade e força do grupo, enquanto um “mito”, que dava confiança aos trabalhadores rurais mobilizados - foram formadas reflexivamente pelas ações de mediação.

É nesse sentido que defendo a ideia de que ações de mediação, na lógica dos *movimentos sociais* (NEVEU, 2005. ALEXANDER, 1998), constituem mais *reflexivamente* (GIDDENS, 1991) novas *significações*, com base na *bricolagem* (NEVES, 2008) entre significações antes relativamente dispersas.

O processo social vivido pelas mobilizações aqui discutidas esteve ligado, em certos momentos, ao *desencaixe* (GIDDENS, 1991) em relação aos referenciais locais de presença, que estruturavam as relações típicas, levando a uma relação com o passado de monitoramento e reavaliação à luz de novos conhecimentos disponibilizados pela interação com novos atores e projetos. As ações de mediação foram, em grande medida, expressão e estímulo da reflexividade dos atores envolvidos nesse processo, pois se trataram de uma postura ativa que visou intervir na realidade social e política, marcada pela busca refletida por dar um sentido para a variedade de experiências.

Com base em conhecimentos sobre a realidade agrária brasileira, sobre contornos das injustiças sociais, relações de poder e no acúmulo de experiências sobre possibilidades de mobilização políticas, os grupos mobilizados puderam repensar as relações tradicionais e optar por transformar certas condutas. As ações de mediação os levaram a colocar sua realidade e conduta como objetos de reflexão e reavaliação, trazendo questionamentos que convergiram para a criação de possibilidades de transformar ativamente suas vidas pela adesão a um projeto social novo, não disponível no campo de possibilidades típico desses trabalhadores.

Nesse processo, a busca pela constituição de novas perspectivas foi elemento fundamental para o direcionamento de esforços num novo sentido, caracterizado nas mobilizações pela conquista de terra e enfrentamento de adversários antes não percebidos ou pouco percebidos enquanto tal.

O depoimento de Carina – assentada no Oziel Alves Pereira – ilustra como estava em curso a constituição de um sentimento de união para além daquela ocupação específica, uma ligação para além do desejo específico por aquela terra, que estava sendo construído através das ações de mediação:

Enquanto existir um sem-terra, nós também somos sem-terra! A gente não para com a luta. Porque se a gente ganhou nossa terra e cruzar nossos braços, o que não tem vai ficar sem ela. Então a gente tem que lutar junto com os que não têm! Eles estão querendo fazer esses despejos aí e a gente vai estar junto com esse povo. E tem gente que está anos acampado e não tem terra e querem despejar eles (Carina, entrevista ao autor, 10/07/2013).

As análises desenvolvidas nesse capítulo contribuem para demonstrar como o processo de mobilização - desde o início das ocupações de terra - foi possível a partir de ações de mediação que redimensionaram algumas significações, propiciando convergência entre os esforços de uma variedade de atores. Grande parte dessas reflexões será retomada nos capítulos IV e V, nos quais essas discussões serão adensadas diante das informações sobre o desenrolar do processo de mobilização.

CAPÍTULO IV: DISPUTAS, CONFLITOS E IMPASSES: REPRESENTAÇÕES E MEDIAÇÕES DESARTICULADAS

Nesse capítulo serão discutidas as ocupações das fazendas Sapezinho (Novo Cruzeiro/MG) e Bela Vista (Teófilo Otoni/MG) - que se seguiram à mobilização de Aruega, compondo um mesmo processo - assim como as suas dificuldades, impasses e consequências. Analisamos os conflitos entre as principais organizações que estavam à frente das mobilizações (MST e CPT) e as ações dos adversários, demonstrando como esse processo trouxe transformações significativas nas relações de representação desses grupos junto aos trabalhadores rurais mobilizados. Por fim, discutiremos algumas incursões frustradas noutras regiões - Noroeste e Triângulo Mineiro - apontando as motivações dessas tentativas, as ações de mediação e seu significado para o processo de mobilização de forma mais ampla.

Essas ocupações e seus principais desdobramentos ocorreram entre 1988 e 1992, período no qual o panorama político era marcadamente desfavorável para a luta pela terra. Primeiramente, a falta de regulamentação sobre os critérios para as desapropriações foi um grande obstáculo, tendo perdurado até 1993. Além disso, o Poder Executivo, tanto no âmbito estadual quanto no federal, estava nas mãos de agentes destacadamente contrários à reforma agrária, que reagiram violentamente contra as mobilizações dos sem-terra.

4.1 - Ocupação, discordâncias e despejo em Sapezinho

Em outubro de 1988, enquanto Aruega aguardava uma solução, foi realizada uma segunda ocupação no município de Novo Cruzeiro - a da Fazenda Sapezinho⁹⁷ - situada nas proximidades da Fazenda Aruega. Numa matéria do jornal *Estado de Minas* do dia 29/10/1988 fica mais evidente a participação de vários grupos denominados “entidades” (MST, CUT, CPT, PT etc.) nesse processo, o que não havia sido mencionado na matéria anterior sobre Aruega, divulgada no mesmo jornal. Isso pode indicar que estava se ampliando o reconhecimento por parte da imprensa mineira sobre o trabalho desses atores, o que se tornou mais visível ao longo da década de 1990.

Comentando o conteúdo de uma nota divulgada por essas organizações, a matéria demonstra o clima de insatisfação frente à Constituição de 1988 - considerada prejudicial para o andamento da reforma agrária - e frente à situação precária dos trabalhadores rurais. A reportagem reconhece a existência desses grupos como lideranças nessa ocupação, inclusive informando sobre o impasse legal decorrente da ambiguidade da nova Constituição, no que se refere à indicação tanto da função social quanto da improdutividade como critérios para as desapropriações.

Assim como a ocupação de Aruega, Sapezinho chamou atenção de outros atores alinhados com a defesa dos trabalhadores rurais, sendo essa ação retratada em alguns documentos, como no ofício 021/89 de 9 de junho de 1989, no qual a FETAEMG denuncia a violência sofrida pelos sem-terra nessa ocupação, entre várias outras de diferentes regiões de Minas Gerais. Apesar desse documento trazer poucas informações sobre o caso, indica a intenção de dar-lhe visibilidade, mesmo a Federação não estando à frente das ações.

As ocupações de Aruega e Sapezinho tiveram uma repercussão local negativa, o que conformou um forte processo de estigmatização. Dessa forma, os sem-terra - na sua maior

⁹⁷ Segundo depoimentos, as famílias que ocuparam a fazenda Sapezinho não são provenientes da ocupação de Aruega, mas sim foram mobilizadas pela continuidade do trabalho de base na mesma região.

parte desconhecidos naquele município - eram tidos como baderneiros, ladrões de terra, bandidos, sendo discriminados em inúmeras situações cotidianas, como, por exemplo, na escola, no comércio, trabalho etc. (ZANGELMI, 2007).

Depoimentos de alguns assentados em Aruega evidenciaram a intensidade desses problemas. Fátima, uma idosa, e Reinaldo - um jovem que acompanhou o processo quando criança – demonstraram como essa estigmatização foi sentida por diferentes gerações:

Nós percebíamos (o estigma) porque sempre a gente ia na cidade, (...) tinha gente lá que fechava até a porta quando ouvia falar que nós fomos pra lá. **Fechava a porta com medo. Falava que nós éramos um bocado de assaltante.** Pensavam um monte de coisa ruim de nós. E sendo que nada disso, Ave Maria! Nada disso nós não éramos. (...) Se pensasse, assim, se pensasse as vezes da gente levar lá uma criança pra consultar e não desse tempo da gente vim embora, tivesse que ficar dormindo lá, **tinha que falar com o padre, porque, não sendo o padre e o sindicato, ninguém...** Eles tinha o maior medo da gente! (Fátima, entrevista ao autor, 6/07/2005, grifos nossos).

Nossa Senhora! Se falasse que era de Aruega meu filho... era até perigoso bater na gente! A gente já estava ficando meio velho e pai preocupado pra estudar, aqui não tinha escola ainda. Nós fomos pra Novo Cruzeiro estudar, chegava lá e perguntava: “—Você mora onde?”. “—Ah, moro em Novo Cruzeiro mesmo”. **Se falasse que morava aqui em Aruega... tá louco!** A gente pra comprar as coisas pra comer, só tinha um cara em Novo Cruzeiro que fornecia pra gente. E era só com dinheiro também à vista (Reinaldo, entrevista ao autor, 07/07/2005, grifos nossos).

Os grupos locais que dispunham de maior poder - como comerciantes, fazendeiros, prefeitos e vereadores - desenvolveram uma série de estratégias para minar as mobilizações, como boicotes, sabotagens, ameaças etc. São vários os relatos sobre comerciantes se negando a vender para os sem-terra, capangas contaminação de sua água, espâncamentos, identificação e perseguição das lideranças etc. Soma-se a isso a dificuldade em acessar os serviços públicos, sendo que os sem-terra não eram reconhecidos como integrantes do município:

Quando foi pra gente legalizar a documentação aqui, eu fui lá na prefeitura pra ele (Prefeito) assinar um documento pra gente. Carta de Utilidade Pública. Aí ele desconheceu tudo, falava que não conhecia a gente como morador desse município, que era um bando de invasor que tinha vindo pra cá criar tensão aqui no município (Célio, entrevista ao autor, 12/07/2005).

Assim como Aruega, a ocupação de Sapezinho também deixou fortes marcas na memória dos atores envolvidos, principalmente porque - ao contrário do que ocorreu em várias tentativas em Aruega - a polícia conseguiu despejar as 200 famílias⁹⁸ da fazenda, considerada pelo INCRA como empresa rural.

⁹⁸ Os confrontamentos decorrentes dessas ocupações deixaram marcas tanto nas lembranças dos trabalhadores rurais envolvidos quanto nas estratégias policiais na região. Como afirma Fernandes, “a Polícia Militar de Minas Gerais inventou duas armas com a finalidade de serem usadas no confronto com os sem-terra. Foram denominadas *aruega* e *sapezinho*, em alusão às primeiras ocupações do Movimento. A *aruega* é uma haste de ferro de dois metros com duas pontas em “V”, que são utilizadas como garras para imobilizar a pessoa. O *sapezinho* é uma haste de madeira com uma corrente de um metro e meio e uma esfera de ferro na ponta, utilizada para arrebatar foices e enxadas”. (FERNANDES, 1999, p.127-128)

Janete - trabalhadora rural que participou dessa ocupação e hoje está no Assentamento Santa Rosa - tem muito forte em sua memória aqueles acontecimentos traumáticos. Em alguns momentos da entrevista, lembrou do sentimento de incômodo diante do acampamento policial:

Quando é um dia a polícia estourou dentro do acampamento! Pegaram companheiro, bateram e foi a maior baderna desses policiais! Ai eles acampou com a gente. E quem tem paz? Foi um verdadeiro inferno! Ai eles tiraram a gente. Levou nós para uma fazenda lá (Janete, entrevista ao autor, 25/10/2012).

Após esse despejo, os policiais tentaram aproveitar o momento para também despejar os acampados de Aruega, que resistiram e mantiveram a ocupação, num confrontamento que deixou fortes marcas na memória dos envolvidos (ZANGELMI, 2007). Nessa tentativa de despejo, os acampados em Aruega impediram a entrada do batalhão da PM, obrigando-o a recuar pela estrada que dá acesso à Fazenda. A imagem da viatura tendo que retornar de marcha ré, desconcertadamente, é uma das principais lembranças de força para os trabalhadores rurais. Outras situações nas quais policiais se amedrontavam diante do número e determinação dessas famílias também são lembradas. Francisco, com orgulho, contou parte desses momentos:

Depois, quando nós estávamos com um ano de luta aqui dentro trabalhando teve outra ocupação vizinha aqui, na Fazenda Sapezinho. E eles abriu a mão, o policial entrou e invadiu o acampamento. (...) Fez um barracamento dentro do acampamento dos trabalhadores. 350 policial. (...) **Aqui (Aruega), eles entravam aqui quando nós bem queria que entrassem.** Se vinha uns dois ou três, entrava. Nós abria a segurança e entrava. Tinha segurança dia e noite. As vezes um policial vinha, pra fazer uma visita aqui dentro aqui. “- Que fazer visita o que! É amigo, né. Fazer pesquisa...” (risos). Pesquisava é algum canto favorável a eles. A gente, se fosse dois ou três, **nós chamava 400 família em roda deles, que eles saiam de camisa olhada!** (risos). **Com a pressão do povo. E ai corria água assim, no rosto assim. Saia molhado de suor** (risos). Quando eles ocuparam Sapezinho, que o policial entrou, eles deu moleza. (...) E meteu pressão neles. Foi metendo pressão, foi metendo pressão e tirou eles (Francisco, entrevista ao autor, 8/07/2005, grifos nossos).

Evidentemente que a narrativa épica desses acontecimentos também deve ser analisada com cautela, diante dos processos de construção da memória coletiva e sua importância para o fortalecimento dos grupos. Como demonstra Pollak (1992) “a construção da identidade (e da memória) é um fenômeno que se produz em referência aos outros (...) por meio da negociação direta com os outros” (POLLAK, 1992, p. 204). Dessa forma, as identidades não são elementos essenciais, mas sim frutos de relações entre os grupos, ou seja, “valores disputados em conflitos sociais e intergrupais” (POLLAK, 1992, p. 205). Assim, a memória é entendida como um forte elemento de disputa entre os grupos no seu processo de negociação pela constituição de suas identidades, delimitação de adversários e confrontamento político.

As lembranças sobre esse confrontamento - principalmente contra os policiais - são recheadas de referências à força e coragem dos acampados, o que indica esforços de valorização do grupo, tal como discutido por Pollak (1992). No entanto, as mobilizações

tiveram sucesso ao impedir os despejos. Apesar de variações nas informações obtidas quanto aos contornos dos conflitos em Aruega - que em alguns casos chegava a relatos dos sem-terra carregando viaturas e jogando córrego abaixo - diferentes depoimentos são convergentes ao demonstrar que os sem-terra conseguiram impedir e controlar a entrada da polícia em várias situações.

Alguns assentados de Aruega contrastam sua vitória com a suposta fraqueza dos grupos mobilizados em Sapezinho. Em contraponto à perspectiva de Francisco, algumas pessoas que foram despejadas de Sapezinho consideram que esse fracasso estava também associado à suposta estratégia do MST de usar o acampamento de Sapezinho para proteger o de Aruega, um obstáculo no caminho, sendo assim prejudicados.

Quando nós ocupamos Sapezinho, já tinha a ocupação de Aruega, só que **o pessoal de Aruega fizeram de nós escudo**, eles jogaram nós na frente. Tem o Dodô (liderança), esse foi o pior de todos, porque ele manipulou tudo! (...) Quem deixou a polícia entrar (em Sapezinho) foram as lideranças de Aruega. “Não, deixa a polícia entrar pra fazer uma vistoria”. E o pessoal de Aruega com medo deles irem para lá, porque **eles estavam com sede é no pessoal de Aruega! E nós pagamos o pato** (Janete, entrevista ao autor, 25/10/2012, grifos nossos).

Esse sentimento também está presente no depoimento de Cauã, que participou desse despejo e foi assentado em Santa Rosa. Liderança local próximo aos membros da CPT - representando parte da perspectiva de alguns membros desse grupo - Cauã tem uma postura crítica em relação a várias lideranças do MST, argumentando sobre suas estratégias pessoais e de crescimento do movimento em Minas Gerais:

Ai a gente ficou na frente, na entrada, **como refém, segurando a barra para eles (Aruega)**. A gente não entendia direito, mas a gente foi aguentando. (...) Dodô (Dorival) fazia jogo duplo. Um dia ele levou o comandante da polícia para lá dentro da ocupação para conversar com o pessoal! Ali ele viu toda a estrutura, viu que não era a quantidade de gente que a gente falava, viu que num tinha arma. (...) Viu toda a estratégia. **O cara ficava dos dois lados, ele deve ter levado alguma vantagem, praticamente traiu os companheiros!** (Cauã, entrevista ao autor, 25/10/2012, grifos nossos).

O sentimento de terem sido preteridos, injustiçados, em meio à grande desconfiança na capacidade e idoneidade das lideranças estaduais do MST, marca parte significativa dos depoimentos dos trabalhadores rurais despejados⁹⁹.

Esse momento traumático foi também retratado pelo *Jornal Sem Terra* em reportagem na edição nº 85, de julho de 1989, matéria que mencionou as alianças entre MST, CPT, PT, CUT e STRs da região no enfrentamento dessas intensas ações de despejo.

No entanto, existem fortes indícios de que integrantes do MST e da CPT, principais organizações à frente dessas mobilizações, vinham tendo fortes divergências, relacionadas às diferentes perspectivas sobre o grau de radicalização¹⁰⁰ que se deveria ter frente aos

⁹⁹ Esse contexto, no que se refere aos contornos do processo de mediação, será mais bem discutido à frente, o que contribuirá para esclarecer parte desses acontecimentos.

¹⁰⁰ Segundo Lerrer (2008), “dentro do MST há um discurso para justificar a opção pelo afastamento da Igreja. Na visão de seus dirigentes, a orientação desta instituição não correspondia à necessária radicalidade que deveriam

adversários. Alguns depoimentos apontam que o MST pressionou no sentido de um enfrentamento mais intenso – como resistência aos despejos, ocupação de terras ainda não desapropriadas - e a CPT optou por uma postura mais voltada para a negociação, posições divergentes que podem ter enfraquecido suas ações conjuntas e, segundo algumas lideranças e assentados, foram decisivas para o fracasso das ocupações. Nesse momento, apesar de manterem algumas ações conjuntas, esses movimentos foram se afastando. A tensão entre CPT e MST pode ser indício importante para a compreensão de como se deram as ações de mediação, de ambas as partes, em diferentes ocupações de terra nesse período.

A ocupação de Sapezinho parece ser um contexto relevante para essa reflexão, também porque, em depoimentos com integrantes do MST, os entrevistados argumentaram que os trabalhadores rurais mobilizados para a ocupação dessa fazenda estavam “menos dispostos ao enfrentamento” do que os de Aruega, o que explicaria - para esses militantes - o fracasso. Esse contexto pode revelar também importantes tensões entre lideranças e trabalhadores rurais mobilizados.

Também foram mencionados os diferentes trabalhos jurídicos em relação à Aruega e Sapezinho, supostamente tendo a segunda mais fragilidade nesse sentido em relação à Aruega. Alguns entrevistados acreditam que Aruega teve muito mais atenção, conseguindo derrubar todas as liminares de despejo¹⁰¹. Dessa forma, a liminar de despejo de Sapezinho é vista como um elemento central para a dificuldade de resistência.

Segundo Pacheco, uma das principais lideranças do MST nesse processo, a fragilidade jurídica sempre foi um problema para o MST, nessa e em outras ocupações em Minas Gerais:

O Movimento pecou muito nisso (ação jurídica) também. Subestimou, eles não têm uma preparação boa na questão jurídica. Até hoje, péssimo! **Não dão valor, tratam como uma questão secundária.** Pagam o preço. E quem mais ferrou com o Movimento: o Judiciário. Eles perderam muito porque não atentaram para isso. Eles só veem a questão da repercussão política das ações, mas não é isso só! Só agora está formando gente, não tem estrutura, infelizmente. Isso é um prejuízo (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Esse argumento - que, apesar de buscar uma análise mais geral, foi motivado pelo caso concreto do fracasso em Sapezinho - indica limitações significativas no trabalho jurídico do MST. No entanto, é importante atentar para o amadurecimento do movimento nesse sentido e para a variedade de situações, em muitas das quais os sem-terra conseguiram conquistas legais significativas.

Inicialmente, o MST contou com a atuação de advogados da CPT, porém a questão jurídica não era central nas preocupações do Movimento. Ao longo da década de 1990, estabeleceu fortes vínculos com a Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP) - criada oficialmente em 1996 - e formou uma equipe jurídica interna ao patrocinar a formação universitária de alguns de seus membros.

Diferentemente dos críticos que enfatizam o atrito entre as ações do MST e o Estado de Direito, ao salientarem o suposto teor ilegal e antidemocrático desse movimento, Meszaros

ter para conduzir a luta pela reforma agrária que, no Brasil, segundo a crença da organização, só será efetivamente alcançada quando houver uma transformação social profunda do país” (p. 25). Dada a grande variedade local das lógicas de ação da CPT, é importante atentar também para as motivações específicas no processo em questão.

¹⁰¹ Uma informação significativa para essa questão é que Aruega foi classificada como latifúndio de exploração e Sapezinho como empresa rural, o que acarretou diferenças de condições de defesa em cada situação.

(2010) chama atenção para as interações positivas entre essa organização e a abertura de possibilidades de interpretação sobre a legalidade. O MST, ao longo do tempo, foi desenvolvendo uma consciência jurídica mais coerente e influente. Diante de um sistema jurídico marcadamente conservador, o MST - através de suas mobilizações inovadoras - contribuiu na abertura de perspectivas sobre a lei, em favor da justiça social:

Para o MST, a principal questão não é “sacrificar o Estado de Direito em nome do combate à pobreza e à exclusão”, mas recuperar os aspectos da lei que lidam de modo favorável com questões de pobreza e exclusão social, mas que foram enterrados sob o imenso peso de outros imperativos institucionais, políticos e de classe. Recuperar o potencial progressista da lei e ampliar suas fronteiras não é apenas uma questão de arqueologia legal. Novos precedentes precisam ser firmados (MESZAROS, 2010, p. 452-453).

Diante dessas reflexões, é fundamental pensar os diferentes tratamentos da questão jurídica ao longo dos vários momentos da trajetória do MST, assim como para a variedade de contextos nos quais essas questões influíram decisivamente nos rumos das mobilizações, principalmente em se tratando de um movimento densamente ramificado por várias regiões do Brasil.

No que se refere aos desencontros entre MST e CPT, foi também enfatizado por alguns membros do MST que estava em jogo a busca de parte da CPT por “tomar a frente” das mobilizações, assumindo a direção do processo.

A CPT na época tinha duas correntes mais fortes, uma que achava que ela deveria apoiar e assessorar a ação do Movimento, **outros achavam que eles tinham que fazer a direção.** (...) Todo grupo humano tem seus interesses: econômicos, políticos, convicção religiosa, espiritual, cultural, enfim, a gente se move por interesse. Eles são legítimos, é mais do que justo você defender suas ideias. Só que eu **acho que essa situação acabou fragilizando a própria CPT e por consequência também fragilizou o Movimento.** Acaba pessoas de fora querendo dar direção para o Movimento, não vai funcionar nunca! (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

O argumento de que uma ala da CPT queria ir além do apoio nas mobilizações foi também salientado por Carlos - militante do MST, hoje assentado no Oziel Alves Pereira - o que, na sua avaliação, causava divisões no Movimento:

O Movimento Sem-terra estava surgindo e sempre primou pela autonomia. **E a CPT, conduzida pelos padres, achava que eles é que tinham que mandar.** Eles não se contentavam em ser uma entidade de apoio, eles achavam que tinham que ser uma entidade dirigente dos trabalhadores. E a gente sempre achou que não. O Movimento não tinha que ser tutela de ninguém. (...) E quando surgiam as divergências geralmente eles queriam criar um núcleo interno para dividir (Carlos, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Maurício - liderança do MST hoje no Assentamento Oziel Alves Pereira - incluiu também a FETAEMG nessas disputas, referindo-se principalmente às mobilizações no

Noroeste do estado, reforçando a perspectiva dos militantes do MST de que estava havendo uma inversão de papéis nesse processo:

O que a gente teve mais problema foi com a CPT e a FETAEMG, pensamentos diferentes, sobre qual era o papel da CPT, da FETAEMG. Foi mudando, ao longo do processo, o foco, que era de acompanhar. Inverteu, da Pastoral querer assumir a bandeira da reforma agrária. Ela não tinha esse objetivo. Assim, como a própria FETAEMG. Ela mais dá o suporte, para a agricultura familiar (Maurício, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Na década de 1990, a Federação incorporou a reforma agrária como uma de suas principais demandas, organizando várias ações, levando à criação de assentamentos e buscando influenciar nos conflitos em curso. Por um lado, isso significou um apoio importante para as mobilizações dos movimentos na luta pela terra; por outro, mais um forte agente buscando intervir no direcionamento das mobilizações.

Policarpo também afirmou a necessidade da autonomia e proeminência do MST na direção do processo de ocupações, situando um problema eleitoral como estopim dessas divergências. Segundo ele, a CPT considerava que uma nova ocupação em Teófilo Otoni, naquele momento, poderia prejudicar a eleição de uma candidata do PT que apoiavam:

O Movimento Sem-Terra é autônomo, nós nunca nos sentimos donos da bandeira da reforma agrária, a gente entendia que era **cada um no seu quadrado**. Qual era o papel do MST? Lutar pela reforma agrária e tal. Qual o papel da CPT? Dar suporte aos movimentos sociais, à luta pela terra. Qual o papel da FETAEMG? Organizar os trabalhadores na base, movimento sindical e tal. (...) Nós tivemos problema com alguém na CPT em Teófilo Otoni na época da eleição para prefeito, que nós íamos fazer uma ocupação dessa dita Fazenda Bela Vista em Topázio. Aí, eles disseram o seguinte: **“Não! Vocês não podem fazer essa ocupação não, porque vai atrapalhar a eleição de fulana de tal, que é do PT”**. Respondi: “Mas não tem nada a ver uma coisa com a outra!” Inclusive, em Novo Cruzeiro - numa região dominada pela UDR – na eleição para presidente em 89, o Lula ganhou em Novo Cruzeiro! Nós tínhamos uma militância tão... Certo? Nós atrapalhariámos algum candidato do PT ser eleito?! A partir daí começou uma certa divergência, afastamento, por causa da CPT. E a partir daí começou a **querer enfiar o dedo no Movimento Sem-Terra! O Movimento é autônomo**. Nós vamos escutar todo mundo, ver as análises, mas nós temos que tomar a decisão própria (Policarpo, entrevista ao autor, 10/07/2013, grifos nossos).

Como se pode perceber, Policarpo não concordava com a perspectiva da CPT de que as ações do MST poderiam ter efeitos eleitorais negativos, citando os resultados eleitorais positivos de Novo Cruzeiro, onde ocorreu a ocupação de Aruega. A relação entre MST e PT será mais bem discutida à frente, no entanto cabe salientar como, nesse momento, a CPT poderia tender para a política representativa em detrimento das ocupações de terra. O MST - diferentemente de grande parte do movimento sindical discutido nessa tese e, nesse contexto, também da CPT - não direcionou de forma tão intensa as suas mobilizações para a conquista de resultados eleitorais. As ações do MST foram mais voltadas para outras formas de interação com o espaço institucional, como, por exemplo, a pressão através de ocupações de terra, marchas, ocupação de prédios públicos, conquista da opinião pública etc..

Segundo depoimentos de algumas lideranças do MST, o controle da CPT sobre os recursos recebidos das entidades foi também um elemento relevante nessa disputa, na medida em que eram distribuídos preferencialmente para alguns militantes, o que dividia os próprios membros do MST:

Quando aconteceu o despejo de Sapezinho já tinha uma brigazinha, era mais regional, a coordenação estadual da CPT tinha mais aquela compreensão mais geral (de somente apoiar), mas nas regiões começaram a aparecer alguns problemas, por conta de alguns padres e alguns assessores de pastorais **que queriam dar a direção, na minha opinião, equivocadamente. Aí começaram a cooptar lideranças**: “Ah, o fulano é meu amigo, então eu vou conseguir recursos tudo para ajudar o grupo do fulano, o grupo do ciclano vai ficar sem nada **porque ele não fecha com a gente**”. Houve essas orientações e práticas, infelizmente (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Esses depoimentos - assim como os de membros da CPT, como Fernando, e de assentados afinados com sua perspectiva, como Janete e Cauã - devem ser compreendidos à luz do campo de alianças e disputas entre esses grupos. Diante das perspectivas discordantes, podemos entender as questões que estavam colocadas e as diferentes posições de cada ator.

4.2 – Disputas e conflitos de mediações

Como salientado anteriormente, Novaes (1994) argumenta sobre a necessidade de se pensar a mediação para além dos atores comprometidos com os interesses dos trabalhadores, ou seja, é pertinente pensar também as formas de mediação a serviço da manutenção das relações de poder. Nas entrevistas, um dos principais motivos alegados para o “fracasso” da ocupação de Sapezinho era o consentimento de algumas lideranças - na busca pela negociação - da frequente entrada da dona da fazenda e da polícia no acampamento, supostamente visando o diálogo e a doação de alimentos, remédios etc. enviados por ela para os sem-terra. Isso teria amainado a oposição dos trabalhadores dada a habilidade de convencimento e formação de uma boa autoimagem pela dona da fazenda. Assim, argumentam que a mobilização foi enfraquecida, o que teria facilitado a inserção da polícia e a retirada dos trabalhadores rurais da terra.

A importância da delimitação dos adversários - fundamental para o fluxo das mobilizações - ficou evidente nesse contexto, algo visível em vários relatos sobre os acontecimentos em torno da ocupação da Fazenda Sapezinho (Novo Cruzeiro/MG), considerada um grande fracasso por alguns militantes:

Tem momentos que a liderança, e mesmo o povo, opta por um caminho muito... de aliança, de negociações etc., que não surte efeito. E há momento em que as pessoas tomam uma decisão um pouco mais radical, de combate mesmo e acaba sendo vitorioso. Eu vou tentar exemplificar aqui pra ver se eu consigo explicar melhor: **Quando nós ocupamos Aruega nós não tínhamos nenhuma pretensão de negociar**. Negociar em que sentido? Ah, do proprietário chegar, com aquela conversinha doce e tal... Quer dizer, entramos com um propósito muito claro de radicalização mesmo! Radicalizamos o máximo! Tanto é que a polícia não conseguiu entrar. (...) Quando ocupamos Sapezinho, que é a Fazenda ao lado, era basicamente o mesmo grupo de liderança e por uma razão ou outra. Acho...acho não...é até

duro eu dizer isso: **Por influência inclusive até da própria CPT... os aliados... flexibiliza, das alianças** e tal. Tomamos um caminho um pouco diferente. Radicalizamos em parte. Tanto que aceitamos... Aceitamos, eu coloco junto, mas particularmente eu era radicalmente contra. Aceitamos inclusive sentar na mesa de negociação com a proprietária, e **a proprietária teve uma habilidade tamanha de nos enrolar, mas enrolou bacana!** A ponto de um dia a reunião se dar na fazenda dela, num outro local. **Um dos equívocos mais vergonhosos** de se contar que nós cometemos, **nós caímos no conto de fadas**. Acreditamos que aquela negociação que tinha se estabelecido ai nós íamos conquistar a Fazenda. Negociação com político, com a proprietária, com o INCRA, não sei o que e tal, e apostamos nisso e flexibilizamos a resistência interna. (...) A mulher (fazendeira) acabou... Era um *imbróglio* mesmo... **Ela conseguiu, assim, estrategiar uma metodologia tão eficaz de nos desgraçar**, nos combater, a ponto de ... Ela fornecia leite pras... ela levava leite pras crianças! Fornecia leite, levava. Ela infiltrou no acampamento! Ela e seus... Ai chega a polícia com o mesmo discurso: “Não, que nós estamos pra proteger e tal” (Paulo, entrevista ao autor, 19/03/2011, grifos nossos).

Paulo é enfático ao afirmar que a perspectiva que vinham construindo, oposta à figura do *fazendeiro*, foi minada nesse processo, tanto pela ação de atores que buscavam impedir as ocupações - fazendeiros, policiais, prefeitos etc. - quanto pela postura receosa da CPT. A participação de religiosos, fundamental para o processo inicial de mediação, nesse momento se apresentou para alguns militantes do MST como obstáculo para um confronto mais severo. Essa crise, que envolvia disputas pela representação política (BOURDIEU, 1989) dos trabalhadores rurais, fica mais evidente no trecho abaixo:

Porque não era grupo diferente, era o mesmo grupo de liderança, agora num outro momento conjuntural diferente. Por exemplo, para ocupar Aruega nós tínhamos rompido todas as barreiras da resistência, de pessoas da Igreja mesmo. Fomos muito convictos de que ali nós íamos e dali não podíamos sair. Quer dizer: radicalização mesmo. Beleza! Não houve divergência. Agora na outra ao lado, **a CPT puxou pra trás! Foi o momento que estabelecemos uma grande divergência com a CPT, basicamente rompemos. Por que eles não concordavam que a gente desse um próximo passo sem que a turma de Aruega fosse legalmente assentada**. Então nós teríamos que estar até hoje esperando, porque Aruega legalmente, assim, com documentação e tal, não tem. Eles tinham essa visão: “Ceis loucos, porque ceis tão querendo abarcar o mundo com as pernas. Não é assim que se faz. Primeiro tem que pensar a organização de Aruega pra depois dar um passo adiante”. E a experiência do Movimento dos Sem Terra a nível de Brasil já demonstrava pra gente que não. O Movimento surgiu, cresceu e se expandiu na base do rolão! Que que é o rolão? É uma ocupação, é outra, um despejo aqui, uma conquista ali. É assim que expandia. **Então nós ousamos fazer essa ocupação de Sapezinho, mas já com essa... com essa quebra de elo**, eu diria, já com **menos força de um elo**. Não havia essa concordância política de que tinha que se fazer. Então deu no que deu: **na hora da resistência nós já não contávamos com todas as forças** da mesma forma que contávamos em Aruega (Paulo, entrevista ao autor, 19/03/2011, grifos nossos).

A interpretação de Paulo sobre esse processo é reveladora de que em cada uma dessas situações de mobilização - cada qual formando uma *figuração* (ELIAS & SCOTSON, 2000) diferente - as relações entre atores variavam, o que levava a desdobramentos diferentes.

Isso fica claro quando Paulo afirma que: “porque não era grupo diferente, era o mesmo grupo de liderança, agora num outro momento conjuntural diferente”. Essa constatação, entre outras, possibilita a interpretação de que se tratava de diferentes *figurações* e essa mudança teria sido determinante para os diferentes desfechos nesse processo.

Como salientei anteriormente, Elias demonstra que as relações de interdependência são dinâmicas, variáveis de acordo com cada contexto, formando diferentes arranjos que, em cada situação, dão base para diferentes escolhas dos atores. Dessa forma, como num “jogo de xadrez”, cada movimento de um ator depende do movimento (realizado ou presumido) dos outros e das diferentes posições das peças no tabuleiro ao longo do jogo. Assim, mesmo contando com praticamente os mesmos grupos de atores, a ocupação de Sapezinho se deu diante de outras relações entre esses agentes, principalmente entre MST e CPT, que constituíram fortes divergências nesse novo contexto e passaram a agir em sentidos diferentes. Alguns STRs da região e políticos do PT - assim como uma multiplicidade de outros atores com menor influência - também compunham esse quadro. Naquele momento, existiam fortes indícios de que PT e STRs também se afastaram do MST, o que enfraqueceu ainda mais as mobilizações.

Estava em disputa, principalmente, a forma e a intensidade do enfrentamento que os trabalhadores rurais teriam frente às tentativas de despejo e realização de novas ocupações. Enquanto grande parte dos militantes do MST via aquele momento como decisivo para a continuidade do processo de ocupações, membros da CPT acreditavam ser melhor “recuar”, ter uma postura mais moderada, em vista do risco dos trabalhadores rurais serem despejados violentamente.

Apesar de vários depoimentos salientarem que não havia divergências quanto aos rumos desse processo - em face da alegação de que a liderança era somente do MST - em certos momentos se evidenciam as tensões subjacentes, que minavam a legitimidade de várias lideranças.

Arnaldo: Tinha ideias diferentes?

Não porque o MST era independente. (...) Aí eles (CPT) só apoiavam. (...) As vezes tinha, eles (CPT) tinham medo de derramar sangue. O que a CPT falava é o seguinte: “A gente apoia, mas a gente não quer ver derramar sangue”. Mas o momento de recuar e o momento de enfrentar era muito bem discutido. Quando tinha mandado de despejo a gente não enfrentava não. Aruega não tinha, foi um trabalho (jurídico) muito bem feito, os advogados trabalharam muito bem. As outras a gente sabia que tinha ordem de despejo e o jeito foi ceder. Tem os momentos a gente sabe que não aguenta (Estefani, entrevista ao autor, 22/10/2012).

Os trabalhadores rurais envolvidos nessa segunda ocupação também não estavam com a mesma “disposição” que os da primeira, como Paulo afirmou noutro momento de seu depoimento. Essa afirmação pode indicar que o trabalho de mediação e a autoridade das lideranças também não era a mesma, inclusive diante de novas forças que passavam a ganhar/retomar legitimidade frente os trabalhadores rurais, como a fazendeira e a polícia militar.

A polícia acampou no meio de nós e foi cadastrando o pessoal. Dizia: “O governo vai dar uma terra para vocês”. Essa era a promessa da polícia! **Aí o MST viu que eles tomava o povo mesmo, né, ia desbaratar o acampamento ali.** (...) O Movimento perdia o povo, as lideranças tinham que ficar quieto, não podia fazer uma reunião, porque eles queriam pegar as lideranças (Cauã, entrevista ao autor, 25/10/2012, grifos nossos).

O fato dos policiais militares optarem por acampar junto aos trabalhadores rurais - distribuindo alimentos, realizando cadastros e prometendo que seriam assentados noutro lugar - é muito significativo, pois indica a busca por uma convivência que permitisse, além de controle físico, ações de mediação sobre os acampados que pudessem desmotivá-los ao confrontamento.

Vários relatos demonstram as estratégias de aproximação da polícia, muitas vezes através das crianças, o que possibilitava, além da diluição de sua imagem como adversários, a obtenção de informações estratégicas para um futuro despejo:

A polícia conseguiu acampar dentro da Fazenda (Sapezinho), começou a estabelecer uma vivência, uma relação, tentando aproximar das crianças. Começou a criar um clima diferente. Eles procuravam aproximar das crianças, oferecer uma bala. Tentar a partir daí descobrir outras informações, mapear as lideranças, a área (Fabrícia, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Essa relação intensa entre os polícias e os acampados foi retratada também na documentação disponível na CPT/MG, na qual também ficam claras as estratégias policiais de alternar simpatia e violência, dependendo de cada contexto de interação. Numa nota produzida por várias entidades locais - entre elas Associação de Bairros, CUT-Regional Mucuri, UTE, CEBs, CPT, STRs, PT, PDT etc. - essa postura fica evidente:

Num primeiro momento, os policiais tentaram mostrar à opinião pública que estavam lá para cumprir a “missão social da Polícia Militar”, até distribuindo pipoca às crianças e jogando futebol com os ocupantes. Na realidade, os mesmos cometiam atos de violência e de desrespeito ao povo. Espancaram alguns e torturaram outros, chegando a colocar um companheiro algemado em cima de um formigueiro e pressionando-o para confessar fatos inexistentes sobre os acampados e o Movimento dos Sem-Terra. Várias outras violências e desrespeito ao ser humano foram feitos pela Polícia: não deixar o povo dormir à noite, bater nas portas das casas, revistar as casas dos moradores, contaminar o córrego usado para beber e banhar-se, insultar as mulheres falando palavrões, buscar informações das crianças a troco de doces, destruir hortas para fazer campo de futebol e montar barracas, etc. (Documento intitulado *Policia investe contra os trabalhadores rurais no Nordeste de Minas*. Teófilo Otoni. 22/06/1989).

Nesses momentos de “vivência”, os policiais tentavam minar a credibilidade do MST junto aos acampados, restabelecer a confiança na ordem vigente, nos valores tradicionais de respeito em relação às autoridades e hierarquias constituídas. Assim, as significações sobre certos valores dos atores em conflito estavam em disputa intensa, sendo elementos centrais na definição dos rumos desse processo.

O trecho abaixo foi retirado de um documento da Polícia Militar e demonstra parte de suas significações sobre esses acontecimentos e seus intuios. Nesse documento, é narrada parte dessas ações, de acordo com a perspectiva da PM:

Poucos meses depois (da ocupação de Aruega), uma fazenda limítrofe, Sapezinho, foi incorporada a essa ocupação. (...) Sapezinho, declarada empresa rural, teve sua posse garantida aos seus proprietários, pela justiça. Em outubro de 1988, expediu-se o primeiro mandado de reintegração de posse, que foi contestado. Novamente, em março de 1989, novo mandado foi expedido e requisitado o emprego da Força Pública para garantir o seu cumprimento. **A Polícia Militar passou então a intermediar uma solução, visando a uma desocupação pacífica.** Sem ainda conhecer bem os propósitos do MST, em seu planejamento, envolvendo outros órgãos do Estado, a PM chegou a construir, com barracas da Defesa Civil, um acampamento, destinado aos ocupantes, onde, **alimentados e abrigados, aguardariam uma solução por parte do INCRA, visando a um assentamento futuro.** **Mas nada disso queria o MST**, que passou a usar de todos os artifícios para manter a posse da fazenda Sapezinho, aumentando o clima de tensão na área, chegando a haver pequenos conflitos entre a PM e os posseiros. Em junho de 1989, a PM montou um acampamento ao lado do acampamento dos posseiros. Estes, não querendo a presença da PM e não podendo resistir à força, sob protestos histéricos, abandonaram Sapezinho, juntando-se aos acampados em Aruega. Ainda em 1989, no mês de novembro, os acampados expulsos de Sapezinho tentaram invadir outra propriedade, numa localidade denominada Topázio, também no Nordeste de Minas Gerais. Para evitar a ocupação, o efetivo da Polícia Militar, numa ação de manutenção imediata da posse, agiu legalmente, contudo foi atacado a golpes de foices, facões e enxadas pelos ocupantes. Do conflito, resultaram ferimentos em 15 (quinze) pessoas, das quais 09 (nove) eram crianças (MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.02/2011 CG**: Regula o emprego da Polícia Militar de Minas Gerais nas Ocupações de Imóveis Urbanos e Rurais. Belo Horizonte: Comando- Geral, 3a Seção do Estado-Maior da PMMG, 2011. p. 60, *grifos nossos*).

Na perspectiva contida nesse documento da PM fica evidente a separação entre os militantes do MST - tidos como portadores de objetivos obscuros - e os trabalhadores rurais envolvidos, cuja integridade os policiais alegavam que pretendiam proteger e a confiança conquistar para conseguir uma desocupação pacífica. Essa relação de proximidade - que permitiu a montagem de um acampamento da PM junto ao acampamento do MST e, assim, o despejo - é vista como uma conquista para a PM. Essa conquista de uma relação pacífica, segundo o documento, foi subvertida pelas ambições do MST, o que teria ocasionado os violentos confrontos decorrentes.

A participação da PM como “intermediária” nessa ocupação é salientada em vários depoimentos, demonstrando como sua presença e ações influíram decisivamente na desarticulação da mobilização que o MST pretendia, por caminhos que não passavam somente pelo enfrentamento, mas principalmente pela construção de relações de confiança e mobilização de significados para o direcionamento dos acampados para a busca por terra por outros meios.

Nesse momento, na ocupação de Sapezinho, tornou-se possível uma *figuração* (ELIAS & SCOTSON, 2000) na qual também a fazendeira, proprietária da terra, buscou evitar que os militantes mediasssem a construção de sua imagem como adversária para os trabalhadores

rurais, o que nos remete ao argumento de Novaes (1994) de que as ações de mediação podem servir tanto para a mudança quanto para a manutenção das relações de poder. Em vários depoimentos ficou claro como a figura do fazendeiro, geralmente uma imagem abstrata para os trabalhadores, na ocupação de Sapezinho ganhou concretude a partir da presença frequente da dona da terra no acampamento, suas doações, promessas e demonstrações de sofrimento:

Naquela época o fazendeiro quase não aparecia. Eu conhecia a dona da Fazenda Sapezinho, vi por umas três vezes. Sempre ela chegava chorando: “Que eu vou vender essa terra para o Governo, pra vocês assentar e tal”. Trazia leite para as criancinhas, mas aquilo era só para enganar (Policarpo, entrevista ao autor, 10/07/2013).

Cabe salientar também que - diferentemente de Aruega, cujo proprietário era um agrônomo que vivia em Viçosa (Zona da Mata/MG), com pouco vínculo com a terra e a localidade - as proprietárias de Sapezinho eram uma viúva e suas jovens filhas órfãs, que moravam no município e gozavam de boa imagem social, o que foi recorrentemente enfatizado pela imprensa local para sensibilizar a população.

Na documentação da CPT/MG, encontramos várias matérias sobre o sofrimento dessas mulheres que, segundo esses jornais, receberam ameaças de sequestro e tiveram seu carro roubado *provavelmente*¹⁰² pelos sem-terra. A mensagem era que o poder público, ao não expulsar os invasores, estava prolongando o sofrimento das mulheres.

Nessa situação de aproximação com os sem-terra e imagem de sofrimento, ao que tudo indica, a fazendeira e a polícia conseguiram valer-se das memórias sobre as relações de mando/obediência e proteção - típicas das antigas relações de agrego na região - para enfraquecer a oposição dos trabalhadores rurais e de parte das suas lideranças.

As ações de mediação, geralmente atribuídas aos grupos comprometidos com o enfrentamento do *status quo*, são também desenvolvidas no sentido da manutenção das relações de poder, buscando articular significados que justificassem as divisões sociais e políticas vigentes. Como destacado anteriormente, essas ações são realizadas por uma multiplicidade de atores, podendo assumir diferentes sentidos em vários contextos, servindo para questionar ou reproduzir a dominação (NOVAES, 1994).

Muitas vezes, diferentes sentidos (mudança, continuidade) para as ações de mediação se dão, inclusive, entre integrantes das mesmas organizações, o que subverte a ideia de homogeneidade nesses grupos, como foi o caso na história Igreja Católica. Um bom exemplo está no trabalho de Novaes (1997), que demonstra como - nas mobilizações de trabalhadores rurais paraibanos, nos processos de formação de ligas e sindicatos - integrantes da Igreja Católica agiram em sentidos distintos. A autora demonstra como “os padres reagiram diferentemente frente a situações em que se explicitavam conflitos entre grandes proprietários e trabalhadores” (p. 60). Alguns padres, por exemplo, agiram em prol da organização dos trabalhadores, em oposição aos patrões e suas formas de exploração. Outros, diferentemente, agiam no sentido do esvaziamento dos conflitos, tentando “contemporizar as questões, tratando de manter unidos ‘os católicos’ de diferentes posições sociais que faziam parte do seu rebanho” (p. 69).

¹⁰² Apesar das matérias afirmarem que o carro foi *provavelmente* (termo utilizado nas reportagens de forma inconsistente) roubado pelos sem-terra, não apresentaram qualquer prova, indício ou argumento consistente que permitisse essa acusação. Ao que tudo indica, essa comprovação não era necessária para convencer a maior parte dos leitores, diante da forte imagem negativa sobre os trabalhadores rurais mobilizados.

Também no que se refere aos anos de 1980, Novaes (1997) trata das significações religiosas - outros sentidos - que patrões valeram-se para desacreditar lideranças dos trabalhadores rurais e esvaziar suas mobilizações:

Contudo, como foi dito anteriormente, também os patrões usaram publicamente essa mesma imagem para definir os 'falsos profetas', isto é, aqueles que apareciam como padres e bispos, seduziam os trabalhadores com seus ensinamentos, mas eram - de fato - 'Bestas do Apocalipse' (NOVAES, 1997, p. 210).

Acredito que essas reflexões de Novaes lançam luz sobre o processo aqui discutido, pois vários atores buscaram articular significados que permitissem a manutenção da ordem vigente, como mencionado anteriormente em relação à PM e fazendeiros da região. Soma-se a isso - para compreender o enfraquecimento das mobilizações dos sem-terra - o fato dos grupos que vinham organizando os trabalhadores para as ocupações discordarem, em parte, quanto aos rumos que as ações deveriam tomar.

As tensões entre as perspectivas de MST e CPT, no Nordeste Mineiro, parecem estar presentes desde o início da ocupação em Aruega, apesar de supostamente terem menor intensidade e comprometimento para os objetivos mais gerais das mobilizações. Fernando, membro da CPT no período, relatou sua perspectiva sobre a organização realizada pelo MST em Aruega:

Até a própria questão da organização em Aruega. Todo mundo fica entusiasmado! Aqueles grupinhos todos que tinham lá, 11 grupos de trabalho, terra coletiva, ai todo mundo entra. **Aquilo foi um discurso imposto, é um discurso de fora!** Depois o povo se ajeitou! O povo não tem essa visão de socialismo, não tem essa visão de coletivização de terra. A ideia de propriedade também tá na cabeça do pequeno. Mesmo que eles trabalhem, assim, com mutirões, com dias trocados de trabalho, tenham relações de solidariedade boas entre eles, mas não a esse ponto.

Eu me lembro que quando eu via em Aruega, 11 grupos de trabalho, cada um produz uma coisa, cada um ajuda o outro. A associação dos produtores de Aruega, tudo organizadinho (risos). Isso foi no início! Depois o próprio povo foi caminhando para o que é o real. **E isso é um discurso marxiano, ou marxista, deslocado da realidade. Eles (MST) não veem que o povo tem formas de solidariedade espontânea que já são germes do socialismo.** Você não precisa trazer o discurso do socialismo planificado para por na cabeça deles (Fernando, entrevista ao autor, 13/12/2011, grifos nossos).

Apesar de considerar que as ações do MST eram impostas, Fernando assume a postura de que seria melhor esperar conseguir a terra, que depois as coisas se ajeitariam num sentido mais próximo da realidade e anseios dos trabalhadores rurais. Essa visão pessoal refletia o pensamento de parte significativa da CPT, o que pôde ser identificado em várias entrevistas:

No início eu via aquilo, eu e Jerônimo ríamos muito. (risos) Todo mundo que ia lá de universidade, falava de coletivização de terra... Eu me lembro que uma vez um pesquisador da UFMG, eu não vou falar o nome, falou: "Poxa! Foi imposto por Stalin e a coletivização não deu certo. Aqui em Aruega tá dando certo! Está se constituindo os sovietes dos campesinos!" (risos). Eu morri de rir depois. Isso na realidade era todo estereotipado (Fernando, entrevista ao

autor, 13/12/2011).

Apesar de não serem evidentes grandes disputas por essas formas de organização entre CPT e MST em Aruega, as interpretações divergentes sobre essas ações podem indicar que os esforços não caminharam sempre no mesmo sentido, minando as relações de parceria entre esses grupos ao longo do tempo.

A questão do trabalho coletivo pode indicar também que existiam mediações em sentidos distintos a partir dos diferentes grupos em relação, sendo que o MST tinha na coletivização um de seus principais objetivos, buscando constituir significados que permitissem a realização dessas atividades - como os concernentes ao questionamento da propriedade privada, valorização da propriedade conjunta, crítica ao individualismo etc.

Por outro lado, apesar da convergência no que se refere à busca pela conquista da terra e melhoria nas condições de vida dos trabalhadores rurais – outros grupos como CPT, STRs, PT etc. não assumiram, pelo menos com tanta ênfase, o projeto de coletivização, alguns atores inclusive questionando e ridicularizando essas iniciativas.

No caso da CPT, como vimos no depoimento acima, havia certa tolerância em relação a essas iniciativas, apesar da descrença em sua adequação e sustentação ao longo dos anos. Essa tolerância pode ter diminuído em situações mais tensas, nas quais os rumos das mobilizações foram objeto de disputa. Dessa forma, é de se supor que os agentes da CPT não buscaram mediar a construção da coletivização como um valor para os acampados e, em algumas situações mais conflituosas, se opondo a esses significados tão caros ao MST. Os trabalhadores rurais também não participaram desse processo de forma homogênea, muitos deles trazendo concepções sobre a terra - e seu potencial de enraizamento - nas quais a coletivização não fazia tanto sentido, articulando significados no sentido da produção familiar ao longo do tempo (ZANGELMI, 2007). Essa possibilidade é reforçada na medida em que verificamos que o trabalho coletivo foi diminuindo ao longo dos anos, tendo os assentados progressivamente optado pelo trabalho familiar em todos os quatro assentamentos visitados¹⁰³.

4.3 – Violência e desarticulação nas mobilizações

Algo que chama a atenção é que, em parte dos depoimentos, o processo decorrente do despejo em Sapezinho não foi sequer mencionado. Acredito que essa questão está relacionada com o estabelecimento de relações de *silêncio* (POLLAK, 1989. PORTELLI, 2002. SANTANA, 2000) entre vários atores envolvidos, sendo um ponto delicado a ser tocado nas entrevistas. Os conflitos com a CPT e o enfraquecimento das relações de representação das lideranças do MST também foram pontos delicados.

As relações de *silêncio* são estabelecidas entre pessoas que passaram por experiências-limite, marcadas pela violência e traumas. Assim, suas memórias sobre esses acontecimentos se articulam implicitamente, não sendo facilmente externalizadas, apesar de estarem sempre presentes de forma tácita entre os integrantes do grupo e pautarem muitas de suas ações.

Pelo que pude perceber nas entrevistas, o fracasso de Bela Vista - num momento no qual o MST buscava mais autonomia e independência – marcou consideravelmente os sem-

¹⁰³ Atualmente, pelo que tenho notícia, não existe assentamento com trabalho coletivo em Minas Gerais. Um marco importante foi o ano de 2008, quando, no Assentamento 1º de Junho - visto por muitos anos como modelo de produção coletiva no estado - os assentados encerraram a produção coletiva. Processos similares também ocorridos em assentamentos noutras regiões do Brasil, indicando que se trata de um processo mais amplo em direção à produção familiar.

terra envolvidos. O fato de terem sido despejados tão rapidamente, colocou em dúvida sua capacidade de planejamento e organização, algo lembrado com vergonha e ressentimento, principalmente por parte das lideranças que estiveram à frente dessa tentativa de ocupação. Assim, a narrativa desses fatos foi recorrentemente evitada em grande parte das entrevistas e, quando estimulada por mim, foi realizada de forma angustiada.

Analisando uma reportagem do *Jornal Sem Terra* (nº 87, setembro de 1989, p. 13) pude conhecer melhor o caso de Bela Vista e sua importância. Grande parte das famílias despejadas dessa ocupação foi mobilizada para uma ocupação em Teófilo Otoni, próximo ao município de Pavão (Vale do Mucuri), na Fazenda Bela Vista, cujo desfecho foi ainda mais traumático que o de Sapezinho. Fernandes (1999) também menciona esse acontecimento:

Ante a falta de perspectiva, os sem-terra articularam uma nova ocupação e no dia 5 de setembro de 1989, tentaram ocupar a fazenda Bela Vista, no município de Teófilo Otoni (...). A Bela Vista era um latifúndio de dois mil e setecentos hectares, que os sem-terra pretendiam ocupar e exigir a vistoria. Primeiro os jagunços e depois os policiais impediram que as famílias montassem o acampamento. No confronto, duas pessoas foram baleadas e as famílias recuaram. Vários trabalhadores foram presos e as famílias transferidas para uma área na periferia da cidade (FERNANDES, 1999, p.127).

Em entrevistas posteriores realizadas com integrantes do Assentamento Santa Rosa, formado pelos trabalhadores despejados, foi possível compreender melhor esses acontecimentos. Janete narrou parte do que viveu nesse despejo violento que algumas lideranças do MST evitaram tratar em seus depoimentos.

(Na chegada a Bela Vista) eu estava com um pressentimento ruim... **E por volta de duas horas da tarde só escuto o pau quebrar. Tiro! Pegou a segurança e amarrou, entrou atirando. Foi ai que as crianças levaram tiro, homem levou tiro na boca, foi feio, foi feio, foi feio...** Naquele momento tanto fazia pra mim morrer ou matar! Eu lutei com cinco policiais! E o povo sumiu tudo, ficou só eu e a filha caçula. (...) Eles vieram pra cima de mim e queria tomar minha menina! “Não, minha menina não leva não!” Na época eu era boa na perna! Vinha um, eu passava a perna... no chão! Vinha outro... no chão (risos) (Janete, entrevista ao autor, 25/10/2012, grifos nossos).

Nesse confronto, os policiais balearam e espancaram várias pessoas. Também ordenaram que os acampados deitassem, dando tiros de raspão sobre suas cabeças, para assustá-los. Além de várias pessoas feridas, os homens foram levados presos, as mulheres e crianças foram aprisionadas em baías insalubres e outras crianças ficaram perdidas na mata por dias.

Chama atenção a pouca repercussão desse acontecimento na imprensa mineira¹⁰⁴, pois quase não encontramos notícias sobre o ocorrido e, quando encontramos, foram pequenas notas em jornais de pouca circulação, geralmente aqueles produzidos por organizações e movimentos de trabalhadores rurais. Essa situação destoa do que encontramos nas matérias de

¹⁰⁴ Também é de se destacar a falta de investigação e punição para os responsáveis por essa ação violenta, o que revela o quadro de desproteção desses trabalhadores rurais diante das relações de poder vigentes no período.

meados da década de 1990, momento no qual as mobilizações do MST haviam conquistado espaço relevante nos noticiários.

Depois desse confronto, policias e sem-terra trocaram acusações, cada qual atribuindo ao outro a iniciativa nas agressões. Algumas fotos tiradas por PMs durante o confronto foram encontradas em recortes de jornal da CPT (Figura 16). Segundo os PMs, a primeira das demonstraria que foram atacados.



Laure. *Tribuna de Minas*. 18/08/1989. 2 fot. Documentação da CPT/MG

Figura 16: Fotos do conflito em Bela Vista

Pelo que pude ver, a imagem não permite concluir quem foram os responsáveis pelo confronto. Além da pouca qualidade da foto e seu desgaste ao longo do tempo, trata-se de uma situação confusa, um registro de um fragmento desse conflito. De qualquer forma, independentemente de quem teve a iniciativa, ficou evidente pelas informações encontradas a determinação policial em retirar os trabalhadores rurais imediatamente, visando evitar que se estabelecessem na área.

Uma informação fundamental se refere ao fato dos policiais realizarem o despejo sem liminar de reintegração de posse, como demonstrou uma reportagem do jornal *Tribuna Popular* - disponível na documentação da CPT/MG - na edição do dia 07/09/89. Nessa matéria vários advogados entrevistados argumentam que a liminar ainda não havia sido expedida no momento do despejo, apresentando documento do Cartório de 1º Ofício do Judicial e Notas da Comarca de Teófilo Otoni - no qual consta o horário de expedição da liminar - que comprova essa arbitrariedade na ação policial.

É difícil acreditar que um conflito não era previsto pela Polícia Militar - e, principalmente, por aqueles que tinham o poder de comandar e direcionar as ações policiais - ao tentarem despejar imediatamente os sem-terra, sem liminar de despejo, poucas horas depois da ocupação. Evidentemente os sem-terra não abandonariam espontaneamente a terra sem a apresentação da liminar e reivindicariam um processo de negociação mais longo. Os indícios nos levam a crer que esse confronto era esperado e, talvez, desejado.

As interpretações sobre os motivos do fracasso dessa ocupação são múltiplas, variando mesmo entre os próprios membros do MST. No entanto, fica evidente como a proximidade entre os trabalhadores rurais, polícia e a fazendeira em Sapezinho pode ter prejudicado o sigilo das informações sobre a futura ocupação em Bela Vista:

Vazou informação (em relação à ocupação de Bela Vista). A Polícia Militar, **eles infiltraram gente**. E nós naquela época tínhamos pouca maldade em relação a isso. A gente tinha pouca mobilidade e estava sobre vigilância também. Então o povo, no acampamento, **acaba soltando alguma coisa**. Eles (policiais) estiveram lá dentro (acampados), tem pessoas que eles fazem promessas, pressão, o cara acaba entregando alguma informação (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Fabrícia, hoje assentada no Assentamento Oziel Alves Pereira, participou desses acontecimentos como liderança local, mobilizando os trabalhadores rurais para essas novas tentativas. Hoje, com a possibilidade de uma perspectiva sobre todo o processo, ela afirmou que “em Bela Vista já foi mais complicado. Na época, a repressão era muito maior, eles já estavam num processo adiantado de monitoramento, de como estavam as ações da gente. Quando a gente saiu para ocupar, eles conseguiram saber imediatamente” (Fabrícia, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Para parte dos militantes do MST, a decisão de resistir ao despejo em Bela Vista teria sido equivocada diante das circunstâncias desfavoráveis. A organização dessa ocupação não contou com o grau de elaboração e união de forças como em Aruega, o que enfraqueceu ainda mais o Movimento nessa ação. Também é mencionado o pequeno número de famílias que conseguiu chegar à terra e o fato da área não ser estrategicamente favorável à resistência como fatores que possibilitaram o despejo:

Foi uma **avaliação equivocada**, eu acho, na Fazenda Bela Vista, de resistir. Porque as pessoas ocuparam, a polícia foi fazer o despejo e as famílias resistiram. Não saiu pacificamente. Aí houve um conflito e as consequências foram grandes para nós. **Para fazer confronto com a polícia você tem que ter muita família, tem que ter uma área muito estratégica**. Quem sempre acaba perdendo são as famílias, são os trabalhadores. (...) Foi uma consequência muito grande, por que na verdade houve um massacre! Já chegaram atirando bombas de gás, efeito moral, tiro, ficou criança perdida,

trabalhador hospitalizado (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

A ideia era realizar a ocupação de Bela Vista com as famílias despejadas de Sapezinho e as famílias excedentes de Aruega. Porém, apenas as 70 famílias despejadas de Sapezinho conseguiram chegar, pois as de Aruega foram presas no caminho, o que facilitou o rápido despejo:

Essa ocupação era pra ser feita com as famílias despejadas de Sapezinho e as famílias excedentes de Aruega, foi a primeira vez que as famílias excedentes de Aruega saíram, iam em direção a outra área. Ali ia juntar dois grupos na ocupação de Bela Vista. **Só que quando as famílias saíram de Aruega, passou por Novo Cruzeiro, aí já foram presos e trazidos para Teófilo Otoni.** Conseguiram chegar em Bela Vista só parte das famílias, que eram as que estavam em Sapezinho. (...) Eu estava no grupo que conseguiu entrar. (...) E no processo ainda da gente se instalar ali, a polícia chegou. Cercaram o acampamento e foram soltando bombas (Fabrícia, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Essa ocupação também não contou com todas as principais lideranças do MST que atuavam em Minas Gerais. Além de algumas lideranças terem sido bloqueadas na vinda de Aruega, outras delas estavam no Noroeste Mineiro nesse período, buscando realizar mobilizações nessa região, o que será mais bem explicado adiante. É de se supor que não contar com parte significativa das lideranças, talvez as principais, pode ter dificultado a organização dessa ação.

Diante desse quadro adverso, no início da década de 1990, em face do grande número de excedentes (Aruega) e despejados (Sapezinho e Bela Vista) que aguardavam solução e das intenções de expansão do MST, lideranças dos grupos mobilizados e agentes estatais buscaram várias alternativas de acesso à terra para essas famílias.

Nesses contextos de crise, a situação estava se tornando insuportável, na medida em que os despejados estavam em situação precária e era necessário que os excedentes de Aruega se retirassesem da área para que fosse realizado o assentamento das 25 famílias que ficariam lá, um número muito pequeno em relação às centenas de famílias acampadas:

Nós tivemos um momento de crise, porque o Assentamento Aruega não viabilizava. Tinha muitas famílias, muitas famílias foram embora. Nem era um assentamento, nem era um acampamento. Então ficava aquele troço lá. A área já estava desapropriada, com a batalha que a gente fez com os órgãos (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Como mencionado anteriormente, alguns militantes também relataram que esse teria sido um erro de avaliação do Movimento, pois inicialmente - acreditando que a área passível de assentamento seria maior - a ideia era de assentar um número muito maior de famílias em Aruega. Também, em alguns relatos, percebe-se que o grande número de famílias acampadas em Aruega trazia um potencial de mobilização considerável para as ocupações seguintes, o que - diante dos violentos despejos realizados - acabou se tornando um problema.

Inicialmente, numa parceria entre o INCRA e a Ruralminas¹⁰⁵, esses atores tentaram implantar o Projeto Crauno, que pretendia assentar parte das famílias excedentes de Aruega

¹⁰⁵ A Ruralminas é uma fundação pública estadual vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e

no município de Pedra Azul, o que não foi aceito pelos trabalhadores rurais porque a terra era considerada pouco fértil e inóspita. Fátima, trabalhadora rural hoje assentada em Aruega, não foi para essa região, mas se lembra das impressões que os trabalhadores rurais trouxeram de lá. Apesar de nunca ter assumido posição de liderança política, é uma senhora muito respeitada entre os assentados, sendo indicada por vários deles como pessoa que eu teria que entrevistar, pela sua vivência na luta. Sobre a terra oferecida aos sem-terra em Pedra Azul, Fátima narrou que era:

um lugar esquisito. Ai saiu o povo e foi pra lá. Quando chegou lá, dizem que essa tal de terra **não presta para criar nem bode**. Que era só chapada, não tinha água. Meu irmão, minha cunhada, quem foi... E ai aconteceu que chegou lá e eles não quis ficar. Falou: — Como é que ficava numa terra sem água; só chapada? Eles ia morrer de fome! Ái eles decidiram não ficar não. Ai foi pra beira do asfalto, ai perto de ...pra cá de Itambacuri um pouco. Eu até fui lá quando eles acamparam lá. Ai acampou bem pertinho da estrada. Ficou lá uma temporada. Ai passou um tempo, eles cismaram que ia ocupar uma outra terra (Fátima, entrevista ao autor, 6/07/2005, grifos nossos).

Nesse momento, ocorreram vários desencontros entre as expectativas dos trabalhadores rurais, dos militantes e dos representantes estatais, havendo trocas de acusações sobre promessas não cumpridas, áreas oferecidas como chamariz e não disponibilizadas, pressões para que os trabalhadores permanecessem, mesmo insatisfeitos, na terra oferecida etc. Fernandes (1999) retratou esses acontecimentos da seguinte forma:

Nos vales do Mucuri e Jequitinhonha, as famílias excedentes da Aruega continuaram pressionando o governo, que propôs assentá-las no município de Pedra Azul, no Projeto de Assentamento Craúna, de onze mil e noventa hectares, desenvolvido pela Fundação Rural Mineira – Colonização e Desenvolvimento Agrário – RURALMINAS. Levaram dois representantes das famílias para conhecer o assentamento. Os técnicos da Fundação mostraram apenas uma parte do projeto, de fachada, exatamente uma área com boa infraestrutura e próxima à cidade. Não mostraram a totalidade do projeto que compreendia os territórios dos municípios de Jequitinhonha, Itaobim e Pedra Azul. Os sem-terra aceitaram a proposta, todavia, as famílias foram colocadas em uma área isolada, sem nenhuma infraestrutura, distante oitenta quilômetros da cidade. As famílias se revoltaram e se recusaram a ficar. Retiveram os ônibus e caminhões e reuniram-se com os técnicos do projeto para que autorizassem os motoristas a levarem as famílias de volta para a Aruega. A área de fachada que fora apresentada ficava no outro extremo do assentamento e já estava destinada para famílias sem-terra da região. Diante da resistência, a RURALMINAS propôs uma troca: levaria os sem-terra da Aruega para a área que foi mostrada aos representantes e destinaria aquela área para as famílias da região. Os trabalhadores não aceitaram e mantiveram a decisão. As famílias pressionaram a Fundação por três dias, no quarto, duzentos policiais cercaram os ônibus e caminhões, impedindo os sem-terra de deixarem a área. Essa ação caracterizava a forma como o Estado tratava as famílias. A Polícia sempre fora usada para impedir que os sem-terra determinassem suas trajetórias e interesses. Ela servia tanto para tirar quanto para segurar.

Todavia, o governo não conseguiu sustentar a situação e um mês depois, os sem-terra acampavam nas margens da BR 116, no município de Padre Paraíso (FERNANDES, 1999, p.128-129).

Essa situação irônica, na qual a polícia foi usada para manter os sem-terra numa área, foi ressaltada por Fabrícia, que viveu todo esse processo. Por fim, depois de vários dias de negociação, os trabalhadores conseguiram sair da área que se pretendia impor:

Quando a gente foi (de Aruega) para o Crauno, a polícia escoltando as famílias que seriam assentadas na área. Aí foi a primeira vez na história, eu acredito, que a polícia cercou as famílias para elas ficarem numa área (risos). Quando a gente chegou no alto e olhamos aquele buraco, lá no fundo, que era onde a gente ia ficar, o pessoal já não tinha mais disposição de ficar ali. (...) E a polícia não deixou o povo sair. Aí ficamos uma semana lá, negociando (Fabrícia, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Assim, muitos trabalhadores mobilizados em Aruega optaram por acampar novamente e continuar a pressionar o poder público. Grande parte ficou acampada à beira da BR116 (Ponto de Marambaia - Caraí) por cerca de dois anos, entre 1991 e 1993, numa época retratada pelos depoentes como de grande escassez e insegurança. Esse período foi retratado também por algumas reportagens¹⁰⁶, disponíveis na CPT/MG, situação repleta de dificuldades, inclusive com relatos sobre fome e uma criança morta por atropelamento, devido à proximidade com a BR Rio-Bahia, uma rodovia muito movimentada.

Francisco narrou parte dos acontecimentos que antecederam esse acampamento, nos quais o bispo de Araçuaí, Dom Crescêncio Rinaldini (Dom Enzo), teve participação importante:

Ai o bispo ai de Araçuaí estava acompanhando esse movimento nosso, que ele dava muito apoio, fez todo o possível nos caminhoneiros... “Poe eles ad’onde é que eles quer ficar” “Mais os carro não tem gasolina” Ele disse: “O óleo dos carro, o petróleo eu pago tudo!” (...) “Pago toda a despesa de petróleo!” Daí ele trouxe nós pra beira do asfalto (BR116), na cidadinha que tem no município de Caraí, de nome Marabaia. Lá nós ficamos uns dias. Mais eu já tinha deixado muita lavoura aqui. Café plantado, mandiocal, tudo eu tinha deixado aqui. Nessa (...) Eu falei “- Eu não tenho nada aqui nessa beira do asfalto. Vou cuidar do meu!” (Francisco, entrevista ao autor, 8/07/2005).

Francisco, hoje assentado em Aruega, ficou nesse acampamento à beira da BR por poucos dias, para ajudar as famílias excedentes. No entanto, esse grupo permaneceu lá por cerca de dois anos, numa situação precária, correndo sérios riscos e tendo que buscar trabalho fora:

Era margem da BR, teve um acidente, uma carreta atropelou uma criança. Não tinha como produzir, o pessoal trabalhava nas fazendas, serviço mais distante, em volta tinha produção de café, outros roçavam. Tinha que sair e

¹⁰⁶ Ver fotos (Figura E, em anexo) do acampamento em Caraí, que indicam a precariedade da situação vivida pelos sem-terra naquele local. Chama atenção o grande número de crianças e falta de alimentos.

ficar três, quatro dias fora, trabalhando (Fabrícia, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Quando questionei Fabrícia sobre os motivos que os levaram a permanecer lá, nessas condições, por todo esse tempo, ela argumentou sobre a coesão do grupo, formada e preservada no processo de mobilização, e a condição irreversível da saída de grande parte dessas famílias de suas comunidades:

Era um grupo muito sólido, com consistência, em relação à luta. Entre a ocupação de Aruega e a do 1º de Junho foram cinco anos e todo esse período estava em processo de luta (...) Tinha momentos de manifestações, de ir para Belo Horizonte. Estava sempre em movimento. **Quando veio para a BR, era mais um momento de luta.** (...) Essas famílias tinham muita determinação. Quando elas saíram para ocupar elas saíram com tudo! Saíram levando as galinhas, os galos, os cachorros, tudo o que tinha! E a família inteira! Não tinha como voltar! **Não tinha caminho de volta** (Fabrícia, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

No mesmo sentido, Maurício afirmou que “realmente são famílias que não tinham para onde ir! Eles saíram com tudo, não tinham para onde voltar, o fazendeiro não ia deixar eles voltarem” (Entrevista ao autor, 11/07/2013). Assim, sem caminho de volta, era fundamental dar uma solução para essas pessoas, mesmo nesse contexto adverso para as mobilizações.

As famílias despejadas em Bela Vista também estavam em situação crítica: ficaram acampadas por cerca de dois anos numa localidade chamada Lajinha – no município de Teófilo Otoni - até serem assentadas no Assentamento Santa Rosa juntamente com alguns excedentes de Aruega.

Sobre esse período em Lajinha - com 70 famílias aglomeradas num terreno de cerca de 800 metros quadrados - os relatos são convergentes em apontar as dificuldades na manutenção da mobilização, enfatizando que “Lajinha era uma área muito pequena, num lote emprestado. E numa situação dessas também os vícios se acumulam, fica muito próximo da cidade. Foi uma experiência dolorosa” (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Reportagens de jornais variados - compilados pela CPT/MG - retrataram a situação. Uma matéria de jornal *Estado de Minas*, de 7/10/1989, mostrou a destruição pela chuva e morte de crianças em Lajinha (também denominado por alguns como Acampamento Terra Prometida), por falta de comida, saneamento, atendimento médico e remédios¹⁰⁷. Vários entrevistados salientaram as dificuldades desse período, muitas vezes por questões básicas, insalubridade, escassez, trabalho penoso na cidade etc. Policarpo ressaltou que mesmo os momentos de violência contra os sem-terra não abalaram de tal forma os trabalhadores rurais como essa situação penosa:

Uma colega tinha um terreno (Lajinha) de 800 metros quadrados e ajeitou aquele espaço pra gente ficar 68 famílias acampadas, em 800 metros quadrados! Era uma lata de sardinha! E nessa época muitas crianças vieram a falecer, de desnutrição, as condições mesmo. Imagine 68 famílias acampadas num lote! (...) Não tinha como plantar, até banheiro era coletivo. Essa foi a pior situação que nós passamos! (...) **Nem as pancadas, as**

¹⁰⁷ Ver fotos (Figura F, em anexo) do acampamento em Lajinha, nas quais podemos ver indícios da precariedade e insalubridade em que viviam e dos riscos de alagamento pela localização do acampamento.

prisões, pra mim não foi tão degradante quanto aquela situação. A gente tinha que sair para trabalhar fora, para fazendeiro, para se manter na luta (Policarpo, entrevista ao autor, 10/07/2013, grifos nossos).

Novas ocupações se tornaram mais difíceis, primeiramente porque “essas famílias não tinham mais força. O despejo da fazenda Bela Vista foi uma brutalidade sem tamanho. Perdemos aquela força, tivemos que dar uma parada” (Policarpo, entrevista ao autor, 10/07/2013). Mas também o estímulo para ocupar estava enfraquecido diante do descrédito de parte dos acampados nas lideranças. Acrescente-se a falta de regulamentação constitucional sobre as desapropriações - de 1988 a 1993 - que também desestimulava as ocupações, em face da maior incerteza na conquista de um assentamento.

No acampamento de Lajinha, a credibilidade dos militantes do MST como lideranças também foi abalada. Inclusive antigos aliados como CPT e deputados do PT passando a criticar sua atuação, o que dividiu os trabalhadores e trouxe um ambiente de grande desconforto:

Então, quando as famílias ficaram acampadas na Lajinha, nós tivemos uma divergência muito grande com a deputada Maria José, por que ela começou, juntamente com os padres - acho que pela situação que houve (despejos) - **a jogar as famílias contra a direção (do MST).** (...) Achou que foi irresponsabilidade de fazer enfrentamento. Por que, na verdade, houve uma avaliação (de alguns militantes do MST) de que tinha que resistir: **“Já tinha sido despejado (Sapezinho), enfrentar mais um despejo (Bela Vista)? Então vamos tentar resistir!”** Aí foi para o pau! **Aí os trabalhadores passaram a indignar contra a direção.** Então, nesse período de 90 nós tivemos uma crise do Movimento muito grande na região do Mucuri! Exatamente por causa disso. (...) Nós começamos a **rever os nossos métodos** e conversar muito (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

O depoimento de Carlos também caminhou nesse sentido. Carlos - hoje assentado no Oziel Alves Pereira, que se tornou liderança do MST nesse processo de mobilização - busca demonstrar as divisões e seus reflexos no desfecho das ações, em especial sobre as discordâncias a respeito da compra de uma terra para os acampados de Lajinha:

Eles (CPT) dividiram o acampamento conosco na Lajinha. Ficou uma parte conosco, uma parte com eles. (...) Nós éramos contra fazer o Assentamento Santa Rosa, porque lá cabiam 32 famílias, foram para lá 64. Tanto que nós voltamos lá, resgatamos as famílias (Carlos, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Esse enfraquecimento nas relações de representação (BOURDIEU, 1989) dos militantes do MST junto aos trabalhadores rurais, pode ter sido um dos principais motivos para as mobilizações seguintes desse movimento terem ocorrido noutras regiões. Assim, a credibilidade das lideranças do Movimento junto aos acampados e alguns de seus principais aliados estava abalada na região, impossibilitando a continuidade imediata do processo de ocupações:

Teve um afastamento (entre MST e CPT). O fato da gente sair da região de Teófilo Otoni também - que era o único movimento de luta no campo - e nós fazíamos aliança também com a cidade, com os operários. E eles - os

deputados, o pessoal que militava na época nos partidos de esquerda - sentiram que a região de Teófilo Otoni ficou fracassada, o movimento de luta nessa região (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Esses entrevistados, inicialmente, não trataram dessas questões espinhosas, preferindo uma narrativa mais linear das realizações do Movimento. Depoimentos como esses, que relatam as tensões e críticas, foram possíveis na medida em que os entrevistados foram questionados sobre algumas situações específicas (despejo de Bela Vista, instabilidade em Lajinha etc.), o que causou certo desconcerto de início. Diante desses questionamentos - ficando evidente que eu tinha um conhecimento mínimo sobre os acontecimentos e desavenças (provenientes de fontes documentais e outras entrevistas) - esses atores passaram a também querer dar a sua versão, o que em certos casos veio em tom de desabafo.

Diferentemente das ocupações de Sapezinho e Bela Vista, os acampados em Aruega conseguiram resistir às tentativas de despejo e conquistaram a terra, num processo de enfrentamento intenso com a polícia. Grande parte dos excedentes de Aruega foi para outras ocupações no estado de Minas Gerais, das quais a da Fazenda Califórnia (hoje Assentamento 1º de Junho/Vale do Rio Doce) é reconhecida como de maior representatividade.

Vale salientar que o contexto político e institucional entre 1988 e 1993 foi extremamente desfavorável para a luta pela terra, tanto pela repressão nas ações dos governos federal e estadual, quanto pela ausência de regulamentação dos dispositivos constitucionais para as desapropriações. Contudo, nenhum dos entrevistados atribuiu as dificuldades na luta, entre o período de 1988 e 1993, aos diferentes governos estaduais e federais ou ao lapso legal mencionado acima, atribuindo como motivadores a crise com a CPT, a melhor organização dos fazendeiros, a descrença dos trabalhadores nas lideranças do MST e a forte repressão do Estado, de forma homogênea.

Apesar de esse último aspecto estar em parte relacionado com o impasse legal, não foi possível perceber essa correlação nos depoimentos, o que pode indicar que a perspectiva dos principais atores desse processo não estava voltada para essa questão, possivelmente por envolver uma análise ampla que escapava de suas preocupações mais concretas, específicas e imediatas.

4.4 - Representações e alianças enfraquecidas

Os conflitos entre os diversos grupos envolvidos também ficaram evidentes em relação à ocupação de Bela Vista, na qual houve um isolamento do MST nas ações de mobilização, pelo distanciamento em relação à CPT, STRs etc. Segundo Cauã, esse afastamento foi uma estratégia de crescimento do MST que deu errado, foi uma irresponsabilidade:

Depois organizou a ocupação da Fazenda Bela Vista, mas cheia de muito gado, sem condições de desapropriar. **Para confrontar!** (...) A **irresponsabilidade do MST**: Ele fez essa ocupação sem comunicar a CPT, não queria a participação dela, porque a **CPT não aprovava!** Fazer confronto com a polícia. Era para confrontar! **Sem apoio de nenhum sindicato, nem do PT, nem de Igreja. Só MST e os trabalhadores.** (...) Foi um confronto provocado pelo MST, **usando os trabalhadores como massa de manobra**. Para eles, **se tivesse um confronto com a polícia, o Movimento crescia!** A ideia era essa. O MST queria assumir toda

coordenação do povo sozinho, **queria dirigir sozinho e não conseguiu**, ai aconteceu o pior (Cauã, entrevista ao autor, 25/10/2012, grifos nossos).

Em 1992 - com base num acordo entre INCRA, deputados, CPT e lideranças dos acampados - decidiu-se que os trabalhadores rurais acampados em Lajinha seriam assentados no hoje chamado Assentamento Santa Rosa (Itaipé/Vale do Mucuri/MG). A deputada Maria José Haueisen Freire (PT) teve participação decisiva na criação desse assentamento, formando alianças com outros deputados, cedendo verba parlamentar de subvenção e pressionando o Poder Executivo Estadual.

Esse assentamento foi o desfecho de uma longa, incerta e angustiante jornada de mobilização das famílias. Joana, trabalhadora rural hoje assentada no Santa Rosa, passou por grande parte desse processo. Ela foi uma das pessoas que sofreu a repressão policial com mais intensidade, o que tornou sua entrevista mais delicada. Apesar da dificuldade, ela fez questão de narrar momentos difíceis que passou em Bela Vista e a gratidão que sente em relação a membros da CPT e políticos que contribuíram para a criação do Assentamento Santa Rosa:

Agora de Sapezinho para ir para Bela Vista, lá foi feio viu! Muita gente foi baleado...

Arnaldo: O que deu errado lá?

Deve ser que **alguém avisou a polícia que a gente ia**. O povo ficou na segurança, mas era muita polícia, ai entrou. Já foi dando tiro, pondo fogo nas barracas (...) Depois de lá a gente foi para um lugar, uma cocheira, onde eles mexem com vaca, em Teófilo Otoni. Ai a gente deitava dentro das cocheiras, forrava com capim, cheio de carrapato...

(...) **Ai o Padre Giovani e Maria José (Maria José Haueisen - PT) compraram aqui pra nós** (Joana, entrevista ao autor, 24/10/2012, grifos nossos).

Inicialmente foram assentadas cerca de 60 famílias no Santa Rosa, das quais apenas 34 permaneceram. O restante optou por desistir dos lotes em 1993 e, muitos deles, resolveram participar das novas ocupações do MST no Vale do Rio Doce. Os lotes vagos foram redistribuídos entre as 34 famílias que permaneceram no Assentamento Santa Rosa.

Dessa forma, as divergências entre os grupos à frente das mobilizações também ficaram claras no desfecho do processo vivido pelos grupos despejados, no qual grande parte dos trabalhadores rurais optaram pelo distanciamento do MST e assentamento (Santa Rosa) por meio de compra de terra, intermediada pela CPT e por deputados. Marcos demonstra como a discussão sobre o que fazer, diante do impasse dos acampados em Lajinha, tinha dois lados (MST e CPT), tendo a maior parte dos trabalhadores rurais optado, naquele momento, pela proposta defendida pela CPT:

Quando a gente veio para cá (Santa Rosa) foi uma discussão entre o grupo, O Movimento foi até meio contra, que a terra não era boa e tal, mas ai o grupo decidiu vir. A CPT começou a tomar a frente numa época, em Lajinha, queria que a gente viesse para cá (Santa Rosa), o Movimento não queria. Aí, achamos que o lado melhor para nós era vir. A área tinha mais água, há 10 km da cidade... (Marcos, entrevista ao autor, 23/10/2012).

Era fundamental a diferença entre o acesso a uma terra comprada ou conquistada por meio de ocupação, sendo a compra um forte elemento de desmobilização para o MST, fato que influenciaria na continuidade do seu processo de luta naquele contexto. Essa opção da

maior parte dos acampados significou uma perda de credibilidade nas propostas dos militantes do MST, assim como um golpe em suas expectativas de desenvolvimento de novas ocupações.

O depoimento de Pacheco - liderança de expressão do MST - trouxe um pouco desse clima de tensão e disputa, na medida em que evidencia que a relação entre os trabalhadores rurais despejados e as lideranças do Movimento estava abalada e outros atores, em oposição, ampliaram sua influência:

A gente evitava que esse conflito (entre MST e CPT) chegasse (transparecesse) até a base, onde chegou deu confusão. Lá em Lajinha, um dia eu **tive que entrar escondido no acampamento!** Tinha um grupo lá dentro que não estava aceitando a coordenação. Não era uma coisa assumida não, sabe aquela coisa de bastidores? Subliminar? “- Tira o fulano de lá”. **Lá dentro tinha um grupo que estava bloqueando a comunicação.** Mas a gente conseguiu chegar e como tinha o respaldo do povão todo, o povão é fiel! Conseguimos chegar no acampamento e revertemos a situação. Conseguimos convencer a maioria do grupo, ainda ficaram uns gatos pingados, mas a maioria estava convencido de que a gente não queria brigar ali (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Ficou evidente nesse contexto que o MST perdeu legitimidade frente à maior parte desses trabalhadores rurais, que passaram a buscar respaldo noutros grupos, como CPT, PT, sindicatos etc. Evidentemente as possibilidades de representação (BOURDIEU, 1989) desses militantes do MST foi fortemente abalada, o que foi decisivo para os rumos do processo de ocupações - levando principalmente ao arrefecimento das ocupações na região e incursões noutras regiões.

Assim, essa crise trouxe rumos imprevistos para as mobilizações, levando vários anos para que a credibilidade desses militantes fosse, em parte, restabelecida. Cauã descreveu parte das discussões desse processo, enfatizando sua proeminência como liderança nessas decisões e o descontentamento das lideranças do MST diante da negociação de uma terra a ser comprada:

Depois, o **MST queria que o pessoal fosse ocupar terra de novo.** (...) As famílias que tinham sofrido o despejo não iam, o pessoal de Aruega, que não apanhou, também não ia. Tinha 70 famílias, 10 toparam ocupar. Foi a situação que eu encontrei em 91. Era aquela coisa, não decidia. Aí as próprias famílias reuniram: “**Vamos deixar o MST pra lá**”. (...) **Ai a gente conversou com o pessoal da CPT** e começou a encaminhar a organização do acampamento (de Lajinha), criamos grupos, eu mesmo peguei um grupo. E o grupo das 10 famílias que apoiava o MST ficou como um grupo. Ai a gente sentava em grupo e podia conversar, ouvir as proposta, discutir, podia receber alguém do sindicato, alguém da CPT, alguém do PT, todo mundo ajudou a gente. (...)

Arnaldo: O MST concordava?

Eles não concordavam com nosso trabalho (...) A nossa estratégia era coordenar o povo, negociar uma terra que fosse comprada, doada, mas uma área limpa. (...) A gente começou a negociar uma terra, sem ocupar. A maioria defendia isso. (...) Antes quem era responsável era só o MST. Com essa ideia veio todo mundo fazendo parte, veio Igreja Católica, veio Igreja Evangélica (...) **Padre Giovani conversou com a deputada Maria José - Raul Messias era deputado na época - a forma de conseguir uma terra e**

comprar com a verba da subvenção (Cauã, entrevista ao autor, 25/10/2012, grifos nossos).

Estava, assim, em jogo o papel das várias lideranças, principalmente do MST, como representantes para os trabalhadores rurais mobilizados. Nesse momento de crise, muitos passaram a considerar que as lideranças do MST não tinham as capacidades necessárias - principalmente os *corpus de saberes específicos* - perdendo, em parte, a capacidade de influenciar nos critérios de *di-visão legítima do mundo social* (BOURDIEU, 1989), o que acarretou uma forte abalo em seu potencial de mobilização política.

Em conformidade com as reflexões de Bourdieu (1989), percebe-se também a perda de confiança, no poder de verdade das falas dessas lideranças, um crédito que vinham acumulando progressivamente até então, capital político minado nesse momento do processo. Como aponta Bourdieu (1989), o *monopólio da fala* não é absoluto ou substancialidade de atores definidos de uma vez por todas. A legitimidade do direito de ser porta voz é móvel, variável, fluida, podendo transitar entre os vários atores em relação. Assim, cabe atentar para as várias dinâmicas de criação, desconstrução e recriação da representação política nesses contextos.

Esses conflitos ficaram evidentes também na documentação do Projeto do INCRA para o Assentamento Santa Rosa, na qual funcionários do Instituto descrevem as situações que encontraram. Numa visita ao acampamento para cadastrar os trabalhadores rurais que seriam assentados, essas tensões emergiram:

O único problema que surgiu durante o trabalho foi que, ao se apresentar para o cadastramento, o Sr. Roberto Antônio Luz, teve o seu nome protestado por três dos representantes dos grupos, dizendo não aceitá-lo entre os demais pelo fato dele ser integrante do Movimento Sem-Terra e, por isso, não estar o tempo todo junto com os outros, no acampamento, exaltando-se assim os nervos dos presentes (INCRA/MG. Projeto de Assentamento Santa Rosa. 1992).

A primeira informação relevante nesse trecho é que parte significativa desses trabalhadores rurais, ao acusarem Roberto de ser do MST, não se consideravam mais do MST. O documento também revela como essa identificação ganhou contornos negativos para eles e serviu de parâmetro para avaliarem quem teria direito à terra.

Nesse sentido, pode ser mais bem compreendido seu posicionamento ao lado da CPT, que intermediou a aquisição da terra. Nesse mesmo documento, a participação de membros da Igreja Católica e da Deputada Maria José (PT) para essa conquista fica evidente, inclusive deixando transparecer a influência desses grupos sobre o INCRA. Trata-se de um ofício enviado pelo Superintendente Estadual do INCRA, Geraldo Resende, ao Presidente do INCRA, Renato Simplício Lopes, em 26/08/1992. Nesse documento ele solicita agilidade na criação do Assentamento e liberação dos recursos, diante do fato de estar marcada uma reunião - com a deputada, D. Enzo, os prefeitos de Teófilo Otoni e Itaipé e alguns padres da CPT - para a qual afirma que “é claro, não posso chegar lá, sem os recursos prometidos”. O pedido de agilidade é justificado pela reunião com essas autoridades, um momento no qual o Superintendente certamente seria fortemente pressionado. Nesse ofício, ele deixa isso a entender para o Presidente do INCRA, o que demonstra a força e o empenho dessas autoridades nessa causa. Nesse documento, nada é mencionado sobre o MST, o que indica que não estava participando dessas negociações.

Como salientei anteriormente, também é sugestivo o argumento de que - como parte desse processo - as relações de reciprocidade (LOERA, 2006) entre trabalhadores rurais mobilizados e destes com os militantes estavam enfraquecidas, dificultando a reprodução das ocupações de terra. Isso se deu, principalmente, pela desconfiança no trabalho das lideranças - como já demonstrado - e no sentimento de parte desses trabalhadores de estarem sendo preferidos em relação aos de Aruega, se percebendo como um “escudo” para proteger essa primeira ocupação. Dessa forma, as relações de amizade, vizinhança e parentesco entre acampados desses dois grupos perderam força para manter a coesão entre esses atores, em face das supostas articulações e estratégias de luta, com as quais parte desses acampados não concordava. Assim, tanto a disposição para resistir quanto o compromisso de continuar contribuindo na luta foram minados, dificultando que as ocupações evoluíssem em “espiral” (LOERA, 2006). Realizar novos trabalhos de base nesse contexto se tornou mais difícil.

A legitimidade do MST como representante nas mobilizações, relativamente enfraquecida nessa *figuração* (ELIAS & SCOTSON, 2000), parece ter sido em parte restabelecida a partir de 1993. Nesse novo momento, foi organizado um intenso trabalho de base, reunindo novas famílias do Vale do Rio Doce, famílias excedentes de Aruega e desistentes de Santa Rosa. Acrescente-se que foi também nesse período a regulamentação dos dispositivos constitucionais para as desapropriadadas, o que deu novo impulso para as ocupações. Assim, houve um revigoramento das mobilizações, assim como uma abertura institucional para a concretização dessas lutas em forma de criação de assentamentos.

Todo esse processo se torna mais compreensível diante do argumento de Elias & Scotson (2000) segundo os quais as relações entre grupos se dão num equilíbrio móvel de tensões, ou seja, o poder é pensado por esses autores como elemento disposto nas relações, não concentrado estaticamente num dos polos, podendo variar ao longo do tempo nesse fluxo de relações.

Assim, nas várias figurações, tivemos arranjos de poder e relações de interdependência diferentes, nos quais a legitimidade das lideranças variou, diante das tensões e disputas com lideranças de outros grupos e nos conflitos com os adversários. Portanto, salienta-se o caráter dinâmico e relacional desse processo, no qual uma multiplicidade de fatores e acontecimentos devem ser levados em conta. Acrescente-se a isso a grande heterogeneidade dos principais grupos envolvidos, o que torna esse quadro de interações ainda mais complexo. Evidentemente, havia, grosso modo, um conflito central: de um lado, estavam os trabalhadores rurais mobilizados por meio de movimentos e organizações como CPT, MST, STRs etc., visando a conquista das terras em questão e, para parte deles, a construção de uma transformação mais ampla para a qual a reforma agrária tinha papel central. Do outro lado, estavam os grupos que agiram pela manutenção das terras e do *status quo*, como fazendeiros, prefeitos, policiais etc. Cada um desses grupos também articulava suas forças no Executivo, Legislativo e Judiciário, espaços marcados pela heterogeneidade e, muitas vezes, ambiguidade.

No entanto, além desse conflito central, cada um desses blocos tinha suas tensões e concorrências internas. No caso dos trabalhadores rurais, como buscamos demonstrar, a representação dos grupos mobilizados foi objeto de dissensos, que, quando atingiram certas proporções, comprometeram o enfrentamento central e seus principais objetivos.

Movimentos e organizações que agiram em prol dos trabalhadores rurais também eram internamente heterogêneos. No processo aqui discutido, isso fica evidente quando notamos que, por exemplo, entre os militantes do MST - mesmo sendo minoria - haviam os que consideravam que ele deveria recuar em certas situações, evitar confrontos, aproximando-se da perspectiva da CPT. Da mesma forma, a CPT estava dividida entre aqueles que

consideravam que ela deveria participar mais do direcionamento das ações e os que acreditavam que esse não era seu papel. Por fim, entre os sindicalistas, havia os que acompanhavam com certo distanciamento, outros que se envolviam intensamente no processo de mobilização, assumindo posição de liderança.

Sem perder de vista as especificidades de cada contexto, estudos sobre as relações entre CPT e MST em mobilizações de luta pela terra em outros estados podem contribuir para o aprofundamento da análise. Um exemplo é o estudo de Strapazzon (1997) sobre as mobilizações da década de 1980 em Santa Catarina. Esse autor argumenta que, em meados da década de 1980, em Santa Catarina, a legitimação para as ocupações de terra por meio da ideia político-religiosa de “terra para quem nela trabalha” - desenvolvida pela CPT - perde espaço para o discurso político mais laico e racional, próprio da constituição dos trabalhadores rurais num novo Movimento, com “relativa autonomia”: o MST.

Segundo Strapazzon, de 1980 a 1985, o “mediador privilegiado” foi a CPT, que “desenvolveu os elementos para construir uma identidade de ‘sem-terra’ através de seu discurso” (STRAPAZZON, 1997, p. 38). O autor argumenta que, com base na Bíblia, “utilizou-se um discurso ‘sagrado’, não racional, que lhes destina a terra como propriedade de Deus a qual, sendo deste, é de todos” (STRAPAZZON, 1997, p. 41). Dessa forma, “esse discurso, baseado na religião e nas condições concretas dos agricultores, serve de base para que eles enfrentem as adversidades das ocupações, ou seja, pistoleiros, fazendeiros, policiais” (STRAPAZZON, 1997, p. 42). Essas considerações sobre o caso catarinense - apesar das significativas diferenças temporais, culturais etc. - são similares ao que pude observar nas mobilizações de Minas Gerais do final da década de 1980 e início de 1990, nas quais, como busquei demonstrar anteriormente, foram articulados vários elementos religiosos e políticos no sentido das ocupações de terra.

No entanto, os desdobramentos desse processo inicial parecem ser, em certa medida, diferentes em cada contexto. Strapazzon argumenta que, de 1985 a 1990, com a mudança no que denomina de “mediador privilegiado”¹⁰⁸ - da CPT para MST - constitui-se um novo discurso, que “utiliza alguns referenciais do discurso do antigo mediador, como a análise sociológica marxista, mas abandona os referenciais religiosos”¹⁰⁹ (STRAPAZZON, 1997, p. 66). O autor enfatiza que o discurso transcendente perde espaço para a análise mais racional e econômica sobre as lutas de classe no sistema capitalista, sobre as diversas formas de produção, organização política etc. De um discurso religioso, supostamente fechado (em termos morais, por exemplo), para um discurso político mais relativizado, favorecendo a constituição de alianças com outros grupos:

Há o deslocamento de uma visão de mundo absolutizante, no sentido de que só há uma verdade (moral), para uma visão de mundo mais instrumental que pensa ser necessária uma relativização do mundo, postula que poderia dar mais potencialidade ao movimento (STRAPAZZON, 1997, p. 66).

¹⁰⁸ A ideia de uma mudança do grupo denominado como “mediador” nesse processo, da CPT para o MST, deve ser pensada com cautela, em vista da dificuldade em separar nitidamente esses grupos. Primeiramente, a definição de um determinado grupo como *mediador* substancializa as ações de mediação em certos atores, encobrindo sua dimensão relacional e dinâmica. É preciso lembrar também que o MST nasceu, em grande medida, como parte das transformações no interior da própria CPT, buscando autonomizar-se em certo momento de sua trajetória, mas trazendo imbricadas muitas de suas concepções e práticas.

¹⁰⁹ Ressalvo que esse suposto abandono dos referenciais religiosos não é total. Apesar da perda de espaço dessas significações nas ações de mediação, alguns elementos religiosos continuam a ser articulados, mesmo que de forma secundária, como, por exemplo, a referência a Deus como protetor etc.

Strapazon argumenta que essa mudança significou uma ampliação das possibilidades de alianças com outros setores da sociedade, pois “as alianças implicavam discussões de valores em que a lógica religiosa teria certas restrições” (STRAPAZZON, 1997, p. 91).

Em relação ao objeto da presente tese - principalmente em vista das diferenças (em termos de tempo, espaço, cultura etc.) em relação ao processo analisado por Strapazzon - nota-se que a atuação da CPT não foi reconhecida pela maior parte dos atores entrevistados como moralmente limitadora para a formação de alianças. Como busquei demonstrar, certos atores consideraram a atuação de religiosos muito voltada para a negociação com os adversários, pouco radical no enfrentamento.

Naturalmente que, por se tratar de grupos religiosos, as condutas eram significadas com base na doutrina católica, que pautava parte significativa de suas concepções e comportamentos. Mas isso, no caso aqui estudado, não foi percebido como obstáculo para a conjunção de forças com outros grupos, com outras visões de mundo e códigos morais. Outro ponto fundamental é que, no nosso caso, o discurso religioso parece estar presente em grande parte do processo de mobilização analisado, sendo inclusive, continuamente utilizado por lideranças estaduais do MST que, como salientado, tiveram sua formação política em grupos religiosos. Assim, apesar de não descartar essa hipótese, parece não ter havido, de forma tão intensa, a formação e difusão de um discurso mais laico e instrumental.

Talvez, apenas no início da década de 1990, com a busca de autonomia em relação à CPT, pode ter havido uma transformação nesse sentido, o que, como busquei demonstrar, significou inicialmente mais um isolamento do que uma abertura de possibilidades de aliança para o MST.

No entanto, no afastamento progressivo entre MST e CPT ao longo das ocupações, a religiosidade perde espaço como elemento nas ações de mediação. Para Pacheco, a questão da religiosidade limitava a possibilidade de delimitar os ricos como adversários para os trabalhadores:

Essa segunda opção que era triste, imagina uma pastoral na direção dos trabalhadores. Quem manda na Pastoral é a Igreja, na Igreja você tem o pobre e o rico lá dentro, todo mundo vai pro céu. O céu cabe todo mundo, na luta não cabe todo mundo não! Tem gente que é a favor, tem gente que é contra. Essa ala da CPT errou nesse sentido (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Esse argumento, em alguns aspectos, vai ao encontro da perspectiva de MULS (1989) sobre essas relações, quando essa autora salienta as limitações na participação de grupos religiosos nas mobilizações dos trabalhadores rurais:

No entanto, por outro lado, há que constar também as limitações das CEBs e da CPT como “intelectuais orgânicos das classes trabalhadoras do campo”, constituindo-se como organismos da Igreja trazem no seu bojo, as suas contradições e seus limites. Estes estão, fundamentalmente, na visão de sociedade que tem a Igreja: visão essa que nega o conflito e se assenta na harmonia, na comunhão entre irmãos, na sociedade como comunidade eclesial. E se reforçam no caráter universalista da missão da Igreja, que lhe impede de levar até as últimas consequências a sua “opção pelos pobres”, e a sua identificação radical com as classes oprimidas (MULS, 1989, p. 166).

Apesar da Teologia da Libertação trazer uma postura crítica em relação ao acúmulo desproporcional de riqueza, sendo um pensamento fortemente mobilizador para os grupos subalternos, outros valores católicos - como, por exemplo, o de fraternidade - colocam limites ao enfrentamento mais radical. A questão da religiosidade católica, elemento fundamental para as primeiras mobilizações, passa a ser vista como obstáculo ao longo do processo de mediação, pois seria baseada em concepções que tirariam o foco que o MST pretendia, que era unificar os trabalhadores rurais na luta pela terra, contra o latifúndio e seus apoiadores:

Primeiramente, **tem um viés religioso** (na ação da CPT e CEBs), majoritariamente da Igreja Católica. Você vai para um acampamento, tem gente que é católico, tem gente que é evangélico, tem gente que é espírita, tem gente que não é nada, do ponto de vista religioso, são ateus ou não envolvem com isso. A gente tem que respeitar todo mundo, tem gente que é Candomblé. **Tem uma diversidade cultural, ética, religiosa que você tem que respeitar!** Por isso que eu acho que o Movimento acertou, ele é independente. (...) Quando você vai fazer um trabalho de base você não perguntava para o cara se ele torcia pro Cruzeiro ou papa o Atlético, se não você já começava a dividir. O que nos unifica? Nós não estamos perguntando se você é católico, é evangélico, não é isso que importa nesse momento. **O que importa é se todo mundo quer conquistar terra. Quer reforma agrária?** Então vamos trabalhar para isso (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Assim, vai se tornando mais visível como a religiosidade foi perdendo espaço nas ações de mediação, em relação, por exemplo, aos aspectos legais, que passam a ser mais articulados para motivar os trabalhadores a entrarem nas mobilizações.

No trabalho de base, você não convence no discurso não. (...) O que motiva é quando junta muita gente. Se você levar só um, ele não vai não. Você conversa com um hoje, outro amanhã, outro depois. Aí depois articulava uma reunião com todo mundo junto. Um ajudava a convencer o outro, tem que ir, o caminho é esse, porque a lei fala isso! A melhor coisa que tem é você pegar a Constituição e mostrar pro cara! Função Social da Propriedade! Tem que cumprir, não está cumprindo! (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013).

A questão da legalidade e das possíveis consequências concretas da ocupação passaram a ser, com maior frequência e intensidade, objeto de explicação nos trabalhos de base. As experiências passadas de ocupação, expostas para esses trabalhadores nos encontros, também foram fundamentais para sua adesão. Figuras religiosas quase não são mais articuladas para motivar os trabalhadores rurais a se mobilizarem:

Para eles perderem um pouco esse receio a gente falava que nós éramos um movimento pacífico, que apesar da ocupação da terra ser um movimento, vamos dizer, ilegal, **mas que se tornaria legal na medida que você estivesse ali constituído por famílias, por crianças, por mulheres.** Que a sua arma era uma ferramenta de trabalho: facão, enxada, foice. Ou seja, nós não estávamos ali para fazer uma guerra. Nós estávamos ali para disputar um pedaço de terra, pra colocar para a sociedade. Então, isso era muito trabalhado. E depois, a gente falava: "A polícia não vai chegar lá atirando, matando todo mundo". **Vai haver uma negociação, vai estar lá o padre**

conosco, vai estar o deputado, vai estar o vereador, vai estar o advogado. Então nós vamos ter os momentos de fazer a nossa defesa. As pessoas iam conscientizando e a gente sabia que tinha que lutar, era o único jeito, a gente não conhecia outro (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

A presença de religiosos nas mobilizações continua tendo importância significativa, no entanto não mais como articuladores da religião como elemento central nas mediações, mas sim como pessoas que - ao estarem lá, como os deputados - davam mais legitimidade e proteção para as ações.

Vários militantes do MST salientaram que, apesar de contarem com o apoio da Igreja também nas mobilizações do Vale do Rio Doce, as relações eram bem diferentes, tinham outra natureza e outro peso. O fato de Renato considerar que as relações entre MST e CPT levavam até a um “ciúme” nas primeiras ocupações é indício relevante das disputas pela condução das mobilizações. Esse depoimento contribui também para as diferenças entre posturas dentro da CPT, nesse caso, variando em relação a cada região de atuação:

A região de Teófilo Otoni tinha um foco da Igreja, aqui (Rio Doce) tinha outro. Cada região é diferente. Aqui (Rio Doce) a gente tinha uma relação boa, apesar do bispo na época ser conservador, mas a gente tinha uma relação boa na base da Igreja. Mas não envolvia tanto quanto lá (Jequitinhonha e Mucuri). Lá era direto! Tinha até um ciúme (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Assim, os agentes da CPT do Vale do Rio Doce não constituíram uma relação tão próxima com o MST, tendo um papel diferente nas mobilizações. No que se refere a ocupação da Fazenda do Ministério e constituição do Assentamento Oziel Alves Pereira, alguns militantes do MST salientaram que não houve envolvimento da CPT, marcando o afastamento mais nítido com o MST:

Eles (CPT) tinham participação maior nas primeiras. Aqui no Oziel, por exemplo, não teve influência da CPT. Nenhuma, por que nesse período eles eram um grupo muito pequeno e estavam concentrados na questão do Cachoeirinha. Eles não participaram aqui. Mas aí eles se organizaram e fizeram o Assentamento Urupuca (Carlos, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Em alguns depoimentos, foi possível perceber diferença também nas perspectivas sobre o processo de luta mais amplo, estando os militantes do MST mais preocupados em mediar certa consciência política entre os trabalhadores rurais, o que poderia contribuir para a multiplicação de suas lutas. Vários desses atores acreditam que a CPT tinha pouca preocupação - em alguns casos, ceticismo - em relação a isso, o que supostamente trazia isolamento político e desmobilização nos assentamentos. Como ficou evidente no depoimento de Fernando, realmente a CPT tinha outra perspectiva sobre as ocupações e assentamentos, em parte desacreditando das formas de organização política e econômica realizadas pelo MST nos acampamentos. Isso não significa que os agentes da CPT não tinham preocupações em termos de conscientização política - em termos de crítica às desigualdades, ao capitalismo, necessidade de união e organização dos trabalhadores etc. - mas sim que muitas vezes essa busca se deu em sentidos diferentes das principais expectativas do MST.

Disputas entre MST e CPT foram percebidas também por atores externos que, apesar de reconhecer certo afastamento, salientam que o papel da Igreja continuava sendo relevante como apoio para as mobilizações. Zezé - jornalista na região do Rio Doce no início da década de 1990 - acompanhou esses acontecimentos, percebendo parte das tensões subjacentes.

Perspectivas externas como essa puderam perceber que as relações estavam abaladas, mas salientam a importância que a cooperação entre esses atores tinha na mobilização, apesar dessas relações se darem de outra forma:

Existia um pouco aqui também um pouco da briga da Pastoral da Terra com o MST, em Valadares existia. Eu acho que em muitos lugares, no Brasil inteiro tinha essa rixa. Mesmo assim, o papel da Igreja foi fundamental, tanto no que diz respeito a formar uma opinião da população, quanto no que diz respeito a estrutura de sustentação do Movimento. Arrecadar coisas e tal... (Zezé, entrevista ao autor, 12/07/2013).

Em alguns depoimentos, essa mudança é relacionada também a uma mudança de público mobilizado na nova região, na qual haveria uma influência urbana maior - apesar de se tratar de trabalhadores rurais - e um nível educacional mais elevado. Supostamente, esse novo público permitiria essa mediação menos alicerçada na religião, dando espaço para outros valores:

Pacheco: E era uma coisa diferente. No Jequitinhonha a gente tinha um camponês típico, da roça mesmo. Você vem pra cá (Rio Doce), já está mais misturado, o urbano e o rural. Mesmo o nível de formação escolar você começa a ver uma evolução, entre os assentamentos do MST. (...) Eram semianalfabetos na região do Jequitinhonha.

Arnaldo: O pessoal lá era mais religioso?

Lá é mais. Mais interior e mais forte a Igreja!

Arnaldo: E isso influenciava no trabalho de base?

Com certeza (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Arnaldo: Aqui (Rio Doce) tinha que fazer a relação da luta com a Bíblia, como fizeram lá no Jequitinhonha e Mucuri?

Renato: Eu acho que nem tanto, já ia direto mesmo. Falava da necessidade, com aquilo que era possibilidade. Lá (Jequitinhonha e Mucuri) precisava mais por uma questão de cultura (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Vários depoentes salientam que, no trabalho de mediação, era fundamental se adequar às diferentes culturas, nas diferentes regiões. Isso foi relatado também quando narraram suas experiências nas regiões do Noroeste e Triângulo Mineiro, situações para as quais tiveram que se adaptar aos valores e modo de vida dos trabalhadores rurais que pretendiam lá mobilizar:

É o que Marx nos ensina. Para você mudar uma realidade você tem que conhecê-la. E conhecer uma realidade é **conhecer o povo, seus costumes, sua cultura**. Por exemplo, quando eu fui para o Triângulo Mineiro, fui designado para ir para lá em 90, eu tive que acordar 3 horas da manhã para ir para o corte da cana. Cobrir todo o rosto, deixar só o olho de fora, pra não se cortar com as folhas de cana, e cortar cana. Se eu fosse para a casa do trabalhador a noite ele não queria nem papo, queria dormir. Como é que você ia encontrar com ele? No trabalho (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Vários militantes tiveram que “entrar no mundo” dos trabalhadores rurais com os quais pretendiam se comunicar, entender suas relações com o trabalho, com o descanso, com o patrão, com a família e, a partir desse conhecimento, buscar formas de interação que propiciassem mobilizações políticas pela terra.

Aí tinha os momentos de tomar uma água, comer a boia, aí você falava com ele. “Você nunca vai sair daqui? Conseguir uma terra. Vamos para a ocupação!” (...) Aí você ganhava a confiança das pessoas, aí você conseguia marcar uma reunião no final de semana. Mas tinha que ser rapidinho pra eles voltarem para descansar, lá a jornada era muito pesada (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Assim, nos vários contextos de mobilização, foi fundamental a adequação das ações aos *universos de significação* (NEVES, 2008) em jogo, buscando constituir *bricolagens* específicas, com combinações próprias para mobilizações em cada contexto.

4.5 - Incursões frustradas noutras regiões

A partir de 1989, diante dos problemas ocasionados pelos despejos de Sapezinho e Bela Vista e da crise de representação do Movimento na região, vários militantes foram destacados para tentar realizar ocupações noutras regiões de Minas Gerais, principalmente Noroeste e Triângulo.

Essas regiões foram almejadas nessas novas ações por se tratar de lugares nos quais existiam muitos latifúndios e trabalhadores no campo, tendo assim um forte potencial de mobilização. A influência da CPT nessas regiões também era menor que no Nordeste Mineiro, o que pode ter sido um estímulo para essas escolhas, em face das divergências ressaltadas anteriormente.

No entanto, essa nova empreitada não significou a paralização das ações no Nordeste Mineiro, mas sim indica que, diante daquele momento desfavorável, a realização de novas ocupações de terra seria supostamente mais viável noutros contextos.

De 1990 a 1993 a repressão foi muito forte, **precisamos dar uma retraída aqui (Nordeste Mineiro) pra poder atuar em outras regiões**, Por isso foi para o Noroeste, em 89. Em 90 a prisão lá no Triângulo Mineiro. (...) Depois da repressão violenta lá (Jequitinhonha e Mucuri) a gente achou que **estava sem clima para isso (novas ocupações), o povo estava com medo**. E as portas se fechando, **divergências com a CPT**. Fomos para o Noroeste, **tomamos uma porrada lá**, mas deixamos uma sementinha lá (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Essa mobilização, realizada em vários municípios da região de Unaí, se desenrolou por vários meses, criando uma forte expectativa sobre a realização de ocupações de terra:

Em Unaí - uma região que também tem muitos latifúndios - nós estávamos já há seis meses organizando os trabalhadores, nuns sete ou oito municípios: Unaí, Paracatu, João Pinheiro, Buritis... E a gente fazia muitas reuniões com as famílias, para explicar como seria a vivência num acampamento, um trabalho de formação mesmo (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Pelos depoimentos ficou evidente como esse processo se deu através da parceria com a CPT da região e com alguns sindicatos, não contando com a proeminência da FETAEMG, que, como vimos no capítulo II, tinha uma postura receosa em relação a esses conflitos:

Estava tranquilo, tinha articulação para fechar com 300 famílias. A CPT estava junto com a gente, a FETAEMG não assumia não, eram sindicatos isoladamente. A FETAEMG não entrava nessa época que o pau comia, depois, quando estava mais brando, eles entraram. (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Essa mobilização, que já contava com a participação de um grande número de famílias dispostas a realizar uma ocupação, foi interrompida pela prisão dos militantes advindos do Nordeste Mineiro¹¹⁰. Em vários depoimentos foi retratada a surpresa dessas lideranças no momento da prisão:

Em Unaí, nós tínhamos alugado uma casa. A polícia chegou por volta de cinco da tarde, prendeu todo mundo. Do jeito que a gente estava foi para a delegacia, não deu tempo de avisar ninguém. Nós passamos a noite toda depondo na delegacia de Paracatu. E de lá nós fomos para em Belo Horizonte, então nós **viajamos de Unaí a BH de camburão.** (...) Nós fomos **presos no DOPS, na época tinha muito resquício da Ditadura Militar.** A polícia agia com muita repressão. A gente não apanhou, mas a pressão psicológica foi muito grande. Você passar a noite inteira num interrogatório, viajar nove horas até Belo Horizonte num camburão. E nós ficamos presos, incomunicáveis, durante três dias. Ninguém sabia onde nós estávamos! (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Na iminência de uma primeira ocupação - pouco após a realização de uma última reunião mais ampla com as lideranças locais - foram surpreendidos pelos policiais no dia 27 de julho de 1989 e encarcerados sem justificativa clara:

Lá no Noroeste a gente já tinha umas 250 famílias prontas para ocupar, com lona comprada e feira no saco. E a gente ainda, meio inexperiente, fizemos esse encontro entre as lideranças das comunidades. Depois estávamos na casa alugada, um tomando banho, outros jogando baralho na sala, oito horas da noite cercou a casa! (...) Já foi chegando botando algema em todo mundo, levaram para a delegacia em Unaí, depois para a delegacia de Paracatu, de lá para o DOPS em Belo Horizonte. Tive 4 dias no DOPS! (Policarpo, entrevista ao autor, 10/07/2013).

Essa prisão foi realizada antes desses militantes realizarem qualquer ocupação. Foram deixados sem comunicação, submetidos a interrogatórios e maus tratos nas várias cadeias pelas quais passaram, inclusive no DOPS¹¹¹ em Belo Horizonte. As interpretações sobre os motivos dessa repressão são várias, desde a identificação de uma maior organização dos fazendeiros e polícia na região até a avaliação posterior de que a proximidade em relação à Brasília trazia uma vigilância maior, por questões de segurança do Estado brasileiro:

¹¹⁰ A prisão dessas pessoas foi ocultada por um longo tempo, sendo negada pelos policiais dos vários lugares onde ficaram presos, sem poder informar essa prisão a seus familiares e companheiros, gerando grande apreensão.

¹¹¹ Não foram encontradas referências a esse caso em nenhuma documentação do DOPS/MG.

Quando a gente avaliava que estava esgotando lá no Mucuri, nós fomos para o Noroeste, em 1989. Eu fui preso lá, eu e uma turma. Nós passamos um bocado de aperto lá! Eles prenderam lá em Unaí e viemos de camburão até Belo Horizonte. Eles infiltraram um cara da Polícia Civil dentro do PT lá e era muito amigo da CPT. Aí chegamos lá, procuramos a CPT, o PT, os sindicatos, indicaram um cara deles de confiança, nós fomos ver depois que o cara era da Polícia Civil. Aí ele nos pegou antes da gente fazer ocupação. (...) **E como estava próximo a Brasília, a gente não tinha essa leitura, acho que a vigilância era maior, área de segurança nacional.** A gente descuidou desse aspecto (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Numa matéria do jornal *Hoje em Dia*, do dia 1/8/89 - intitulada *Lei de segurança Nacional pode ser usada para os sem-terra*, compilada pela CPT - é mencionado parte do conteúdo do material que foi apreendido, que compreendia cartilhas com os títulos *A luta dos índios na terra, A luta dos sem-terra no Oeste Catarinenses e Perspectivas políticas do Brasil* (Frei Beto e José Dirceu). O argumento de proteção à segurança nacional para justificar a violência contra os sem-terra pode ser melhor compreendido em vista do fechamento do Governo Federal aos movimentos sociais, que se delineava nesse período e atingiu seu ápice no Governo Collor, empossado no ano seguinte.

Depois que foi descoberto onde estavam presos, uma mobilização em Belo Horizonte, realizada principalmente pela CUT e segmentos da Igreja Católica, conseguiu que fossem soltos:

Aí o boato correu, a igreja começou a mobilizar em Belo Horizonte, estava havendo um encontro de CEBs, com os bispos lá. Aí conseguiu achar a gente no DOPS, na Avenida Afonso Pena, aí a gente foi liberado. Mas esse processo durou muito tempo, eu tive que depor na Polícia Federal. Toda hora que a gente ia tirar uma certidão negativa aparecia aquilo lá e demorou muito tempo para poder sair (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013).

A nossa sorte na época é que estava acontecendo o encontro de CEBs em Belo Horizonte. Aí o povo ficou sabendo desse sumiço nosso, aí foi todo mundo para a porta do DEOESP¹¹². (...) Nós estávamos no porão lá embaixo, a gente começou a ouvir uns gritos fora, uma coisa estranha, uma mobilização do lado de fora. (...) Parece que tinham deputados, advogados (...) Aí eles liberaram a gente (Carlos, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Depois dessa prisão, foram realizadas novas tentativas de mobilização, porém com muito mais dificuldade em face dos riscos de serem novamente descobertos. Reuniões com grande número de pessoas se tornaram inviáveis e, cada vez mais, esses militantes passaram a depender do apoio das famílias da região para rearticular o movimento:

Não deu certo, a gente veio embora, aí eu voltei lá em Unaí e fiquei escondido na casa dos trabalhadores, organizando. Aí a gente passou a não fazer mais reunião, os trabalhadores levavam um a um lá, como se o cara fosse confessar (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013).

¹¹² Departamento Estadual de Operações Especiais (DEOESP), departamento da Polícia Civil.

Muitas famílias confiavam nesses jovens quase desconhecidos, que passavam grande credibilidade em seus ideais e comprometimento com a luta pela terra, e continuavam a apoiá-los, protegendo-os, alojando-os secretamente e convidando novas famílias para conhecê-los.

No entanto, a Polícia Militar, buscando reprimir as mobilizações, apertou cada vez mais o cerco contra esses militantes, buscando tanto ameaçar as famílias de trabalhadores rurais, quanto buscar conquistar sua simpatia e cumplicidade através da doação de cestas básicas e promessas de proteção:

E a Polícia Militar começou a agir também. **Dava cesta básica e falava: “Se aparecer eles aqui, vocês avisam para a gente”**. Mas eu fiquei lá um bom tempo ainda fazendo essas articulações. Por que a gente tinha a confiança dos trabalhadores, **a gente era, tipo assim, adotado**. Na primeira reunião a gente já falava: “A gente não tem dinheiro pra pagar hotel”. A gente ia fazendo rodízio, se tivesse um serviço a gente ia fazer também, durante a semana. Mas era muito bacana a solidariedade, o que eles tinham a gente comia e a gente ficava ali com a família. Olha só, uma pessoa estranha! **Na primeira reunião eles sentiam na gente essa garra, essa vontade. E tudo moleque novo! Eu estava com 21 ou 22 anos**. Muito jovem, mas com muita responsabilidade e muita vontade (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Aí a gente voltou, mas a repressão estava muito grande, nós tivemos que resistir. Porque eles começaram a reunir com as famílias e ameaçar as famílias, e levar até cesta básica para eles. Na época, uma coisa que pegava muito era a situação econômica do povo, muito difícil. E o povo ficou com medo (Carlos, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Várias matérias de jornais (locais, regionais e estaduais) compiladas por integrantes da CPT - disponíveis atualmente na sede dessa organização - mostram alguns detalhes da prisão desse grupo de militantes¹¹³. São enfatizados os protestos de organizações como CPT, PT e CUT, denunciando a arbitrariedade da prisão em Unaí. Acusados de incitar ocupações de terra, foram mantidos incomunicáveis por cerca de três dias, sendo interrogados seguidamente nas várias cidades para as quais foram levados. Pelas notícias, é possível perceber que os militantes - que tinham entre 17 e 26 anos - evitaram inicialmente ser identificados como membros do MST e demonstrar que visavam ocupar terras, se declarando como membros de STRs e da CUT de municípios do Nordeste Mineiro.

Nas declarações da Polícia Militar - veiculadas por esses jornais - falam que essas pessoas estavam “incitando a luta de classes”, formando grupos paramilitares para a “luta armada”. Dando mais detalhes de suas impressões sobre a atuação desses militantes, durante os 60 dias que estiveram na região, afirmam que eles se valiam de “cânticos e batidas de tambor” durante o treinamento para “doutrinamento de líderes” na região. Ressaltou-se, assim, a apreensão de dois revolveres e material “doutrinário” em posse dessas lideranças.

A PM informou que a Igreja Católica, a CUT e o PT estariam também incentivando essas ações na região, que era organizada principalmente pelo MST. Pelo que foi possível observar nessa documentação, a participação da CPT e da CUT são bem evidentes, sendo o STR de Unaí vinculado à CUT nesse período. Em nenhuma das matérias foi mencionada a

¹¹³ Ver fotos (Figura G, em anexo) da prisão. Chama atenção a pouca idade dessas lideranças, a presença de duas mulheres e, pelas vestimentas, o fato de terem sido surpreendidos pela prisão.

FETAEMG, nem como apoio das ações, nem como defensora desses trabalhadores após a prisão.

Certas matérias enfatizam o apoio, considerado generalizado, da população de Unaí à ação da PM, em “defesa da ordem, segurança e bem-estar social” e do “patrimônio”. É relatado como o sindicato patronal desse Município estava organizado em torno do enfrentamento dessas ações “desordeiras”, baseadas na formação de “bandos para invadir terras alheias”.

Uma nota - veiculada pelo *Estado de Minas* do dia 1º de agosto de 1989 - embasada nos argumentos citados acima - adverte sobre o risco de “perda de vidas humanas” pela reação violenta dos proprietários rurais, que, sentindo-se “desamparados”, poderiam agir em sua defesa. Essa nota - intitulada *Povo de Unaí apoia ação da Polícia Militar* - foi assinada por: Sindicato Rural de Unaí (patronal), Prefeitura Municipal de Unaí, Câmara Municipal de Unaí, Lions Clube de Unaí, Rotary Clube de Unaí, Loja Maçônica Mestre do Rio Preto, Cooperativa Agrícola de Unaí, Associação Médica de Unaí, Associação Comercial e Industrial de Unaí, Federação Meridional de Cooperativas Agropecuárias, Ordem dos Advogados - 27º subseção de Unaí - MG.

A imprensa também repercutiu o fato de - depois de alguns dias da prisão - CUT e PT reconhecerem que havia planos de “invasão” de áreas desapropriadas, com realização de reuniões e cadastramento de famílias. Em várias delas é enfatizado como esses atores passaram a admitir publicamente que defendem ocupações de terra como caminho para a reforma agrária.

Chama atenção a pouca idade dos militantes diante de tanta “responsabilidade”, como afirmou Renato, enveredando por regiões onde eram totalmente desconhecidos, propondo a realização de ações fortemente reprimidas, como eram as ocupações de terra. Destaca-se também como os jovens conseguiram a confiança de parte das famílias de trabalhadores rurais da região, sendo por eles ajudados em situações arriscadas, motivando-as para as mobilizações e arregimentação de novas famílias de conhecidos e familiares. Policarpo resumiu esse processo, cujo maior obstáculo foi a intensa ação policial para limitar as possibilidades de comunicação dos militantes do MST com os trabalhadores rurais da região, o que impedia a realização de ações de mediação:

Nós resolvemos expandir o Movimento dos sem-terra, então fomos para o Noroeste de Minas, em 1989. Organizamos lá, porém antes da gente ocupar, a polícia prendeu os militantes. Ficamos presos 4 dias em Belo Horizonte, voltamos para Teófilo Otoni, tomamos um fôlego e voltamos para o Noroeste, região de Unaí. Mas a polícia em cima, não deixava a gente sair de casa, para o trabalho, a P2, todo mundo. Aí resolvemos voltar e organizar por aqui afora (Vale do Rio Doce) (Policarpo, entrevista ao autor, 10/07/2013).

Pela intensa perseguição e risco frequente de serem novamente descobertos e presos, os militantes resolveram abandonar, naquele momento, o projeto de realizar ocupações no Noroeste. Assim, dirigiram esforços também para o Triângulo Mineiro, chegando a realizar algumas ações, no entanto também não tendo sucesso naquele momento:

Aí a gente fez uma avaliação e viu que **não era o momento de fazer ocupação**, poderia a gente levar a uma situação pior de conflito. Viemos embora e fomos em seguida para o Triângulo Mineiro, na cidade de Iturama, começamos a articular com os movimentos de lá. Houve um convite da Pastoral da Terra. Em 90 nós fizemos a primeira ocupação no Triângulo

Mineiro, acho que era Fazenda Colorado. Um número de famílias pequeno e a gente saiu com 3 dias, montamos acampamento na beira da estrada. Depois ocupamos uma outra área, mas a perseguição da polícia lá também era muita. Todo dia a polícia visitava o acampamento: “**As lideranças de Teófilo Otoni estão aí? Nós estamos procurando.**” (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

As lembranças sobre as várias incursões no Triângulo Mineiro remetem à dificuldade para realizar as ocupações de terra e grande perseguição policial. A UDR tinha uma organização mais antiga na região e, diante da repercussão das ocupações que ocorreram no Nordeste Mineiro, estava atenta em relação à possibilidade de ocupações noutras regiões de Minas Gerais:

Depois de 1994 nós fomos para o Triângulo Mineiro, tentamos ocupação lá. Onde a gente foi não acabou não, ficou alguma coisinha, não ficou muita expressão. Depois o próprio Movimento dos Sem-terra, com a criação da SR 28, a regional do INCRA, aí criou uma regional do MST também no Noroeste, mas vinculada a Brasília, então ficou por lá e fomos para o Triângulo Mineiro, e apanhamos também. Lá era mais difícil ainda, a UDR nasceu lá né, em Campina Verde (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Além da forte repressão, em alguns depoimentos são mencionadas - como obstáculo para as mobilizações - disputas pelo direcionamento das ações, entre o MST e outros grupos já organizados tanto no Noroeste quanto no Triângulo. Um grupo citado quanto a essas disputas foi a FETAEMG que, como vimos no Capítulo II, tinha segmentos que buscavam participar da luta pela terra:

Ela (FETAEMG) fazia ocupação de terra também. Por que vira moda, todo mundo acha que tem que fazer ocupação para ser o pai, a mãe. Mas a gente compreendia isso, tocava a luta, eu acho que tem espaço para todo mundo (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013).

De forma similar aos descompassos existentes nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, existiam discordâncias quanto ao momento adequado para se ocupar terras, o que pode ter sido determinante para o MST retrair sua participação na região por alguns anos nessas regiões:

Houve divergência dos movimentos (CPT, STR) que acompanhavam ali com o MST e houve uma disputa direta dentro desse acampamento, colocou lá em votação se queria ficar com o Movimento ou com o pessoal de lá. (...) A gente falava que, como a área já estava desapropriada, nós tínhamos que ocupar a área. Nós estávamos ali perdendo tempo na beira da estrada (...) Eles achavam que depois que fizesse tudo direitinho, bonitinho, o **governo ia falar para entrar. A gente achava que tinha que ocupar**, foi essa divergência, nós nos retiramos de lá e eles criaram outros movimentos, lá tem vários movimentos. Tem o MST que voltou depois para lá, tem o MLST, tem o M não sei o que, tem um monte (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Outros depoimentos salientam como a postura do MST era de ocupar ao revés das determinações e expectativas governamentais para, diante desse acontecimento, pressionar para que o governo se movimentasse mais rapidamente e em convergência com as mobilizações:

Naquela região (Noroeste) a FETAEMG já tinha algumas lutas lá. Pedia a desapropriação e depois, quando desapropriava, eles ocupavam. Mas não era esse tipo de ocupação que você entra no peito! O latifúndio tá ali improdutivo, não queremos saber se está desapropriado ou não. Vamos ocupar para forçar a desapropriação! (Policarpo, entrevista ao autor, 10/07/2013).

Diante dessas incursões frustradas no Noroeste e Triângulo e da crise no Jequitinhonha e Mucuri, o MST mineiro continuou buscando novas regiões de atuação, porém com grande dificuldade. A continuidade do processo de ocupações se deu no Vale do Rio Doce, região relativamente próxima às ocupações anteriores, mas que caracterizava-se pelo temor dos trabalhadores rurais em face dos antigos conflitos na região.

CAPÍTULO V: REFLORESCIMENTO DAS MOBILIZAÇÕES EM DIREÇÃO AO VALE DO RIO DOCE

Nesse capítulo será apresentado o desfecho do processo discutido nesta tese, abordando a mudança de foco espacial das mobilizações em direção ao Vale do Rio Doce, o reflorescimento de algumas relações de representação abaladas nas ocupações anteriores, assim como a rearticulação de algumas ações de mediação nesse novo contexto. Serão analisadas as ocupações que deram origem aos assentamentos 1º de Junho (Tumiritinga/MG) e Oziel Alves Pereira (Governador Valadares/MG), que marcam também um afastamento mais nítido entre MST e CPT, em face das discordâncias constituídas ao longo das ocupações e da busca de autonomização por parte do MST.

5.1 – Retomando a força numa nova região

Diante dos fracassos nas incursões no Noroeste e Triângulo e enfraquecimento no Jequitinhonha e Mucuri, as organizações e movimentos mobilizados - principalmente MST, CPT, STRs e PT - buscaram novas possibilidades de ocupação, agora na região do Vale do Rio Doce.

A realização dessas novas ocupações, além de possibilitar o assentamento dos excedentes de Aruega, acampados provisoriamente na BR116 há anos, foi a oportunidade de reatar os laços com parte das famílias do Assentamento Santa Rosa que ainda tinham certa proximidade com o Movimento:

Eles (Assentamento Santa Rosa) hoje não têm uma relação muito forte com o MST, tem uma ligação, mas ficaram meio assim.... Aí tiramos algumas famílias ali, que tinham uma simpatia maior pelo Movimento, trouxemos para o 1º de Junho. Aí refizemos essa aproximação, mas (o Santa Rosa) não é dirigido completamente pelo Movimento. Eles são um pouco independentes (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Assim, militantes do MST passaram a buscar novas áreas para ocupar, estabelecendo contatos em várias regiões, inclusive no Vale do Rio Doce, onde foram informados sobre a existência da Fazenda Limeira-Califórnia (Tumiritinga-MG) através de membros da Igreja Católica da região:

Até que essa fazenda, pra gente descobri-la, que ela tinha sido desapropriada, nós viemos aqui fazer uma visita ao Padre Antônio, para pedir para ele uma ajuda, que a gente estava com dificuldades, o Movimento, e não tinha nenhuma perspectiva de para onde a gente ia. Aí ele falou para a gente que tinha aquela fazenda (Fazenda Califórnia) em Tumiritinga, mas que todo mundo lá tinha medo de tocar no assunto (Carlos, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Em 1992 era crescente a pressão para que fosse viabilizado um assentamento nessa área, como se pode ver num ofício do INCRA de 26/08/1992, no qual funcionários da instituição relatam as pressões da Igreja e de políticos do PT para que essa área fosse direcionada para assentamento. Essa pressão crescente também ficou clara na ata de uma

reunião do INCRA, em 12/08/1992, com os representantes dos grupos mobilizados - de Aruega, Lajinha e BR 116 (Caraí) – na qual ficou acordado que o INCRA agilizaria a criação do PA Aruega e avaliaria a possibilidade de assentamento nas fazendas Califórnia-Limeira (Tumiritinga) e Três Rios (Itaipé).

A Fazenda Califórnia já estava desapropriada desde 1987, por ter sido considerada latifúndio improdutivo. No entanto seu proprietário ainda recorria na justiça, processo que chegou até o Supremo Tribunal Federal, durando quase uma década. Porém, mesmo após a desapropriação, havia grande temor em ocupá-la, em face da tradicional repressão na região. Como conta Renato, “a Fazenda Califórnia já estava desapropriada há cinco anos e ninguém tinha coragem de ocupar, o decreto ia cair!” (Entrevista ao autor em 11/07/2013)¹¹⁴. Prevalecia esse receio, inclusive por parte de sindicalistas e setores progressistas da Igreja Católica, muitos deles céticos em relação à possibilidade de realizarem ocupações na região:

Ninguém falava! Inclusive, o presidente do sindicato, quando a gente foi falar com ele, disse que se fosse para ir na casa dele para discutir esse assunto não precisava ir não. Tinha muito medo! Porque tem uma história dessa fazenda nessa região e isso se espalhou nessa região, a fazenderada da época. E diante desse quadro, o pessoal tinha muito medo da repressão (Carlos, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Essa era uma questão delicada, pois os grupos já haviam passado por situações desgastantes e o MST mineiro estava repensando suas estratégias de mobilização, evitando situações de conflito que pudessem levar a novos massacres:

Na verdade a gente sabia que resistindo a gente ia colocar as famílias num risco. A direção avaliava com as famílias e a gente sabia o que significava uma resistência, que era a polícia com arma e você com uma foice e um facão! Você não tem a mínima chance, com bomba. E a gente não estava ali para fazer esse confronto. (...) **Nessa crise, a gente passou a rever a nossa forma de atuação e aí que decidimos trazer o Movimento para a região do Rio Doce.** Retomamos a luta e aqui na região do Rio Doce deu certo. A ocupação da Fazenda Califórnia, hoje 1º de Junho, foi vitoriosa (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Decididos a realizar a ocupação, mesmo diante das supostas dificuldades, esses militantes passaram a visitar a Fazenda, conversar com pessoas da região, pedindo auxílio para deputados, sindicalistas etc., evitando, no entanto, transparecer que realizariam a ocupação muito em breve:

Tinha um deputado naquela época, o Marcos Heleno, nós fomos no gabinete dele, conversamos com uma pessoa que conhecia bem a região, o falecido Joaquim Nicolau, que tem até um assentamento aqui com o nome dele. Aí ele deu mais algumas informações sobre a fazenda (Carlos, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Como o proprietário recorreu inúmeras vezes na justiça, adiando o processo por vários anos, havia o risco iminente do decreto de desapropriação prescrever caso não houvesse

¹¹⁴ Ele se refere ao fato de que o decreto iria prescrever, decorridos cinco anos da desapropriação, caso não fosse atribuído o direito de propriedade ao Estado.

imissão de posse. Diante disso, os trabalhadores rurais mobilizados pressionaram o INCRA, através de uma ocupação em suas instalações, para que os procedimentos visando a destinação da Fazenda Califórnia para reforma agrária avançassem mais rapidamente:

A Fazenda (Califórnia) já estava desapropriada, mas não tinha imissão de posse. Ainda corria o risco de ter despejo. Tinha o processo no INCRA, ela estava desapropriada, mas como não tinha ninguém lutando por ela, o fazendeiro contava que esse processo ia vencer, caducar. Só que, antes disso, a gente tinha feito uma ocupação no INCRA para desengavetar o processo, aí o processo andou mais um pouco. Mas a gente não falava que ia ocupar a fazenda (Carlos, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Cerca de 200 famílias ocuparam a Fazenda Limeira-Califórnia no dia primeiro de junho de 1993, data que dá nome ao Assentamento. Essa ocupação foi recebida com incredulidade tanto por parte de alguns dos trabalhadores rurais mobilizados, que, receosos, se dirigiram para a área posteriormente, quanto pela população e fazendeiros da região:

Quando chegamos em Tumiritinga ninguém acreditava que a gente tinha chegado! **Teve muita gente que foi lá ver para depois ir para o acampamento. Não acreditou!** Não estava acreditando que a gente ia, mesmo fazendo reunião, eles não acreditaram. (...) Porque eles tinham um histórico anterior de muita violência aqui nessa região, dos fazendeiros. Teve o golpe militar, aqui estava acontecendo isso. A violência foi muito forte. Foi o assentamento mais visitado pelo povo da cidade. Assim que chagamos no acampamento em Turitinga começou a aparecer gente, parecia uma romaria (risos). O dia inteiro indo gente da cidade lá visitar. (...) **E a fazenderada também não acreditava que a gente iria ter coragem de ocupar**, por causa do histórico antigo que tinha. A gente acabou fazendo isso como um **ato de ousadia**, digamos assim (Carlos, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

O fato das pessoas do município irem visitar de forma tão intensa a área ocupada é muito representativo do impacto dessa ocupação. Esse impacto foi sentido também na imprensa da região, como contou Carlos, afirmando que “o acampamento (1º de Junho) foi o acontecimento da época! Todos os jornais, todos os dias, falavam alguma coisa da Fazenda e (enfatizavam) que ela não tinha sido despejada” (Carlos, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Essa ocupação foi noticiada numa matéria do jornal *Estado de Minas* do dia 02/06/1993, o que pode demonstrar a perspectiva desse jornal sobre as ocupações. Diferentemente das matérias anteriores, o termo “invasão” é recorrentemente utilizado, o que pode indicar o não reconhecimento da legitimidade dessas ações. Também não é mencionada a precariedade das condições de vida dos lavradores, mas sim seu interesse por terras mais cultiváveis.

Levando em conta indícios como esses, é possível supor que a perspectiva de parte da imprensa mineira em face das ocupações de terra foi negativa - ou, em alguns casos, indiferente - principalmente nos primeiros anos da década de 1990, o que levou a formação de uma imagem negativa do MST frente à população. Além das desapropriações ainda não estarem regulamentadas por lei (o que ocorreu em 1993), esse é um período de acirramento da violência contra os movimentos sociais que lutavam pelas desapropriações de terras. Dessa forma, é sugestiva a ideia de que parte da imprensa mineira tenha, nesse contexto, assumido posições desfavoráveis aos militantes dos movimentos, minando sua legitimidade como

representantes dos trabalhadores. No entanto, essa perspectiva desfavorável perdeu espaço a partir de meados da década de 1990, momento no qual as ações do MST conseguiram ter maior acesso à opinião pública em Minas Gerais.

Outro indício de que, até meados da década de 1990, a visão de parte da imprensa mineira era desfavorável é que somente as visões do INCRA e principalmente da UDR foram mencionadas na matéria mencionada acima. Apesar de se referir aos trabalhadores rurais como “sem-terra”, atores como MST, CPT etc. não foram sequer citados. A matéria baseava-se, assim, nas advertências da UDR de que essas ocupações trariam conflitos e nas afirmações do INCRA de que estava buscando soluções para o problema. Prevaleceu, então, a ideia de que a negociação seria entre governo e fazendeiros, suprimindo o papel fundamental dos trabalhadores rurais e de organizações como CPT e MST. A matéria fala numa “invasão” tranquila, porém alguns depoimentos¹¹⁵ foram divergentes quanto à percepção dos encontros com as autoridades da região, variando desde a noção de uma forte pressão até a lembrança de uma negociação tranquila, o que pode indicar variações nas interpretações sobre esse processo.

Em contraste com as ocupações anteriores, os grupos mobilizados estavam bem mais preparados para as ocupações, prevendo, inclusive, mais dificuldades do que as encontradas, em face do histórico de violência na região:

Aqui (Rio Doce) já era uma questão diferente em face do confrontamento que já teve aqui (antes de 64). Até por conta daquele livro do Carlos Olavo, sobre o Chicão. Então a gente previa que aqui seria um confronto violento, foi mais tranquilo. Nós subestimamos lá (Jequitinhonha e Mucuri) e superestimamos aqui (Rio Doce) (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013).

O 1º de Junho não foi tão complicado a ocupação, a preparação do terreno foi muito bem feita. É lógico que houve liminar de despejo, mas houve também uma articulação política muito forte, da sociedade, tinha um advogado muito bom na época (Maurício, entrevista ao autor, 10/07/2013).

Várias lideranças salientam que, para essa ocupação, estavam mais fortes e preparados, mais experientes e com uma articulação política mais sólida, principalmente em comparação com Sapezinho e Bela Vista. A ocupação da Fazenda Califórnia, primeira no Vale do Rio Doce, depois de um grande período de aparente silêncio, foi um marco importante para o Movimento no estado:

E aqui a gente já tinha o *know how* da coisa, de como a gente fazia a coisa. Já tinha muita gente de outros acampamentos, aí reforçava. Pessoas que já tinham participado de outras lutas. Por exemplo, Aruega, a militância era muito pouca naquela época. Era uma confusão, a gente estava aprendendo a fazer (Policarpo, entrevista ao autor, 10/07/2013).

Apesar dessa ocupação não ocasionar formas de violência extrema - como ocorreu anteriormente - vários depoimentos indicam que as negociações foram tensas e a possibilidade de conflito estava muito presente nos primeiros momentos, em vista da força e organização dos fazendeiros da região. Mesmo a fazenda em questão já estando

¹¹⁵ Essas informações foram obtidas principalmente através de entrevistas com integrantes do Assentamento Aruega que participaram da ocupação da Fazenda Califórnia (hoje Assentamento 1º de Junho) para contribuir no estabelecimento dos excedentes.

desapropriada, a criação de um assentamento do MST nesse local poderia significar a abertura de um precedente e incentivo para novas mobilizações, colocando em risco as terras e o poder desses fazendeiros.

Depois de um grande período de impasses e instabilidade, essa ocupação significou a retomada da força e legitimidade do MST como representante dos trabalhadores rurais mobilizados na luta pela terra em Minas Gerais, recebendo um grande investimento de esforços do Movimento e de seus aliados, tanto na mobilização para no acampamento quanto na subsequente organização do Assentamento. Esse empenho fez com que a conquista da Fazenda Califórnia fosse reconhecida como um dos grandes feitos do MST, sendo o assentamento intensamente organizado pelo mesmo durante muitos anos, tanto em termos políticos (na associação) quanto econômicos (na cooperativa).

Alguns membros do MST acreditam que essa ação marcou também uma maior proeminência dessa organização em relação à CPT nas mobilizações, apesar de ainda existirem algumas disputas que dividiram o assentamento. Pacheco contou como, nessas articulações, o planejamento conjunto da ocupação e de uma romaria da terra na região foi objeto de tensão:

Ia ter uma Romaria da Terra, em 1993. Eles queriam - o Padre Antônio, o pessoal da CPT aqui – eles queriam que essa romaria fosse antes da ocupação (da Fazenda Califórnia). Aí nós tivemos que convencê-los de que não podia ser antes, se fosse antes iria ouriçar os caras, alertar a polícia, os fazendeiros (...). Teve voto! Nós fizemos a ocupação primeiro e, inclusive, a romaria já foi para a área ocupada! Nós fizemos atos da Romaria da Terra dentro do acampamento, olha que maravilha! (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Em 1996 foram assentadas 82 famílias na fazenda demandada, formando o Assentamento 1º de Junho, que foi considerado por muitos anos um modelo da organização do MST em Minas Gerais, principalmente pela prevalência do trabalho coletivo - extinto em 2008 - e pela organização participativa dos assentados na direção do Assentamento. No entanto, as discordâncias com a CPT permaneceram, inclusive levando à divisão da fazenda em dois assentamentos, o 1º de Junho e o Cachoeirinha, o primeiro sob influência do MST, o segundo da CPT:

Mas ficou um grupo (contrário, na CPT) que continuou a fazer as suas articulações. (...) Inclusive o 1º de junho dividiu! Cachoeirinha já foi quase que uma dissidência da Califórnia, dois assentamentos numa mesma fazenda. Aí dividiu, Cachoeirinha mais do lado da CPT, criou outro PA na mesma fazenda. (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Existem indícios de que essa divisão foi novamente ocasionada, principalmente, pela divergência no que se refere ao grau de enfrentamento das mobilizações e suas consequências para o processo mais amplo de luta pela terra. A ocupação da fazenda não era consenso entre CPT e MST, sendo que os trabalhadores rurais mais ligados à Pastoral, principalmente do município de Tumiritinga, mantiveram moradia na cidade e não permaneceram todo o tempo no acampamento.

Por exemplo, ali em Tumiritinga, quando nós criamos, era um acampamento único. Aí depois criou o Cachoeirinha, era uma facção da CPT. A gente

queria que todo mundo fosse para o acampamento, eles não queriam. **Queriam ficar na cidade e dizer que estavam acampados (risos). Mas isso não é ocupação!** Aí nós falamos: “Se vocês não vierem para cá, vocês estão fora! Não ocupa junto, está fora” Aí quando viram que a fazenda já estava liberada, já estava tudo tranquilo, eles foram para a parte de baixo, criou o Cachoeirinha. (...) Eles estavam querendo ter um lote (na Fazenda) morar na Cidade e ir lá de vez em quando (Carlos, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

No final de 1994, Padre Antônio escreveu uma carta - hoje disponível na CPT/MG¹¹⁶ - dirigida a 18 famílias de acampados na Fazenda Califórnia, através da qual temos alguns indícios dos problemas que vinham ocorrendo. Ele fala das perseguições que as famílias vinham vivendo, dos coronéis, dos cabos eleitorais e “do próprio Movimento dos Sem-Terra”. Segundo a carta:

Que tristeza! Negam o direito de sermos cadastrados pelo INCRA e esse último se deixa ser chantageado. Foram os trabalhadores rurais de Tumiritinga que levaram o processo da desapropriação ao STF, participaram desde a primeira hora da ocupação, sofrendo a mesma calamidade e os mesmos perigos daqueles primeiros meses no acampamento. Continuo celebrando Eucaristia, festas e catequese no acampamento, bem consciente da hostilidade de alguns de cabeça feita! E os olhos esperançosos dos que querem ser justos e cristãos. Viu? Não pode publicar isso! Nos próximos dias e meses vamos procurar uma atitude para sair desse impasse (Carta de Padre Antônio, 1994).

Numa carta do STR de Tumiritinga - datada de 17 de novembro de 1994, dirigida à CPT - essas divisões também ficaram evidentes, pois relata que existiam três grupos na ocupação: um liderado pelo MST (96 famílias), outro liderado pela Associação de Defesa dos Pequenos em Mutirão (28 famílias), e um terceiro autônomo (16 famílias). Segundo consta no Projeto do Assentamento 1º de Junho:

Ao longo desses três anos (1993-1996) uma série de divergências acabou dando origem a dois grupos distintos ocupando pontos diferentes do mesmo imóvel: um formado pelos trabalhadores rurais de Tumiritinga que, por terem família e residência no município e diante das dificuldades próprias do acampamento, acabaram por se distanciar do outro grupo formado pelos excedentes e coordenado pelo MST. Este grupo, sem vínculos no município, já provinha de dois acampamentos anteriores – Lajinha e Marambaia (Caraí) – e de três projetos de assentamento – Santa Rosa, Aruega e Craúno – portanto com uma bagagem e posturas diferenciadas (INCRA. Projeto de Assentamento 1º de Junho. p. 2).

Em certos trechos do projeto, funcionários do INCRA relatam esses conflitos, afirmando que esse grupo era organizado pelo STR de Tumiritinga. No entanto, os indícios que demonstram a proeminência da CPT são mais fortes.

¹¹⁶ Uma cópia da referida carta manuscrita está em anexo (Figura H), onde podem ser encontradas mais informações sobre a perspectiva de Padre Antônio sobre a situação dessas famílias de trabalhadores rurais sem-terra.

A divergência se deu em torno do grau de participação das famílias provenientes de Tumiritinga na luta no acampamento, sendo que os adeptos do MST consideravam que elas não deveriam ser assentados, por terem se acomodado e não enfrentado a luta o tempo todo. Encontramos na documentação do projeto uma carta desse grupo de Tumiritinga ao INCRA solicitando a criação de dois assentamentos, devido a seus conflitos com o MST, em 22/11/1995. O INCRA considerou que essa realmente seria a melhor solução. Assim, foram criados o assentamento 1º de junho, com 85 famílias, e o Cachoeirinha, formado pelo outro grupo, de 42 famílias. Esse último se organizou na Associação em Defesa dos Pequenos em Mutirão e no grupo intitulado Sem-Terra Unidos de Tumiritinga.

Também existia divergência quanto à atuação política nos dois assentamentos, como transparece em certos relatos:

No ponto de vista de produção, o Cachoeirinha tem resultados que até superam o 1º de Junho, mas na política, na minha opinião o mais importante, fica devendo. **O pessoal fica muito no econômico. Aí é uma desgraça! Você fazer luta, quase morrer, para ficar na briga econômica?!** **Brincadeira!** Tem que sair dela, ela é um primeiro momento, ela nos move naquela primeira ação, na ocupação para ter a terra. Depois **tem que avançar na consciência política e tem que multiplicar as ações.** Ficar mantendo guetos, grupos, para ficar atendendo aos projetos de uma minoria, não pode ser assim. **Faz parte de qual movimento?** Nenhum! Essa parte da CPT, quem tem essa concepção, não tem perna para fazer a luta pela terra. O MST vive disso, a CPT não! Ela tem outras coisas para cuidar, ela tem os índios para apoiar, as barragens pra acompanhar. (...) O equívoco acontece em função de alguns interesses estranhos... estranhos! Aí mistura com Igreja, mistura com as brigas internas dos partidos. **O mais importante é você trabalhar a emancipação do ser humano.** Se fosse só para ter terra não faz sentido não! O que é importante é a consciência (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Para Renato, essas disputas pela condução das mobilizações é corriqueira, em alguns contextos envolvendo também a FETAEMG. No entanto, também argumenta sobre a especificidade de cada grupo nesse processo, devendo a direção ficar com o MST e outros grupos se colocarem como apoio. Para ele, a tentativa - por parte desses grupos de apoio - de tomarem a frente das ocupações prejudicou a continuidade da luta nos assentamentos:

Mas isso é normal, na luta dos trabalhadores, as suas disputas, onde a FETAEMG, a CPT, o MST, os sindicatos, que luta pela mesma causa, **cada um se acha no direito de dirigir!** Nós, na nossa concepção, a gente acha que **cada um tem uma tarefa. Um é de dirigir, outro é de apoiar.** Mas não dá para todos dirigirem ao mesmo tempo. E não impede que cada um deles faça ocupação de terra. Agora, nós achamos que para fazer ocupação de terra você precisa estar do início até o fim. Por que **a luta não acaba com a ocupação da terra**, você tem aluta por moradia, você tem a luta por tudo, pela regularização do assentamento, por escola, pela infraestrutura. Isso demora anos para implantar. Quando vai de acampamento para assentamento, você tem que produzir para seu sustento, não tem mais entidade para fazer doação. (...) Consolidar um assentamento é muito difícil! Talvez é mais dura do que para conseguir um pedaço de terra. Porque quando você consegue um pedaço de terra está todo mundo junto. Na hora

de consolidar, é meio que cada um lutando para sobreviver (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Várias lideranças contrastam esse momento com a ocupação de Aruega, na qual os grupos estavam mais unidos, o que possibilitou o sucesso, em face da concentração de esforços. O caso do fretamento do avião é emblemático quando se refere à força que essa união trouxe, em contraste com a fragmentação seguinte:

Lá na região do Mucuri, no início, tinha uma plena confiança do pessoal da CPT, essa linha era predominante, de que tinha que apoiar o Movimento. Por isso que nós conseguimos fretar o avião! Se a outra corrente fosse majoritária, não aconteceria isso, porque não iria unificar. (...) Tem que ter autonomia! Se a assessoria externa quiser influenciar na direção, vai dar merda! Trouxe prejuízo na região do Jequitinhonha e Mucuri, mas ainda bem que foi depois do avião, se não a gente não conseguiria juntar todo mundo nesse objetivo (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Apesar de vários sindicatos participarem intensamente das mobilizações, as alianças entre MST, CPT e CUT já não eram tão estreitas quanto nas mobilizações iniciais. Na década de 1990, diante das transformações nas relações trabalhistas - geradoras de altos índices de desemprego e flexibilização do trabalho assalariado - o movimento sindical perde força. Nesse contexto, o setor rural da CUT se aproximou da estrutura sindical oficial e - deixando a reforma agrária e os direitos trabalhistas em segundo plano - direcionou seus esforços para os agricultores familiares. Nesse contexto, houve:

um realinhamento do sindicalismo rural da CUT em relação ao conjunto dos movimentos sociais rurais, marcadamente um distanciamento do novo sindicalismo em relação a parceiros históricos – como a esquerda católica representada pela CPT e seus agentes, e como o MST, nascido no mesmo contexto e sob as mesmas inspirações – e uma aproximação com o sindicalismo contagiiano, até então seu mais ferrenho oponente (FAVARETO, 2006).

Nesse contexto, as relações entre MST, CPT e o movimento sindical estavam transformadas, não havendo mais uma ligação unívoca, a despeito dos momentos de mobilizações conjuntas. Esse fato ficou evidente nessas novas ações no Vale do Rio Doce, nas quais, apesar das frequentes menções à atuação de sindicatos, a CUT não aparece como ator importante, não sendo sequer mencionada por grande parte dos atores envolvidos.

Apesar das disputas e desencontros discutidos, a ocupação da Fazenda Califórnia foi um marco na luta pela terra em Minas Gerais, se tornando um ponto de referência para os subsequentes trabalhos de base, nos quais o sucesso da ocupação servia de argumento para que novas famílias entrassem na mobilização, em especial no Vale do Rio Doce. Assim, se tornou mais concreta a ideia de ocupar a antiga Fazenda do Ministério, em Governadores Valadares, uma área cuja lembrança remetia à repressão violenta contra os trabalhadores rurais da região, o que pode ser percebido em vários depoimentos:

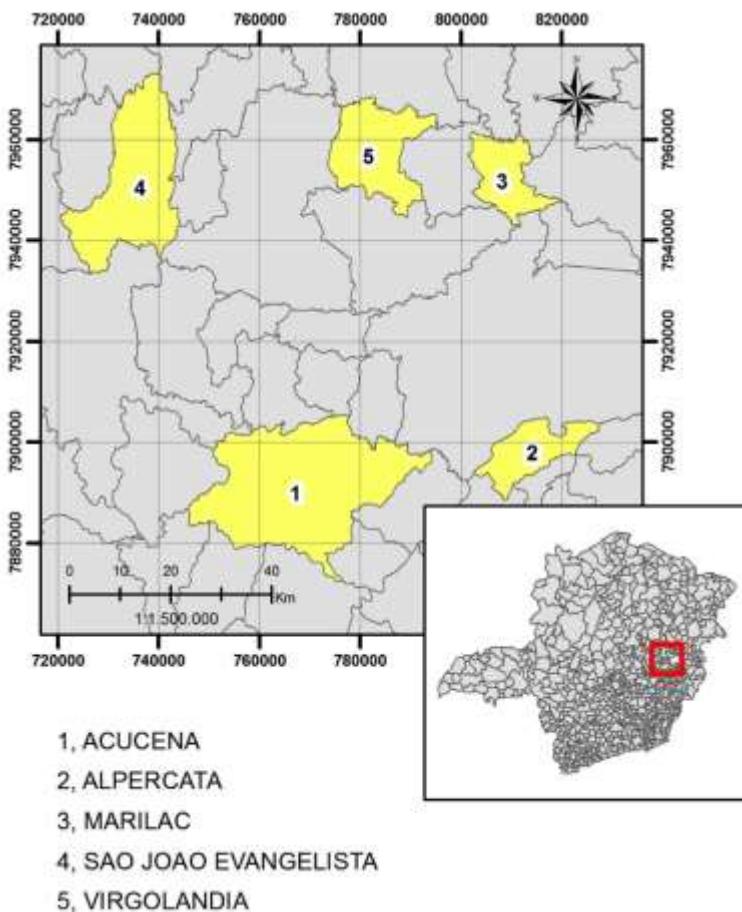
Essa fazenda (Fazenda do Ministério) tinha sido desapropriada em 63, que era para fazer o plano piloto de reforma agrária do João Goulart (...) E quando o Ministro da Fazenda vinha entregar a fazenda, houve o golpe. Aí ele teve que voltar dali para trás. Inclusive originou daqui o golpe. E os trabalhadores

tinham vindo um pouco para cá e um pouco para o sindicato, aí eles foram no sindicato e meteram bala (Carlos, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Cerca de 250 famílias, organizadas principalmente pelo MST, ocuparam a Fazenda, área experimental da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), em agosto de 1994. Essa ocupação contou com poucos excedentes de Aruega, sendo formada principalmente por agregados e arrendatários da região. Para ela, foi realizado um novo trabalho de base, com grande dificuldade, pois se tratava de uma região de poucas pequenas propriedades. As lideranças tiveram que procurar os trabalhadores rurais em pequenos municípios da região (Figura 17):

E aqui nós demoramos muito para encontrar esses trabalhadores, por ser uma região de latifúndios, da pecuária extensiva. Esses trabalhadores se encontravam mais na região de Marilac, Volândia. Certas regiões aqui não tem a tradição da pequena propriedade. Ou a pessoa se encontra na cidade, nos bolsões de pobreza, ou é pequeno produtor em determinada cidade. Como a prioridade do Movimento era o trabalhador rural legítimo, naquela época (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Aí a gente foi fazer um outro trabalho de base. A gente ainda trabalhava com pessoas que eram trabalhadores rurais, que estavam nos cantinhos das pequenas cidades. Tanto é, que o Oziel é colado em Valadares, mas não tem uma família de Governador Valadares! Você vai encontrar gente aqui de Açucena, São João Evangelista, Alpercata... (Carlos, entrevista ao autor, 11/07/2013).



Fonte: IBGE, 2010

Figura 17: Principais municípios nos quais houve trabalho de base para a ocupação da Fazenda do Ministério

Além da busca por trabalhadores rurais ainda vivendo no campo, o Movimento buscou também pessoas que, apesar de viverem nas cidades, eram provenientes do campo, com experiência de trabalho, buscando uma melhor adaptação ao trabalho e a vida no futuro assentamento:

Tinha gente também (entre os mobilizados para o 1º de junho e Oziel) que estava morando na cidade, mas tinha raiz no campo. Já tinha sido meeiro, posseiro (...) Tinha esse vínculo ainda com o rural, que a adaptação seria melhor do que você pegar uma pessoa que mora num bairro, que não conhece nada de agricultura, levar ele para ocupar, transformar ele num camponês. É possível, mas é mais difícil (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Diferentemente do que ocorreu nas ocupações dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - nas quais a Igreja era o ponto de contato entre os trabalhadores rurais e os militantes do MST - os depoimentos com assentados no Oziel Alves Pereira demonstraram que seus contatos iniciais se deram por meio de sindicatos.

Lurdes narrou parte desse processo. Trabalhadora rural hoje assentada no Assentamento Oziel Alves Pereira, ela entrou na mobilização nesse trabalho de base na

região, participando da ocupação da Fazenda do Ministério. Seu depoimento demonstra a importância que o STR teve para a legitimação das ações do MST:

Nosso primeiro contato foi com o sindicato de trabalhadores rurais do município de Córrego Novo. Através do sindicato a gente passou a participar das reuniões, alguns militantes de Valadares foram lá para fazer as discussões com a gente. (...) O principal objetivo era conseguir a terra, para trabalhar, tirar o sustento, e lutar pela reforma agrária. (...) A gente ficou conhecendo o pessoal do MST através do sindicato. Foram lá umas quatro vezes fazer reunião com a gente (Lurdes, entrevista ao autor, 10/07/2013).

Esse afastamento em relação à Igreja, mais especificamente em relação aos membros da CPT, estava ligado aos conflitos já discutidos e à busca por autonomia do MST nas mobilizações. Isso ficou evidente também na documentação do INCRA sobre o Projeto de Assentamento Oziel Alves Pereira, na qual é mencionada a atuação apenas do MST, diferentemente dos PAs anteriores, nos quais a CPT também era uma referência muito presente.

Assim, as condições para esse novo trabalho de base eram diferentes do que foi verificado nas primeiras ocupações, pois a estrutura organizacional da Igreja não estava mais tão disponível. Apesar de acreditarem que esse era um mal necessário, alguns militantes descreveram algumas dificuldades decorrentes desse afastamento:

Ficava mais fácil fazer o trabalho quando a CPT estava junto, pra gente pegar a própria igreja, os finais das celebrações, tinha o apoio do padre. Aí ficava mais fácil a pessoa ir para lá. Na medida que eles (CPT) não estavam, aí já complicava um pouco mais. Não eram todos os padres que davam abertura (Carlos, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Naturalmente, essas interlocuções se deram por meio de uma diversidade de atores, variando em cada situação específica. No entanto, geralmente algum sindicato estava envolvido. O caso de Carina, trabalhadora rural hoje assentada no Oziel Alves Pereira, é um bom exemplo disso, pois, mesmo sendo uma situação atípica - aproximação por meio de um fazendeiro - a presença de lideranças sindicais foi fundamental para sua entrada nas mobilizações:

Era um fazendeiro lá da minha região, que nunca aceitou falar que ele era fazendeiro. Eles eram do lado dos pequenos, do lado dos pobres. Nós trabalhávamos para ele. As reuniões eram feitas escondido dentro da casa dele, na fazenda dele lá em Bom Jesus do Galho. A gente ia de duas ou três pessoas para não desconfiarem. Tinha CUT, MST e sindicato também. (...) Meu compadre e esse fazendeiro que me deu a cesta básica para vir. (...) Até hoje ele ajuda as pessoas do Movimento (Carina, entrevista ao autor, 10/07/2013).

Rosi - outra assentada - argumenta que essa interlocução era propiciada pelos sindicatos mais combativos e que tinham relações amplas, realizando assim contatos com vários grupos, entre eles o MST. No seu relato é mencionada a participação da FETAEMG, o que vai ao encontro da discussão desenvolvida no Capítulo II, no qual salientamos que, nesse período, a Federação estava assumindo mais explicitamente a atuação na luta pela terra:

A gente ficou sabendo porque a gente era sindicalizado. Lá em São João Evangelista. Era um sindicato combativo, hoje não é mais, aí ele tinha uma abrangência muito grande, era filiado a FETAEMG. E todos os sindicatos da região. (...) Fez o contato com o pessoal do Movimento dos Sem-Terra. Aí fez o convite para o pessoal, informar como era e muita gente se interessou, foi se juntando (Rosi, entrevista ao autor, 10/07/2013).

Os relatos apontam que a área ocupada, supostamente voltada para pesquisa, estava em parte abandonada e em parte sendo usada irregularmente por décadas, servindo a uma multiplicidade de interesses privados locais.

Lá na fazenda - cedida para a EPAMIG com pretexto de pesquisa - retiraram a madeira, tinha exploração mineral, ilegal. Uma cascalheira lá em cima que manteve essa região todinha aqui. Os órgãos – Prefeitura, DER, etc. Usando do material lá, sem nenhuma legalidade. Era um abuso! O Sindicato Rural (formado por fazendeiros) tinha um convênio com a EPAMIG pra usar a fazenda da EPAMIG! (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Segundo depoimentos, a ocupação da fazenda trouxe à tona esses problemas, o que levou ao forte confrontamento da EPAMIG - colocada em posição desconcertante - e de fazendeiros da região que poderiam perder seus privilégios caso a área fosse destinada para assentamento:

Com a ocupação, a EPAMIG foi ferrenha contra nós. (...) Porque ela foi desmascarada, ela tinha um orçamento no estado: coordenadores, engenheiros, agrônomos. E não tinha pesquisa! Ficou desmascarado que tinha um orçamento fictício aqui. Era coisa de comadre. Tem depoimento de vizinhos aqui que contavam que encostava caminhão de boi e deixava engordando por dois, três meses na Fazenda. E tinha treinamento militar também. Eles militarizaram a fazenda, depois do golpe Militar. Lá a gente acha trincheira, cartucho, sacos e mais sacos de chumbo.

(...)

Eu era um que vinha para a rua e falava: “A Fazenda é do estado, os fazendeiros estão preocupados porque?”. Não faz sentido, não estamos ocupando uma terra particular. Mas eles estavam usando e abusando da Fazenda, sem nenhum critério e detonando com os recursos naturais (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Como demonstramos no Capítulo I, essa área foi objeto de lutas pela reforma agrária já no início da década de 1960¹¹⁷. Assim, essa fazenda - fora da cena política por quase três décadas - voltou a ser objeto de disputa pelas mobilizações aqui discutidas, no início dos anos de 1990, sendo retomado um processo de confrontamento emblemático para os movimentos sociais no campo.

Numa matéria do jornal *Estado de Minas* do dia 24/08/1994 - na qual há oscilação entre os termos “ocupação” e “invasão” - o “apoio” do MST nessa ação é mencionado, inclusive uma de suas principais líderes estaduais sendo entrevistada. Dessa forma, a questão é colocada como um embate a ser resolvido entre os sem-terra, apoiados pelo MST, que

¹¹⁷ A busca pela sua desapropriação - acompanhada do anúncio de João Goulart sobre a destinação da fazenda para a reforma agrária - foi um dos motivos para o próprio golpe de 64, pois teria contribuído para a adesão do Governador Magalhães Pinto aos grupos militares golpistas (MARTINS, 1981)

denunciavam o abandono da área; a Prefeitura de Governador Valadares, que havia recentemente indicado o abandono e pedido a municipalização da fazenda; e a EPAMIG, que o negava e pretendia continuar com ela.

Foram realizadas duas ocupações e dois despejos, sendo o segundo deles mais incisivo, com a atuação da cavalaria e da tropa de choque da Polícia Militar contra os trabalhadores rurais. Após o despejo, os sem-terra acamparam novamente na BR 116, nas proximidades da fazenda, por dois anos.

A área, que era utilizada para a pesquisa em produção de grãos e em genética de animais, era utilizada, na realidade em apenas 5% na elaboração de pesquisas; o restante da fazenda era cedido a fazendeiros da região para a criação de gados, o que travou fortemente o conflito pela terra entre fazendeiros e os trabalhadores, durante as duas ocupações ocorridas na fazenda, ambas em 1994, quando os trabalhadores foram despejados por cumprimento judicial, com a intervenção violenta da Polícia Militar, que se utilizou da cavalaria, da tropa de choque e de helicópteros para fazer a intervenção (FERNANDES, 2008, p. 61).

Os relatos sobre o curto período na fazenda remetem à precariedade e insegurança quanto ao destino do acampamento. Além da repressão policial, a insalubridade também prejudicava a continuidade da mobilização:

Nesse período foi um período muito difícil, não tinha água, tinha água em péssimas condições para você tomar. Tomava, você não tinha outra saída! Muitas famílias levaram crianças novinhas para lá. Inclusive, teve uma mulher que foi com a gente para lá, ele estava de resguardo de 28 dias, tinha feito cesariana. Ela padeceu. Aí veio o despejo (Lurdes, entrevista ao autor, 10/07/2013).

Quanto ao segundo despejo, apesar da Polícia Militar levar um efetivo enorme, os assentados enfatizam que não houve confronto físico, pois já estavam decididos a não reagir. Segundo Rosi, “eles chegaram para tirar, nós já estávamos organizados para sair. Foi eles entrando e nós saindo” (Entrevista ao autor, 10/07/2013).

Diva - trabalhadora rural assentada no Oziel Alves Pereira - lembrou sobre a ocupação da Fazenda do Ministério, a rapidez com que foram despejados e como acamparam a beira da estrada, num local próximo à fazenda, enfrentando dificuldades para se estabelecerem:

Quando nós entramos na terra, daí uns oito dias nós fomos despejados, viemos para a Cidade dos Meninos. (...) A gente fez um acampamento na beira da pista. Tinha um colonião de todo tamanho lá, arrancamos o colonião, limpamos tudo. E a gente fez as barracas (Diva, entrevista ao autor, 10/07/2013).

Já despejados, acampados à beira da estrada, os trabalhadores recebiam doações de várias entidades e adotaram a estratégia de plantar na fazenda requerida, conseguindo produzir consideravelmente, apesar das dificuldades:

A gente trabalhava nessa terra aqui e, por incrível que pareça, foi a época que a gente mais colheu! Tinha três grupos, cada grupo era formado por 30

ou mais membros. Nós conseguimos produzir bem mesmo e ganhava doação das entidades que apoiavam (Lurdes, entrevista ao autor, 10/07/2013).

A Polícia Militar tentou evitar que os trabalhadores rurais produzissem na área, fazendo vistorias diárias. No entanto os acampados se dirigiam para a Fazenda do Ministério também diariamente para trabalhar na roça, buscando “vencer pelo cansaço”. Essa produção tanto contribuía para a manutenção do acampamento, quanto gerava um vínculo com aquela terra:

Eles trabalhavam até uma certa hora, a polícia vinha eles já estavam em casa. E desse jeito nós colhemos na época mais de 500 sacos de arroz, feijão e milho! Desse jeito, porque a polícia vinha aqui mais para a tarde. (...) Eles colocavam boi na nossa roça, matou viveiro de arroz. Mas a gente conseguiu plantar e colher... muito quiabo (Rosi, entrevista ao autor, 10/07/2013).

Aqui houve despejo, duas vezes, aí foi aquela história de matar pelo cansaço. A gente entrava na fazenda para trabalhar, a polícia vinha, a gente saia. A polícia virava as costas, a gente voltava. Ficava acampado às margens da rodovia, que era do lado da Fazenda, e a gente fazia isso. Ai foi indo e eles não quiseram vir mais (Carlos, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Diva narrou situações nas quais os trabalhadores rurais tentavam convencer os policiais a não impedi-los de cultivarem na fazenda, porém sem sucesso. Apesar da proibição policial, os acampados continuaram o cultivo, adaptando-se aos horários das vistorias policiais para não serem reprimidos:

Nós morávamos na beira da BR, mas nós **nunca deixamos de trabalhar dentro da terra**. Todo dia a polícia ia. A gente ia de manhã para lá, por que sempre eles iam de 11 horas para a tarde. A gente saia 6 horas da manhã das barracas e ia para lá. Trabalhava lá na roça, capinando aquele colonião para plantar o milho. (...) A gente trabalhava até às 11 horas, que era a hora deles virem. (...) Um dia o pessoal falou assim: “Hoje nós vamos ficar até 2 horas da tarde, nós vamos esperar a eles aqui” Quando a polícia chegou eles falaram: “Nós estamos trabalhando aqui, nós vamos ficar até 2 da tarde”. Eles falaram: **“Não, vocês não vão ficar não! Não pode ficar trabalhando nessa terra”**. **Saímos e viemos para as barracas. No outro dia a gente voltava de novo (risos)** (Diva, entrevista ao autor, 10/07/2013, grifos nossos).

Além de tentarem impedir o trabalho na área demandada, são vários os relatos sobre as tentativas de destruição das plantações, com tratores, através de produtos químicos e soltura de gado na roça. Porém, pela persistência, a produção dos acampados surpreendeu, alguns entrevistados inclusive relatando que esse foi um dos períodos em que mais produziram.

Alguns entrevistados relataram que cultivaram concomitantemente numa área próxima, que também foi atacada para desmobilizá-los. No entanto, nessa ocasião, os trabalhadores conseguiram preservar grande parte das plantações:

Uma vez, na roça que a gente tinha em Monte Verde, o milho já estava grande, o trator passou nas roças, derrubou o milho. Quando a gente soube, o povo foi todo mundo para lá, paramos o trator, o moço ficou com medo

daquele povão. Aí não entraram mais não. Colhemos o milho que sobrou lá (Diva, entrevista ao autor, 10/07/2013).

Em 9 de abril de 1996, os sem-terra realizaram uma marcha até Belo Horizonte, uma manifestação que teve grande repercussão, principalmente pela violência policial a que foram submetidos na chegada à cidade. Também nessa ocasião, grupos identificados pelos trabalhadores como aliados da EPAMIG - entre eles fazendeiros que usufruíam irregularmente da Fazenda do Ministério - aproveitaram a ausência de grande parte dos acampados, entraram na terra e sabotaram a produção dos trabalhadores rurais:

Nessa caminhada que fizemos, eles entraram e **colocaram boi na roça aqui pra cima, o pessoal da EPAMIG, tinha os fazendeiros que criavam boi aqui dentro da EPAMIG**. O feijão já estava dessa altura assim e eles colocaram boi para estragar. Quando voltamos da caminhada, a gente foi para lá, tiramos esses bois da roça, com muito custo, eram uns bois bravos. A gente tocava os bois para um lado eles iam para o outro. Dali uns dias passou na televisão falando que a gente tinha matados os bois, cortado rabo de boi. E era mentira pura! A gente só tocou eles, as vezes eles ia caçando lugar de ficar e caia no atoleiro. (...) A gente tinha semeado uns três sacos de arroz, as mudas de arroz estava tudo grande assim, **eles bateram remédio no arroz, matou tudo**. Não sabe quem. Os puxas-saco deles que fazia isso. Tudo a gente passou por esse sofrimento. Cortaram bananeira, cana que já estava tudo grande (Diva, entrevista ao autor, 10/07/2013, grifos nossos).

A repercussão dessa marcha - em vista da má impressão causada pela repressão violenta - contribuiu para a conquista do Assentamento. Nessa ocasião foram agredidos, além dos trabalhadores rurais, também religiosos e jornalistas, o que contribuiu para que esse acontecimento clamasse mais atenção e o poder público fosse mais pressionado:

A conquista do assentamento demorou mais dois anos para ser concretizada. Foram duas ocupações e dois despejos. Em 1996 realizamos uma Marcha até Belo Horizonte para reivindicar o nosso assentamento. Na nossa chegada à capital, houve repressão muito violenta por parte da polícia militar que deixou vários feridos. Um padre foi enforcado¹¹⁸ e jornalistas tiveram os seus equipamentos quebrados. Como a violência teve uma repercussão muito negativa, o governo do estado resolveu fazer a entrega da fazenda aos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

(...)

Daí, a nossa opção seguinte foi de, ao invés de entrar de novo na terra, fazer a caminhada até Belo Horizonte. Padre Pedro seguiu conosco. Os policiais não podiam ver o padre, que viravam bichos. Agredindo e insultando de toda forma. Na entrada de Belo Horizonte queriam as nossas ferramentas e não quisemos dar. Foram tomar de nossas mãos, a força, e houve o conflito. Muita gente machucada e morte por bala. Foi assim que conseguimos. Sempre assim. Parece que precisavam dar a violência antes de nos dar o que é de direito de se dar. Parece que eles têm essa necessidade (CEDEFES. Depoimentos de lideranças do MST, cujos nomes e datas não foram identificados).

¹¹⁸ Pelos relatos de alguns entrevistados, acredito que esse ator esteja se referindo a uma tentativa de estrangulamento de um padre por parte da polícia, o que não resultou em morte.

No panorama nacional, esse também foi um momento de visibilidade e influência política pelo MST. Desde 1986, o MST vinha realizando caminhadas de longa distância, buscando chamar atenção para suas demandas. Em 1996, realizou uma série de marchas para as capitais de vários estados do Brasil - gerando uma repercussão significativa - dentre as quais a de Belo Horizonte, que discutimos aqui. Em 1997, realizou a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”¹¹⁹ - com a chegada a Brasília de aproximadamente cem mil pessoas - a maior e mais representativa de suas marchas, demonstrando uma grande capacidade de mobilização e pressão sobre o poder público. Nesse momento, a ascendência do MST na cena pública brasileira transparece também pela sua maior presença na grande mídia, como, por exemplo, em telejornais e na novela *O Rei do Gado*, exibida pela Rede Globo entre junho de 1996 e fevereiro de 1997.

O MST conquistou importante força política durante os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, principalmente quando comparamos com o governo de Fernando Collor de Mello. Esse quadro mudou principalmente após o Massacre de Eldorado dos Carajás¹²⁰ e a Marcha Nacional de 1997. A reação do governo federal em face da repercussão nacional e internacional do Massacre é evidente, por exemplo, na destituição do Ministro da Agricultura José Eduardo Vieira no dia 18 de abril (dia seguinte ao Massacre). No dia 29 de abril é criado por decreto o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (que depois se tornou o Ministério do Desenvolvimento Agrário), com a nomeação de Raul Jungmann como ministro, também uma clara consequência da repercussão desse acontecimento. A criação desse Ministério tirou a reforma agrária do controle do Ministério da Agricultura, um espaço recorrentemente controlado pelo poder de grandes proprietários rurais.

Segundo Fernandes (2010), na década de 1990, o MST intensificou sua institucionalização, ampliando seus espaços de interlocução com o governo federal e sendo cada vez mais reconhecido internacionalmente. Nesse momento, o movimento apresentava-se como um dos mais relevantes críticos do modelo neoliberal do Governo Fernando Henrique Cardoso, que acentuou a abertura ao capital estrangeiro, as privatizações e a supressão de direitos sociais e trabalhistas. De encontro à lógica neoliberal e conquistando repercussão crescente em suas mobilizações, o MST era um desafio para as estratégias governamentais, das quais se destaca a tentativa de deslocar a questão fundiária para uma reforma agrária de mercado (MEDEIROS, 2002), que teve suas primeiras experiências no Brasil durante esse período¹²¹.

Carlos argumenta que as repressões às marchas de 1996, que ocorreram em vários estados brasileiros, foram mais violentas onde os governos estaduais eram do PSDB - entre eles, Minas Gerais - demonstrando que os espaços das mobilizações junto ao Estado eram diferentes em cada um desses contextos:

¹¹⁹ Uma análise densa dessa marcha pode ser encontrada no trabalho de Chaves (2000).

¹²⁰ Massacre de Eldorado dos Carajás foi como ficou conhecido o assassinato de dezenove trabalhadores rurais sem-terra no município de Eldorado dos Carajás (Pará), no dia 17 de abril de 1996, situação com grande repercussão nacional e internacional.

¹²¹ Essas iniciativas visavam estimular a aquisição de terras no âmbito do mercado, tendo o Estado apenas uma função regulatória, diferentemente da intervenção através de desapropriações, defendida pelos movimentos de luta pela terra. O Banco Mundial já vinha estimulando essas práticas em outros países, como África do Sul, Colômbia e Filipinas. Alguns projetos experimentais foram implantados no Brasil em 1996, no Ceará, e em 1997, em Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Ceará. Em 1998 foi criado o Banco da Terra, ampliando essas estratégias.

Aí, em 96, foi a marcha, onde aconteceu os atos violentos, nos estados em que os governadores eram do PSDB. Aqui em Minas Gerais o Eduardo Azeredo, no Ceará parece que é o Tasso Jereissati, no Pará me parece que é o Almir Gabriel. Foi aonde aconteceu as atitudes violentas da polícia, que gerou uma repercussão negativa muito grande e aí eles tiveram que nos entregar a Fazenda (Carlos, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Existem também indícios de que a repercussão da marcha de Belo Horizonte foi potencializada pela grande comoção decorrente do Massacre de Eldorado dos Carajás, que ocorreu alguns dias depois:

Essa marcha que resultou na conquista do Assentamento Oziel, foi determinante! Chegando em Belo Horizonte, ali próximo ao posto da Polícia Federal, nós tomamos um coro da Polícia Militar! A polícia queria tomar as ferramentas do pessoal – foice, enxada – e tomou mesmo! Bateu, prendeu um bocado, um abuso mesmo! Aquilo repercutiu. E **coincidiu com o Massacre de Eldorado dos Carajás**, inclusive o nome do Assentamento é homenagem ao mais jovem que estava lá, Oziel Alves Pereira (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Como narrou Lurdes, hoje integrante desse assentamento, “foi nesse mesmo período que aconteceu lá em Eldorado dos Carajás, o massacre. Foi uma coisa muito marcante. Isso foi em abril, quando foi em junho nós conseguimos a liberação da Fazenda” (Entrevista ao autor, 10/07/2013). Rosi - trabalhadora rural assentada no Oziel Alves Pereira - também afirma que “fizemos a marcha, muito companheiro nosso machucado. E teve o Massacre de Eldorado. Aí nesse massacre lá meio que saiu a liberação dessa terra. Deu muita repercussão e eles liberaram. Isso foi em abril, em julho nós passamos para aqui” (Entrevista ao autor, 10/07/2013). Assim, a associação entre a repercussão entre esses acontecimentos é direta, tida como o fator determinante para a aceleração da liberação da Fazenda do Ministério.

O *Jornal Sem-Terra* noticiou a marcha de Belo Horizonte, na edição de abril de 1996, dando ênfase ao confronto com a polícia, ao fato do Prefeito e do INCRA terem recebido os sem-terra e a boa aceitação da população da cidade. Na matéria, é mencionado que participaram da marcha assentados de Aruega, Santa Rosa, 1º de Junho e acampados na Fazenda do Ministério, áreas cujos conflitos são discutidos nesse estudo, o que pode indicar a coesão entre essas mobilizações e seu amadurecimento ao longo do processo de luta. Também o *Jornal Estado de Minas* deu grande destaque ao acontecimento, sendo esse confronto a principal notícia da edição do dia 10/04/1996, ocupando a maior parte da primeira página e grandes reportagens das páginas 21 e 28. Essa foi a primeira vez - entre as notícias pesquisadas - que uma ação envolvendo o MST teve tal tratamento no jornal.

Apesar de inicialmente tentar eximir de culpa o governador Eduardo Azeredo, a matéria tem uma postura crítica em relação à ação policial, afirmando que o “Batalhão de Choque espanca e prende lavradores que se negam a entregar ferramentas de trabalho”. Demonstrando que a tônica do conflito girou em torno do confisco das ferramentas de trabalho dos lavradores mobilizados, a matéria ressaltou a violência policial indiscriminada, afirmando que:

trabalhadores foram presos, crianças ficaram desesperadas, mulheres em pranto e muitos feridos. No meio da confusão as pessoas eram arrastadas pelos policiais e atiradas dentro dos camburões. Por toda parte, os sinais de

violência. (...) Nem idosos escapam da agressão (*Estado de Minas*. 10/04/1996. p. 21).

Em várias passagens, a matéria afirma que se tratava de uma manifestação pacífica, que buscava sensibilizar as autoridades para a necessidade da reforma agrária. Outras passagens indicam também a participação de membros da CUT, sindicalistas, deputados e religiosos junto aos trabalhadores, muitos deles também agredidos e presos. As perspectivas dos policiais e das pessoas agredidas foram citadas na matéria.

Além da repercussão através da notícia, a matéria demonstra também como o conflito atingiu rapidamente a esfera política, e como o deputado Ivo José (PT), mordido por um cão nesse confronto, protestou na Assembleia Legislativa. Nessa ocasião ele ressaltou a “forma violenta com que o governo Eduardo Azeredo passou a tratar a questão dos sem-terra em Minas” e acusou o governador de “seguir o manual político do presidente FHC, que trata a questão da terra como se fosse um problema de polícia e não social” (*Estado de Minas*. 10/04/1996. p. 28).

A importância dada a esse acontecimento pelo jornal destoa claramente do seu tratamento em relação ao início das mobilizações, indicando que se tratava de novas relações entre o MST e a imprensa mineira. Um bom exemplo se refere ao caso do violento despejo em Bela Vista, que não teve repercussão similar, apesar de ter sido um acontecimento mais violento, tendo várias vítimas sido baleadas, sofrerem maus tratos e arbitrariedades por vários dias.

Em face dessa repercussão e depois de um longo processo de negociação, em novembro de 1997 foram assentadas 67 famílias na Fazenda do Ministério, dando origem ao Assentamento Oziel Alves Pereira (MOREIRA, 2008), o que, para os propósitos da presente pesquisa, marca o desfecho do processo iniciado em meados da década de 1980. Segundo depoimentos, essa foi a última ocupação que ainda contou com excedentes mobilizados para a ocupação de Aruega. Também as lideranças, formadas no início desse processo, foram assentadas nesse período, várias delas reduzindo gradativamente suas participações em novas mobilizações.

Após essa ocupação, também fica evidente uma mudança nas principais regiões mobilizadas, pois os esforços do MST para desencadear as ocupações foram consolidados noutras regiões de Minas Gerais, que trariam maior potencial de crescimento para o Movimento, pela maior presença de terras passíveis de desapropriação e trabalhadores rurais sem-terra a serem mobilizados.

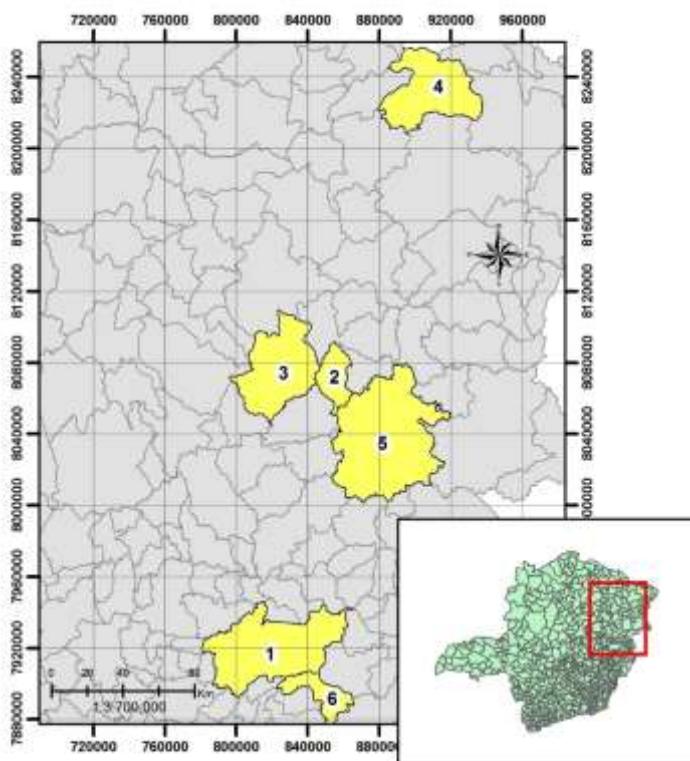
Assim, ao longo da década de 1990, as ocupações foram se tornando mais frequentes em outras regiões do estado, principalmente no Triângulo e Norte de Minas Gerais. Considero que essa ocupação, em certa medida, fecha um ciclo de mobilizações, no qual a ocupação de Aruega foi uma referência fundamental, tanto pela permanência de famílias excedentes quanto pela proeminência de lideranças formadas nesse processo.

Apesar de não ser o objeto da pesquisa aqui proposta, questionar esse processo pode contribuir também para a compreensão dessa mudança nas principais regiões de atuação do MST em Minas Gerais. As relações constituídas nas ocupações iniciais nos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce podem estar relacionadas com as formas de ação posteriores em outras regiões, seus atores, estratégias e formas de mediação.

São vários os motivos possíveis para essa mudança de foco do MST em Minas Gerais. Essas regiões (Triângulo e Norte) tinham grande potencial de mobilização, pela quantidade e extensão das terras que poderiam ser desapropriadas e pelo grande número de trabalhadores rurais sem-terra. Como vimos, essas regiões já eram almejadas anteriormente, no entanto as

tentativas de ocupação não tiveram sucesso. Em meados da década de 1990, com o fortalecimento e autonomização do MST em Minas Gerais, essa expansão se tornou mais viável. As ocupações no Vale do Rio Doce aqui tratadas marcam também o maior distanciamento, em Minas Gerais, entre as ações do MST e a CPT, sua principal aliada nas primeiras ocupações de terra no estado. Assim, esse período é tido por vários atores como momento de consolidação da autonomia do MST na direção das mobilizações, o que também o permitiu levar as ocupações para regiões nas quais a CPT não tinha tanta tradição de organização quanto no Nordeste Mineiro. No que se refere ainda ao Vale do Rio Doce, como salientado anteriormente, a ocupação da Fazenda do Ministério praticamente não contou com a participação da CPT, tendo esta se direcionado mais para outras ações. Essa ocupação é também o fechamento de um processo de enfrentamento iniciado nas décadas de 1950 e 1960, desarticulado pelo golpe civil-militar de 1964, uma luta histórica dos trabalhadores rurais em Minas Gerais. O Assentamento Oziel Alves Pereira, pelo menos em parte, é o desfecho vitorioso dessa luta.

Na Figura 18 constam os municípios nos quais ocorreram as ocupações, acampamentos e assentamentos aqui discutidos. Para melhor compreender esse processo, organizei também um quadro com as principais mobilizações, suas localizações, períodos e desfechos. Apesar da possibilidade de algumas imprecisões, em vista de parte das informações terem sido obtidas através de depoimentos orais, esses subsídios podem contribuir para visualizar a sequência das mobilizações, seus entraves e consequências concretas.



1, GOVERNADOR VALADARES

2, ITAIPÉ

3, NOVO CRUZEIRO

4, PEDRA AZUL

5, TEOFÍLIO OTONI

6, TUMIRITINGA

Fonte: IBGE, 2010

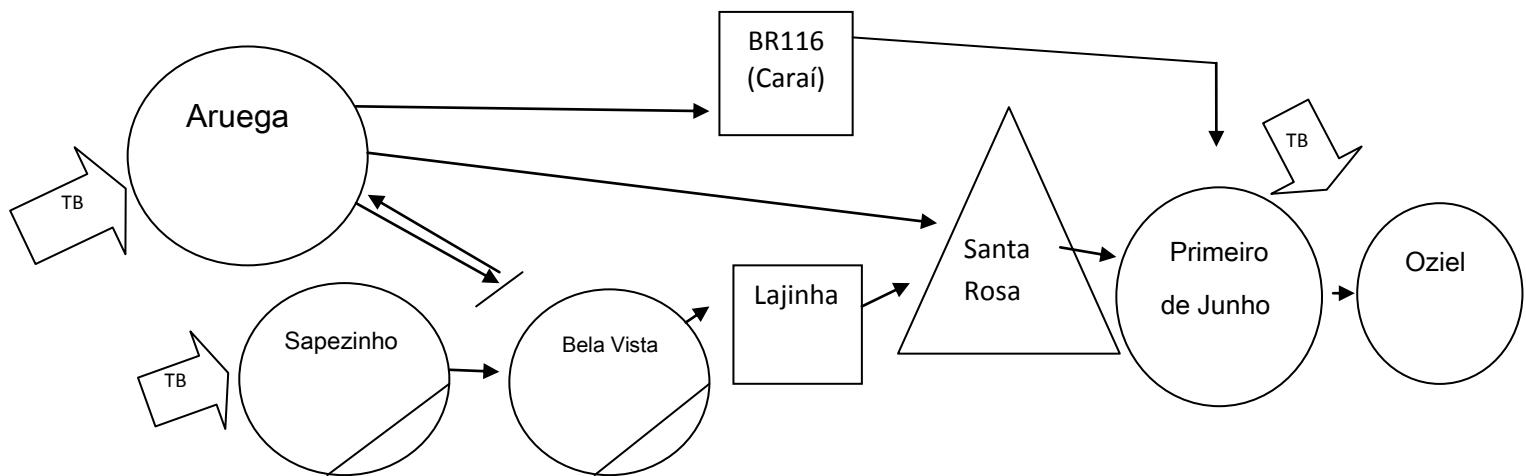
Figura 18: Municípios das ocupações, acampamentos e assentamentos

Quadro: Ocupações e tentativas de assentamento decorrentes das mobilizações discutidas no presente trabalho

Fazenda	Município	Data	Famílias	Desfecho
Aruega (ocupação)	Novo Cruzeiro	12/02/88	400	25 famílias assentadas em 1992 (Assentamento Aruega)
Sapezinho (ocupação)	Novo Cruzeiro	25/10/88	200	Despejados em 20/06/89
Bela Vista (tentativa de ocupação)	Teófilo Otoni	18/08/89	90	Violentamente despejados, baleados pela PM
Lajinha (acampamento provisório)	Teófilo Otoni	1989 a 1992	70	Encaminhados para Assentamento Santa Rosa
Tentativa de acordo	Pedra Azul	Entre 1989 e 1991	-	Trabalhadores rurais recusaram a área proposta pelo INCRA
À beira da BR 116 (acampamento provisório)	Caraí	1991 a 1993	Cerca de 200	Mobilizados para as ocupações seguintes
Santa Rosa (acordo)	Itaipé	31/08/1992	34	Trabalhadores rurais foram assentados por acordo
Califórnia (ocupação)	Tumiritinga	01/06/93	200	82 famílias assentadas em 1996 (Assentamento 1º de Junho)
Fazenda do Ministério (ocupação)	Governador Valadares	23/08/94	250	67 famílias assentadas em 1997 (Assentamento Oziel)

Fonte: LAGEA-UFU, 2011. ZANGELMI, 2007. MOREIRA, 2008

Em seguida, visando deixar mais claros os percursos das famílias mobilizadas nesse processo - nos vários trabalhos de base, ocupações, despejos e assentamentos - busquei organizar um fluxograma que permitisse ver os caminhos trilhados durante o período tratado nessa pesquisa.



Legenda

- Principais trabalhos de base para arregimentação de trabalhadores rurais para as mobilizações
- Ocupações que se tornaram assentamentos
- /○ Ocupações despejadas
- △ Terra doada
- Acampamentos provisórios

Figura 19: Fluxograma com percursos dos grupos mobilizados

Em vista do processo discutido até o momento, são possíveis algumas considerações sobre alguns contornos da constituição da CPT e do MST de Minas Gerais, no que se refere ao período aqui tratado. A CPT, em Minas Gerais, teve como foco de sua atuação inicial as dioceses de Araçuaí e Teófilo Otoni, regiões com histórico de grande pobreza, conflitos e atuação de outros grupos que buscaram mobilizar os trabalhadores rurais - como AP, MEB e JAC - desde meados do século XX. Nesse contexto, a CPT de Minas Gerais atuou inicialmente para a criação de sindicatos de trabalhadores rurais e, onde já existiam, para a constituição de oposições sindicais à FETAEMG, considerada, pelos agentes da CPT, como uma instituição excessivamente subserviente ao Estado e negligente em relação à luta pela terra.

Nos anos de 1980, a CPT de Minas Gerais passou a estimular também a criação do MST no estado e a realização de ocupações de terra nas regiões dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, estabelecendo alianças com a CPT e o MST de outros estados e - num segundo plano, com alguns STRs, deputados do PT etc. - visando criar as condições para essas mobilizações.

Assim, valendo-se do trabalho que já vinha sendo realizado através das CEBs na região, a CPT incentivou que leigos se tornassem as primeiras lideranças do MST no estado.

Nesse sentido é que se pode compreender melhor os contornos do MST de Minas Gerais nesse período, tendo como espaço inicial de atuação o Nordeste Mineiro e fortemente vinculado à CPT, principalmente nas suas primeiras mobilizações.

O MST de Minas Gerais passou a ter dois objetivos principais ao longo dos anos: a) autonomizar-se, principalmente em relação a CPT, constituindo mobilizações mais aguerridas, ao revés dos espaços disponibilizados pelo Estado. Nessa questão, a ocupação e resistência nas terras, mesmo diante das liminares de despejo, passa a ser um ponto central. b) Expandir suas mobilizações, aumentando as ocupações de terra e as realizando noutras regiões do Estado, principalmente Noroeste e Triângulo, regiões percebidas como tendo maior potencialidade pela quantidade de latifúndios e de trabalhadores rurais que não dispunham de terras próprias.

Esse último objetivo foi frustrado no que se refere às mobilizações aqui estudadas, sendo alcançado posteriormente, a partir de meados da década de 1990, numa conjuntura mais favorável. Assim, diante da repressão nessas regiões, as mobilizações se direcionaram para a região do Rio Doce, que não era inicialmente uma meta para o Movimento, tendo relativo sucesso, como buscamos demonstrar.

No que se refere à busca pela autonomia, pudemos observar que esse objetivo também não foi alcançado da forma como se pretendia, pois, diante dos despejos e perda de confiança de parte dos trabalhadores rurais, significou mais um isolamento do que autonomia, ocasionando vários anos de impasse nas mobilizações. Novamente, esses obstáculos parecem ter sido também superados ao longo da década de 1990, quando o MST consegue se rearticular para novas mobilizações, inclusive retomando a credibilidade junto à parte dos trabalhadores rurais antes dissidentes.

Nesse novo panorama - com a regulamentação dos dispositivos constitucionais que permitiam as desapropriações (1993) e a interlocução os governos federais de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, mais propensos ao diálogo com os movimentos sociais - houve mais espaço para a rearticulação regional das mobilizações e fortalecimento do MST como um movimento social de expressão no estado.

5.2 – Rearticulação das ações de mediação

A possibilidade de reconstituir a crença num sentimento de força conjunta, assim como nas ligações entre as mobilizações e o espaço institucional, ficaram evidentes no que se refere à mobilização para ocupação das fazendas que deram origem aos assentamentos 1º de Junho e Oziel Alves Pereira, o que indica que houve certa continuidade em relação as ações de mediação desencadeadas no início do processo estudado.

No que se refere à delimitação dos adversários, esse momento apresenta contornos diferentes para as ações de mediação. Primeiramente, as terras almejadas já estavam desapropriadas, não permitindo uma identificação direta de um determinado fazendeiro como adversário mais concreto. No entanto, essas terras ainda refletiam o poder dos latifundiários da região, que tinham certos vínculos simbólicos com elas, além de muitas vezes utilizá-las ilegalmente, contando com a conivência de funcionários estatais¹²². Assim, a delimitação desses adversários passava pela identificação da corrupção, parcialidade e negligência de integrantes do Estado, como foi o caso dos conflitos com a EPAMIG.

¹²² Vários depoimentos indicam que algumas terras do Estado vinham sendo utilizadas irregularmente por fazendeiros da região e funcionários públicos locais. Um exemplo é o caso da Fazenda do Ministério, no qual existem relatos de uso do pasto para engorda de gado, extração ilegal de madeira, extração de recursos minerais, principalmente de cascalho etc..

Assim, apesar das terras não pertencerem oficialmente a nenhum fazendeiro, o fato de serem ocupadas por trabalhadores sem-terra representava um golpe para os latifundiários da região, que se sentiam ameaçados pela possibilidade de novas ocupações e sentiam seu poder colocado em dúvida.

Isso fica mais evidente quando notamos que essas ocupações foram realizadas numa região em que a força dos fazendeiros foi historicamente reconhecida, motivo de grande medo dos trabalhadores rurais em relação à luta pela terra. Esse temor ficou evidente quando notamos como a ocupação da Fazenda Califórnia foi recebida com receio, ceticismo e incredulidade por vários atores da região. Assim, foi necessário grande esforço para colocar essa região como foco das mobilizações, tendo que transformar os significados de parte das lembranças sobre os conflitos no Vale do Rio Doce.

Como já salientado anteriormente, a Fazenda do Ministério tinha um caráter emblemático, símbolo do massacre das forças conservadoras sobre os trabalhadores rurais organizados na década de 1960. Assim, coube aos grupos mobilizados na década de 1990 mediar a mudança de seu significado para que ela pudesse se tornar novo objeto de luta.

Numa fazenda (Fazenda do Ministério) que foi o pivô do golpe Militar de 64, o Joao Goulart mandou o ministro aqui para entregar a fazenda para o Chicão, os militares usaram como pretexto. Aqui foi uma das regiões que fortemente desencadeou o golpe militar. E exatamente 30 anos depois nos voltamos para esse palco da luta e conquistamos a Fazenda. Fechou um ciclo! (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Vários depoimentos, como esses, demonstram como a Fazenda do Ministério, através das ações de mediação, passou a significar a retomada, noutra configuração de forças, do antigo conflito. Assim, cada vez mais, essa área passou a significar o direito dos trabalhadores rurais solapado por décadas, objeto de sua luta, uma área que estava destinada para reforma agrária e que, assim, deveria ser ocupada para o fechamento desse ciclo.

Zezé, que acompanhou as mobilizações como jornalista, falou sobre as significações a respeito dessa fazenda, enfatizando o tabu existente e a significação da área como novo objeto de mobilização, um passo fundamental no processo de luta pela terra em Minas Gerais:

Ocupar uma fazenda em Governador Valadares era diferente de ocupar em outros territórios, por causa da história. Os próprios integrantes do Movimento me disseram isso em entrevista, ocupar aqui tinha um outro significado. Tinha um significado mais importante. Era como quebrar um tabu mesmo. Principalmente a Fazenda do Ministério (Zezé, entrevista ao autor, 12/07/2013).

Assim, buscou-se colocar a Fazenda do Ministério como símbolo de uma batalha perdida, noutro momento, mas que esse quadro poderia ser modificado pela união dos trabalhadores rurais num novo contexto, numa correlação de forças diferente, na qual os trabalhadores rurais mobilizados teriam sucesso.

Dessa forma, ao rearticular *reflexivamente* (GIDDENS, 1991) seu olhar para os antigos conflitos na fazenda do Ministério, esses atores reavaliaram suas memórias, conferindo-as novos significados, de acordo com o contexto de mobilização que estavam vivenciando, aumentando suas possibilidades de transformação da realidade em que viviam.

Evidentemente que, a exemplo das ocupações anteriores, vários grupos agiram para minar essa nova significação em construção, visando a manutenção das relações de poder.

Foram várias e frequentes as tentativas de espalhar o medo entre os trabalhadores, rearticular os temores latentes, alicerçados nas memórias sobre a repressão violenta pré-64 e do regime civil-militar. Assim, “voltava toda aquela lembrança das Ligas Camponesas na região, as pessoas em geral ficaram apreensivas, aquela lembrança do Golpe Militar” (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Um momento intrigante sobre essa questão é o da segunda ação de despejo dos acampados na Fazenda do Ministério, situação na qual a polícia lançou mão de um aparato desproporcional em relação à possibilidade de enfrentamento dos acampados, valendo-se de muitos homens, cavalaria, cães etc., numa operação que, além de demonstrar força militar, pretendia minar a confiança dos trabalhadores em sua força coletiva.

Além de todo esse aparado que visava demonstrar possibilidade de uso da força, o aspecto mais intrigante se refere à participação da Banda da Polícia Militar nessa ação de despejo, o que foi interpretado de diversas formas pelos acampados, variando desde uma estratégia de conquista da simpatia dos trabalhadores rurais, principalmente das crianças, até o sentimento de que a participação da banda visava humilhar os trabalhadores rurais mobilizados:

Diva: Teve despejo, mas nós não reagimos (...) A gente olhava para baixo e via polícia de cavalo, umas 500 polícia, com cavalo, levando cachorro. Eles trouxeram banda de música, caminhão. Eles foram para bater mesmo, a gente que não reagiu.

Arnaldo: Banda de música?

Diva: É, tocaram lá, para entreter os meninos, deram biscoito para os meninos, bala, para entreter os meninos, pra poder tirar o povo de lá. (...) A gente foi saindo tranquilo, mas eles foram prevenidos para fazer violência mesmo! (Diva, entrevista ao autor, 10/07/2013).

Teve dois despejos, foi humilhante. A Polícia Militar botou a turma (sem-terra) na frente e botou a banda (Banda da PM) lá atrás tocando. Pra escutarem! Baixar a moral! Mesmo assim, voltamos para a beira da estrada e fizemos uma marcha pra Belo Horizonte! (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Grande parte das lideranças percebeu a presença da banda como uma tentativa de humilhação, de colocar em descrédito a força dos grupos mobilizados. Já os trabalhadores rurais tenderam a lembrar da banda como uma estratégia de conquista, de aproximação, visando um despejo mais tranquilo. A tentativa de cativar as crianças, prejudicando a resistência dos trabalhadores, está evidente também pelos doces dados pelos policiais nessa ocasião. No entanto, acredito que a presença da banda está também associada à tentativa de minar o sentimento de força dos trabalhadores, ridicularizar suas mobilizações, demonstrar superioridade.

O argumento de que a atuação de uma banda de música num despejo é indício dessa tentativa de desmoralização é reforçado também pelo grande aparato utilizado nesse despejo, evidentemente desproporcional em relação ao número e ao enfrentamento dos trabalhadores. Além de despejar os trabalhadores rurais, seus adversários pretendiam demonstrar grande poder, desmotivar-los, enfraquecer suas futuras mobilizações.

Além de espalhar o medo, retomando as lembranças sobre a repressão, foram várias as tentativas de conquistar os trabalhadores rurais, minar sua resistência:

A articulação deles (adversários) era falar: “Isso aí não vai dar em nada. Isso é tudo político. A polícia vai lá dispersar todo mundo”. Ou então eles (Prefeitura, policiais, etc.) chegavam com uma proposta muito milagrosa: “Nós vamos levar vocês para uma região de café” Aparecia esse tipo de projeto para combater a nossa proposta (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Assim, os atores contrários às mobilizações buscaram variadas formas de desmobilização, o que, apesar do enfraquecimento de algumas ações, não impossibilitou a ocupação das primeiras fazendas no Vale do Rio Doce e sua conquista. Assim, são fortes os indícios de que o sentimento de força conjunta e a credibilidade nas lideranças - ambos abalados diante dos despejos no Jequitinhonha e Mucuri e das incursões frustradas no Noroeste e Triângulo - foram retomados no Vale do Rio Doce.

As mobilizações na região indicaram também como as mobilizações do MST ampliaram seus canais de interação com a política institucional. Renato - uma das principais lideranças nessas ocupações - contou como ficou responsável, por alguns anos, por construir laços entre as mobilizações, organizações da sociedade civil e instâncias do Estado. Um momento marcante nesse processo foi a criação de uma secretaria voltada para discutir os conflitos em Minas Gerais:

Eu fazia o trabalho de relações públicas na Capital, com Assembleia Legislativa, Governo, com todos os órgãos - tanto governamental quanto de luta - tinha núcleo de apoio ao MST na Capital. Era uma coisa muito bacana, muito participativa. **E nós conseguimos fazer feira da reforma agrária, seminários, encontro na Câmara de Vereadores de BH, entregar um plano de Reforma Agrária para o Governo de Minas**, ele tinha que participar. No Governo Azeredo (1995-1998) a gente conseguiu uma vitória, implantou a primeira **Secretaria Extraordinária da Reforma Agrária**, que era onde discutia os conflitos, quando ia ter um despejo essa secretaria era envolvida (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Quando questionado sobre a possibilidade dessa conquista estar relacionada à uma maior abertura governamental para as mobilizações, Renato enfatizou que essa postura estatal foi fruto da pressão das mobilizações, uma conquista do Movimento que galgou espaços noutras instâncias para fortalecer suas lutas. Assim, na sua perspectiva, não se tratava de um governo mais aberto, mas sim uma abertura forçada pelos movimentos através do processo de mobilização ao longo dos anos, a construção de um contexto favorável pelas ações de luta pela terra no estado:

Arnaldo: Você acha que o Governo Azeredo era mais favorável a reforma agrária?

Renato: Na verdade, a nossa luta - do MST e outras entidades - conseguiu chegar em órgãos governamentais e forçar para que eles também tomassem posição. Conseguimos mostrar que não era uma questão de invasão, de ilegalidade, de movimento isolado. Era um clamor da sociedade! (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Nesse ponto, podemos supor que houve um avanço nas relações entre mobilizações e poder público, sendo os acampamentos situações chave, como apontou Sigaud (2000). Os movimentos passaram a estar mais presentes no âmbito do Estado, sendo mais considerados

como interlocutores legítimos na constituição das políticas públicas. Dessa forma, em meados da década de 1990, o MST passa a ter uma interação mais fluente com a sociedade política em Minas Gerais – assim como em várias regiões do Brasil - buscando informações sobre a situação fundiária do Estado, pressionando pela criação de espaços de reflexão sobre as mobilizações, colocando a reforma agrária como pauta política de parlamentares etc.:

A questão das terras devolutas, a gente pedia a identificação dessas terras, que estavam na mão de reflorestadoras e de outros latifundiários. (...) O deputado João Leite teve uma participação muito importante, era um admirador do Movimento, a bancada do PT na Câmara, na Assembleia, a gente tinha uma relação muito boa. Tinha Durval, tinha Rogério Correa (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Assim, ficou evidente como as mobilizações, localizadas mais visivelmente nas ocupações de terra, não estavam isoladas, tirando grande parte das suas forças dos vínculos que puderam estabelecer com atores em esferas mais amplas, o que passava a influenciar nas relações de poder locais:

Imagina que tinha uma iminência de despejo, a polícia acampada próximo ao acampamento. Você tinha ali um possível conflito. Ai chega um deputado, isso tinha um peso muito importante. A denúncia... E mostrava que não era um movimento isolado, você tem apoio de um partido, um parlamentar, uma bancada que fosse fazer uma visita. E aí acaba envolvendo a câmara do município, o Prefeito, conversa com o delegado, o juiz, enfim (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013).

A entrevista com Fernando nos forneceu vários elementos para compreender tanto a participação do político nessas ocupações, quanto sua percepção sobre como as ações do MST se relacionavam com a política eleitoral e institucional. Para Fernando, enquanto deputado¹²³, seu papel tem sido de denunciar e exigir apuração frente às violências cometidas por fazendeiros, policiais etc. Frente às tentativas de reintegração de posse, o papel de pressionar para que os procedimentos legais sejam cumpridos - preservando os trabalhadores rurais envolvidos - também é colocado como algo fundamental.

A pressão para atrasar e evitar a reintegração de posse, juntamente com a pressão para agilizar as desapropriações, são ações também citadas por Fernando, que narra com detalhes suas tentativas de apelo aos juízes:

A gente conversa com o juiz. Em alguns momentos **a gente consegue sensibilizá-lo** para adiar a reintegração de posse ou para não dar a reintegração de posse. (...) O juiz na operação, eu falo: **“Oh, meritíssimo, lá são pobres, o senhor não pode tirá-los de lá. O senhor tem que ter um olhar social”**. O meu argumento é sempre esse: “Você tem dois direitos em conflito. Você tem o direito de propriedade, a Constituição garante a propriedade a quem tem os documentos da propriedade. Mas você tem outro direito, que é o direito a função social da propriedade”. Então eu falo: “o senhor pode decidir, constitucionalmente, pelo direito da função social da propriedade” (Fernando, entrevista ao autor, 13/12/2011, grifos nossos).

¹²³ Fernando foi membro da CPT durante o período das mobilizações, se tornando deputado pelo PT.

No entanto, quando questionado sobre como as formas de mobilização social das ocupações interagiam com a política eleitoral e institucional, o deputado foi enfático ao argumentar sobre as dificuldades de interação com as ações do MST:

Agora de voto, o Movimento (MST) não ajuda em nada de voto. E eu nunca trabalhei isso e ele nunca ajudou. Primeiro que o MST é muito disperso e dividido. É mais fácil as bases do MST votar na direita... E eles não têm uma preocupação com essa questão eleitoral. (...)

Arnaldo: Isso não afasta o MST do campo político?

Mas eu acho que eles são refratários a isso! (...) O discurso do MST é muito refratário à cooperação com o político. Eles querem fazer um discurso do anti-institucional! Acabam não tendo como, porque precisam. Precisa na hora de recurso, precisa desses apoios (Fernando, entrevista ao autor, 13/12/2011).

O entrevistado embasa suas análises narrando várias situações nas quais contribuiu nas ocupações, muitas vezes lhe prometeram votos, e nas eleições isso não se confirmou:

Eu me lembro de um antigo coronel da polícia militar que eu denunciei, que ele agrediu uma vereadora ligada ao MST, lá perto de Presidente Olegário, presidente do sindicato. Nós fomos lá, fizemos uma audiência um mês antes das eleições. **Nós não pedimos voto. Eles prometeram voto! Eu tive um voto (risos).** (...) O Rogério Correa, que estava comigo, teve dois votos. Então, ninguém da esquerda teve voto. Só da direita.

(...)

Você vai ver, por exemplo, a Fazenda Alegria, lá em Felisburgo¹²⁴. Você falou da questão do voto. Olha companheiro, eu e Afonso Henrique só saímos de lá com mandado de prisão contra o pessoal! **Fomos os primeiros a chegar lá**, de fora, na questão dos corpos. Nos devemos ter ido umas 10 vezes lá em Felisburgo! Discurso e tudo. Ai o que que acontece: **O PT da Cidade decidiu me apoiar**. Tudo bem, né. **Você acredita que os sem-terra – isso quando estava ainda fresco, não foi nessa eleição não, foi na anterior – apoiaram o candidato da direita?** Eu tive trezentos e poucos votos do PT da cidade. O candidato da direita, que o MST apoiou, teve mil e quinhentos votos. Isso acontece. Afonso fica bravo! Ele xinga, ficou puto. Eu, nem ai (risos) (Fernando, entrevista ao autor, 13/12/2011, grifos nossos).

Essa situação, que minava parte das relações entre as mobilizações e os políticos que as defendiam, pôde ser mais bem compreendida à luz de algumas reflexões sobre o significado do voto em grande parte dos municípios brasileiros e sua possível relação com as mobilizações do MST.

Heredia & Palmeira (2006), buscando identificar os significados do voto, demonstram como a política não é uma atividade permanente, sendo típica do *tempo da política* - o período eleitoral - no qual as facções ganham relevo e o conflito pela adesão do maior número de pessoas se torna aberto. Nesse contexto é que se podem compreender as principais motivações para o voto:

¹²⁴ Ele se refere ao caso que ficou conhecido como “Massacre de Felisburgo”, que ocorreu na Fazenda Nova Alegria (Felisburgo/MG) em 2004. Cinco trabalhadores rurais sem-terra foram mortos pelo fazendeiro e seus jagunços - além de vários feridos à bala, inclusive uma criança de 12 anos - e suas casas e escola incendiados.

O que procuramos demonstrar foi como, nos marcos da política faccional, o voto, antes de ser uma escolha, tem o significado de uma adesão; antes de ser pensado como uma indicação de representantes ou mandatários, é concebido como gesto de identificação como uma facção; antes de consistir numa decisão individual, constitui um processo, envolvendo unidades sociais mais amplas que simples indivíduos ou redes de relações pessoais. Isso, no entanto, longe de transformar as eleições em algo secundário, indica sua importância central para a continuidade das relações sociais em determinado tipo de sociedade e sua articulação com a própria temporalidade dessa última (HEREDIA & PALMEIRA, 2006, p. 35).

Assim, o voto é concebido como adesão a uma facção, fortemente vinculada às relações de parentesco, amizade, sociabilidade, reciprocidade e hierarquia, limitando consideravelmente as possibilidades de representação institucional.

Com base nessas reflexões, Ferreira (2010) buscou compreender as escolhas políticas eleitorais de assentados vinculados ao MST, numa análise comparativa entre os assentamentos 18 de Maio (Herval - RS) e Amaralina (Vitória da Conquista - BA). A autora salienta a inexistência de uma coesão política interna nos assentamentos, dada a variedade de motivações, concepções e possibilidades de adesões políticas nos contextos locais. Ferreira demonstra que, em alguns contextos, as ações do MST - como manifestações, encontros, ocupações etc. - propiciaram certo *alargamento* (FERREIRA, 2010, p. 21) do *tempo da política*, tornando essa atividade mais frequente entre os períodos eleitorais. Segundo a autora:

apesar da hesitação e recusa de boas parcelas dos assentados de participar dos eventos promovidos pelo MST com intenções de pressionar e realizar reivindicações políticas, tais como encontros, reuniões, marchas, ocupações de terra e de prédios públicos, é inegável que o Movimento manifesta, desse modo, sua preocupação com a política e com as possibilidades de participar desse jogo, ou pela entrada, ou mesmo pela oposição a ele. Dado o seu caráter relacional impulsionado pelas ações do Movimento, a política adentra em outros domínios — domésticos, econômicos, pessoais etc. — e, desse modo, reinsere-se frequentemente no cotidiano, no âmbito das inúmeras relações acionadas entre assentados e lideranças do MST (FERREIRA, 2010, p. 255).

Apesar dessas mudanças significativas, as ações do MST estudadas não formaram um comportamento eleitoral único, diante da multiplicidade de influências sobre os comportamentos eleitorais:

Há um esforço por parte do MST para efetivar o exercício da política, todavia, esse esforço é interpretado distintamente em cada assentamento e, dentro de cada assentamento, os graus de envolvimento também são distintos. Da mesma forma, a capacidade de a política de ser disruptiva ou aglutinadora passa por variações conforme cada família, grupo, enfim, conforme as relações de força pelas quais se realiza. A categoria “tempo da política” permite ainda refletir sobre o “não tempo da política”, ou seja, o período de intervalo eleitoral e, no caso, esse “não tempo”, quando ocupado pelo movimento social recoloca, a seu modo, a política como um evento de maior frequência no cotidiano (FERREIRA, 2010, p. 255).

A autora demonstra como, inicialmente, muitos políticos foram exitosos em fazer campanha nos assentamentos, convictos de que, pela afinidade ideológica, os assentados votariam apenas no PT. Diferentemente dessas expectativas iniciais, os assentamentos se apresentaram como “campo aberto para a disputa eleitoral” (FERREIRA, 2010, p. 262).

A diversidade de adesões políticas nos assentamentos, nos quais a influência do MST é uma entre outras, fica clara no trecho abaixo, que vai ao encontro das considerações de Fernando sobre a dinâmica eleitoral nos assentamentos do MST:

No que diz respeito às eleições e ao voto, parece ser consenso nas falas que o MST busca conquistar os votos, mas não há uma hegemonia entre os assentados sobre votar com o MST, ou seja, nos candidatos apoiados pelo Movimento. Essa diversidade de posicionamentos políticos dos assentados pôde ser observada na eleição para deputados em, na qual o deputado federal do lugar — Guilherme Menezes (PT) — conseguiu votação expressiva, enquanto o candidato para deputado estadual Valmir Assumpção (PT), com quem formava uma dupla, obteve poucos votos no assentamento, mesmo sendo assentado e indicado pelo MST. E ainda, nas eleições municipais de 2008, o candidato a vereador Júlio Honorato não conseguiu se eleger, sua votação foi bem menor que o número de assentados no município (FERREIRA, 2010, p. 263).

É importante salientar, como o próprio Fernando lembrou em seu depoimento, que outros movimentos - como, por exemplo, o Movimento da Boa Nova (MOBON)¹²⁵ - constituíram outras formas de interação com a política institucional, tornando-se bases eleitorais fundamentais para esse e outros políticos mineiros. Como buscamos demonstrar em alguns momentos dos capítulos anteriores, por várias vezes, também sindicatos e membros da CPT buscaram direcionar objetivamente suas mobilizações para conquistas eleitorais, o que influiu decisivamente nos rumos dos conflitos em questão.

Compreender parte da trajetória do PT também pode ajudar a entender como se deram essas relações entre mobilizações do MST e política institucional ao longo das décadas de 1980 e 1990. Como afirma Pereira (2010):

na experiência do PT, sobretudo nos primeiros anos, (...) em grande medida o partido que engatinhava se tornou a vocalização, a expressão política dos sindicatos e movimentos sociais que lhe deram impulso. Esse fato permitiu ao PT estabelecer uma relação muito mais fecunda com os movimentos sociais do que as experiências da esquerda brasileira que o precedeu (PEREIRA, 2010, p. 487).

Segundo o autor, essa relação entre PT e os movimentos sociais - principalmente o MST - foi se transformando, em grande medida, em função das estratégias eleitorais do Partido. Assim:

¹²⁵ O Movimento da Boa Nova é uma organização católica que se intitula como “movimento religioso”. Sua dinâmica centra-se na promoção de cursos para leigos com o objetivo de fornecê-los conhecimentos bíblico-religiosos e políticos, estimulando-os a organizarem-se em suas comunidades. No contexto de redemocratização recente do Brasil, muitas lideranças religiosas comunitárias ligadas ao MOBON se engajaram na política partidária, sobretudo no PT, em diversos municípios de Minas Gerais, tendo nas regiões de atuação do MOBON um significativo número de votos. (OLIVEIRA, 2012. OLIVEIRA & ZANGELMI, 2009. OLIVEIRA, 2010).

a partir de 1998, com a terceira derrota nas eleições presidenciais, a resposta do partido foi iniciar um movimento em direção ao centro do espectro político do país com o objetivo de constituir maioria eleitoral com alguma viabilidade para a disputa de 2002. Produz-se nesse momento um distanciamento importante entre os organismos partidários e os movimentos sociais que resultará em certo isolamento do movimento dos sem-terra, fustigado permanentemente pelo governo Cardoso, que buscava criminalizá-lo para combatê-lo com mais facilidade. É de justiça registrar, entretanto, que o PT jamais faltou com a solidariedade ao Movimento dos Sem-Terra, seja no Parlamento, seja com a presença de seus militantes e dirigentes nas lutas sociais, nas ocupações de terra ou nos momentos mais dramáticos, como Corumbiara e Eldorado dos Carajás (PEREIRA, 2010, p. 489).

Nesse sentido, é possível que, em Minas Gerais, tenha ocorrido um distanciamento entre as mobilizações do MST e as alternativas políticas institucionais do PT, o que limitou algumas possibilidades de interação entre suas mobilizações. Esse possível afastamento se deu principalmente sobre questões eleitorais, o que não impediu apoio mútuo noutros contextos.

Assim, as mobilizações em torno das ocupações de terra foram mais direcionadas para outras formas de intervenção na política, na pressão exercida pelos acampamentos sobre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, através da opinião pública e de articulações e negociações em torno de valores e princípios em ascensão nesse momento, como o depoimento de Renato ajudou a entender.

Evidentemente, como o depoimento de Fernando permite perceber, o pouco envolvimento eleitoral do MST pode ter enfraquecido algumas formas de interação com atores no campo político, principalmente com o PT, um de seus grandes aliados nas primeiras mobilizações. A década de 1990 parece ser um divisor de águas, na medida em que, por um lado, o PT se direciona para a conquista de um eleitorado mais amplo e, por outro, o MST amplia consideravelmente suas mobilizações, sem trazer significativos impactos eleitorais para seus aliados nesse processo de crescimento, o que enfraqueceu essas relações.

De qualquer forma, apesar das poucas influências eleitorais, o MST ampliou consideravelmente seu potencial de interlocução com o campo institucional nesse período, em face da grande repercussão de suas mobilizações e da inserção de seus valores em espaços estratégicos do poder público. É muito significativo o fato de que grande parte dos militantes que foram lideranças nas mobilizações aqui discutidas, aos poucos, galgaram cargos no Estado, como políticos, assessores parlamentares, representantes do INCRA, secretários municipais etc. É possível que esses atores tenham levado as experiências e valores constituídos na luta pela terra para essas outras instâncias, pautando parte de suas ações em convergência com as demandas das mobilizações.

Vale salientar que essas ações se deram num contexto mais amplo de crescente influência da mídia no jogo político, ligação que passa a ser cada vez mais almejada por grupos mobilizados. Assim, a luta política é também uma luta simbólica, na qual as mobilizações da sociedade civil despontam como novo “argumento” no interior da política representativa, colocando questões, influenciando na produção de acontecimentos e redimensionando relações de poder (CHAMPAGNE, 1996).

A presença dessas estratégias nas mobilizações ficou evidente em vários depoimentos, que demonstraram como os militantes do MST buscaram conquistar a opinião pública em Minas Gerais:

E foi em 95 a redenção do Movimento no Brasil, houve o reconhecimento da sociedade, **nós conseguimos agir de forma inteligente, fazendo lutas bem pacíficas**. E apesar da ocupação da terra não ser uma luta simpática por várias pessoas que pensa que tá tomando a terra, dá essa impressão, mas é uma forma de pressionar o Governo. Então nós fizemos muitas caminhadas daqui para Belo Horizonte, daqui para Brasília (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Essa conquista se deu num contexto desfavorável, marcado pela visão negativa sobre os movimentos sociais. Vários indícios - tanto matérias de jornal quanto depoimentos - apontam como a mídia tradicional na região de Governador Valadares, em consonância com as relações de poder vigentes no período, não via com bons olhos a mobilização dos trabalhadores:

Eu acompanhei, já trabalhando como jornalista, a entrada do MST (na Fazenda do Ministério), o pessoal ficar na beira da estrada, a ocupação final, definitiva. Isso eu já era jornalista, num jornal local. (...) Pra mídia tradicional, uma ocupação de terra - principalmente em Valadares, uma cidade de coronel - era sempre **aquele estigma de bandido**. (...) Você vai poder observar na imprensa as notas de repúdio. Imagina, terra de fazendeiro, União Ruralista, Sindicato Rural Patronal, lógico que todos contra (Zézé, entrevista ao autor, 12/07/2013, grifos nossos).

No entanto, gradativamente, a realização das mobilizações foi tomando espaço na mídia, mesmo que grande parte dela passasse uma imagem negativa. Um exemplo foi a longa permanência dos acampados nas proximidades da Fazenda do Ministério, momento que aglutinou vários atores em torno da manutenção dos trabalhadores rurais na mobilização:

A repercussão de ficar dois anos à beira da Rio-Bahia foi muito grande. (...) A gente teve colegas da imprensa de fora acompanhando aquela luta. Uma parte da igreja, todo mundo que era de esquerda, sindicatos, sustentaram aquela estada de dois anos na beira do asfalto. Isso deu muita repercussão (Zézé, entrevista ao autor, 12/07/2013).

Como salientado anteriormente, a conquista do Assentamento Oziel Alves Pereira está diretamente relacionada com esse avanço na criação de situações que colocassem a reforma agrária como objeto de reflexão para a sociedade. Nessa oportunidade, a violência policial contra os manifestantes, na entrada de Belo Horizonte, trouxe uma imagem negativa para o governo, que teve que ceder espaço nas negociações para os trabalhadores rurais mobilizados:

O Assentamento Oziel, por exemplo, se consolidou com a caminhada que nós fizemos aqui de Valadares para Belo Horizonte. O pessoal tomou um pau da polícia na entrada de Belo Horizonte, isso repercutiu, era o Governo Azeredo, que a gente estava fazendo essa articulação e aí ele repassou a Fazenda para o Movimento. A hora que veio a repercussão a negociação andou (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Renato salienta como naquele momento, em meados da década de 1990, a presença do MST na mídia atingiu seu auge, criando alternativas à imagem conservadora sobre o

Movimento. Assim, os momentos de conflito e violência perderam espaço para coberturas da imprensa mais voltadas para o cotidiano dos sem-terra, seus aspectos positivos:

E aí foi aquele momento que o Movimento foi tema de novela, *O Rei do Gado*. Aí a imprensa passou a visitar mais e fazer boas reportagens, mostrar como vivia os sem-terra. Antes mostrava a polícia dando tiro e os sem-terra correndo atrás da polícia com a foice na mão: um conflito. Quando a imprensa passou a mostrar o outro lado do Movimento, **aí nós ganhamos a sociedade de fato**. Mostrava as coisas boas, a horta, a escola, as mulheres produzindo, cooperativa. Nós tivemos nessa época muitos assentamentos modelo (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

São mencionados também, em vários depoimentos, momentos nos quais, na região do Rio Doce, os grupos mobilizados realizaram atividades que traziam uma imagem positiva para o MST, como realização de feiras, doações, limpeza de espaços públicos etc.

E um show de consciência para a sociedade, porque o Movimento fazia, por exemplo, uma atividade aqui na Cidade (Valadares). A gente vinha fazer uma feira da reforma agrária, trazer os produtos mais baratos, sem agrotóxico, e dava para uma entidade. A imprensa registrava. A gente fazia uma limpeza de esgoto numa cidade, a gente fazia uma limpeza de uma praça numa cidade. Então, naquele período, entre 95 e 2000, nós vivemos um momento muito importante. O reconhecimento da sociedade é fruto desse trabalho (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Ações como essas traziam um impacto positivo na opinião pública da região, levando parte da população a rever sua perspectiva sobre aquelas pessoas que, inicialmente, eram vistas como bandidos. Assim, ficava mais evidente o caráter construtivo das mobilizações para a sociedade, que em grande parte perdia o medo dos sem-terra:

Em Valadares, por exemplo, o que o MST conseguia chamar a atenção para a sua luta, era uma coisa impressionante! Eu me lembro, de uma das ações deles, eles foram aos bairros fazer trabalho voluntário de limpeza (capina, jardinagem). Isso eu me lembro muito. (...) Eles procuravam cativar a população e fazer com que a população perdesse o medo deles (Zezé, entrevista ao autor, 12/07/2013).

Assim, como argumenta Zezé, os grupos mobilizados na região conseguiram se tornar visíveis, mesmo para a mídia conservadora, e conseguiram também criar situações que mudaram a perspectiva de parte da imprensa e da população a seu respeito, fortalecendo, assim, o papel político de suas lutas:

Os movimentos, principalmente o MST, eles conseguem criar fatos políticos. Em relação a mídia, que normalmente é contra. Globo e companhia é uma mídia de direita. Eles (MST) são muito inteligentes em lidar com a mídia. (...) Eles conseguem ir para a mídia de um jeito ou de outro. Eles conseguem fazer coisas que é impossível a mídia ignorar, mesmo que ela seja contrária. Você ficar 2 anos na beira da Rio-Bahia, gente, não tem jeito de não cobrir! (Zezé, entrevista ao autor, 12/07/2013).

Assim, apesar de parte da imprensa mineira constituir uma imagem negativa (ou, em alguns casos, indiferente) sobre as mobilizações até meados da década de 1990, a partir desse momento, com base nas várias ações desenvolvidas, esse processo se transformou, criando espaços para outras perspectivas sobre os trabalhadores rurais sem-terra.

Diante do quadro mais geral analisado nesse tópico, as reflexões de Cohen e Arato (2000) - sobre o potencial dos movimentos sociais em abastecer a esfera pública, com novas forças sociais - adquirem maior importância, pois acredito que a *lógica dual* caracterizada por esses autores pode contribuir no aprofundamento da análise sobre o processo aqui estudado. Estava em jogo, por um lado, a presença de uma *lógica defensiva*, local, voltada para a formação de significados nas mobilizações, que agem na consciência e cultura dos grupos mobilizados. Por outro lado, existia também uma *lógica ofensiva*, na qual *atores externos* intervinham nas políticas públicas (principalmente deputados do PT), incluindo institucionalmente parte das demandas constituídas e sustentadas pelas mobilizações locais.

Essas duas lógicas estavam ligadas, eram interdependentes, alimentando-se mutuamente ao longo dos processos de enfrentamento nas várias instâncias em relação. Isso fica mais evidente quando se percebe - como afirmei anteriormente - que a força das mobilizações locais estava intimamente ligada ao reconhecimento de fazerem parte de uma articulação mais ampla, com participação de forças políticas que transcendiam as redes de poder local.

Por outro lado, essas mobilizações, entre outras, ocasionaram mudanças políticas significativas nas instituições envolvidas, transformando parte de suas lógicas e valores, na medida em que atores institucionais - como deputados, juízes, governadores etc. - passaram a pautar parte de suas ações levando em conta a existência desses conflitos e a formação de uma opinião pública sobre os mesmos.

Assim, nesse contexto, alguns atores institucionais passaram a pressionar para que violências não ficassem impunes, reintegrações de posse fossem impedidas ou, quando inevitáveis, seguissem procedimentos com maior respeito aos direitos humanos, e para que as desapropriações para reforma agrária fossem concretizadas. Essas pressões, fortalecidas pelas mobilizações locais, modificaram parte do sistema institucional no sentido da adequação ao novo contexto composto pelas mobilizações das organizações e movimentos sociais em ascensão. Nesse sentido, mesmo não havendo um vínculo eleitoral efetivo - as mobilizações estavam ligadas às outras esferas de poder, levando à articulação de uma série de atores. A existência desses conflitos trazia à tona novos elementos para as disputas na esfera política, desequilibrando as relações de poder estabelecidas nessa esfera, permitindo novos arranjos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que a pesquisa desenvolvida permite tecer algumas considerações que podem contribuir na compreensão sobre as ações de mediação, especialmente nas dinâmicas de organizações e movimentos sociais. Assim, suponho ter lançado alguma luz para ajudar a visualizar melhor como essas ações acontecem, conquistam adesão e direcionam esforços em certos sentidos.

Dessa forma, foi possível conhecer alguns dos principais grupos envolvidos nesse processo, suas expectativas e relações entre si - muitas vezes de parceria, outras de disputa e conflito - situações geralmente marcadas pela interdependência entre esses vários atores. Destarte, acredito que foram feitas aproximações no sentido de descobrir como suas expectativas e ações influíram nos rumos do processo tratado, implicando na busca pela constituição de novas representações, tornando possíveis as ocupações de terra e seus desfechos.

O universo cultural dos trabalhadores rurais do Jequitinhonha e Mucuri foi historicamente marcado pelo saudosismo em relação às antigas relações de solidariedade entre grupos de posseiros e/ou de mando, obediência e proteção, típicas dos vínculos tradicionais entre fazendeiros e agregados (RIBEIRO, 1996). Essas relações, diluídas no processo de modernização, continuaram como pontos de referência fundamentais para compreendermos a atuação desses trabalhadores, suas expectativas e escolhas.

Os vínculos e direitos tradicionais de agregados e posseiros perderam seu valor diante das novas forças econômicas, desamparando esses trabalhadores e lançando-os num mundo cujos significados não faziam sentido. Assim, havia uma memória do *enraizamento* em face da diluição dessas relações, levando essas pessoas ao desejo pelo restabelecimento de uma comunidade rural frente à solidão da sociedade moderna (RIBEIRO, 1996).

Em vista do contexto mais amplo de luta pela terra no Brasil, percebe-se como as ocupações em questão - assim como as que ocorriam em outros estados - tiveram significado relevante no desenvolvimento da *forma acampamento* (SIGAUD, 2000), em convergência com o processo de nacionalização das ações do MST (LERRER, 2008). Assim, foram estabelecidas, de forma massiva, novas formas de interação entre trabalhadores rurais, movimentos e Estado, interdependência na qual as ocupações de terra tinham significado central (SIGAUD, 2000).

No que se refere à luta pela terra em Minas Gerais, percebemos o crescimento da organização dos trabalhadores rurais até 1964, constituindo uma identidade de *camponês* e situando cada vez mais a reforma agrária como uma bandeira fundamental para o direcionamento das ações estatais. O golpe civil-militar de 1964 foi uma reação a esse avanço na organização dos trabalhadores e às iniciativas reformistas do Governo João Goulart – entre outras forças em ascensão no período – reprimindo violentamente essas lutas e desestruturando as formas de organização que vinham se constituindo. Dessa forma, visou impedir qualquer formação de oposições ao regime, perseguindo e reprimindo os atores que destoavam de sua busca pela “ordem”.

Nesse contexto adverso, vários atores buscaram dar continuidade e constituir novas formas de luta, alguns de forma mais radical e clandestina, outros de forma institucional, dentro dos limites estabelecidos pelo Governo Militar. Essas lutas, ainda pouco conhecidas, mantiveram a chama acesa, maculando a falsa imagem de ordem, consenso e harmonia tão cara aos governantes do período.

O processo de redemocratização política dos anos de 1980 é, em grande medida, constituído pelo amadurecimento de parte dessas lutas e do surgimento de novos atores e estratégias de mobilização, que questionaram o sindicalismo vigente, formando oposições, e situaram as ocupações de terra como estratégias legítimas na luta pela terra em Minas Gerais.

Nos vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce - regiões historicamente marcadas por intensos conflitos pela terra - foram realizadas as primeiras ocupações de terra massivas em Minas Gerais, pois esses lugares já contavam com a atuação de grupos como CEBs e CPT desde a década de 1970, o que deu base para a constituição das novas mobilizações. Esse processo, cujas articulações iniciais (1985-1988) foram impulsionadas pelo intenso processo de redemocratização, começou a se concretizar através das ocupações de terra num momento de retrocesso institucional em relação à luta pela reforma agrária, pois a repressão aos movimentos foi acentuada e a Constituição de 1988 ocasionou ambiguidades que dificultaram as desapropriações.

O MST chegou a Minas Gerais envolto em intensas disputas sindicais, alinhando-se aos grupos, como CUT e CPT, que buscavam a renovação nas lideranças de sindicatos locais e nos quadros da FETAEMG. Assim, estabelecendo alianças principalmente com a CPT, mas também com alguns sindicatos, o Movimento encontrou base para formar seus primeiros quadros na região, realizar os trabalhos de base e, assim, realizar algumas ocupações almejadas.

Diante desse contexto, a pesquisa aqui apresentada buscou demonstrar que as ações de mediação se deram no sentido da constituição de *bricolagens* entre elementos dos *universos de significação* - religiosos, políticos, culturais etc. - dos vários grupos envolvidos, caminhando na direção da formação de certas significações, que unificaram esforços dos trabalhadores rurais mobilizados em direção a um sentimento de força coletiva e à delimitação de certos atores como adversários (fazendeiros, policiais, poderes locais etc.), possibilitando, assim, a realização das referidas ocupações de terra e o consequente assentamento de parte das famílias mobilizadas.

Nessas novas combinações entre significações, destaca-se a articulação inicial entre a referência da “Terra Prometida” com a luta no cotidiano dos acampamentos - travessia necessária para essa conquista - assim como a constituição da imagem de Jesus Cristo como um questionador das relações de dominação. Dessa forma, a intensa vida religiosa dos trabalhadores rurais - já há vários anos sendo direcionada para a crítica às desigualdades sociais e políticas, pelas CEBs e CPT - foi relacionada com as concepções políticas das organizações e movimentos, formando um arranjo híbrido no qual as ocupações apresentavam legitimidade.

Destaca-se também a deslegitimação da figura do fazendeiro, seu direito sobre a terra e sua posição como fonte de proteção e autoridade. As condições de vida e trabalho - por mais degradantes que sejam - não são espontaneamente interpretadas como injustas. As ações de mediação constituíram um sentimento de injustiça ao propiciar o questionamento das relações de poder que as criaram e sustentaram, delimitando o fazendeiro como adversário em grande parte responsável pelas desigualdades.

O sentimento de força pela união entre os injustiçados e pela ligação das mobilizações locais com outras instâncias de poder também estiveram no centro das ações de mediação analisadas. O poder local foi ressignificado diante de forças que extrapolavam seu alcance, ligadas a atores que não dependiam de suas redes de influência, o que permitiu que os trabalhadores rurais desconstruissem sua imagem de dominação absoluta, inquestionável e eterna.

No entanto - dada a multiplicidade de atores que influíram nesse processo, com diferentes perspectivas e estratégias - essas mediações também foram marcadas por descompassos, tensões e disputas entre os principais movimentos e organizações que pretendiam mobilizar os trabalhadores rurais. Assim, existiram momentos de enfraquecimento das ações conjuntas, que, em certos casos, dificultaram a resistência nos acampamentos, permitindo a realização de despejos.

Os adversários também influíram nesse processo, buscando desarticular as mobilizações, no sentido da manutenção das relações de poder. Assim, fazendeiros, policiais, prefeitos etc. também realizaram mediações, rearticulando valores tradicionais - relacionados às antigas relações de mando/obediência/proteção – minando, em parte, a legitimidade das lideranças dos movimentos e enfraquecendo as significações em construção.

Assim, tratou-se de um processo dinâmico - com diferentes configurações de poder ao longo de cerca de dez anos de mobilização - e relacional, em vista da interação entre vários atores que interviriam nesse processo, com suas diferentes expectativas e estratégias.

Alguns fatores merecem destaque especial, pois podem levar ao enriquecimento das análises sobre as ações de mediação. Primeiramente, chama a atenção como essas ações têm sua força relacionada com a coesão das combinações entre as significações dos atores mobilizados, constituição de novas significações híbridas que motivam as ações conjuntas.

As mobilizações ocorrem na medida em que essas *bricolagens* (NEVES, 2008) fizeram sentido, sendo coerentes com as expectativas e valores dos atores em relação, não rompendo abruptamente com os *universos de significação* desses grupos, mas sim constituindo novas significações de forma gradual. O papel da religiosidade como elemento central para estabelecimento inicial dessa coerência merece destaque, mesmo sua influência tendo diminuído ao longo do processo.

Destaca-se também o fato de que a formação de novas identificações foi elemento central, sendo um dos objetivos centrais das ações de mediação estudadas, pois teve o potencial de formar sentimentos de união e, no mesmo sentido, oposição àqueles que os grupos mobilizados pretendem enfrentar. Assim, a mediação – nesse processo e, possivelmente, em muitos outros - direcionou-se para a transformação nas principais delimitações dos grupos envolvidos, sendo elemento chave para o sucesso das mobilizações.

No entanto, como busquei demonstrar, as disputas entre os grupos que visaram mobilizar os trabalhadores rurais – em vista da diversidade de valores e expectativas - podem comprometer os objetivos mais gerais dessas ações, em vista do enfraquecimento das ações conjuntas e perda de coesão.

Nesse sentido, as divisões internas foram forte obstáculo para o estabelecimento de mobilizações conjuntas sustentáveis ao longo dos anos. Em cada *figuração* (ELIAS & SCOTSON, 2000) existe um arranjo de forças diferente, cujo resultado depende das diversas posições e estratégias dos atores em relação. Nesse processo, existiram alguns desencontros entre as ações de mediação dos diversos grupos. Mesmo geralmente evitando entrar nessas discussões, ficou evidente como CPT, STRs, PT e parte dos trabalhadores rurais mobilizados não buscaram – como pretendiam os militantes do MST - mediar a construção da propriedade e do trabalho coletivos como valores fundamentais para as mobilizações.

As articulações de significados por esses grupos foram para outros sentidos, mais próximos da construção da propriedade e trabalho familiar. Essa divergência, notadamente, implica nas diferentes sociedades almejadas por esses grupos, concepções muitas vezes subsumidas diante das necessidades mais imediatas da busca pela conquista da terra.

Foi possível notar também que, em algumas situações, a busca pela construção do MST como um movimento de expressão em Minas Gerais - capaz de se reproduzir e ampliar

ao longo do tempo - se chocou com anseios mais específicos, pelo acesso menos conflitivo à terra, como nos casos de Santa Rosa e Cachoeirinha, grupos que se distanciaram das práticas e ideologia do MST.

Percebemos também que, a partir de certo momento, os militantes do MST optaram por construir novos arranjos nas mediações, envolvendo menos significações religiosas, em consonância com seu afastamento da CPT e sua busca por realizar trabalhos de base com trabalhadores rurais provenientes de outros espaços, nos quais a religiosidade e o trabalho prévio das CEBs e CPT não tinham o mesmo peso.

Devido a essa diversidade de perspectivas, divergências são parte integrante desses processos de mobilização, principalmente quando envolvem uma multiplicidade de atores, como no caso estudado. Na imensa maioria das situações, as convergências em prol da reforma agrária se sobrepuzeram, permitindo ações conjuntas coerentes, para as quais as ações de mediação tiveram papel fundamental.

No entanto, as situações nas quais os desencontros atingiram graus elevados, houve comprometimento das ações conjuntas e enfrentamento aos principais adversários. Esses momentos – alguns deles marcados por violentos despejos ou divisões entre os trabalhadores rurais mobilizados – abaterem parte das mobilizações, dificultando sua reprodução.

Diante do processo estudado, quero destacar também como as mediações em favor dos poderes estabelecidos têm uma grande força para desarticular as mobilizações, influindo decisivamente nesses processos. Talvez com mais eficácia do que as formas de violência mais conhecidas desses grupos, buscar passivamente rearticular significações e minar as perspectivas em construção se revelou como um procedimento surpreendentemente relevante. As balas doces surtiram tanto efeito desmobilizador quanto as de chumbo.

Nesse sentido, evidenciou-se como a legitimidade de representação e liderança dos militantes de organizações e movimentos sociais pode ser construída e desconstruída em processos dinâmicos que escapam ao suposto controle desses agentes, em face da multiplicidade de atores, expectativas e poderes em jogo nessas relações. Trata-se, assim, de uma construção instável, dinâmica e relacional.

Quero chamar atenção para a potencialidade da articulação entre os conceitos de *reflexividade* e *mediação*, cujo diálogo considero que propiciou um aprofundamento na análise proposta. Assim, argumento que uma das principais expressões da reflexividade são os movimentos sociais, especialmente no que se refere às ações de mediação, que, em vista dos conhecimentos e experiências acumulados por esses grupos, visam rearticular significações para intervir na realidade. Em vista do monitoramento reflexivo sobre as relações, as mediações trazem potencial de transformação.

Essa potencialidade pode ser vista em várias situações tratadas nesse estudo, como na ressignificação da imagem dos fazendeiros e das condições de vida em que os trabalhadores rurais se encontravam. Também está presente na constituição das ocupações de terra como estratégias legítimas, diante dos novos conhecimentos trazidos pelos militantes de organizações e movimentos sociais de luta pela terra.

A mudança de perspectiva sobre os antigos conflitos na Fazenda do Ministério - através da rearticulação das memórias em direção a uma nova visão sobre o papel dos trabalhadores rurais – também reflete parte desse processo, entre várias outras situações nas quais os atores em questão, ao olhar seu passado e suas tradições de forma reflexiva, buscaram traçar alguns novos rumos para seu futuro.

Os resultados dessa tese reforçam o argumento - que inicialmente motivou a pesquisa aqui apresentada - sobre a necessidade de se estudar as mobilizações dos grupos comumente denominados como organizações e movimentos sociais. As ocupações tratadas aqui influíram

em alguns processos políticos, sociais, culturais etc. mais amplos, principalmente nos contextos regionais onde foram realizadas.

Houve uma mudança significativa na perspectiva de parte da opinião pública regional, que passou a levar em conta as ocupações de terra como mecanismos legítimos de pressão sobre o governo e busca por justiça social. Muitas pessoas adensaram seu conhecimento sobre as perspectivas políticas e condições de vida desses grupos, compreendendo melhor os contornos da luta pela terra. Nesse processo - através da mídia e da convivência face-a-face cotidiana com os trabalhadores rurais acampados e assentados - parte da população da região passou a ver os sem-terra com outros olhos, menos discriminatórios e criminalizadores.

Essas mobilizações - para além de algumas conquistas pontuais das terras almejadas - também mudaram parte das relações de poder na região, demonstrando que o *status quo* não tem caráter absoluto e eterno. Ele é móvel, pode sofrer golpes, através da organização de grupos em situação desfavorável nessas relações de poder. Como buscamos demonstrar, essa mudança passa, decisivamente, pelas ações de mediação que buscam transformar as significações que sustentam essas relações, abrindo novas perspectivas e caminhos. O Nordeste Mineiro - região marcada pela longa história de opressão, violência e sentimento de impotência diante dos “poderosos” - teve mais alguns exemplos de situações nas quais os trabalhadores rurais venceram, sendo importantes alternativas políticas, que abriram precedente para a organização de outras mobilizações.

Por fim, vale ressaltar como essas mobilizações tornaram os espaços institucionais mais permeáveis às demandas dos trabalhadores rurais mobilizados, dando mais fluência e coerência às relações entre sociedade civil e Estado. Nesse sentido - ao tornar as ocupações de terra uma das principais formas de luta pela reforma agrária em Minas Gerais - essas mobilizações alargaram canais de interação fundamentais para a interlocução entre o poder público e uma parcela significativa da população, que foi historicamente desfavorecida pelas políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, J. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v 13, nº 37, 5-31, junho, 1998.
- AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (orgs). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- AMADO, Jô. Eloy – **Morre uma voz, nasce um grito**. Belo Horizonte: Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária, 1985.
- ANTUNES, Mércio Mota. **A teoria da experiência hermenêutica na adequação normativa em conflitos agrários e o papel da fraternidade na racionalidade jurisdicional**. 168 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- ASSIS, William Santos de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. 2007. 242 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.
- BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. RJ: Contra Capa Livraria, 2000.
- BERGAMASCO, Sônia M. P.P.; NORDER, Luiz A. C. Assentamentos e Assentados no Estado de São Paulo: os debates e as categorias inerentes à constituição dos programas de reforma agrária. In: NEVES, D. P. (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **Utopias e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964)**. 1988. 287 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de Minas Gerais, 1988.
- _____. Representação do Universo Rural e luta pela Reforma Agrária no Leste de Minas Gerais. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 303-326, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. “*Compreender*”. In: BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis. RJ: Vozes, 1997.
- _____. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/DIFEL, 1989.
- _____. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (orgs). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- BRUNO, Regina. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. **Revista Instituto Estudos Brasileiros**. São Paulo. 40, pp. 69-90, 1996.
- CAMISASCA, Marina Mesquita. **Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964)**. 2009. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
- CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2011. 2º Edição.

- CARVALHO, Maria da Glória. **Lutas e Conquistas de Camponeses Sem Terra: a trajetória dos assentados da Fazenda Aruega.** 2000. 135 f. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) Universidade Federal de Lavras, 2000.
- CASTRO, Celso. “Comentários”. In: KUSCHNIR, Karina & VELHO, Gilberto (org). **Mediação Cultura e Política.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 207-212.
- COHEN, J.; ARATO, A. Los movimientos sociales y La sociedad civil. In: **Sociedad civil y teoria política.** México: Fondo de La cultura, 2000.
- CORONEL, Daniel A.; ILHA, Adayr da Silva; LEONARDI, Alex. Os Movimentos sociais do campo no Rio Grande do Sul e a reforma agrária: do MASTER ao MST. **Perspectivas Contemporâneas.** v. 4, n. 2, 3-22. ago/dez, 2009.
- CORREA, Antônio Inácio. **Um Lavrador no Reino do Latifúndio.** Petrópolis: Vozes, 1988.
- COSTA, Hélio da. O novo sindicalismo e a CUT: entre continuidades e rupturas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e Democracia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião: o novo jogo político.** Petrópolis: Vozes, 1996.
- CHAVES, Christine de Alencar. **A Marcha Nacional dos Sem-Terra — um estudo sobre a fabricação do social.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- CIAMBARELLA, Alessandra. Do Cristianismo ao Maoísmo: a história da Ação Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e Democracia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- COOK, S. Implicações Éticas. In: SELLTIZ, Wrightsman – COOK. **Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Relações Sociais.** São Paulo: EPO, 1987. Vol. III.
- COSENZA, Rita de Cássia Araújo Cosenza. **As ocupações de luta por terra e a vara agrária de Minas Gerais.** 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. **Estabelecidos e outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia.** Tradução: Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Edições 70, 2005.
- _____. **A sociedade de corte:** investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução: Pedro Süsskind; prefácio, Roger Chartier, - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.
- ESPINDOLA, H. S. Apropriação de Terras Devolutas e Organização Territorial no Vale do Rio Doce: 1891-1960. In: ABREU, J. L. N.; ESPINDOLA, H. S. **Território, sociedade e modernidade.** Governador Valadares: Ed. Univale, 2010.
- FABRINI, J. E; MARCOS, V. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva.** Expressão Popular: São Paulo, 2010.
- FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista brasileira de. Ciências. Sociais.** 2006, vol.21, n.62, pp. 27-44.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** São Paulo: Vozes, 2000.

- _____. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, M (Org.). **Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Ed UNESP, 2010.
- _____. Gênese e desenvolvimento do MST. **Cadernos de Formação** - nº 30. São Paulo: MST, 1998.
- _____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999)**. 1999. 318 f. Tese (Doutorado em Geografia) Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1999.
- FERNANDES, Natália Rigueira. **“Tem dia que a gente é sem-terra, tem dia que não dá”: as diferentes visões sociais de mundo no interior do espaço escolar de um assentamento rural**. Viçosa, 2008. 172 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2008.
- FERREIRA, B.: ALVES, F.: CARVALHO FILHO, J.J. de; Constituição vinte anos: Caminhos e descaminhos da reforma agrária – embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). In: In: IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise – 17**. Brasília (DF), IPEA. (Vol. 2), 2009.
- FERREIRA, Letícia de Faria. **O tempo e o voto: uma etnografia da política no cotidiano de famílias assentadas**. 269 p. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) ICHS/UFRRJ, 2010.
- FERREIRA NETO, José Ambrósio. **Lideranças Sindicais e Ação Coletiva: A FETAEMG e a luta pela terra em Minas Gerais**. Rio de Janeiro, 1999. 413 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). CPDA/UFRRJ, 1999.
- FERREIRA NETO, José Ambrósio; DOULA, Sheila Maria. **Assentamentos Rurais: Organização, Mobilização e Imaginário Social**. Visconde do Rio Branco: Suprema, 2003.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GARFINKEL, Harold. **Studies in Ethnomethodology**. Cambridge England: Polity Press, 1984.
- GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GIANNOTTI, V. & NETO, S. **CUT: por dentro e por fora**. Petrópolis: Vozes, 2^a ed., 1991.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GIDDENS, Anthony. PIERSON, Christopher. **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- GRYNSZPAN, Mario. **Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-64)**. 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

- HAMMERSLEY, Martyn, ATKINSON, Paul. **Etnografia. Métodos de Investigación.** Barcelona, Paidós, 1994.
- HEREDIA, Beatriz M. A. de; PALMEIRA, Moacir. O voto como adesão. **Teoria e Cultura.** v.1, n. 1, jan/jun, 2006.
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.
- KUSCHNIR, Karina. “Trajetória, projeto e mediação na política”. In: _____ & VELHO, Gilberto (org). **Mediação Cultura e Política.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p.139-164.
- LERRER, Débora Franco. **Trajetórias de Militantes Sulistas: nacionalização e modernidade do MST.** Rio de Janeiro, 2008, 197p. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) CPDA/UFRRJ.
- LEVI, G., Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Unesp, 1992.
- LOERA, Nashieli Rangel. **A espiral das ocupações de terra.** São Paulo: Polis; Campinas: Ceres, 2006.
- LOPES, João Marcos de Almeida. O Dorso da Cidade: os sem-terra e a concepção de uma outra cidade. In: SANTOS, Boaventura Souza. **Producir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, p. 283-325, 2002.
- LOWY, M. **Marxismo e Teologia da Libertação.** São Paulo: Cortez, 1993.
- MARTINS, José de Sousa. **Os camponeses e a política do Brasil.** São Paulo: Editora Vozes, 1981.
- _____. **Reforma Agrária: o impossível diálogo.** São Paulo: Ed. USP, 2004.
- _____. (Org.) **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos.** Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003.
- MEDEIROS, L. S. de; ESTERCI, N. Introdução. In: MEDEIROS, Leonilde et al (Org.). **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Ed. Da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- MEDEIROS, L. S. de. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil.** Rio de Janeiro: Unrisd e Edur, 2002.
- MEDEIROS, L. S. de. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003 (Coleção Brasil Urgente).
- MEDEIROS, L. S. de. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: MORAES, João Q.; DEL ROIO, Marcos. **História do Marxismo no Brasil.** V. 4 Campinas: Ed. Unicamp, 2007a.
- MEDEIROS, L. S. de. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – notas sobre a produção de um movimento social. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e Democracia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- MENEZES NETO, A. J. de. Participação e Educação: o caso das políticas sociais em Minas Gerais. **Educação e Filosofia**, 10, 155-167, jul/dez, 1996.

MESZAROS, G. O MST e o Estado de Direito no Brasil. In: CARTER, M (Org.). **Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Ed UNESP, 2010.

MOREIRA, Crispim **Vida e luta camponesa no território: casos onde o campesinato luta, marcha e transforma o território capitalista**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). UFMG/Departamento de Geografia, 2008.

MOURA, Cristina Patriota de. “Pedro Ludovico: indivíduo, mudança e mediação no Goiás da Era Vargas”. In: KUSCHNIR, Karina & VELHO, Gilberto (org). **Mediação Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 187-204.

MOURA, Margarida Maria. **Os Deserdados da Terra**. Bertrand Brasil S.A., São Paulo, 1988.

MULS, Nair Costa. **Trabalho, Consciência e Luta: a formação do proletariado rural em Minas Gerais**. São Paulo. 1989. Tese (Doutorado em Sociologia). Pontifícia Universidade Católica, 1989.

NEVES, D. P. (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

NEVEU, Érik, **Sociologie des mouvements sociaux**. Paris: Le Découverte, 2005.

NOVAES, Regina Reyes. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, Leonilde et al (Org.). **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed. Da Universidade Estadual Paulista, 1994.

_____. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

_____. Lembranças camponesas: repressão, sofrimento, perplexidade e medo. In: ESTERCI, Neide; FRY, Peter; GOLDENBERG, Mirian (orgs.). **Fazendo Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP& A, 2001.

NUNES, Marcos Vinícius Dias. **A participação da FETAEMG no processo histórico de luta pela terra em Minas Gerais**. FAE/UFMG. Monografia. Belo Horizonte, 2011.

OLIVEIRA, F. R.C. **Religião, política e comunidade: emergência e politização do Movimento da Boa Nova**. 2012. 244p. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, F. R. C., ZANGELMI, A. J. O MOBON, a política e a imprensa: notas sobre religião e política em Minas Gerais. **Revista Horizonte**. v.7, p.186 - 202, 2009.

OLIVEIRA, F. R. C. O Concílio Vaticano II, o MOBON e as comunidades rurais: um estudo sobre a práxis comunicativa entre missionários e grupos católicos leigos. **Religião & Sociedade** (Impresso). v. 30, p.38 - 58, 2010.

ONDETTI, Gabriel; WAMBERGUE, Emanuel; AFONSO, José B. G. De posseiros a sem-terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará. In: CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. 2010.

PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde

S. de; PAULILO, Maria Ignez. (Orgs). **Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** Vol I. São Paulo: Ed. Da UNESP, 2009. Coleção História Social do Campesinato.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas terras do rio sem dono.** Rio de Janeiro: Codecri/Pasquim, 1980.

PEREIRA, Hamilton. Somos a perigosa memória das lutas. In: CARTER, M (Org.). **Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil.** São Paulo: Ed UNESP, 2010.

PÉTONNET, Colette. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. **Antropolítica**, 25, 2008, p. 99-111.

POLETTI, Ivo. A Igreja, a CPT e a Mobilização pela Reforma Agrária. In: CARTER, M (Org.). **Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil.** São Paulo: Ed UNESP, 2010.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos** N. 10. Rio de Janeiro: CPDOC. 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, N.3, Rio de Janeiro: CPDOC, 1989.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana [Toscana: 29 de julho de 1944]: mito, política, luta e senso comum. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (orgs). **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

REVEL, J. P. In: LEVI, G. **A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** RJ: Civilização Brasileira, 2000.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org). **Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha.** Contagem: CEDEFS, 1996.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais. **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, vol. 18, n. 2, 2010.

RICOEUR, Paul. A tarefa hermenêutica. In. ____ **Interpretação e ideologia.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1977, p. 17-42.

ROSA, Marcelo. A “forma movimento” como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde S. de; PAULILO, Maria Ignez. (Orgs). **Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** Vol II. São Paulo: Ed. Da UNESP, 2009. Coleção História Social do Campesinato.

SANTANA, M. A. **Militância, repressão e silêncio: relato de uma experiência com a memória operária.** In: História Oral: Revista da ABHO, n 3 – jun. 2000. São Paulo: ABHO, v 3, 2000.

SANTOS, Boaventura S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: "Um discurso sobre as ciências"** revisitado. Porto: Afrontamento, 2003.

SANTOS, Leonardo Soares dos. As Ligas Camponesas do PCB: a transformação da questão agrária e ação política (1928-1947). **Trocadero.** Número 17, 2005.

- SANTOS, Sônia Nicolau dos. **À procura da terra perdida: para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha.** 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). UFMG, 1985.
- SCHERER-WRREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina – caminhos para uma política emancipatória? **Cadernos CRH**, vol. 21, nº 54, Salvador, 2008
- _____. Das mobilizações as redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. Vol. 21, n.1, Brasília, 2006.
- _____. Movimentos sociais rurais no mundo globalizado: o caso do MST. **Cadernos de Pesquisa**. PPGSP/UFSC. nº. 24, novembro, 2000.
- SCHUTZ, A. Bases da fenomenologia. In: WAGNER, H. (Org). (1979) **Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz**. Rio de janeiro: Zahar, 1979.
- SGRECIA, Alexandre e GADELHA, Edmar G. Movimento rural: 1970-85. in: M. J. POMPERMAYER, M. J. (org.), **Movimentos sociais em Minas Gerais: emergências e perspectivas**, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1987.
- SIGAUD, L; ROSA, M; MACEDO, M. E. Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 1, 2008, pp. 107 a 142.
- SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos; estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.
- _____. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo Social**. v. 17, n. 1, 2005. pp. 255-280.
- _____. “A Forma Acampamento: Notas a Partir da Versão Pernambucana”. **Novos Estudos Cebrap**, nº 58, 2000. pp. 73-92.
- _____. A engrenagem das ocupações de terra. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde S. de; PAULILO, Maria Ignez. (Orgs). **Lutas Campesinas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. Vol II. São Paulo: Ed. Da UNESP, 2009. Coleção História Social do Campesinato.
- SILVA, Napoleão III Medeiros e SILVA, Lea Melo. **Vale do Jequitinhonha: incorporação e transformações culturais**. Belo Horizonte. CEDEPLAR/UFMG, 1987.
- SILVA NETO, Joaquim Pereira da. **Semear Esperanças**. Belo Horizonte: O Escriba, 1995.
- SMITH, Christian S. **The emergence of Liberation Theology: Radical Religion and Social Movement Theory**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- SOUZA, João Valdir Alves de. **A Pedagogia do Catolicismo Libertador na Igreja de Araçuaí**. 1993. 405 p. Dissertação (Mestrado em Educação). FAE/UFMG, 1993.
- _____. Luzes e Sombras sobre a História e a Cultura do Vale do Jequitinhonha. In: SANTOS, G. R. dos. (Org.) **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: considerações à partir das Ciências Sociais**. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

- STARLING, Heloisa M. M. **Os Senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964.** Petrópolis: Vozes, 1986.
- STEDILE, João Pedro & GORGEN, Frei Sérgio. **A luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Ed. Página Aberta, 1993.
- STÉDILE, J.P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- STRAPAZZON, João Paulo Lages. **E o verbo se fez terra: movimento dos trabalhadores rurais sem terra (SC) 1980-1990.** Chapecó: Grifos, 1997.
- SUAREZ, M. Agregados, parceiros e posseiros: a transformação do campesinato no Centro-Oeste. **Anuário Antropológico/80.** Fortaleza/Rio de Janeiro, Edições UFC/Tempo Brasileiro, 1982.
- THEIJE, Marjo De. **Tudo o que é de Deus é Bom: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns, Brasil.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2002.
- WOLF, Eric. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro (orgs). **Antropologia e Poder.** Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- WOORTMANN, K. Com parente não se negoceia: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico.** Brasília, Editora UNB/ Tempo Brasileiro, 1987.
- VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (orgs.). **Mediação, Cultura e Política.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- ZANGELMI, A. J. **História, Identidade e Memória no Assentamento Aruega – Novo Cruzeiro/MG.** Viçosa, 2007, 156p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2007.

APÊNDICES

Relação dos Entrevistados

Pseudônimo	Data	Descrição
Carina	10/07/2013	Assentada no Oziel Alves Pereira
Carlos	11/07/2013	Assentado no Oziel Alves Pereira. Foi liderança estadual do MST
Cauâ	25/10/2012	Assentado e liderança no Assentamento Santa Rosa. Rompeu com MST
Célio	12/07/2005	Assentado e liderança em Aruega
Diva	10/07/2013	Assentada no Oziel Alves Pereira
Estefani	22/10/2012	Pertencente ao primeiro grupo de lideranças estaduais do MST em Minas Gerais. Afastada do MST há mais de 15 anos.
Fabrícia	11/07/2013	Assentada no Oziel Alves Pereira. Foi liderança estadual do MST
Fátima	06/07/2005	Assentada em Aruega
Fernando	13/12/2011	Integrante da CPT no período das ocupações discutidas e deputado estadual pelo PT por vários anos
Flávio	23/10/2012	Jovem do Assentamento Santa Rosa
Francisco	08/07/2005	Assentado e liderança em Aruega. Teve papel significativo nos primeiros trabalhos de base no Nordeste Mineiro
Janete	25/10/2012	Assentada no Assentamento Santa Rosa
Jeferson	08/11/2013	Membro da FETAEMG desde a década de 1980, tratando especialmente de assuntos relacionados à reforma agrária
Joana	24/10/2012	Assentada no Assentamento Santa Rosa
João do Mucuri	16/03/2011	Sindicalista, fundador do STR de Poté e atualmente diretor da FETAEMG no polo de Teófilo Otoni
João Pequeno	22/10/2012	Pertencente ao primeiro grupo de lideranças estaduais do MST em Minas Gerais. Afastado do MST há mais de 20 anos.

Joaquim	10/07/2005	Assentado e liderança em Aruega
Lúcia	19/03/2011	Assentada no 1º de Junho. Foi liderança do MST
Lurdes	10/07/2013	Assentada no Oziel Alves Pereira
Manuel	14/07/2005	Assentado e foi liderança em Aruega. Rompeu com MST
Márcia	23/10/2012	Jovem do Assentamento Santa Rosa
Marcos	23/10/2012	Assentado e liderança no Assentamento Santa Rosa
Maurício	10/07/2013	Assentado no Oziel Alves Pereira. Foi liderança estadual do MST
Otávio	10/07/2013	Assentado no Oziel Alves Pereira. Foi liderança estadual do MST
Pacheco	11/07/2013	Assentado no Oziel Alves Pereira. Foi liderança estadual do MST
Paulo	19/03/2011	Assentado no 1º de Junho. Pertencente ao primeiro grupo de lideranças estaduais do MST em Minas Gerais.
Policarpo	10/07/2013	Assentado no Oziel Alves Pereira. Foi liderança estadual do MST
Regina	28/11/2013	Assessora Educacional da FETAEMG no início dos anos de 1980
Reinaldo	07/07/2005	Jovem assentado em Aruega, criança no período de acampamento
Renato	11/07/2013	Assentado no 1º de Junho. Foi liderança estadual do MST
Rosi	10/07/2013	Assentada no Oziel Alves Pereira
Sebastião	13/07/2005	Assentado e liderança em Aruega
Tadeu	08/12/2013	Assessor Educacional da FETAEMG no início dos anos de 1980
Zezé	12/07/2013	Jornalista na região de Governador Valadares

Documentos citados na tese

Comissão Pastoral da Terra

Recortes de jornais variados
Cartilhas da CUT, CPT, PT, etc.
Notas e ofícios da CUT, CPT, FETAEMG, INCRA, etc.
Documentação dos PAs de Minas Gerais
Relatórios da CPT e FETAEMG
Panfletos da CUT, CPT, FETAEMG, etc.
Documentação sobre UDR
Livros, fotos e cartas diversas.
Documentação diversa.

FETAEMG

SILVA NETO, Joaquim Pereira da. **Semear Esperanças**. Belo Horizonte: O Escriba, 1995.

AMADO, Jô. Eloy – **Morre uma voz, nasce um grito**. Belo Horizonte: Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária, 1985.

CORREA, Antônio Inácio. **Um Lavrador no Reino do Latifúndio**. Petrópolis: Vozes, 1988.

Arquivo Público Mineiro

Documentação do DOPS

Pastas e rolos consultados
Rolo 1, pastas 0004 e 0003
Rolo 4, pasta 0040
Rolo 13, pasta 0172
Rolo 19, pasta 0304
Rolo 23, pasta 0524
Rolo 26, pasta 1026
Rolo 49, pastas 3878, 3853, 3859 e 3862
Rolo 51, pasta 4022
Rolo 68, pasta 4684
Rolo 70, pastas 4780 e 4779
Rolo 75, pasta 5010
Rolo 77, pasta 5070
Rolo 78, pasta 5087
Rolo 86, pasta 5304

Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (CPDA/UFRRJ)

MINAS GERAIS. Plano Regional de Reforma Agrária de Minas Gerais.
MIRAD/INCRA/DRMG, 1985.

CPT/MG. Queremos terra, não fome! Livrinho para Reuniões dos Grupos de Famílias. Minas Gerais, 1985.

CPT/MG. Solidariedade aos acampados da Fazenda Aroega. Minas Gerais, 1988. Comunicado.

D. ENZO. Comunicado de D. Enzo, bispo de Araçuaí. Araçuaí, 1988.

CUT/MG. Fazenda Aruega: Só a luta faz a lei. Belo Horizonte, 1988. Comunicado.

FETAEMG. Programação desenvolvida pelo movimento sindical de trabalhadores rurais na campanha pela reforma agrária e por uma assembleia nacional constituinte. Belo Horizonte, 5 de setembro de 1985.

FETAEMG. Ofício 00474 - 2 de novembro de 1988.

FETAEMG. Comunicado - 7 de novembro de 1988.

FETAEMG. Ofício 021/89 - 9 de junho de 1989

INCRA/MG

INCRA. Documentação referente ao Projeto de Assentamento Aruega. 1992.

INCRA. Documentação referente ao Projeto de Assentamento Santa Rosa. 1992.

INCRA. Documentação referente ao Projeto de Assentamento 1º de Junho. 1992.

INCRA. Documentação referente ao Projeto de Assentamento Oziel Alves Pereira, 1992.

Documentos encontrados na internet

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.02/2011 CG: Regula o emprego da Polícia Militar de Minas Gerais nas Ocupações de Imóveis Urbanos e Rurais. Belo Horizonte: Comando- Geral, 3a Seção do Estado-Maior da PMMG, 2011. Disponível em <www.informativopolicial.com.br> Acesso em 17/10/2013.

Depoimentos de lideranças do MST, cujos nomes não foram identificados, disponíveis no site do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES). <<http://www.cedefes.org.br>> Acesso em 26/02/2013.

Jornal Sem Terra - de 1984 até 1997, cujas edições estão disponíveis no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM) e *on line* no Armazém Memória. <www.armazemmemoria.com.br>. Acesso em 17/10/2013.

CPT - Conflitos no Campo – Brasil/88 (Abril de 1989) Disponível em <<http://www.cptnacional.org.br>> Acesso em 17/10/2013.

Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - CEDEFES

INFORMA – Boletim da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, número 35, agosto-setembro de 1989.

O Regador. Araçuaí, MG: CPT (Comissão Pastoral da Terra), Periodicidade: irregular; Exemplares disponíveis no acervo: 1984: (1).

322.440 3 / M9354t - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST. Terra não se ganha, se conquista! Contagem: CPT, [s.d.]. 27 p. Cartilhas de Movimento.

305.563 03 / M9354c - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Conquistar a terra: encontro nacional dos sem terra-janeiro de 84 Cascavel/PR. Cascavel: [s.n.], [1984 ?]. 22 p. Cartilhas de Movimento.

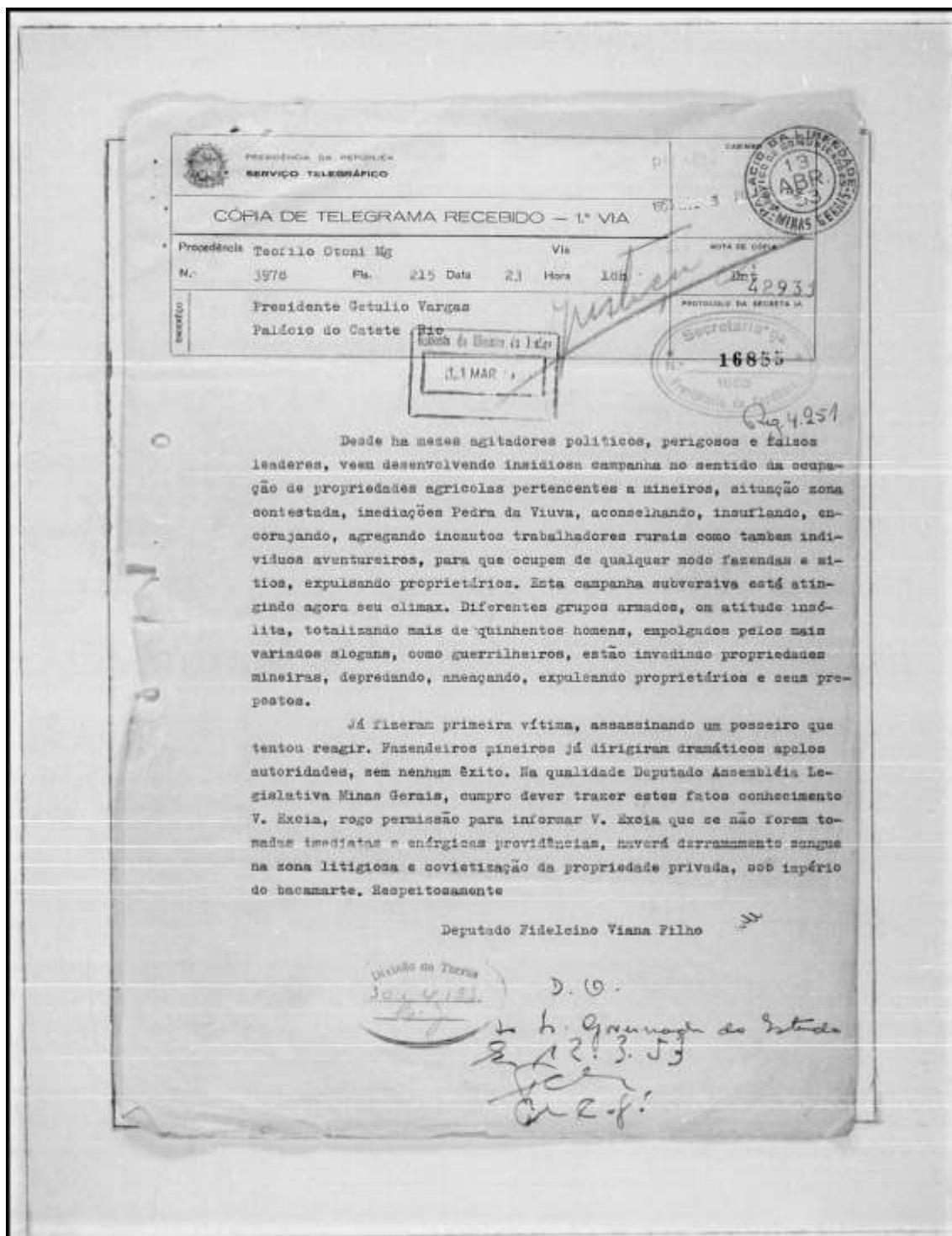
322.44 / M9354m - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA-MST. [s.l.]: [s.n.], 1986. 27 p. (Série Cadernos Formação, 1). Cartilhas de Movimento.

Periódico - Pé no Chão. Belo Horizonte, MG: CUT, Exemplares disponíveis no acervo: (198?): (1;4-5); 1987: (6-7); 1988: (7); 1989: (8); Periodicidade: irregular.

Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e Gerência de documentação do Jornal Estado de Minas.

Jornal Estado de Minas – Edições de 1988 a 1996.

ANEXOS



Deputado Fidelcino Viana Filho. Telegrama. 1953. Teófilo Otoni (Minas Gerais/Brasil) [para] Presidente Getúlio Vargas. Documentação do DOPS/MG

Figura A: Telegrama sobre invasões de terras – Teófilo Otoni – 1953

PROGRAMAÇÃO DO CURSO DE APROFUNDAMENTO TEOLÓGICO - CAT

TEMAS	VER	JULGAR		AGIR
	REALIDADE	BÍBLIA	FÉ E SACRAMENTOS	MORAL
RELIGIÃO, FORÇA DO POVO	As religiões ontem e hoje.	Aliança com Deus. O "acontecimento" Jesus Cristo. Salmos.	Culto na comunidade. Os Sacramentos. A Eucaristia.	Religião filial com Deus. Religião-rito e religião-vida.
VIDA EM COMUNIDADE	As sociedades humanas através dos tempos.	Vida tribal do povo de Deus. Comunid. primitivas.	A Igreja e o Espírito Santo. Crisma e Ordem	Vida no amor. Relações fraternas.
TERRA, PÃO E TRABALHO	Questão fundiária e Reforma agrária	A terra na Bíblia. Abraão e Sara.	A Nova Terra para onde vamos. (Escatologia)	Doutrina Social da Igreja.
O SOFRIMENTO E A MORTE	O mal e a dor deste mundo. Caminhos de mudanças.	Mistério Pascal. Cânticos do Servo de Javé.	O Batismo. Uncão dos enfermos.	O homem, senhor do mundo, sujeito da história.
O PECADO E A CONVERSÃO	Como se encara o pecado hoje.	Pecado e conversão na Bíblia. Lei nova e velha.	O sacramento da Penitência. Caminhos da Igreja santa e pecadora.	Sentido do pecado. Oção fundamental
FAMÍLIA, AMOR E MATRIMÔNIO	A família hoje, seus problemas.	Família na Bíblia: Gênesis, Cântico, Tobias, São Paulo.	A SS Trindade, mistério de comunhão. Matrimônio.	Moral familiar e sexual.

Fonte: Curso de Aprofundamento Teológico - CAT. Diocese de Araçuaí/MG.

Programação do CAT. Diocese de Araçuaí/MG. Disponibilizado por Souza (1993, p. 351)

Figura B: Cursos de Aprofundamento Teológico

FORA CAIADO! UBERLÂNDIA NÃO É CURRAL DA UDR!



Dia 17 será lançada a candidatura de Ronaldo Caiado à Presidência da República, aqui em Uberlândia. Para isso, organiza-se um comício com shows e artistas, gastando-se milhões de cruzados. Contra essa pompa arranjada para "arrebanhar" o povo ao comício, queremos esclarecer à população quem são a UDR e Caiado:

UDR: a "união dos ditadores rurais" é conhecida por comandar a **CAMPANHA CONTRA A REFORMA AGRARIA** e promover o assassinato de trabalhadores e sindicalistas rurais. Arrecada dinheiro através de leilões e da venda de terras tomadas dos camponeses. Após sua criação, em 1985, mais de **MIL ASSASSINATOS** ocorreram no campo. A UDR está envolvida na morte de Chico Mendes, do Deputado Paulo Fonteles (PCdoB), Padre Josimo, dentre outros.

CAIADO: médico e latifundiário, Caiado tem feito declarações mentirosas contra os sindicatos, a CPT, a Igreja e os partidos de esquerda. **PREGA A REAÇÃO VIOLENTA E ORGANIZAÇÃO ARMADA DOS LATIFUNDIÁRIOS CONTRA A REFORMA AGRARIA**, para o que são contratados jagunços e subornados policiais e juízes. Propõe como saída para a crise o **AUMENTO DA DÍVIDA EXTERNA**, a **REGA DO PAÍS ÀS MULTINACIONAIS** e é uma **AMEAÇA ÀS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS**. Caiado é apoiado pelo Prefeito Virgílio Gasssi, também membro da UDR.

Pelo exposto, queremos alertar a população para o **CARÁTER ANTI-POPULAR E FASCISTA DA CANDIDATURA RONALDO CAIADO**. Conclamamos a população a que não se deixe enganar pela manipulação dos milhões da UDR, e a votarem nos candidatos populares em 15 de Novembro.

PT, PCdoB, PCB, PSB, CUT, CSC, CPT, DIREITOS HUMANOS, ASUFUB, UTE-SINTTEL, SINTRASP, SINDICATO DOS VIGILANTES, COMERCIAIS E DOS ELETROCLÍNICOS, DCE, UESU, ADUFU, BIR, ACADEMICOS HISTÓRIA/ECONOMIA.

PT, PCdoB, PCB, PSB, CUT, CSC, CPT... Panfleto. 1989. Uberlândia/MG. Documentação da CPT/MG

Figura C: Panfleto contra Caiado - UDR – Uberlândia

Caros amigos

Hoje mesmo fiquei informado que um grande número de famílias ocuparam a Fazenda Aruaga no município de N. Cruzado. Como o acontecimento envolve muitas pessoas e famílias da minha Diocese, sinto o dever de fazer, em breve, uma visita e, por encontro, enviar uma mensagem de amigo e de pastor.
Antes de tudo quero transmitir uma nota que divulguei, há poucos dias, sobre o Movimento dos "Sem-Terra".

1. O movimento dos Sem-Terra não é um movimento da Igreja. Portanto não cabe à Igreja articular, organizar o movimento e suas iniciativas.
2. Em particular a Igreja não incita e não organiza as invasões ou ocupações porque não é de sua competência e para não ser motivo à reação violenta da UDR e do Governo.
3. A Igreja apoia o movimento pastoralmente no sentido de:
 - a) reivindicar a Reforma Agrária e de pressionar pacífica e crônicamente para que a R. A. aconteça;
 - b) acompanhar os acampados à beira-das estradas ou de fazendas e serem ocupados.
4. Recomendo aos padres e às irmãs o discernimento pastoral e eclesial.

Abaixo da nota acima, eis a minha mensagem:

1. Lamento que o Governo não tenha ido ao encontro das reais necessidades do Povo Brasileiro, deixando frustradas todas as iniciativas de uma Reforma Agrária solenemente prometida. Se tivesse sido feita a R. A. não haveria necessidade de fazer ocupações.
2. Espero que o Governo, com um gesto de compreensão, não reprimira nem legalize quanto antes a ocupação, visto que o povo decidiu agir forçado diante da omissão governamental.
3. aos herdeiros do falecido sr. Clinto Alves Teixeira peço, em Nome de Deus, para que não façam resistência à ocupação, mas que deixem os órgãos competentes legalizar tranquilamente a ocupação sem opor nenhuma obstrução. Aliás, se disponham, como irmãos, a deixar acontecer um justo e razoável repartição das terras.
4. A vocês ocupantes, sempre em nome de Deus, peço:
 - 1º que a vontade de possuir um pedaço de chão não se love à covardia e à zelúrdia entre vocês;
 - 2º que não haja entre vocês pessoas que pretendem ocupar a terra para depois vendê-la;
 - 3º que não haja entre vocês pessoas que já possuem, neste município ou em outros, terras;
 - 4º durante a fase de assentamento, se ajudem uns aos outros fraternalmente.
 - 5º cuidem sobretudo das crianças para que não passem muita privação e perguntem achados;
 - 6º os que são cristãos reúnam-se todos os noites para orar e cantar ao Senhor;
 - 7º não alimentem ódio, rancor ou raiva pra com ninguém, já que Deus concede a vocês a graça de viver em paz.

Breve farei uma visita.

Araçuaí 12.02.88

Saudações cordiais e fraternalas.

*Exmo
Bispo de Araçuaí*

D. Enzo. Carta. 12/02/1988. Araçuaí/MG. Documentação do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (CPDA/UFRRJ).

Figura D: Carta de D. Enzo, bispo de Araçuaí



Autor desconhecido. 1991-1993. Caraí/MG. 3 fot. Documentação da CPT/MG

Figura E: Fotos de Caraí



Barracas de lona e papelão erguidas às margens da Rio-Bahia abrigam 112 crianças que sofrem com a fome



Cláudio Gonçalves Oliveira mostra o documento com o qual pretende pedir alimentos nas cidades vizinhas

Autor desconhecido. 1991-1993. Caraí/MG. 3 fot. Documentação da CPT/MG

Figura E. Continuação



Autor desconhecido. 1989-1992. Teófilo Otoni/MG. 3 fot. Documentação da CPT/MG

Figura F: Fotos de Lajinha



Autor desconhecido. 1989-1992. Teófilo Otoni/MG. 3 fot. Documentação da CPT/MG

Figura F. Continuação



Autor desconhecido. Unaí/MG. 3 fot. *Estado de Minas* – 1/08/1989, p. 15. Documentação CPT/MG

Figura G: Fotos da prisão em Unaí



O Tenente Coronel Espírito Santo veio especialmente comandar a prisão



O Capitão Oliveira foi o responsável pela ação que prendeu os integrantes do grupo

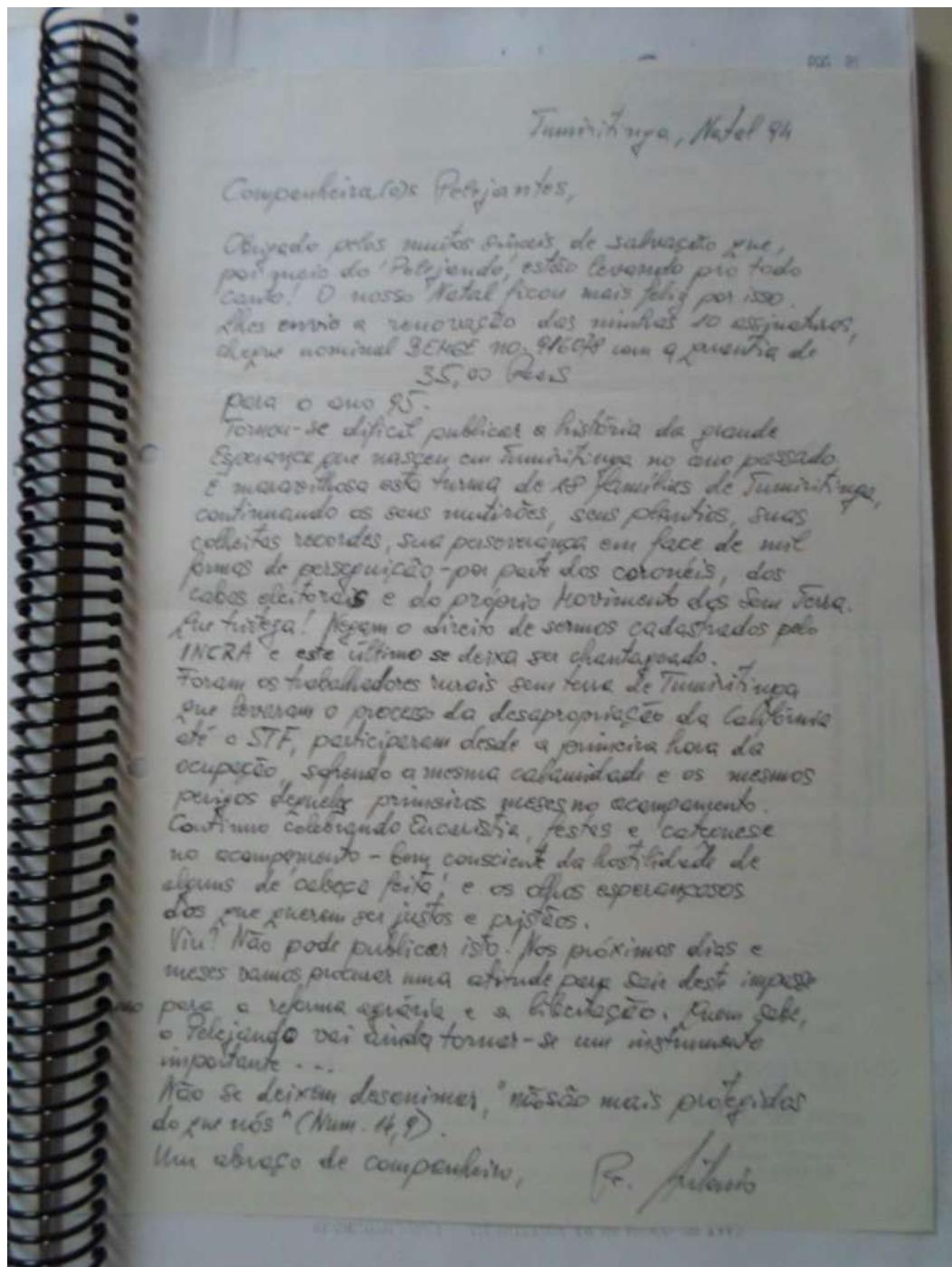
Autor desconhecido. Unaí/MG. 3 fot. *Estado de Minas* – 1/08/1989, p. 15. Documentação CPT/MG

Figura G. Continuação



Autor desconhecido. Unaí/MG. 3 fot. *Estado de Minas* – 1/08/1989, p. 15. Documentação CPT/MG

Figura G. Continuação



Padre Antônio. Carta. Dez. de 1994. Tumiritinga/MG. Documentação da CPT/MG

Figura H: Carta de Padre Antônio